

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Nara Oliveira Salles

**Do nacional ao local:
A polarização entre PT e PSDB na perspectiva dos eleitores**

Juiz de Fora
Fevereiro de 2015

NARA OLIVEIRA SALLES

**DO NACIONAL AO LOCAL:
A POLARIZAÇÃO ENTRE PT E PSDB NA PERSPECTIVA DOS ELEITORES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de Concentração: Cultura, Poder e Instituições, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marta Mendes da Rocha

Juiz de Fora
Fevereiro de 2015

NARA OLIVEIRA SALLES

**DO NACIONAL AO LOCAL:
A POLARIZAÇÃO ENTRE PT E PSDB NA PERSPECTIVA DOS ELEITORES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de Concentração: Cultura, Poder e Instituições, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Aprovada em 25 de fevereiro de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Marta Mendes da Rocha
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Paulo Roberto Figueira Leal
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Carlos Augusto Mello Machado
Universidade de Brasília

Aos meus pais, Denise e Tadeu, por inspirarem cada palavra deste estudo, assim como cada passo da minha vida, e a todos aqueles que, como eu, acreditam na ciência como uma das muitas possibilidades de olhar para o mundo.

AGRADECIMENTOS

Há os que pensam que a vida é uma experiência predominantemente individual, mas eu sempre acreditei nos sonhos e nos projetos que construímos juntos. Este estudo, para além da contribuição à Ciência Política, comprova, felizmente, o tamanho de nossa autoinsuficiência e a grandeza e a generosidade das pessoas que nos cercam, sempre dispostas a oferecerem um pouco de si por nós. Por isso, muitas são as que contribuíram para a realização desta pesquisa, às quais dedico todo meu reconhecimento e gratidão.

À primeira delas, Prof.^a Marta Mendes da Rocha, orientadora do trabalho, eu poderia agradecer por toda a sua dedicação, pela orientação equilibrada, pelas leituras atentas e pelos comentários sempre construtivos. Poderia agradecer pelo seu incentivo e pela sua disponibilidade, independente, tantas vezes, de férias e fins de semana. Poderia ainda agradecer pelos conhecimentos divididos ao longo das disciplinas e pelas enriquecedoras experiências no grupo de pesquisa e no estágio docência. Ainda agradeceria pelo imenso carinho, pela forte torcida e por todos os momentos em que compartilhamos nossas vivências além dos muros da academia. No entanto, gostaria de demonstrar a minha infinita gratidão por uma tarde específica de abril de 2013, quando ela me ofereceu aquilo que eu acho que a gente tem de mais importante: a oportunidade. Foi naquele instante em que, sem nem me conhecer, ela acreditou numa ideia futura e me deu chance de construir algo tão importante na minha trajetória quanto este trabalho. Por isso, dois anos depois, gostaria de demonstrar quão lisonjeada me sinto pela sua confiança e por ter tido privilégio desse feliz encontro.

Agradeço, também, aos professores Carlos Machado e Paulo Roberto Figueira Leal, membros da banca examinadora de qualificação e de defesa, por, através de suas críticas e sugestões, terem contribuído para o aperfeiçoamento do trabalho. Agradeço ainda pela atenção à leitura, pela gentileza de suas palavras e pela compreensão das limitações do estudo. Ao Paulo, estendo meus agradecimentos a toda a ajuda e a disponibilidade que sempre me concedeu desde os tempos de Facom, sem mesmo, nunca diretamente, ter sido meu professor.

Por terem sido indispensáveis na minha formação e por terem imensa influência no caminho que escolhi traçar, agradeço a todos os meus professores. Da pré-escola à pós-graduação. Em especial, aos professores Alvaro Americano, Dmitri Cerboncini Fernandes, Diogo Tourino de Sousa, Iluska Coutinho, Raul Magalhães e Rubem Barboza Filho, pelas diferentes oportunidades que me ofereceram, seja na pesquisa, em eventos, em conversas ou por, simplesmente, serem importantes referências para mim.

Agradeço também a todos os professores, os pesquisadores e os colegas que me ajudaram a pensar a pesquisa, contribuindo imensamente para o crescimento do trabalho. Assim, gostaria de agradecer a todos que dividiram comigo os seus conhecimentos em cursos de aperfeiçoamento, congressos e demais oportunidades. Em especial, agradeço aos professores Maria do Socorro Sousa Braga e Oswaldo Amaral pelos comentários e pelas indicações feitas no 38º Encontro Anual da Anpocs, que possibilitaram real reflexão e reformulação de algumas questões do projeto. Agradeço também a Vitor Eduardo Veras de Sandes-Freitas pela generosa cessão de seu banco de dados.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFJF, sou grata por todas as oportunidades e pelos financiamentos. Agradeço imensamente à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, pelo auxílio financeiro concedido ao trabalho de campo, que viabilizou a pesquisa. Além disso, agradeço as bolsas de estudo, concedidas pela Capes, que tornaram o mestrado uma experiência mais tranquila e produtiva.

Apesar dos recursos financeiros garantidos por essas instituições, a pesquisa dependeu das mais gentis ajudas vindas de diversas partes. À Daniela Pedrosa e Janaina Morais, agradeço por terem dividido comigo a primeira experiência de campo. Por terem compartilhado não só a euforia, mas também o calor do sol, as ruas, os questionários, as pessoas, os anseios, o cansaço, as preocupações e a viagem. Agradeço pelo desprendimento e pela disposição em fazer não o que fosse mais fácil naquele dia de recrutamento, mas aquilo que era melhor para a pesquisa. À Dani, também sou grata pelo empréstimo dos equipamentos e, à Janis, pela revisão do abstract. Mas, a elas, agradeço, sobretudo, por terem anunciado o grande privilégio que seria poder contar com a ajuda de pessoas tão generosas ao longo da caminhada que se iniciava.

Ao Leonardo Azevedo, me faltam palavras para demonstrar minha gratidão na mesma proporção da sua entrega à pesquisa. Não haveria muito obrigado suficiente para alguém que entrou no estudo para auxiliar no trabalho de campo e nunca mais saiu. Por isso, agradeço simplesmente a grandeza do seu comprometimento e do seu coração generoso. Agradeço cada hora dos mais de 10 dias que passamos em campo e cada quilômetro dos mais de 1.500 pelos quais ele dirigiu. Agradeço pelo auxílio com os trâmites burocráticos e pela ajuda nos recrutamentos e na realização dos grupos focais, por cada café coado para os lanches e por cada kit montado. Agradeço pelas conversas, pelas sugestões e pela indispensável ajuda durante a redação de cada página que se segue, assim como pela revisão minuciosa de cada uma delas. Mas, além de todas essas contribuições, minha gratidão é maior por ter oferecido sempre mais à pesquisa, não só ajudando a realizar cada etapa, mas a pensá-las e a aperfeiçoá-

las. Mais me emociona todo incentivo e coragem que me ofereceu, tornando os momentos mais difíceis nem tão complicados quanto parecia, porque foram divididos. Agradeço ainda toda a (enorme) paciência, o grande carinho e a linda amizade legal que construímos. A você, Léo, toda gratidão e reconhecimento pela imprescindível contribuição. É um grande privilégio poder contar com você na pesquisa e na vida.

Não por coincidência, Dani, Janis e Léo são também grandes amigos que, somados a tantos outros, torceram e trabalharam para que tudo desse certo. Ao Allan Gouvêa e à Allana Meirelles, agradeço por terem assumido meus compromissos em Juiz de Fora, para que eu pudesse viajar com a pesquisa. Ao Allan, estendo meus agradecimentos por ser meu consultor, não só de informática e normas ABNT, em tempo integral, sempre dividindo comigo o peso das tarefas, dos problemas e das alegrias. Agradeço ao Victor Cezar Rodrigues, pelo imenso carinho, acompanhamento e torcida diários para que cada etapa se consolidasse. À Fabiola Paulino da Silva, agradeço pelas sempre boas energias e conversas, além das mais versáteis contribuições. À Nathália Couto de Freitas, agradeço pela imensa e fundamental ajuda em Piraúba, desde a encontrar locais para a realização da pesquisa, ao contato de pessoas, à encomenda de salgados e, claro, à preocupação com o desenvolvimento das atividades. Ao Gustavo Paccelli, agradeço pelas caronas e pela companhia e pela ajuda nos trabalhos de campo de Piraúba e na montagem dos kits. Além disso, sou grata ao Gustavo pela atenção e carinho com que me recebeu no PPGCSO, quando eu ainda não conhecia ninguém e passava reais dificuldades com as disciplinas. Agradeço ainda a novas e velhas, mas amigas de sempre, simplesmente por sua amizade e cumplicidade tornarem não só a pesquisa, mas todos os momentos da minha vida, menos duros e mais felizes. São elas: Mariana Alvim, Marina Magalhães, Nádia Vizotto e Sarah Simões. Estendo, também, meus agradecimentos a todos os colegas de mestrado, de grupo de pesquisa, da Facom e demais amigos, pelo apoio e torcida.

Agradeço a toda equipe do Grupo Espírita Semente, pela compreensão das minhas inúmeras ausências em função de congressos e trabalho de campo. Obrigada por, apesar disso, estarem sempre torcendo e vibrando com as minhas conquistas. Agradeço, especialmente, a cada uma das crianças que passaram pelas minhas oficinas, não só por entenderem minha faltas, mas muito mais por me libertarem semanalmente do meu egoísmo habitual, não me deixando esquecer que o mundo tem questões muito mais importantes do que a minha trajetória acadêmica e pessoal e que é preciso que eu me comprometa.

A cada pessoa que passou por esta pesquisa, nos recrutamentos e nos grupos focais, dedico também toda a minha gratidão. A todos que, mesmo sem nos conhecer, dividiram

conosco o seu tempo, as suas informações, as suas vivências e as suas percepções. Agradeço por terem oferecido sorrisos, cinco minutos de descanso, um copo d'água, um pouco de sombra, livros e frutas e um dedo de prosa. Obrigada pela participação e pela confiança!

Agradeço também às Câmaras Municipais, através de seus presidentes, Denys Júnior de Lima (Coroaci) e Paulo Henrique Pompeu Milagres (Piraúba), e funcionários, em especial a Talita (Coroaci) e a Cíntia (Piraúba), pela cessão gratuita e livre do espaço, sem que nos tivessem sido impostas condições de horário ou de qualquer outra natureza. Agradeço pela generosa recepção, pelo auxílio para além do local, contribuindo para encontrar pessoas e para solucionar problemas de última hora. Agradeço também ao Pe. Márcio e à Jaqueline, da Paróquia São Sebastião, em Piraúba, pelo empréstimo do salão paroquial, utilizado na esperança de realizar um dos grupos, que precisou ser adiado.

Agradeço ainda aos vereadores Rogério Leal (PT/Coroaci), Edna Reis (PSDB/Coroaci), Paulo Pacheco (PT/Piraúba) e Ronaldo Cruz (PSDB/Piraúba) pela atenção, disponibilidade e pelos contatos dos filiados, motivos pelos quais também estendo os agradecimentos aos presidentes dos partidos, Jadir Pereira (PT/Coroaci), Argemiro Pimenta Neto (PSDB/Coroaci), Paulo Pacheco (PT/Piraúba) e Eli Ferreira Costa (PSDB/Piraúba).

A toda a minha família agradeço a ajuda e a torcida em todos os momentos do mestrado e da vida. Ao meu pais, Denise e Tadeu, poderia agradecer pelo simples fato de terem me dado a oportunidade de viver e, junto com ela, uma infinidade de amor, confiança, incentivo e liberdade, que me fazem sentir muito orgulho de ser filha de pessoas tão especiais. Agradeço também a todo o esforço que fizeram e fazem pelos meus estudos, em especial a toda a ajuda e o carinho durante o quase um ano em que não tive bolsa de mestrado. Mas, além de todos os justos motivos pelos quais se agradece recorrentemente à família, é uma alegria muito grande poder agradecê-los por contribuições específicas e fundamentais à pesquisa. Pelo ajuda financeira, agradeço aos meus pais e à minha avó, Belmira. A eles também sou grata pela força e por toda compreensão no momento da redação do texto, em que precisei me ausentar do convívio familiar e, quando presente, oferecia muito mais preocupação, nervosismo e cansaço do que o grande afeto e o cuidado que recebia deles. Agradeço ainda ao meu pai pelo empréstimo do carro, essencial para a realização do trabalho de campo, e à minha mãe, por ter se aventurado na trabalhosa e cansativa tarefa de transcrever um dos grupos. Ao meu irmão Lucas, agradeço a mais generosa transcrição das mais de oito longas horas de áudio, feita de maneira qualificada, gratuita e em tão pouco tempo. Sua ajuda foi fundamental para o resultado da pesquisa, especialmente pela possibilidade de cumprir os prazos estipulados. Agradeço também a todas as minhas tias, pelo acompanhamento e pela

torcida, sobretudo à minha tia Deise, por ser umas das minhas mais importantes referências intelectual e acadêmica desde criança. Gostaria de agradecer ainda à minha prima, Marina Boratto, que, mesmo com os seus 10 anos, preencheu os meus dias de redação com limonadas, sorvetes e muito carinho.

Por fim, mas longe de ser menos importante, agradeço a cada pessoa que se debruçar sobre estas páginas. É com enorme satisfação que lhes apresento uma pesquisa coletiva, feita a muitas mãos, que tive o grande privilégio de conduzir. Gostaria que tivessem sempre em mente que qualquer mérito que porventura encontrem no trabalho é fruto da dedicação e da colaboração de muitas pessoas, mas quaisquer inconsistências, erros e incoerências são de minha total responsabilidade. Espero que apreciem e que, em alguma medida, estas páginas possam lhes oferecer aquilo que aqui vieram buscar. Obrigada e boa leitura!

RESUMO

Diante da polarização das eleições presidenciais, protagonizada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) desde 1994, este estudo se propõe a investigar se e em que medida tal clivagem se reproduz nos municípios, estruturando percepções e identidades dos eleitores. Este tema remete a diferentes campos da Ciência Política, como os de partidos e sistemas partidários e comportamento político. A literatura, através de autores como Michels (1982), Kirchheimer (1966) e Katz e Mair (1995), aponta as transformações vividas pelos partidos políticos nas democracias contemporâneas, ressaltando o progressivo distanciamento entre as agremiações e as bases sociais, além da desideologização de seus discursos e ações. Tais mudanças dialogariam com características inerentes ao sistema partidário brasileiro que contribuem, para Lamounier (1992) e Kinzo (1993), para a intensa fragmentação, a alta volatilidade e acentuado regionalismo das disputas. Nesse sentido, uma das consequências seria a desarticulação entre as arenas competitivas, favorecendo a existência da *racionalidade política contextual* nos municípios, como descreve Lima Júnior (1983). O conjunto desses fatores dificultaria o estabelecimento de vínculos entre o eleitorado e os partidos, segundo Mair (1997), uma vez que eles dependeriam da estabilidade entre as atuações das siglas e de maior enraizamento dos partidos. Contudo, Veiga (2007) e Ribeiro, Carreirão e Borba (2011) indicam que as preferências e as identidades partidárias no Brasil, apesar de reduzidas, não são desprezíveis. A literatura sobre socialização política, por sua vez, aponta fatores determinantes para a constituição de tais laços, como os aspectos socioeconômicos, afetivos e racionais. Assim, interessa descobrir como os eleitores estruturam suas percepções perante um cenário em que há um consolidado bipartidarismo nacional, (des)alinhamentos na esfera local e crescente distanciamento entre indivíduos e organizações partidárias. A hipótese é a de que a reprodução da polarização PT-PSDB nos municípios não se estabelece de maneira automática e homogênea, sendo mediada por atributos dos arranjos locais. Assim, espera-se maior rivalidade entre o eleitorado que se encontra em localidades cuja competição se alinha à nacional do que nos municípios em que PT e PSDB estabelecem alianças. Para verificar tal hipótese, desenvolveu-se uma primeira etapa de investigação, que buscou categorizar os municípios de pequeno e médio porte do estado de Minas Gerais, entre o período de 2000 a 2012, de acordo com as seguintes variáveis: comportamento do PT e do PSDB nas eleições majoritárias, desempenho eleitoral de ambos os partidos, organização partidária local e número de filiados no município. Essa

análise permitiu selecionar um caso de *aliança plena* entre os partidos e outro de *polarização alta*, onde foram realizados três grupos focais com eleitores neutros, simpatizantes e filiados. Os dados coletados permitiram elaborar duas considerações principais: (1) por mais que a clivagem PT-PSDB se reproduza no nível local, ela é mediada por atributos do arranjo político municipal; (2) a aliança local entre PT e PSDB não garante a inexistência de outro tipo de fragmentação e rivalidade e nem implica na incapacidade de os eleitores elaborarem distinções entre os partidos. Nesse sentido, sugere-se a ideia de *polarização contextualizada* para compreender tal configuração.

Palavras-chave: Comportamento político. Polarização. Política municipal. PSDB. PT.

ABSTRACT

In the face of the presidential elections' polarization, led by the Workers' Party (PT, in Portuguese) and the Party of Brazilian Social Democracy (PSDB, in Portuguese) since 1994, the purpose of this research is investigate if and how this cleavage reproduce itself in the cities, arranging the voters' perceptions and identities. This topic refers to different Political Science's fields, as the parties and the parties system and the political behavior. The literature, through authors like Michels (1982), Kirchheimer (1966) and Katz and Mair (1995), points the parties' changes in the nowadays democracies. They emphasize the growing distance between the voters and the parties, beyond the ideology's reduction in their speeches and actions. These changes are associated to the inherent features of the Brazilian party system that could contribute, to Lamounier (1992) and Kinzo (1993), to the intensive fragmentation, high volatility and strong regionalism in the competitions. Therefore, the disarticulation among the arenas would be one of the consequences of this conjuncture, confirming the concept of *contextual political rationality*, elaborated by Lima Junior (1983). All these factors would raise difficulties to bond the voters and the parties, according to Mair (1997), because it would depend on the stability between the parties' actions and their rooting. However, Veiga (2007) and Ribeiro, Carreirão and Borba (2011) show that, despite the low preferences and identities among the voters in Brazil, the rates are not insignificant. The political socialization's literature, on its turns, indicates determinant factors to this relationship, as the socioeconomics, emotional and rational elements. So, this study intends to understand how the voters organize their perceptions in front of a national bipartisan conjuncture, but with a local (mis)alignment and a growing distance between the voters and the parties. The hypothesis suggests the reproduction of the PT-PSDB's polarization in the cities is not automatic and homogeneous, but it is mediated by the local arrangement components. Thus, a stronger competition among the voters is expected at the cities where the conjuncture follows the national pattern than at the cities where PT and PSDB are allies. A categorizing and quantitative research was developed to test this hypothesis. In this moment, the small and medium-size cities from Minas Gerais were classified according to the following variables for 2000-2012 period of time: PT and PSDB' behaviour in the majoritarian elections, their electoral results, local party's organization and affiliate's number. This analysis allowed select an *entire alliance* between the parties and a case of *high polarization*, where three focal groups were realized with neutrals, sympathizers and affiliate voters. The collected data

enabled to elaborate two main considerations: (1) even if the PT-PSDB's cleavage reproduces itself in the cities, it is mediated by local factors; (2) the local alliance between PT and PSDB does not assure the absence of other fragmentation and antagonism and it neither implies that the voters not be able to distinguish these parties. Therefore, this study suggests thinking this conjuncture by the idea of the *contextualized polarization*.

Keywords: Local politics. Polarization. Political behavior. PSDB. PT.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro I	Características estruturais e organizativas comparadas (PT-PSDB).....	33
Quadro II	Aliança e polarização entre PT e PSDB nas eleições majoritárias em Minas Gerais (2012-2000).....	94
Quadro III	Palavras mencionadas em Coroaci (AP) sobre envolvimento político.....	121
Quadro IV	Palavras mencionadas em Piraúba (PA) sobre envolvimento político.....	122
Quadro V	Palavras mencionadas em Coroaci (AP) sobre PMDB, PSDB e PT.....	142
Quadro VI	Palavras mencionadas em Piraúba (PA) sobre PMDB, PSDB e PT.....	143
Quadro VII	Palavras mencionadas em Coroaci (AP) sobre os partidos.....	165
Quadro VIII	Palavras mencionadas em Piraúba (PA) sobre os partidos.....	165
Quadro IX	Composição partidária dos poderes executivo e legislativo municipal (2000-2012).....	169
Quadro X	Palavras mencionadas em Coroaci (AP) sobre o arranjo político local.....	188
Quadro XI	Palavras mencionadas em Piraúba (PA) sobre o arranjo político local.....	189

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Partidos com candidatura própria à Presidência da República (1989-2014).....	28
Tabela 2	Desempenho do PT e do PSDB no 1º turno das Eleições Presidenciais (1989-2014) (% votos válidos).....	29
Tabela 3	Partidos e governos estaduais (1990-2006).....	39
Tabela 4	Percentual de votos recebidos pelos principais partidos nas disputas do 1º turno para o cargo de governador no Brasil (1990-2014) (% votos válidos).....	40
Tabela 5	Governadores eleitos (1990-2014).....	40
Tabela 6	Alianças do PT e do PSDB no 1º turno das Eleições Presidenciais (1989-2014).....	42
Tabela 7	Estados onde PT e PSDB lideraram a disputa pelos governos estaduais como adversários (1994-2014).....	43
Tabela 8	Candidatos a prefeito lançados e eleitos (PT-PSDB) (1996-2002).....	46
Tabela 9	Candidaturas a prefeito por partido, considerando o tamanho da população municipal (2012).....	49
Tabela 10	Partido com que o eleitor brasileiro se identifica (2002, 2006, 2010) (%)..	78
Tabela 11	Identidade partidária por região do país (2002, 2006, 2010) (%).....	80
Tabela 12	Identidade partidária por autolocalização ideológica (2002, 2006, 2010) (%).....	81
Tabela 13	Sentimentos em relação ao PT e ao PSDB (2002, 2006, 2010) (%).....	82
Tabela 14	Cenários de aliança e polarização entre PT e PSDB nas eleições majoritárias em Minas Gerais (N/%) (2012).....	93
Tabela 15	Perfil socioeconômico e demográfico dos municípios pré-selecionados.....	96
Tabela 16	Perfil dos participantes dos grupos focais de Coroaci.....	105
Tabela 17	Perfil dos participantes dos grupos focais de Piraúba.....	106

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARENA	Aliança Renovadora Nacional
DEM	Democratas
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCO	Partido da Causa Operária
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PP	Partido Progressista
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Partido da República
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
PRP	Partido Republicano Progressista
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC	Partido Social Democrata Cristão
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PT do B	Partido Trabalhista do Brasil
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PV	Partido Verde
SD	Solidariedade

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	18
2 A POLARIZAÇÃO PT-PSDB NO CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO....	27
2.1 PT E PSDB: ORIGENS E TRAJETÓRIAS.....	29
2.2 ARRANJO BIPARTIDÁRIO: A CONSOLIDAÇÃO DE UM PADRÃO.....	34
2.3 DINÂMICA ESTADUAL: UMA REPRODUÇÃO DA CLIVAGEM?.....	37
2.4 PT E PSDB NA ARENA MUNICIPAL: ARTICULAÇÕES POSSÍVEIS.....	45
3 VÍNCULOS PARTIDÁRIOS E COMPORTAMENTO POLÍTICO: O DEBATE ACADÊMICO.....	52
3.1 VARIÁVEIS INSTITUCIONAIS: PARTIDOS POLÍTICOS E SISTEMAS PARTIDÁRIOS.....	52
3.2 ELEITORADO BRASILEIRO E VÍNCULOS PARTIDÁRIOS: SOFISTICAÇÃO, IDENTIDADE E SOCIALIZAÇÃO.....	68
4 CAMINHOS INVESTIGATIVOS: DESENHO DE PESQUISA E CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS.....	86
4.1 PT E PSDB NOS MUNICÍPIOS MINEIROS: POLARIZAÇÃO E ALIANÇA...87	
4.2 PESQUISA QUALITATIVA: TÉCNICA E DESENVOLVIMENTO.....	96
4.2.1 Recrutamento.....	99
4.2.2 Participantes.....	101
4.2.3 Grupos focais.....	107
5 ENVOLVIMENTO E PARTIDOS POLÍTICOS: EXPERIÊNCIAS E PERCEPÇÕES DOS ELEITORES EM DEBATE.....	111
5.1 “A GENTE SEMPRE MEXE UM POUQUINHO COM POLÍTICA, NÉ?”.....	112
5.2 QUEM SÃO ELES? PARTIDOS E POLÍTICOS NA PERCEPÇÃO DOS ELEITORES.....	124
5.2.1 Percepções, imagens e associações sobre os partidos: PMDB, PSDB e PT....	124
5.2.1.1 <i>Coroaci, cenário de aliança plena</i>	125
5.2.1.2 <i>Piraúba, cenário de polarização alta</i>	132
5.2.1.3 <i>Síntese</i>	141
5.2.2 Polarização alta e aliança plena: o contexto conformando semelhanças e diferenças entre os partidos.....	145
5.2.2.1 <i>Coroaci, cenário de aliança plena</i>	146

5.2.2.2 <i>Piraúba, cenário de polarização alta</i>	157
5.2.2.3 <i>Síntese</i>	164
6 CONTEXTUALIZANDO A POLARIZAÇÃO: O ARRANJO POLÍTICO	
LOCAL E SUAS ARTICULAÇÕES	168
6.1 COROACI, CENÁRIO DE ALIANÇA PLENA	170
6.2 PIRAÚBA, CENÁRIO DE POLARIZAÇÃO ALTA.....	179
6.3 SÍNTESE.....	184
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	192
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	200
APÊNDICES	208
APÊNDICE A. QUESTIONÁRIO DE RECRUTAMENTO.....	209
APÊNDICE B. CARTA CONVITE.....	211
APÊNDICE C. ROTEIRO DOS GRUPOS FOCAIS.....	212
APÊNDICE D. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	216

1 INTRODUÇÃO¹

Rio Preto, Zona da Mata mineira, 5.292 habitantes. Coligação entre PT e PSDB para o executivo municipal nas disputas de 1996, 2000 e 2008, vitoriosas no primeiro e no último pleito. Em 2004 e 2012, os partidos lançam candidaturas próprias e opostas e nenhum dos dois consegue se eleger. Juiz de Fora, Zona da Mata mineira, 516.247 habitantes. Inexistência de aliança entre PT e PSDB nas eleições para prefeito desde 1996 e lançamento de candidatos próprios por ambos os partidos em 1996, 2008 e 2012².

As experiências pessoais vividas nos dois municípios atentaram para uma diferença de comportamento entre os eleitores, que, em Juiz de Fora, parecia ser caracterizada por intensa rivalidade entre petistas e tucanos. Em Rio Preto, contudo, tal clivagem entre o eleitorado dificilmente era percebida e, mesmo em períodos de eleições presidenciais, parecia não imputar constrangimentos aos eleitores de cada partido. Inspirado por tais questões, este trabalho se propôs a investigar o impacto da polarização nacional entre PT e PSDB, consolidada desde 1994, no nível local. O interesse era verificar se e em que medida os (des)alinhamentos da competição em tais arenas seriam determinantes para estruturar a percepção e o estabelecimento de vínculos entre os eleitores e o universo da política.

Contudo, o fato de os dois municípios se localizarem em Minas Gerais ainda reforçou a temática da articulação das esferas competitivas, uma vez que o estado constitui um caso peculiar na relação entre os partidos, cuja força varia em função da competição. Assim, diferentemente de cenários como o do estado de São Paulo, em que um dos partidos, no caso o PSDB, domina as disputas majoritárias estadual e nacional, em Minas, o PT apresenta hegemonia nas eleições para a Presidência ao mesmo tempo em que o PSDB predominou nas disputas para o Governo do Estado até 2010. Portanto, se teria um panorama de acentuada polarização nas disputas presidenciais, em que PT e PSDB se revezam no poder há 20 anos, que se reproduz no nível estadual, apesar de dividir o eleitorado. Nesse sentido, dadas tais clivagens, elas teriam algum impacto sobre as opiniões dos eleitores no nível local? Ou elas seriam mediadas por componentes das articulações entre partidos e elites políticas nessa esfera?

¹ Esta dissertação foi desenvolvida no contexto do grupo de pesquisa “Representação política no nível municipal no Brasil”, financiado pelo CNPq e pela Fapemig, coordenado pela Prof.^a Dr.^a Marta Mendes da Rocha.

² Dados sobre o tamanho da população coletados no Censo (2010) e sobre as eleições, nos bancos do TSE.

Essas questões remetem a dois campos principais de estudos na Ciência Política: sistemas partidários e comportamento político. É consenso na literatura o quão fundamental são os partidos políticos nas democracias contemporâneas. Apesar das limitações e das transformações que as agremiações partidárias vêm sofrendo ao longo do tempo, os estudiosos que se debruçaram sobre o tema não duvidam de que são os partidos que organizam e estruturam a competição, exercendo ainda um papel de mediação entre a sociedade e o Estado. Assim, independentemente das críticas que recebem, sobretudo pelo senso comum, eles ainda seriam inevitáveis na vida política. No entanto, alguns teóricos especificam as mudanças pelas quais os partidos estariam passando e propõem novos modelos para a sua compreensão.

De uma maneira geral, como será visto adiante, a literatura indica um distanciamento crescente das bases sociais dos partidos, somada à progressiva desideologização dos discursos dos mesmos. De fato, os autores se dividem quanto à natureza e aos moldes específicos das transformações, mas tais elementos perpassam toda a literatura que, dessa maneira, indica uma maior aproximação interpartidária, seja em função de seus interesses eleitorais como da maior dependência dos recursos estatais. Nesse sentido, Michels (1982) se concentra na organização partidária e elabora a *Lei de Ferro da Oligarquia*, Kirchheimer (1966) propõe o modelo de *partido catch-all*, que depois é adaptado por Panebianco (2005) através do conceito de *partidos profissionais-eleitorais*, culminando no modelo de *partido cartel*, de Katz e Mair (1995).

Ademais, todas essas mudanças ainda estariam em articulação no interior dos sistemas partidários, já que é através deles que os partidos se relacionam. Nessa perspectiva, não bastasse o distanciamento crescente entre as agremiações e os eleitores, a literatura ainda aponta características do arranjo institucional brasileiro que teria impacto nesse processo, como a separação de poderes e a combinação entre presidencialismo e sistema proporcional. Tais componentes seriam responsáveis pela acentuada fragmentação das disputas, além de intensa volatilidade e elevado grau de regionalismo presentes nas competições, que dificultariam ainda mais o estabelecimento de vínculos entre partidos e eleitores. Todavia, a literatura também aponta que, embora reduzidos, os níveis de identidade partidária no Brasil não são de se desprezar.

Os estudos sobre socialização política se dividem em três abordagens principais no que se refere à constituição da identidade e demais laços, como preferência e rejeição, entre o eleitorado e os partidos. A primeira vertente, *sociológica*, prioriza os aspectos socioeconômicos e de classe, de forma que seriam tais experiências e também as culturais,

religiosas e regionais os fatores efetivamente determinantes das predisposições apresentadas pelos eleitores para com siglas específicas. Já para a corrente *psicossociológica*, elementos afetivos, como percepções, opiniões, motivações e atitudes, seriam responsáveis pelo processo de socialização política do eleitorado. Por fim, a *abordagem econômica do voto* estabelece que as identidades partidárias atuariam como um atalho, minimizando os custos da obtenção de informação dos indivíduos e, como a ideologia, constituiriam um mecanismo de simplificação do mundo. Por essa concepção, o eleitor tomaria a sua decisão buscando sempre otimizar ganhos e minimizar custos.

Contudo, as críticas atribuídas a todas as abordagens parecem fazer sentido para este trabalho, que se propõe a pensar as experiências do eleitorado com o universo da política não a partir de uma visão macro, como privilegiam as vertentes *sociológica* e *psicossociológica*, mas também não através de uma perspectiva predominantemente micro, como parece fazer a *abordagem econômica do voto*. Ao contrário, as relações estabelecidas entre eleitorado e partidos políticos serão encaradas neste estudo como uma ação complexa, intencional e, portanto, racional e ideológica, porém conformada pelas estruturas que condicionam as visões de mundo dos atores. Assim, subsidiada por Castro (1992) e Reis (1988), a proposta é a de que os indivíduos, embora racionais, não se encontram isolados e, tampouco, livres dos condicionamentos sociais.

Nesse processo, algumas instituições teriam papel determinante, segundo a literatura especializada. Entre elas, a família, como apontado por Almond e Verba (1965), a escola, de acordo com Jennings e Niemi (1974) e os próprios elementos institucionais, como as eleições, destacados por Baquero e Gonzalez (2011). Segundo os autores, o processo eleitoral seria a principal oportunidade para os indivíduos internalizarem valores democráticos, já que, ao exigir a sua participação, acabaria por incentivar maior mobilização entre eles. Apesar de a maior parte da literatura salientar a infância como o principal período em que o processo de socialização política se desenvolveria, outros autores, como Sigel (1989), indicam que ele não apenas se estende à vida adulta, como é conformado também por acontecimentos históricos do contexto no qual se vive.

Entretanto, a questão proposta por este trabalho remete ainda à racionalidade e às estratégias dos atores políticos nos distintos níveis de competição. Nesse sentido, a literatura aponta, como já foi demonstrado, um bipartidarismo efetivo nas eleições para a Presidência, protagonizado por PT e PSDB desde 1994. Porém, a competição seria apenas parcialmente nacionalizada no que se refere às disputas majoritárias estaduais, visto que os estudiosos sugerem que nem sempre a competição se trava em torno de candidatos do PT e do PSDB.

Mas, se por um lado, os partidos não dispõem de tanta centralidade nessa arena quanto na nacional, os teóricos consideram que eles podem ser representados em tais esferas por seus aliados históricos: o DEM, no caso do PSDB, e o PCdoB, no caso do PT. O argumento é que essa seria uma maneira de articular os dois níveis, sem que os partidos sejam, necessariamente, líderes da competição.

Contudo, o maior desalinhamento seria verificado quando se atinge a esfera local de disputa. Nos municípios, múltiplos cenários poderiam ser encontrados, mas, de acordo com o conceito de *racionalidade política contextual*, proposto por Lima Júnior (1983), o arranjo seria sempre mediado por atributos particulares do ambiente. Não obstante, a literatura é capaz de identificar padrões nessas arenas, de modo que é consensual que a nacionalização da competição parece ter associação direta com o tamanho e a visibilidade dos municípios. Assim, nas capitais e cidades de maior porte e visibilidade no cenário nacional, PT e PSDB tendem a cristalizar posicionamentos opostos, enquanto nos municípios do interior e de pequeno porte, a competição se destacaria pela força dos componentes locais, sendo possíveis, inclusive, alianças entre PT e PSDB.

Apesar de os autores se dividirem quanto à estabilidade e à institucionalização do sistema partidário brasileiro, esse desalinhamento e o restrito enraizamento dos partidos no nível municipal são considerados por teóricos como Carreirão (2014) e Kinzo (2005) como indícios de um sistema pouco institucionalizado. Afinal, o que se observa é uma polarização nacional que se desenrola por longos 20 anos que não se estendeu, necessariamente, ao nível local. Dada tal estabilidade do protagonismo da clivagem, era de se esperar identidades partidárias consolidadas entre os eleitores. No entanto, essa desarticulação entre os níveis de competição atuariam como constrangimento e dificuldade à identificação do eleitorado com os partidos.

Portanto, é possível observar um cenário institucionalizado e estável quando se trata das eleições presidenciais, que se estende, embora em menor grau, às disputas majoritárias estaduais, mas que estaria restrita, sobretudo, aos municípios de grande porte e visibilidade. Dessa forma, como se posicionariam e como estruturariam as suas percepções da competição política os eleitores dos pequenos e médios municípios, onde os partidos poderiam estabelecer comportamentos extremamente contraditórios e incoerentes com as suas atuações nas demais arenas? Esses eleitores seriam apenas impactados pelas transformações vividas pelos partidos políticos e, conseqüentemente, pelos sistemas partidários ou, por sua vez, também influenciaram as decisões e estratégias estabelecidas pelas elites? São questões como essas que este estudo se propõe a investigar.

A hipótese elaborada pressupõe que, a despeito da relevância do PT e do PSDB na organização da competição político-eleitoral no país, essa polarização não se reproduz da mesma maneira e com a mesma intensidade nos municípios de pequeno e médio porte, tanto entre as elites políticas quanto no que se refere ao eleitorado. Nessa perspectiva, os componentes do arranjo político-partidário seriam mediadores desse processo, de forma que configurariam ambientes diferenciados, que seriam determinantes para estruturar as percepções e as opiniões dos eleitores. Logo, espera-se que em uma localidade cujo arranjo é alinhado ao nacional, haja maior polarização entre os eleitores, quando comparado a um município em que PT e PSDB se coligam nas disputas majoritárias.

Como a literatura é capaz de explicar a lógica que opera nas capitais e nos municípios de grande porte, o que desafia este trabalho são as cidades de pequeno e médio porte³, que ainda carecem de estudos mais aprofundados para que se comece a compreender a racionalidade de seus arranjos políticos. Para investigar essa questão, optou-se pela realização de uma pesquisa comparativa com foco em dois municípios bastante semelhantes do ponto de vista demográfico e socioeconômico, mas diferentes em termo das características da competição político-partidária. Ambos os municípios se localizam em Minas Gerais, dada a relação peculiar entre PT e PSDB no estado, cuja predominância varia em função do nível da disputa. Além disso, Minas é o segundo maior colégio eleitoral do Brasil e dispõe de grande variedade sociodemográfica distribuída entre seus 853 municípios, o que torna ainda mais interessante utilizá-lo como recorte espacial da pesquisa. Visto que a polarização nacional se dá nas disputas para a Presidência, foi mantido o foco sobre a competição majoritária, de forma que o estudo se debruçou sobre as eleições para prefeito nos pequenos e médios municípios mineiros, entre 2000 e 2012, a fim de subsidiar a seleção de dois deles para o desenvolvimento dos grupos focais. É importante ressaltar que o período de análise foi estabelecido a partir do pressuposto de que identidades, preferências e percepções requerem tempo para se consolidarem. Assim, tais critérios reduziriam o risco de o estudo se deparar com manifestações pontuais dos eleitores.

Para investigar o problema a que se propõe, esta pesquisa se desenvolveu a partir de duas etapas. A primeira, de caráter quantitativo, buscou categorizar os municípios mineiros de pequeno e médio porte quanto ao grau de polarização e aliança entre PT e PSDB. Avaliando o *comportamento* de ambos os partidos e o *desempenho eleitoral* apresentado por eles nas disputas em questão, elaborou-se um contínuo composto por diferentes cenários, que vai

³ De acordo com a classificação do IBGE, tais municípios possuem até 100 mil habitantes.

desde a *polarização alta* à *aliança plena*, passando por situações intermediárias, como *polarização média*, *polarização baixa* e *aliança parcial*. O pressuposto era o de que as decisões das elites locais, ao definirem quais as siglas aliadas e adversárias e se o partido lançaria ou não candidatura própria ao executivo municipal, conformaria um cenário político que poderia estar associado com as percepções do eleitorado. Entretanto, não se poderia abordar PT e PSDB como referências locais caso ambos não tivessem protagonismo na disputa, estando entre os dois mais votados, por isso a importância do desempenho eleitoral.

Além disso, outras duas variáveis independentes, a *organização partidária local* e o *número de filiados*, poderiam contribuir neste processo. A expectativa era a de que a presença de diretórios nos municípios poderia indicar maior enraizamento dos partidos e, portanto, maior incentivo para o alinhamento com as demais arenas de disputa. As comissões, por sua vez, sugeririam força mais intensa de estratégias extrapartidárias, como articulações entre famílias e grupos. No que diz respeito ao número de filiados, esperava-se que, quando acima da média do estado, poderia atuar como constrangimento à formação de aliança entre PT e PSDB, uma vez que os filiados não constituiriam eleitores comuns, mas *públicos atentos*. O número de filiados abaixo da média estadual poderia, no entanto, garantir maior autonomia às articulações das elites políticas locais.

Essa categorização fundamentou a seleção dos municípios nos quais a etapa qualitativa se desenvolveria, já que possibilitou a identificação de casos em que a clivagem entre PT e PSDB se manifestou com maior intensidade e de maneira mais sistemática e, por outro lado, os municípios nos quais os partidos se aliaram sistematicamente. Dessa maneira, Coroaci foi categorizada como cenário de *aliança plena* entre os partidos, em que o PSDB e o PT estiveram coligados para prefeito nas eleições de 2004, 2008 e 2012, com candidato de um dos dois partidos entre os mais votados. Além disso, nesse município, ambas as agremiações dispunham de comissões como órgãos partidários e número de filiados abaixo da média do estado. O município de Piraúba, contudo, foi o selecionado para o caso de *polarização alta*, onde os candidatos do PT e do PSDB foram os mais votados nas disputas majoritárias e, assim, se estabeleceram como oponentes diretos nas eleições de 2004 a 2012. Nessa localidade, os diretórios eram os órgãos partidários das duas siglas, que possuíam, ambas, número de filiados acima da média do estado.

Selecionado um município de cada cenário dos polos do contínuo elaborado, o estudo se concentrou em realizar grupos focais com os eleitores de cada localidade. Se o objetivo do estudo é compreender se e em que medida a polarização entre PT e PSDB se reproduz no nível local e é capaz de estruturar as percepções dos eleitores, a utilização dos grupos focais

pareceu técnica adequada. Primeiramente, porque se estaria interessado não na opinião individual de cada eleitor, mas em como a interação entre eles possibilitaria identificar recorrências de seus posicionamentos e do arranjo político local. Em segundo lugar, a técnica prometia, através da interação entre os participantes, reconhecer e confirmar a atuação dos partidos como elos simbólicos entre o eleitorado e o universo da política. Assim, foram realizados três grupos focais em cada um dos municípios, compostos a partir de diferentes segmentos do eleitorado que reuniram, separadamente: eleitores neutros – que não manifestaram preferência nem filiação a nenhum partido no momento do recrutamento –, simpatizantes – que declararam possuir maior afinidade com o PT ou com o PSDB, embora não possuíssem vínculos de filiação com nenhum partido – e filiados ao PT e ao PSDB.

Tal divisão foi sugerida a partir da experiência do trabalho de campo, no momento do recrutamento dos participantes. Com a dificuldade de se encontrar eleitores das classes A e B, que se encaixassem no perfil da pesquisa e demonstrassem interesse e disponibilidade em participar, o estudo abriu mão da utilização do recorte a partir do critério de renda para a composição dos grupos. Entretanto, ao mesmo tempo, pôde-se verificar outra clivagem entre os eleitores, que se aproximou do conceito de sofisticação política, elaborado por Castro (1994). Mesmo que o roteiro de recrutamento não tenha sido construído contemplando tal questão, ela parece contribuir com os objetivos do trabalho, posto que sugere que maior interesse, envolvimento, conhecimento e capacidade de conceituação política são determinantes no processo de socialização política dos indivíduos.

As discussões realizadas se orientaram a partir de um roteiro semiestruturado, que teve como foco quatro principais dimensões de análise: (1) os partidos políticos; (2) a ideologia dos partidos e dos integrantes; (3) o arranjo político municipal; (4) a polarização PT-PSDB. Além disso, uma breve apresentação dos participantes no início de cada grupo possibilitou avaliar o grau de envolvimento e as experiências políticas de cada um. Por fim, buscou-se mensurar a preferência e a rejeição partidária dos eleitores através de um quadro anônimo, que solicitava que escrevessem o “Partido que prefere” e o “Partido no qual não votaria de jeito nenhum”, ao final de cada grupo.

Resumidamente, a principal contribuição deste trabalho se dá no sentido de corroborar a perspectiva de Lima Júnior (1983), reconhecendo que, mesmo quando a disputa local estava alinhada à estadual e à nacional, havia componentes da arena municipal que estruturavam o arranjo político de forma determinante. Assim, mais do que uma polarização entre PT e PSDB e, portanto, entre suas ideologias, programas e interesses especificamente, a clivagem entre as alas 13 e 45, como denominadas pelos eleitores de Piraúba, se originou antes mesmo de 1994,

constituindo, na verdade, uma luta pelo poder entre distintas famílias, grupos e facções. Contudo, tais alas seriam as principais referências políticas dos eleitores, a despeito de eles terem sido capazes de identificar componentes de outras arenas de competição.

No município de *aliança plena*, por sua vez, observou-se que não é a coligação entre PT e PSDB no nível local que garante que a disputa não esteja fragmentada em alguma medida. Desse modo, embora a clivagem existente no município não coincida com a polarização nacional, o arranjo político de Coroaci é caracterizado por significativa rivalidade entre dois grupos políticos, denominados *Bife* e *Birosca*, que se estende ao eleitorado, conformando suas percepções. Por isso, em consonância com o conceito de *racionalidade política contextual*, proposto por Lima Júnior (1983), somado à tendência indicada por Duverger (1980), segundo a qual disputas majoritárias de turno único resultariam em dualismo partidário, propõe-se pensar a clivagem encontrada no município como uma *polarização contextualizada*. No entanto, a aliança entre os partidos e a distinta clivagem não implicou que os eleitores fossem alheios às distinções entre PT e PSDB.

Portanto, é possível verificar que a polarização nacional parece, de fato, ser sentida no nível local, visto que, nos dois cenários, os eleitores percebem diferenças entre PT e PSDB com relação a ideias, programas, pessoas e prioridades. Contudo, identificar tais distinções não os predispõe à polarização. Primeiramente, porque eles também reconhecem uma série de semelhanças entre os dois partidos – sobretudo no que diz respeito às dimensões da organização, da racionalidade estratégica, na relação com o Estado e no pragmatismo político –, mas tais percepções são mediadas pelas características do contexto político local. O segundo motivo remete ao fato de que, mesmo o cenário de *polarização alta* entre PT e PSDB, Piraúba, não pode ser pensado como uma simples reprodução do que ocorre no nível nacional ou estadual. Trata-se de uma dinâmica com contornos próprios, gestada na confluência entre a atuação de famílias, grupos, facções, personalidades políticas importantes no município e, claro, agremiações partidárias. Assim, a relação entre os partidos parece não poder ser pensada sem referência a esses outros focos de lealdade.

Ademais, este estudo ainda permite compreender melhor atributos como: as estratégias e as ações das elites políticas locais; as características da competição eleitoral no município; o envolvimento e as experiências políticas dos eleitores; o conhecimento e as percepções do eleitorado sobre os partidos políticos brasileiros; as distinções ideológicas e programáticas que são capazes de atribuir às siglas; o reconhecimento e as opiniões dos indivíduos acerca da polarização entre PT e PSDB.

Esta dissertação está organizada da seguinte maneira: o primeiro capítulo tem como foco principal apresentar um panorama da polarização entre PT e PSDB nas diferentes arenas competitivas do cenário político brasileiro, considerando, brevemente, a origem e a trajetória dos partidos; no segundo capítulo, a contribuição teórica continua em destaque, abordando o debate acadêmico sobre os partidos políticos, os sistemas partidários, os vínculos partidários dos eleitores e o comportamento político; no terceiro capítulo, será descrito o desenho de pesquisa, além de outras considerações metodológicas sobre o desenvolvimento do trabalho; no quarto capítulo, serão apresentados e analisados os dados coletados referentes ao envolvimento político dos eleitores e suas percepções sobre os partidos; no quinto capítulo, os dados sobre o arranjo político local, em diálogo com a polarização entre PT e PSDB, serão descritos e analisados. Por fim, na conclusão discutimos os principais achados da pesquisa, em articulação com a literatura apresentada nos capítulos anteriores. Nessa oportunidade, será possível perceber que, embora longe de serem suficientes, as descobertas deste trabalho enriquecem os estudos sobre partidos e comportamento político no Brasil, iniciando a sua contribuição nas páginas que se seguem.

2 A POLARIZAÇÃO PT-PSDB NO CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO

Com o processo de redemocratização do país, iniciado na década de 1980, o Brasil viu emergir um novo modo de organização da competição política. Somadas à permanência da combinação entre federalismo, presidencialismo e representação proporcional, característicos da primeira experiência democrática, as mudanças eleitorais e partidárias introduzidas no novo período conduziram o cenário político ao alargamento do número de partidos nominais e ao aumento da participação não só eleitoral, mas política, da população brasileira. Contudo, passados vinte anos do início desse processo, a democracia se consolida no país com definidos padrões de disputa até o momento.

O bipartidarismo imposto pelo período militar deu lugar a um número elevado de partidos de médio porte, o que pode ser verificado através da quantidade de legendas que lançaram candidatura própria à Presidência na primeira eleição direta após o fim da ditadura, em 1989 (Tabela 1). A partir dos dados apresentados, é possível identificar traços iniciais de um padrão nas competições presidenciais que se estabelecerá até os dias de hoje, reforçado por diversos elementos, como a significativa queda no número de siglas com candidatura própria.

Ao longo das eleições, somente PT e PSDB lançaram, de modo contínuo, candidatos em todos os pleitos, demonstrando, como denominado por Melo (2010), sua *vocação presidencial*. Depois dos dois partidos, as legendas que apresentaram mais competidores próprios na corrida pela Presidência são: PCO, PSTU, PDT e PCB/PPS, ainda que, em sua maioria, eles não tenham participado das disputas de modo efetivamente competitivo.

Embora muitos partidos tenham investido em candidaturas próprias nas disputas majoritárias nacionais, especialmente em 1989, com o retorno das eleições diretas – fato que poderia ser considerado indicativo de alta fragmentação – não só esse fator garantiria, como argumenta Lima Júnior (1983), o multipartidarismo de modo consolidado. O autor aponta, referindo-se à primeira experiência democrática brasileira de 1946-1964, que o suposto excesso de fragmentação se dava, apenas, nominalmente, já que o grau de competitividade reduzia significativamente o número de atores relevantes e com reais chances de vitória⁴. Limongi e Cortez (2010), em estudo mais recente, concordam com a tese de Lima Júnior (1983), estendendo sua validade a partir do período da redemocratização. De acordo com os

⁴ Além disso, é fundamental considerar os altos custos de campanhas no Brasil, que pode reduzir ainda mais a competitividade de parte de atores nas disputas no país, especialmente nas nacionais, devido à sua abrangência.

autores, o multipartidarismo, no sistema brasileiro, está restrito ao Poder Legislativo⁵, cujos membros são eleitos pelo sistema proporcional.

Tabela 1 – Partidos com candidatura própria à Presidência da República (1989-2014)

Ano	Partidos	Total (N)
1989	PCB – PCN – PDC do B – PDS – PDT – PFL – PL – PLP – PMB – PMDB – PMN – PN – PP – PPB – PRONA – PRN – PSD – PSDB – PSP – PT – PTB – PV	22
1994	PDT – PMDB – PPR – PRN – PRONA – PSC – PSDB – PT	8
1998	PMN – PPS – PRONA – PSC – PSDB – PSDC – PSN – PSTU – PT – PT do B – PT – PV	12
2002	PCO – PPS – PSB – PSDB – PSTU – PT	6
2006	PCO – PDT – PRP – PSDB – PSDC – PSL – PSOL – PT	8
2010	PCB – PCO – PRTB – PSDB – PSDC – PSOL – PSTU – PT – PV	9
2014	PCB – PCO – PRTB – PSB – PSC – PSDB – PSDC – PSOL – PSTU – PT	10

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

A análise dos votos recebidos pelos candidatos à Presidência ao longo do período estudado (Tabela 2) permite identificar os principais atores das disputas a partir da perspectiva compartilhada por Lima Júnior (1983) e por Limongi e Cortez (2010). Apesar do número de candidaturas, seriam todas elas realmente competitivas? Qual o efetivo grau de competitividade da disputa quando significativa parcela dos votos recebidos está concentrada em parte restrita dos atores?

Com exceção das eleições de 1989, PT e PSDB protagonizam a disputada pela Presidência do Brasil há 20 anos, somando, em média, mais de 82% dos votos válidos no primeiro turno. O PSDB venceu duas disputas, em 1994 e em 1998, quando elegeu, no primeiro turno, Fernando Henrique Cardoso; e o PT ganhou os pleitos de 2002, 2006, 2010 e 2014, levando Lula e Dilma Rousseff, duas vezes cada, à Presidência. Nos anos em que a

⁵ Ainda que PT e PSDB tenham significativa força no Poder Legislativo, é o PMDB que dispõe de maior bancada na Câmara dos Deputados, refletindo uma lógica diferenciada daquela verificada nas eleições presidenciais. Entretanto, o foco deste trabalho é nas disputas majoritárias, uma vez que, como apontado por Limongi e Cortez (2010), são essas que possuem maior centralidade para o eleitor.

soma dos votos dos dois partidos aparenta certa redução é o momento em que outro candidato competitivo emerge na disputa. Em 2002, isso se deu em função dos votos conquistados, principalmente, por Anthony Garotinho (PSB), que conquistou 17,86% dos votos válidos, além dos 11,97% destinados ao candidato do PPS, Ciro Gomes, que já havia alcançado o percentual de 10,96% em 1998. Nas eleições de 2010 e de 2014, a possibilidade de enfraquecimento da polarização entre PT e PSDB ficou nas mãos de Marina Silva que, no primeiro pleito, recebeu 19,33% dos votos válidos. Em 2014, esperava-se o aumento desse percentual, que poderia conduzir Marina, após a morte de Eduardo Campos (PSB), ao segundo turno contra Dilma Rousseff, deixando de fora da disputa o candidato peessedebista, Aécio Neves. Todavia, a candidata recebeu 21,32% dos votos válidos e encerrou a sua participação ainda no primeiro turno.

Tabela 2 – Desempenho do PT e do PSDB no 1º turno das Eleições Presidenciais (1989-2014) (% votos válidos)

Ano	Partido		
	PT	PSDB	PT + PSDB
1989	17,18	11,51	28,69
1994	39,97	55,22	95,19
1998	31,71	53,06	84,77
2002	46,44	23,19	69,63
2006	48,60	41,63	90,23
2010	46,91	32,61	79,52
2014	41,59	33,55	75,14

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

Assim, ainda que a centralidade do PT e do PSDB tenha sido menor em momentos pontuais do cenário político brasileiro, é inegável que eles despontaram como os dois grandes protagonistas da disputa pela Presidência da República ao ponto de passarem a estruturar a disputa política no Brasil em diferentes níveis e arenas, como veremos a seguir.

2.1 PT E PSDB: ORIGENS E TRAJETÓRIAS

Criado em 1980, o PT nasceu como a grande surpresa da reforma partidária promovida pelo governo militar em 1979. Naquele momento, outros fatores impulsionaram o nascimento da agremiação, como o movimento operário do ABC paulista, o retorno de militantes da

esquerda do exílio e a ascensão do movimento de base da Igreja Católica. De acordo com a história contada pelo próprio partido através de seu site oficial,

a criação do PT foi resultado da combinação entre a ideia e, principalmente, a prática de trabalhadores e trabalhadoras da cidade e do campo, militantes de esquerda, intelectuais, artistas que almejavam um instrumento de representação para promover profundas alterações nos destinos de suas histórias e da sociedade brasileira pela via democrática.⁶

Assim, a principal singularidade atribuída ao PT por estudiosos como Meneguello (1989) e Keck (1991) seria a sua origem de baixo para cima, congregando diferentes atores sociais na sua criação. As autoras acrescentam que a participação das bases nos processos decisórios internos era também uma das principais preocupações do partido no momento inicial de desenvolvimento. Nas palavras de Meneguello (1989),

a novidade que o PT estabelece ao nível organizacional e estatutário é o fato de procurar traduzir no seu perfil formal uma proposta de funcionamento mais democrático, definida pelo estabelecimento de mecanismos de maior ligação entre as bases e o partido (MENEGUELLO, 1989, p. 90).

Em perspectiva semelhante, ainda sobre a origem do partido, Leal (2005) enfatiza:

Mesmo antes de nascer oficialmente, em 1980, o Partido dos Trabalhadores tinha um claro elemento unificador de suas múltiplas tendências: o projeto de construir um partido de massa com perfil ideológico, que rejeitasse tanto os modelos oligárquicos de organização dos partidos brasileiros tradicionais quanto a centralização dos partidos de inspiração bolchevique. Documentos prévios (como a Carta de Princípios, de 1º de maio de 1979) revelam que assegurar a pluralidade interna era um compromisso do projeto petista (LEAL, 2005, p.82).

Ribeiro (2010) e Amaral (2011) focam seus trabalhos em elementos para além da criação do partido. O primeiro aponta semelhanças entre a legenda e o desenvolvimento da socialdemocracia na Europa, de modo que, para ele, o PT estabeleceu um processo progressivo de dependência em relação ao Estado. Amaral (2011), por sua vez, indica que a legenda passou por diversas transformações desde seu surgimento até a atualidade, que demonstram um partido mais distante dos ideais primeiros de sua história, já que, agora, especialmente depois da primeira vitória de Lula, em 2002, o sucesso nas eleições e a governabilidade se tornaram temas centrais para o PT.

⁶ Disponível em <http://www.pt.org.br/o_partido>. Acesso em 25/02/2014.

De acordo com Keck (1991), a agremiação foi se caracterizando como uma anomalia no sistema partidário brasileiro, em função, principalmente, da significativa mudança que a criação dos núcleos de base na sua formação representou para o universo dos partidos na época. Meneguello e Amaral (2008) argumentam que, com a constituição dos núcleos, hoje extintos, o PT privilegiava a agregação de interesses à função eleitoral do partido, uma vez que os referidos núcleos não estavam ligados de modo direto à corrida por votos. Além disso, esse tipo de participação dos filiados, desejada e incentivada pelo partido, representava um esforço efetivo da construção de um campo de atividades internas para os membros do PT.

Ainda que a origem social do partido e suas relações com as bases ainda sejam consideradas as principais características distintivas do PT, alguns autores acreditam que as alianças feitas pela agremiação com antigos adversários políticos, como a família Sarney, em nome da governabilidade, cristalizaram um programa de governo cada vez mais distante da esquerda, caminhando rumo ao centro e até mesmo à direita do espectro ideológico. Cláudio Souza (2010) argumenta que o estatuto do partido e alguns setores internos ainda tratam da viabilidade do socialismo em intercâmbio com a democracia. Para o autor, “a ‘parlamentarização’ do PT não exclui os movimentos sociais da sua vida interna, mas, todavia, subordina-os a gravitar em torno de estruturas parlamentares fundamentais para acessar recursos, organizar mobilizações, vida interna e expressão de demandas” (SOUZA, C. 2010, p.8).

Assim, ainda que a origem inovadora do Partido dos Trabalhadores seja um consenso na literatura, alguns autores, como Ribeiro (2012), exemplificam o processo vivido pelo partido de atenuação, ou mesmo de perda de parte de seus elementos originários. Segundo ele, o dinamismo da vida partidária, a estrutura decisória inclusiva, os vínculos consistentes com a sociedade e a ação política centralizada nacionalmente estariam perdendo forças em nome de maior autonomia para diretórios subnacionais, flexibilização intensa dos critérios de filiação, forte dependência do Estado, entre outros fatores. Tudo isso, segundo o autor, estaria aproximando o PT das siglas concorrentes.

Se o Partido dos Trabalhadores nasce de setores da esquerda organizada, de sindicalistas e de movimentos progressistas católicos, o Partido da Social Democracia Brasileiro (PSDB) tem sua origem no interior do sistema partidário, como a grande maioria das legendas. Nascido em 1988, fruto de uma divisão no PMBD, o partido se estabelece, tendo como base a democracia interna e a disciplina, como declarado em seu estatuto⁷.

⁷ Disponível em <http://static.psdb.org.br/wp-content/uploads/2010/04/estatuto_atualizado-psdb_2013.pdf>. Acesso em 28/03/2014.

Segundo Anastasia, Nunes e Meira (2010, p.249), a criação do PSDB tinha “o intuito de reunir sob sua legenda os chamados autênticos ou progressistas do PMDB”. Entre os objetivos programáticos descritos em seu estatuto estão:

a consolidação dos direitos individuais e coletivos; o exercício democrático participativo representativo; a soberania nacional; a construção de uma ordem social justa e garantida pela igualdade de oportunidades; o respeito ao pluralismo de ideias, culturas e etnias; e a realização do desenvolvimento de forma harmoniosa, com a prevalência do trabalho sobre o capital, buscando a distribuição equilibrada da riqueza nacional entre todas as regiões e classes sociais.

Embora o PSDB tenha sido objeto de número menor de estudos, Roma (2002) afirma que, devido à sua origem parlamentar, o partido dispõe de estrutura menos centralizada, com menor interferência de seus filiados e da burocracia partidária quando comparado ao PT. Tais fatores ofereceram à legenda maior autonomia para firmar alianças com outros partidos, diminuindo, assim, o constrangimento imposto por setores internos, o que, para Roma (2002), teria significativa responsabilidade na vitória eleitoral do partido nos anos 90. O autor resume: “O PSDB se apresenta como socialdemocrata, mas incorpora ideias vinculadas ao liberalismo. No Congresso Nacional, o PSDB mantém um alto grau de coesão nas votações e uma tendência crescente de se tornar um partido de governo” (ROMA, 1999, p.107).

Celso Roma (2003) também sintetiza os resultados de diferentes estudos sobre a criação do PSDB e indica três fatores que teriam motivado a organização do partido. Primeiramente, o autor relata divergências no interior da bancada do grupo que ainda pertencia ao PMDB, durante trabalhos da Constituinte em 1987 e 1988, sobre a duração do mandato do governo Sarney e a respeito do sistema de governo mais adequado ao país: parlamentarismo ou presidencialismo. Um segundo fator teria sido a disputa interna de poder, relacionada ao predomínio do grupo paulista liderado por Orestes Quéricia no partido. O terceiro e último elemento seria o lançamento da candidatura de João Neiva à prefeitura de São Paulo, articulada com o ex-PFL. Roma (2003), contudo, problematiza que o caminho para a compreensão da criação do PSDB está mais associado a características pragmáticas e eleitorais do que ideológicas, uma vez que seis anos depois de sua fundação, a sigla adotara as mesmas estratégias de ação, como a aliança de centro-direita com o ex-PFL e a instituição da reeleição.

Nesta perspectiva, o autor apresenta novos fatores, até então desconsiderados pela literatura, que teriam incentivado, verdadeiramente, a criação do partido. São eles: o pouco espaço recebido pelo grupo que fundaria o PSDB no governo Sarney; a exclusão desse mesmo grupo do processo de sucessão da Presidência; o descontentamento dos cidadãos com

o governo do PMDB, que teria aberto uma brecha no mercado eleitoral. Esse elemento circunstancial ganha ênfase no estudo feito por Guiot (2006), no qual o autor afirma:

Coube ao PSDB a tarefa política de reaglutinar a burguesia em crise nos anos de abertura política, anunciando-se como instrumento capaz de alavancar a “modernização” da sociedade brasileira pela via do projeto neoliberal de tipo terceira via. A atuação do PSDB obedece, a nosso ver, às necessidades das frações das classes dominantes em alterar a relação de forças presentes mediante a reorganização do capitalismo brasileiro (GUIOT, 2006, p.70).

Quadro I – Características estruturais e organizativas comparadas (PT-PSDB)

Indicador	Partido	
	PT	PSDB
Recrutamento de candidatos	Média centralização: estados são as arenas principais, porém a cúpula nacional já não interfere tanto como em tempos de maior centralização.	Descentralizado: estados são arenas principais, mas a cúpula nacional tem interferido.
Composição dos órgãos nacionais	Centralização: eleição direta não garante representação regional (facções nacionais disputam Processos de Eleições Diretas (PED) para eleição do Diretório Nacional, em circunscrição nacional). Encontro nacional: privilegia estados com mais filiados e mais mobilização no PED.	Centralização: estados têm participação assegurada no Diretório Nacional, mas não no conselho e executiva nacionais (mais importantes). Convenção nacional: privilegia estados mais fortes eleitoralmente.
Financiamento	Forte centralização: cúpula nacional arrecada mais e repassa pouco aos estados.	Média centralização: cúpula nacional arrecada mais; autonomia restrita para repasses.
Estratégias eleitorais (coligações, lançamento de candidatos etc.)	Centralização diminuiu nos últimos anos: maior autonomia principalmente às seções locais.	Descentralização: autonomia para estados e municípios; nos últimos anos, cúpula nacional tem interferido mais.
Intervenções hierárquicas (dissolução de diretórios etc.)	Cúpula nacional cada vez menos interventora; concentração de vetos sobre estados e cidades estratégicas.	Cúpula nacional cada vez mais interventora; comissões provisórias em grande número.

Fonte: Reproduzida de Ribeiro (2013, p.255), com adaptações.

Assim, o projeto proposto pelo PSDB consistia, segundo Jaguaribe (1990), na junção de ideais e experiências econômicas somadas à proposta de justiça social. O fundamento de tal modelo incidiria na manutenção de uma economia de mercado, com a dinâmica da iniciativa privada, porém com o controle social oferecido pelo estado democrático. Tais ideias se distanciam, em certa medida, da proposta inicial do PT que, embora também procurasse

congregar socialismo e democracia, apresentava um projeto de esquerda centrado, principalmente, no governo dos trabalhadores, com radical reforma agrária e propriedade privada desconcentrada, segundo a Plataforma Eleitoral Nacional elaborada pelo partido. Além dessa diferença, Ribeiro (2013), de modo resumido, aponta outras distinções e aproximações entre as duas legendas (Quadro I).

Apesar das modificações que o PT vem sofrendo ao longo do tempo e que poderia estar aproximando a agremiação do PSDB, como já foi argumentado anteriormente, ainda é possível verificar algumas diferenças entre as legendas na contemporaneidade, para além das distintas origens. Todos esses fatores contribuem para o estabelecimento da polarização entre ambos os partidos nas eleições majoritárias nacionais desde 1994, quando as duas siglas apresentaram diferentes projetos de governo.

2.2 ARRANJO BIPARTIDÁRIO: A CONSOLIDAÇÃO DE UM PADRÃO

Ainda que PT e PSDB tenham participado da primeira eleição após a redemocratização do país, o protagonismo de ambos não se inicia nessa disputa. Ao contrário, o que se tem nesse momento é o único indicativo de aproximação entre os dois partidos nos últimos 20 anos na corrida presidencial, com o apoio do candidato Mário Covas, do PSDB, a Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, no segundo turno da disputa. Lula, apoiado por Covas, recebeu 44,23% dos votos.

Embora o PSDB não tenha demarcado espaço significativo nessa disputa, o PT saiu fortalecido pelas chances reais de vitória na competição e tomou para si, desde esse momento, o lugar cativo de oposição. De acordo com Melo (2010), o pleito de 1989, bem como o de 1994, foi fundamental para consolidar a polarização entre PT e PSDB, já que, através do mecanismo de *path dependence*, cada disputa tem o poder de influenciar as competições que se seguem. Neste momento, segundo o autor, o naufrágio do PDT em 1994 foi crucial para a centralidade do PT e do PSDB nas eleições subsequentes. Melo (2010) argumenta que PT e PDT eram lideranças do campo da esquerda e que, dificilmente, quem havia votado em Lula em 1989 transferiria seu voto para Brizola em 1994, ainda que o PDT também possuísse um projeto para o país.

O PSDB garante o seu protagonismo nas eleições presidenciais a partir de 1994 ao inserir na agenda nacional temáticas como a da estabilidade econômica e ao se aliar a partidos

importantes como o ex-PFL e o PTB. O PSDB sai vitorioso no primeiro turno com 55,22% dos votos válidos, enquanto o PT atinge 39,97%. A partir dessa disputa, as siglas não só se consolidam como os principais atores na corrida pela Presidência, como constroem uma distinção efetiva entre seus ideais e projetos na arena política. Nos pleitos majoritários nacionais subquentes, PT e PSDB sempre estiveram em lados opostos e jamais ensaiaram qualquer aproximação, como ocorrido em 1989. Melo (2010) ressalta a alteração do cenário político estabelecida nesse momento, por iniciativa do PSDB. O autor argumenta:

Ao viabilizar seu projeto político, o PSDB não apenas assumiu a centralidade que coubera ao PMDB no processo de transição, como também tornou anacrônico o discurso petista baseado na afirmação de uma alternativa em oposição “a tudo o que aí está”, obrigando o partido de Lula a acelerar uma revisão de seus posicionamentos. A partir de 1994, a competição política nacional passaria a ocorrer no interior de um espectro ideológico mais comprimido, assumindo a atual dinâmica moderada (MELO, 2010, p.23).

Em 1998, o PSDB reelege Fernando Henrique Cardoso no primeiro turno com 53,06% dos votos válidos e Lula, candidato petista, obtém a segunda colocação com 31,71%. De 1994 a 2002, enquanto o PSDB estava no poder, o Partido dos Trabalhadores se consolidou como o principal partido de oposição. Quando, em 2002, o PT assume a Presidência com a vitória de Lula, a polarização entre os dois partidos se solidifica, já que, até então, o PT, que representava apenas uma possibilidade, se torna realidade e o PSDB se estabiliza como a legenda mais significativa de oposição ao governo. A polarização se mantém viva e intensa, encerrados os mandatos de Lula e com o ingresso da companheira de partido, Dilma Rousseff, nas eleições de 2010, em que saiu vitoriosa após disputar o segundo turno contra o candidato peessedebista, José Serra.

Há quem vislumbresse o enfraquecimento da clivagem entre os dois partidos por diversos motivos: a não alternância de poder, com a sucessão de Dilma Rousseff aos dois mandatos de Lula; a disputa pela principal força de oposição entre o PSDB e o DEM desde 2002; a competição no interior do PSDB que poderia abrir espaço para uma terceira força como efetivamente ocorreu, primeiro com Eduardo Campos (PSB) e depois com Marina Silva na eleição de 2014. A morte do presidenciável do PSB fortaleceu a candidatura da vice de sua chapa, Marina Silva, que travou um embate efetivo com Aécio Neves pelo segundo turno. Apesar disso, nas eleições de 2014, a polarização se manteve e PT e PSDB disputaram de modo muito competitivo o segundo turno, oportunidade em que a candidata petista foi reeleita.

Ainda que poucas análises científicas do pleito de 2014 tenham sido feitas até o momento, as últimas eleições presidenciais suscitaram visivelmente o embate entre petistas e peessedebistas, especialmente através das redes sociais, que pode ter fortalecido ainda mais a polarização consolidada entre tais atores. De todo modo, o fato é que, desde 1994, PT e PSDB controlam, em média, mais de 82% dos votos válidos nas eleições presidenciais e se apresentam ao eleitorado como as alternativas centrais para as grandes questões da nação.

O predomínio dos dois partidos nas disputas para a eleição presidencial nos últimos 20 anos garantiu a estabilidade dessa dinâmica, contrastando com o recorrente diagnóstico na literatura que aponta a baixa institucionalização do sistema partidário brasileiro e o baixo grau de identificação dos eleitores com os partidos no Brasil. Opõe-se, ainda, ao caráter fortemente personalista dos processos eleitorais no país e com a ideia bastante difundida de que os partidos brasileiros não se institucionalizaram ao ponto de estruturar de forma consistente e duradoura as escolhas dos eleitores.

Mesmo que Melo (2010) considere significativamente importante o padrão de estabilidade adquirido pela disputa nacional através da polarização entre PT e PSDB ao longo dos anos, o autor problematiza:

Estáveis, *pero no mucho*. A emergência de um padrão no interior da competição nacional não pode ser lida como significando uma transformação substancial no sistema e nos partidos brasileiros. Trata-se da estabilidade possível levando em conta a história, as escolhas anteriores, o arranjo institucional e o contexto em que atuam os partidos nas democracias contemporâneas (MELO, 2010, p. 39).

Ainda que se destaque o PT como um partido diferenciado, dadas as suas origens, as suas características organizacionais e o seu número de simpatizantes, fica a questão: como explicar que, no contexto do sistema partidário brasileiro, este bipartidarismo no nível da eleição presidencial tenha emergido e se consolidado? Melo (2010), ao tentar explicar por que PT e PSDB adquiriram centralidade nas disputas presidenciais desde 1994 e não qualquer outro partido como o PMDB, por exemplo, que possui a maior bancada na Câmara e o maior número de prefeituras em 2012, ressalta: “PT e PSDB destacaram-se, no conjunto dos maiores partidos brasileiros, por terem se mostrado capazes de (1) formular um projeto de política nacional, (2) apresentar candidatos competitivos às eleições presidenciais e (3) se unificar em torno de (1) e (2)” (MELO, 2010, p.22).

Echegaray (2007) adota perspectiva semelhante à de Melo (2010) e explica a polarização não somente a partir dos projetos e temas tratados por ambos os partidos, como também pelo reconhecimento das siglas junto ao eleitorado. O autor afirma:

Avaliados em sua competência para resolver diferentes assuntos – da violência à corrupção, do desemprego à educação, do crescimento econômico ao meio ambiente –, somente os dois grandes agrupamentos partidários do PT e do PSDB são reconhecidos como capazes por uma maioria expressiva. O resto da oferta eleitoral-partidária simplesmente carece de força suficiente em qualquer uma dessas áreas específicas para disputar um espaço com o atual bipartidarismo [...] (ECHEGARAY, 2007, p.16).

Contudo, Limongi e Cortez (2010) defendem que não se pode atribuir tal polarização e predomínio das legendas à identificação partidária dos eleitores. Os autores não descartam que haja uma parcela de influência de tal questão nos resultados apresentados, todavia, pensam que:

O eleitorado partidário fiel, um eleitor que vota sistematicamente no mesmo partido ao longo do tempo, seja o PT ou o PSDB, é uma minoria do eleitorado. Dados de identificação partidária indicam que eleitores partidários não passam de um terço do eleitorado. Ademais, não é claro que um eleitor identificado com um partido votará constantemente neste. As porcentagens de eleitores identificados a um partido tendem a variar com a conjuntura (LIMONGI e CORTEZ, 2010, p.23).

Como os autores não consideram que PT e PSDB tenham suficiente enraizamento social para a explicação do protagonismo na esfera política nacional, eles atribuem o cenário de polarização ao número restrito de candidaturas e às estratégias intrapartidárias, sobretudo no que diz respeito à organização e expansão das bases eleitorais. Os autores ressaltam: “eleitores votam nas poucas candidaturas que lhes são oferecidas” (LIMONGI e CORTEZ, 2010, p.25).

Nesse sentido, em trabalho anterior, Cortez (2009) indica um caminho produtivo para a compreensão deste fenômeno. Para o autor, o elemento que teria sido fundamental para a prevalência de PT e PSDB nas eleições nacionais seria a capacidade de articulação dessas disputas com as estaduais por parte de ambos os atores. Subordinando as ações e as estratégias das disputas estaduais à dinâmica nacional, os partidos dependeriam mais de coordenação eleitoral previamente estabelecida do que da mobilização dos eleitores. Assim, se PT e PSDB protagonizam sucessivos embates no nível nacional, resta descobrir se esse panorama se reproduz nas demais arenas e quais seriam as suas particularidades.

2.3 DINÂMICA ESTADUAL: UMA REPRODUÇÃO DA CLIVAGEM?

Com menor intensidade e de maneira diferenciada, a literatura indica que a clivagem PT-PSDB também se reproduz, em alguma medida, no nível estadual, no que diz respeito às disputas majoritárias – é o que Sandes-Freitas (2012) denomina de *nacionalização da competição eleitoral*. Na perspectiva do autor, esse movimento se inicia após o pleito de 1994, já que no período anterior os arranjos políticos estaduais seriam dotados de lógica própria, como apontado por Lima Júnior (1983). Em seguida, há uma mudança na racionalidade eleitoral, sobretudo na formação das coligações, que, segundo o autor, indica o entrelaçamento entre as dinâmicas políticas nacional e estadual.

De acordo com Sandes-Freitas (2012), componentes institucionais do sistema eleitoral, como a possibilidade de reeleição para cargos majoritários, estabelecida em 1997, e a verticalização das coligações partidárias, instituída pelo Tribunal Superior Eleitoral em 2002, também teriam influência sobre a *nacionalização da competição*. Ao tentar inibir o que denominou de “coligações esdrúxulas”, o TSE determinou que partidos coligados a nível nacional não poderiam participar de alianças formais com outras agremiações pertencentes a diferentes coligações presidenciais. Com isso, o padrão competitivo nacional teria sido reforçado, uma vez que estratégias desviantes deveriam ser descartadas. Para Melo (2006, p.56), a verticalização exigida, ao invés de contribuir para a coerência das coligações, incentivou a formação de alianças informais nos estados e a desistência de algumas legendas de participar da disputa presidencial. Assim, no ano de 2006, o Congresso aprovou a Emenda Constitucional nº 52, garantindo autonomia aos partidos para escolherem livremente suas alianças eleitorais.

Com relação à predisposição para o lançamento de candidatos nas eleições majoritárias estaduais (Tabela 3), os partidos apresentaram comportamentos distintos, de acordo com levantamento feito por Melo (2010). No que se refere ao comportamento do PT, a agremiação lançou mais candidatos do que qualquer outra legenda no período de 1990 a 2006: 102, mas, desses, apenas 12,7% se elegeram. Para o autor, “o fraco desempenho do partido pode ser explicado pelas suas prioridades: na grande maioria dos casos, não se tratava de vencer as eleições estaduais, mas de construir palanques para a candidatura Lula e firmar nacionalmente a legenda” (MELO, 2010, p.31).

Em comparação ao PT, o PSDB, por sua vez, lançou um número significativamente menor de candidatos a governador, tendo valorizado mais a formação de coligações, o que indica uma estratégia diferenciada entre os dois partidos. Contudo, a taxa de sucesso da sigla foi mais de três vezes maior (41%) do que a da agremiação rival. Ademais, Melo (2010) salienta que a formação da bancada peessedebista no Congresso está diretamente relacionada

com o desempenho da agremiação nas disputas majoritárias estaduais, fato que, segundo ele, mostra que a afirmação do PSDB junto ao eleitorado nunca foi uma prioridade para o partido.

Tabela 3 – Partidos e governos estaduais (1990-2006)

Partido	Nº de candidatos ao governo	Nº de eleitos	Estados com candidatos eleitos	Candidatos em 1º ou 2º lugar	Candidatos com mais de 10% dos votos
PT	102	13	AC, PA, PI, SE, BA, RS, DF, MS	37	63
PMDB	80	35	RO, AM, PA, TO, PI, RN, PB, PE, AL, SE, MG, ES, RJ, SP, PR, SC, RS, MS, GO, DF	58	71
PSDB	66	27	RO, RR, PA, CE, PB, AL, MG, SP, ES, RJ, RS, MT, GO	40	54
PDT	50	09	AP, MA, SE, ES, RJ, PR, RS, MT	22	27
DEM	43	20	RO, AM, AP, TO, MA, PI, PE, SE, BA, PR, SC, MT, DF	36	38
PSB	43	11	AP, CE, RN, PE, AL, ES, RJ	15	24
PP	34	08	AC, RR, TO, RN, SC, GO	21	24
PTB	20	03	RR, MS	10	13
PPS	16	04	AM, RO, MS	6	7
PL/PR	09	-	-	2	3

Fonte: Reproduzida de Melo (2010, p.32).

Se PT e PSDB, nas eleições para a Presidência, concentravam, em média, mais de 82% dos votos válidos desde 1994, o panorama estadual opera de modo menos centralizado, conforme indica Limongi e Cortez (2010). Nesta circunstância, a soma dos votos recebidos pelos dois partidos nas eleições para governador atinge 52% em seu melhor desempenho (Tabela 4). Mesmo que em nível nacional PT e PSDB garantam maior predomínio, é possível verificar que ambos os partidos ainda concentram número significativo de votos na disputa pelos governos estaduais, que sofreu aumento considerável em 2002 e em 2006 e, de certo modo, se estabilizou nos pleitos subsequentes. Percebe-se que, cada vez mais, as legendas selecionadas – PT, PSDB, PSB, PMDB e DEM – se configuram como os atores centrais na arena política estadual, já que o número de votos recebidos por outros partidos envolvidos na competição diminuiu ano após ano, indicando uma simplificação do quadro partidário neste nível, que pode ser confirmada pelo número de governadores eleitos por cada um destes partidos (Tabela 5).

Tabela 4 – Percentual de votos recebidos pelos principais partidos nas disputas de 1º turno para o cargo de governador no Brasil (1990-2014) (% votos válidos)

Ano	Partido						
	PT	PSDB	PT + PSDB	PSB	PMDB	PFL/DEM	Outros
1990	9,7	11,6	21,3	0,5	22,2	10,8	45,2
1994	11,7	23,2	34,9	2,4	17,5	6,8	38,4
1998	14,5	19,9	34,4	2,9	22,9	15,3	24,5
2002	27,7	22,9	50,6	10,1	12,9	7,2	19,2
2006	21,9	30,1	52,0	5,8	18,0	7,8	16,4
2010	20,1	28,9	49,0	11,5	18,2	4,2	17,1
2014	22,7	26,6	49,3	7,4	23,3	2,5	17,5

Fonte: Adaptada de Limongi e Cortez (2010) e atualizada com dados do TSE.

Tabela 5 – Governadores eleitos (1990-2014)

	1990	1994	1998	2002	2006	2010	2014	Total
PT	0	2	3	3	5	5	5	23
PSDB	1	6	7	7	5	8	5	39
PT + PSDB	1	8	10	10	11	13	10	63
PSB	0	2	2	4	3	6	3	20
PMDB	7	9	6	5	7	5	7	46
PFL/DEM	8	2	6	4	1	2	0	23

Fonte: Adaptada de Limongi e Cortez (2010) e atualizada com dados do TSE.

O PSDB, no que diz respeito ao número de governadores eleitos no período entre 1990 e 2014, teve quase o dobro do PT. Porém, juntos, os dois partidos obtiveram parcela significativa dos representantes eleitos, especialmente a partir de 1994, de modo que:

PT e PSDB sempre tiveram claro que as decisões tomadas na arena principal – a presidencial – deveriam subordinar as demais. Mas, pelo menos até 2002, isso teve consequências distintas para os dois partidos. Mesmo antes da primeira eleição presidencial, a estratégia petista sempre foi claramente nacional – tratava-se de firmar um projeto político, de levar o partido ao maior número de estados possível, correndo em faixa própria com seus símbolos e seu discurso. [...] No caso do PSDB a candidatura presidencial sempre procurou apoio em candidatos estaduais competitivos, fossem eles do PSDB ou não. Em consequência, o número de candidaturas próprias aos governos estaduais, entre 1990 e 2010, foi bem menor que os lançados pelo PT (MELO e CÂMARA, 2012, p.83).

Apesar de tal *nacionalização da competição*, ainda é essencial considerar que fatores contextuais possivelmente atuam na formação de alianças e, portanto, na configuração do cenário político estadual. Sandes-Freitas (2012) incorpora elementos que poderiam constranger ou tornar a lógica da *nacionalização* inoperante em determinados estados. Dentre os componentes que o autor introduz estão as estratégias das lideranças estaduais, as variáveis relativas ao processo de barganha, as aproximações e os distanciamentos históricos entre partidos na arena estadual.

É possível que algum desses fatores destacados pelo autor tenha operado nos locais em que PT e PSDB estiveram coligados em nível estadual. Como demonstrado por Anastasia, Nunes e Meira (2010), as únicas alianças constituídas, entre 1998 e 2014⁸, que incluíam ambos os partidos, foram verificadas nas eleições para os governos estaduais do Acre e do Piauí, em 1998. Também é válido ressaltar que, de 1998 até 2006, PT e PSDB não competiram nem cooperaram para os pleitos de governadores no Paraná (1998); em Alagoas, no Amazonas, no Espírito Santo, no Maranhão, em Rondônia e em Roraima (2002); no Amazonas, na Bahia, no Espírito Santo, no Paraná e em Rondônia, (2006). Ou seja, com relação a essas eleições poderia ser afirmado que a disputa não esteve polarizada entre os dois partidos.

Não obstante, tal elaboração pode não ser sustentada devido ao fato, sugerido por Limongi e Cortez (2010), de que os partidos não atuam isoladamente na arena estadual, mas formam blocos junto a seus aliados históricos. Este fato também ressalta a articulação de estratégias entre as arenas nacional e estadual, uma vez que tais parceiros são identificados levando em consideração as alianças feitas pelos partidos nas disputas pela Presidência (Tabela 6). Para os autores, são poucas as siglas que realmente contam na esfera estadual e, por isso, a simplificação do quadro partidário é evidente. Assim, eles afirmam de modo categórico:

A clivagem política nacional se reproduz nos estados. PT e PSDB estão presentes, diretamente ou por meio de representantes, em todos os estados. A oferta de candidaturas viáveis pelos partidos se reduz a dois tanto no âmbito nacional como no estadual. O resto é o resto (LIMONGI e CORTEZ, 2010, p.37).

⁸ Os autores expõem dados referentes ao período entre 1998 e 2006. A atualização englobando as disputa de 2010 e 2014 é de responsabilidade da autora.

Tabela 6 – Alianças do PT e do PSDB no 1º turno das Eleições Presidenciais (1989-2014)

Ano	Coligações com a participação do PT	Coligações com a participação do PSDB
1989	PT – PSB – <i>PC do B</i>	PSDB
1994	PT – PSB – <i>PC do B</i> – PCB – PV – PPS – PMN – PSTU	PSDB – <i>PFL</i> – PPB – PTB – PSD
1998	PT – PCB – PSB – <i>PC do B</i>	PSDB – PPB – PTB – <i>PFL</i> – PSD
2002	PT – PL – <i>PC do B</i> – PMN – PCB	PSDB – PMDB
2006	PT – PRB – <i>PC do B</i>	PSDB – <i>PFL</i>
2010	PT – PRB – PDT – PMDB – PTN – PSC – PR – PTC – PSB – <i>PC do B</i>	PSDB – PTB – PPS – <i>DEM</i> – PMN – PT do B
2014	PT – PMDB – PSD – PP – PR – PROS – PDT – <i>PC do B</i> – PRB	PSDB – PMN – SD – <i>DEM</i> – PEN – PTN – PTB – PTC – PT do B

Fonte: Reproduzida de Limongi e Cortez (2010, p.27) e atualizada a partir de dados do TSE.

Ao analisar a dinâmica dos jogos estaduais, Melo (2010) identifica uma importante tendência da disputa. De acordo com ele, “as eleições para os governos estaduais têm em comum a tendência à formação de dois grandes blocos em torno dos quais se distribuem as elites políticas locais”. Todavia, o autor atenta para o fato de que “isso não significa, no entanto, que os competidores sejam os mesmos, ou melhor, que os mesmos partidos encabeçam as coligações de uma eleição a outra” (MELO, 2010, p.28).

Ao longo das disputas presidenciais, além da configuração de alianças históricas, de significativa relevância nos pleitos majoritários estaduais, dois blocos de competição foram se delineando. O primeiro, com liderança do PT, conta com a contínua participação do PC do B, presente em coligações de todas as eleições, e integração condicionada do PSB e do PDT. PSDB capitaneia o outro bloco, caracterizado pela participação significativa do DEM e pela recente adesão do PPS. PMDB, PP e PTB oscilam em suas alianças, utilizando suas bancadas eleitas no Congresso para aderirem ao governo de plantão, como ressalta Melo (2010). Limongi e Cortez (2010, p.34) concluem: “Assim, no geral, a disputa nos estados gira em torno dos representantes diretos dos dois blocos ou se dá entre um destes e o PMDB”.

Contudo, Anastasia, Nunes e Meira (2010) sugerem que fatores do próprio sistema eleitoral poderiam também ter efeito sobre a constituição dos dois blocos. Os autores afirmam:

A lógica da disputa presidencial, que envolve um sistema majoritário com produção de resultados de soma zero, alimentou a polarização entre as duas legendas e resultou no alinhamento do PSDB com partidos situados à direita do espectro ideológico, como o PFL e o PTB; e na aliança do PT com partidos de esquerda como PSB, PCdoB e PSTU. (ANASTASIA, NUNES e MEIRA, 2010, p.251)

Anastasia, Nunes e Meira (2010) concluem o conjunto de argumentos propondo que a relação eleitoral entre PT e PSDB engloba “a reiteração de um padrão competitivo entre os dois partidos, ao longo do tempo, na maioria dos estados brasileiros, no âmbito das eleições para governadores, replicando as interações já apontadas no contexto do pleito presidencial” (ANASTASIA, NUNES e MEIRA, 2010, p.257).

De 1994 a 2014, PT e PSDB rivalizaram diretamente nas eleições para governador em pequeno número de estados e com reduzida frequência, a maior delas no ano de 2002 (Tabela 7), de acordo com dados do TSE. Considerando as disputas em que ambos os partidos apresentaram candidatos próprios e nas quais também eram os mais competitivos, a maior polarização se deu, ao longo do tempo, nos estados de Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará e São Paulo, em que a centralidade dos candidatos dos partidos ocorreu por três vezes em cada estado.

Tabela 7 – Estados onde PT e PSDB lideraram a disputa pelos governos estaduais como adversários (1994-2014)

1994	1998	2002	2006	2010	2014
-	MS	CE, MS, MG, PA, PR, SP	MG, PA, RS, SP	AC, PA, SP	AC, MG, MS

Fonte: TSE.

No ano de 1994, não houve nenhum caso de tal clivagem. Em 1998, ela aconteceu somente no estado do Mato Grosso do Sul. Já em 2002, houve aumento na polarização estadual, que foi ampliada para os estados do Ceará, Minas Gerais, Pará, Paraná e São Paulo, além de ter se repetido no Mato Grosso do Sul. Assim, totalizaram seis casos. Na eleição seguinte, em 2006, o número foi reduzido para quatro casos, incluindo uma nova manifestação, no estado do Rio Grande do Sul, e repetições em Minas, Pará e São Paulo. Em 2010, a polarização se reduz ainda mais, permanecendo apenas nos estados de Minas Gerais,

São Paulo e estreado no Acre. Nas eleições de 2014, Acre, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul constituem as arenas onde há polarização PT-PSDB nas disputas majoritárias estaduais.

Apesar de, à primeira vista, os dados aparentarem demonstrar pequena importância da polarização entre PT e PSDB nos estados, é preciso considerar, como aponta a literatura, que nessa arena a clivagem pode se dar, muitas vezes, por meio de aliados históricos dos partidos. Além disso, os dados apresentados não dizem respeito aos estados em que ambos os partidos lançaram candidatos próprios para governador, mas as localidades em que as candidaturas tanto do PT quanto do PSDB foram as mais competitivas, protagonizando o pleito, assim como nas eleições presidenciais.

É fundamental observar que, dos estados com polarização entre PT e PSDB mais consolidada – Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará e São Paulo – o caso mineiro é um exemplo singular da relação entre PT e PSDB, como pode ser verificado nos dados do TSE e do TRE-MG apresentados abaixo. Os números das eleições presidenciais expostos a seguir são referentes à votação dos candidatos somente no estado de Minas Gerais.

Desde o momento em que o PSDB chegou ao Governo do Estado, em 2002, com a vitória de Aécio Neves e se manteve no poder, sucedido por Antônio Anastasia, o PT também saiu vitorioso no estado, porém nas eleições presidenciais. Na disputa de 2002, Aécio venceu no 1º turno com 56,68% dos votos válidos, enquanto o candidato petista Nilmário Miranda (PT) obteve 30,72%. Para o cargo de presidente, por sua vez, Lula (PT) atingiu 53% dos votos no 1º turno, aumentando seu percentual para 66,45% na 2ª rodada. O candidato do PSDB, José Serra, conquistou 22,85% no 1º turno e 33,55% no 2º, perdendo a eleição.

No pleito de 2006, o panorama se repetiu com a reeleição de Aécio Neves (PSDB) como governador de Minas com 77,03% dos votos válidos. Nilmário Miranda, novamente candidato pelo PT, obteve 22,03% dos votos. No mesmo ano, Lula se reelegeu com 65,20% dos votos válidos em Minas Gerais. No 1º turno das eleições para presidente, o petista recebeu 50,80% dos votos válidos, enquanto Alckmin atingiu 40,61%. No 2º turno, o candidato tucano alcançou 34,80%.

Em 2010, a vitória do PSDB em Minas e a do PT para a Presidência se repetiu: Antônio Anastasia foi eleito para o Governo do Estado no primeiro turno, com 62,72% dos votos válidos. Nessa disputa, o PT não apresentou candidato próprio para governador, mas compôs a coligação de apoio a Hélio Costa (PMDB), que alcançou 34,18% dos votos. Na eleição presidencial, Dilma Rousseff (PT) obteve 46,98% no primeiro turno e 58,45% dos votos válidos no segundo, tendo José Serra (PSDB) recebido 30,76% e 41,55% dos votos no 1º e no 2º turno, respectivamente.

O caso das últimas eleições, de 2014, configura uma exceção no padrão de votação estabelecido em Minas ao longo dos anos. Isso porque foi a primeira vez que um partido que liderou um dos dois blocos nas disputas presidenciais, no caso o Partido dos Trabalhadores, venceu as duas eleições majoritárias no estado. O candidato a governador da sigla, Fernando Pimentel garantiu a vitória contra Pimenta da Veiga, do PSDB, no primeiro turno, com 52,98% dos votos válidos. O candidato peessedebista atingiu o percentual de 41,89%. Ainda que a competição tenha sido efetivamente competitiva, Dilma Rousseff, do PT, conquistou, no primeiro turno, 43,48% dos votos válidos. Na segunda rodada, a candidata à reeleição recebeu 52,41% dos votos válidos. Aécio Neves (PSDB), por sua vez, assegurou o percentual de 39,75% e 47,59% dos votos válidos no primeiro e segundo turno, respectivamente.

Mesmo que o padrão da competição em Minas Gerais, nas arenas estadual e nacional, tenha sofrido modificações no último pleito, a estabilidade da polarização até então é significativa e merece uma avaliação mais profunda, de modo que seja possível elaborar, inclusive, hipóteses a respeito desse novo cenário que se delineou. De todo modo, observa-se que no estado, a força do PT e do PSDB varia em função da competição em questão, com o PSDB apresentando, até 2010, hegemonia na eleição majoritária estadual ao mesmo tempo em que o PT predomina na disputa para a presidência, diferentemente de outros estados, como São Paulo, em que o PSDB dominou as duas disputas.

2.4 PT E PSDB NA ARENA MUNICIPAL: ARTICULAÇÕES POSSÍVEIS

Da clivagem entre PT e PSDB no nível nacional para a relativa polarização que opera na arena estadual, incidiram componentes, sejam eles referentes à organização do partido, a fatores contextuais ou a estratégias das lideranças locais, que modificaram o grau de predomínio dos dois partidos. É de se esperar que este panorama sofra ainda mais alterações quando transposto para o âmbito municipal, esfera na qual se veria com maior intensidade a atuação de uma *racionalidade política contextual* nos termos de Lima Júnior (1983). Neste caso, o autor propõe que se investiguem as particularidades da dinâmica político-partidária e a força relativa dos partidos no nível subnacional em vez de se lançar mão da *racionalidade política invariante*, crítica dirigida a Soares (1964).

Sandes-Freitas e Almeida (2014) resumem as análises mais recorrentes na literatura⁹ sobre a possível reprodução da clivagem PT-PSDB nos municípios brasileiros. De acordo com o levantamento feito pelos autores, os partidos centrais na disputa pela Presidência não teriam influência efetiva na organização da arena política municipal por dois motivos distintos. O primeiro se aproxima da ideia de *racionalidade política contextual* de Lima Júnior (1983), verificando a não reprodução da polarização nacional em contextos políticos demasiadamente específicos, que estariam voltados para problemas locais e da comunidade, deixando de lado questões nacionais. O segundo diz respeito a não coincidência entre os pleitos nacional e municipal.

Kerbaux (2009), no entanto, defende que, ainda que a polarização PT-PSDB não se reproduza no âmbito local tal como se estrutura nacionalmente, ela tem impacto sobre a maneira pela qual os partidos se organizam, devido à consolidação das legendas em território nacional visualizada a partir de 1996. Para ela, PT e PSDB são partidos de efetiva importância na competição nos municípios, obtendo, junto com o PMDB, o maior número de prefeituras de modo contínuo (Tabela 8). Kerbaux (2009), desse modo, acredita que grandes partidos têm como preocupação real a interferência nos pleitos locais. Contudo, a autora não despreza os componentes do arranjo político municipal, afirmando que os resultados da competição “parecem carregar características regionais e locais que interferem fortemente na arena eleitoral” (KERBAUX, 2009, p.28).

Tabela 8 – Candidatos a prefeito lançados e eleitos (PT-PSDB) (1996-2012)

Ano	PT			PSDB		
	Candidatos lançados (N)	Candidatos eleitos (N)	Taxa de sucesso* (%)	Candidatos lançados (N)	Candidatos eleitos (N)	Taxa de sucesso* (%)
1996	1.088	116	10,66	2.202	933	42,37
2000	1.303	200	15,34	2.079	992	47,71
2004	1.947	411	21,1	1.928	871	45,17
2008	1.630	558	34,23	1.776	786	44,25
2012	1.778	638	35,88	1.620	705	43,51
Média	1.549,2	384,6	23,44	1.921	857,4	44,6
Total	7.746	1.923	24,82	9.605	4.287	44,63

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

*Total de candidatos eleitos dividido pelo total de candidatos lançados.

⁹ É importante considerar que a dinâmica política local ainda é pouco estudada pela Ciência Política de modo efetivo. No que diz respeito ao posicionamento do PT e do PSDB nessas arenas, os estudos se reduzem ainda mais.

O primeiro dado que chama a atenção é a grande disparidade encontrada entre as taxas de sucesso dos dois partidos. Enquanto o índice mais alto atingido pelo PT foi 35,88%, em 2012, o percentual mais elevado do PSDB foi 47,71%, nas eleições de 2000. No que diz respeito à menor taxa no período, o primeiro atingiu 10,66%, em 1996, enquanto o segundo permaneceu na casa dos 40%, com o percentual de 42,37, no mesmo ano. À primeira vista, os dados parecem indicar algum tipo de associação entre o aumento da taxa de sucesso de um e o declínio do mesmo indicador do outro e, além disso, atenta para os mesmos períodos em que o fenômeno ocorre.

Um fator que parece influenciar nesse processo é estar à frente da Presidência da República. Sob essa perspectiva, não é surpreendente que o PT tenha aumentado consideravelmente sua taxa de sucesso após a vitória de Lula, em 2002. O percentual continuou crescendo ao longo dos 12 anos que se seguem do governo petista, atingindo seu mais alto valor em 2012, justamente no momento em que o PSDB reduziu seu sucesso nos pleitos majoritários locais. Embora, no caso peessedebista, possa ser identificada relativa estabilidade de desempenho, foi no governo Fernando Henrique, em 2000, que o partido obteve mais sucesso. De lá até os dias atuais, observa-se uma pequena, mas progressiva, queda no número de prefeitos eleitos pela sigla nos municípios brasileiros. Mesmo com o crescimento do desempenho do PT nos últimos anos, Kerbaury (2014) argumenta que esses indicadores refletem a rejeição do partido por diferentes categorias de eleitorado.

Lavareda (2011) confirma a associação entre o desempenho dos partidos em geral e a sua participação no governo federal. Ao analisar a quantidade de candidatos eleitos e de candidatos lançados nas disputas majoritárias estaduais em 2004 e 2008 pelos dez maiores partidos brasileiros, o autor verificou um crescimento de 35,8% do PT e uma redução de 9,8% no desempenho do PSDB. Portanto, ele concluiu: “os partidos com participação no poder federal ganharam prefeituras, ao passo que o declínio mais acentuado foi entre os partidos da oposição” (LAVAREDA, 2011, p.21).

Ao analisar especificamente as eleições municipais de 2012, Kerbaury (2014) mostrou características específicas da dinâmica política municipal do PT e do PSDB. No que diz respeito ao resultado final das disputas majoritárias locais, o PSDB ficou na segunda colocação, com 705 prefeituras conquistadas. O partido perdeu apenas para o PMDB, que venceu em 1.025 municípios, consolidando a ampliação de sua estrutura partidária desde 1996. Significativa parte das vitórias do PSDB se concentraram na região Sudeste, constituindo o principal reduto do partido, embora tenha aumentado o número de prefeituras que assumiu nas regiões Centro-Oeste e Norte. A agremiação também triplicou o orçamento

que administra quando comparado a 2008, elemento que, segundo Kerbauy (2014), pôde assegurar maior fôlego eleitoral ao partido nos próximos pleitos, tanto municipais quanto estaduais e nacionais. O PSDB também controla quatro capitais, sendo essa a mesma quantidade do PT. Porém o eleitorado administrado pelo PSDB nessas localidades é menor do que o do PT, PMDB e PSB.

O PT, por sua vez, concentra significativa parte de seus votos em municípios da região Sudeste, Sul e Nordeste. Dentre os dez grandes partidos (em função da bancada no Congresso) estudados pela autora, o PT é o que apresentou taxa mais baixa de sucesso eleitoral em 2012. Apesar disso, a autora ressalta que o partido controla mais de R\$ 70 bilhões do orçamento municipal, valor mais elevado do que o controlado pelo PMDB, e administra São Paulo, a mais importante capital do país.

Em sua análise, a autora conclui:

Para o PMDB, parece ser mais vantajoso possuir uma grande quantidade de prefeituras situadas em pequenos municípios, mostrando, assim, capilaridade nacional e regional, enquanto para partidos com maior votação concentrada nos pequenos e nos médios e maiores municípios, como nos casos do PT e do PSDB, o peso de seu eleitorado encontra-se nas regiões mais urbanizadas do país (KERBAUY, 2014, p.99).

Ainda sobre as eleições para prefeito em 2012, Sandes-Freitas e Almeida (2014) verificam a participação do PT e do PSDB através do corte do tamanho do município. Os autores demonstram que ambos os partidos têm privilegiado os municípios mais populosos para o lançamento de seus candidatos (Tabela 9). Tal fator nos remete ao consenso estabelecido na literatura sobre política local, que aponta que o tamanho e a visibilidade do município talvez seja a principal variável a impactar na possível reprodução da clivagem nacional.

A partir de outra perspectiva, Dantas (2013) defende que o arranjo partidário municipal dispõe de certa autonomia quando se refere às disputas por prefeituras. O principal fator que embasa o posicionamento do autor é uma análise atenta para as coligações formadas nas disputas para o executivo municipal. Dantas (2013) observa que, no universo dos 5.568 municípios brasileiros, PT e PSDB estiveram coligados em 1104 deles nas eleições majoritárias de 2012, o que distanciaria a lógica da dinâmica local daquela experimentada em nível nacional. Entre 2000 e 2012, o autor aponta que as alianças entre os dois partidos aumentaram cerca de 144,79%. Apesar de, aparentemente, o índice parecer elevado, em comparação com o avanço das coligações entre o PT e os demais partidos, é o terceiro menor,

estando à frente apenas do PSB e do PPS¹⁰. Interessante notar que o primeiro é considerado, junto com o PC do B, aliado histórico do Partido dos Trabalhadores. Ademais, dados elencados por Sandes-Freitas (2013) também mostram que o PSDB apoiou mais vezes (181) os candidatos do PT do que o contrário, em que se registraram 152 casos.

Tabela 9 – Candidaturas a prefeito por partido, considerando o tamanho da população municipal (2012)

Partidos	Tamanho da população												Total
	Até 20 mil hab.		20.001 a 50 mil hab.		50.001 a 100 mil hab.		100.001 a 200 mil hab.		200.001 a 500 mil hab.		Acima de 500 mil hab.		
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
PT	1.058	27,0	386	37,0	158	48,6	86	57,3	63	66,3	28	75,7	1.779
PSDB	1.092	27,9	307	29,4	103	31,7	58	38,7	41	43,2	24	64,9	1.625
Total de municípios	3.918	100,0	1.043	100,0	325	100,0	150	100,0	95	100,0	37	100,0	5.568

Fonte: Reproduzida de Sandes-Freitas e Almeida (2014, p.115), com adaptações.

Anastasia, Nunes e Meira (2010) também consideram o tamanho do eleitorado como fator determinante e verificam um aumento de 8,2% para 19,1% nas coligações que englobam ambos os partidos entre o período de 2000 e 2008, em municípios com até 200 mil eleitores. Por outro lado, nas cidades de maior porte, a frequência é consideravelmente menor, embora tenha aumentado ao longo dos anos: em 2000, as alianças representavam 3,2%, porcentagem que passou para 4,4%, em 2004, e atingiu 5,3%, em 2008. Nesse sentido, parece evidente que a lógica local seja diferenciada.

No entanto, há um elemento já mencionado que parece ser central para a compreensão da dinâmica das coligações em nível local e que, a despeito das diferentes abordagens explicativas, perpassa, de algum modo, toda a literatura sobre o tema: a dimensão do município. Na análise de Anastasia, Nunes e Meira (2010), a frequência e o êxito eleitoral das coligações entre PT e PSDB tende a ser menor à medida que aumenta o tamanho e a centralidade política do município. Sandes-Freitas (2013) também chega a conclusão similar. Deste modo, coligações como esta, que confrontam a polarização estabelecida nacionalmente, é mais comum quanto menor a cidade e quanto menor a sua visibilidade no cenário nacional, uma vez que, nessas circunstâncias, haveria menor impacto na próxima e mais importante

¹⁰ Dantas (2013) elenca os dez grandes partidos de acordo com a bancada no Congresso: PP, DEM, PR, PTB, PMDB, PSDB, PPS, PDT, PSB e PT.

rodada do jogo, as eleições presidenciais. Miguel e Machado (2010) também argumentam nesse sentido:

As identidades partidárias tornam-se mais fluidas e orientadas por situações mais específicas com o decréscimo no tamanho dos municípios. Existe um mosaico de posições partidárias, porém, ao se enxergar o conjunto à distância, não se forma uma imagem clara de qual figura essas peças menores se destinavam a representar (MIGUEL e MACHADO, 2010, p.363).

Peixoto (2010) vai além e produz um modelo explicativo das coligações entre PT e PSDB. Em seus achados, ele registra a relação proporcional entre probabilidade dos dois partidos se coligarem e as variáveis: (a) tamanho da população, (b) renda per capita do município, (c) proporção de analfabetos, (d) industrialização, (e) capital eleitoral do partido na eleição anterior e (f) competição eleitoral. Ele percebe que quanto mais se aumenta (a), (d), (e) e (f) diminui a probabilidade de coligação entre PT e PSDB. As demais variáveis atuam de maneira oposta sendo que quando encontradas em maior grau, maior a chance de a aliança acontecer. No entanto, o autor adverte:

Essas flexibilizações podem ter mais a ver com questões de posicionamento estratégico [...] do que com características socioeconômicas ou demográficas dos pequenos municípios em si (em geral, baixa renda, altas taxas de analfabetismo, baixa industrialização, etc.). Pode-se apontar também que o grau de competição do sistema não é um fator preponderante para explicar as coligações nos municípios entre adversários ideológicos no nível nacional; [...] não basta competição agregada do sistema, e sim a competitividade do ator que faz a escolha de se coligar ou não (PEIXOTO, 2010, p.297).

Em síntese, embora o tema não seja recorrente na literatura e careça de mais estudos para a sua compreensão, os autores que se dedicam a investigar a reprodução ou não da clivagem PT-PSDB nos municípios brasileiros reconhecem, em geral, o relevante espaço e a força de ambos os partidos nas eleições majoritárias locais, seja através do lançamento de candidaturas próprias às prefeituras ou da participação em coligações eleitorais. A literatura também identifica que o impacto da polarização nacional tende a ser mais significativo em municípios mais populosos, o que confirmaria a vocação presidencialista de PT e PSDB ao traçarem estratégias nacionais nas competições locais.

Ainda que não seja possível afirmar que somente a polarização nacional incida sobre a articulação local dos atores políticos, a literatura indica a coexistência das lógicas regionais/municipais e nacionais na orientação da atuação dos partidos políticos. Ao admitir que *nacionalização* da disputa tenha forte influência sobre os arranjos estaduais, os pesquisadores sugerem que, em teoria, a polarização nacional, ao transpor de nível, perderia a

sua força, chegando ainda mais fraca na arena municipal, estando diretamente relacionada com o tamanho e a visibilidade do município.

Constatado o jogo complexo envolvendo o PT e o PSDB nas distintas arenas políticas brasileiras, uma questão emerge. Em que medida este arranjo polarizado nos níveis nacionais e estaduais e que, de alguma maneira, se articula e encontra o seu espaço na arena local, espelha o fortalecimento de certas identidades entre o eleitorado e estrutura suas percepções e opiniões em um contexto marcado pela baixa institucionalização do sistema partidário e pelo baixo grau de identificação dos eleitores com os partidos? Em outras palavras: seria essa polarização o resultado de identidades que se consolidaram entre os eleitores, de suas percepções e sua avaliação sobre os projetos e o desempenho dos dois partidos, em uma explicação próxima à oferecida por Echegaray (2007), que sugere uma dinâmica ascendente que parte do eleitorado para compreender as estratégias das elites e dos partidos políticos e seu desempenho nas urnas? Ou, diferentemente, essa clivagem, antes de resultar de identidade consolidadas entre os eleitores, expressaria uma resposta possível do eleitorado às estratégias e escolhas das elites e partidos políticos, em uma explicação mais ao estilo do que propõem Limongi e Cortez (2010)?

O próximo capítulo pretende avançar nessa questão, a partir do debate acerca dos partidos políticos brasileiros e do sistema partidário, em que serão destacados os modelos de agremiações propostos por Michels (1982), Duverger (1980), Kirchheimer (1966), além de outros autores. O objetivo é verificar quais são as principais características das legendas atribuídas pela literatura e como elas se distanciam ou se aproximam dos eleitores. Nesse sentido, almeja-se explorar os seus vínculos com os partidos, através das diferentes dinâmicas que culminariam na conformação de preferências, identidades e percepções do eleitorado, seja a partir de experiências de classe, do processo de socialização política ou do uso econômico do voto.

3 VÍNCULOS PARTIDÁRIOS E COMPORTAMENTO POLÍTICO: O DEBATE ACADÊMICO

O problema que inspira este estudo mantém vínculos com múltiplos temas na Ciência Política. Acredita-se que o impacto da polarização entre PT e PSDB no nível nacional na conformação de percepções e estruturação de identidades do eleitorado pode ser explicado a partir de variáveis institucionais como o sistema partidário brasileiro, mas também remete a questões tratadas no campo dos estudos sobre comportamento político e eleitoral, socialização política e identidade partidária. Portanto, a produção da literatura no que concerne a essas questões, além de outros fatores que possam oferecer hipotética relação com o fenômeno, será explorada a seguir com o intuito de elucidar e contribuir para a compreensão do problema proposto.

3.1 VARIÁVEIS INSTITUCIONAIS: PARTIDOS POLÍTICOS E SISTEMAS PARTIDÁRIOS

A clivagem PT-PSDB estabelecida nacionalmente desde 1994 e consolidada até os dias de hoje possivelmente é influenciada, recebe incentivos e sofre constrangimentos por parte de mecanismos institucionais. Por outro lado, é importante problematizar que a polarização, por sua vez, ainda que não produza efetivamente mudanças no sistema, também se relaciona com os dispositivos institucionais, podendo, a partir deles, impactar o comportamento dos outros competidores políticos. Portanto, conhecer e aprofundar esse debate, ainda que de maneira breve, é fundamental para esse estudo.

Os partidos políticos são essenciais para a democracia moderna. Embora eles não sejam condição suficiente, são elementos necessários para o regime democrático. Mesmo que os teóricos possam discordar sobre os modos de organização e de funcionamento dos partidos, é consenso que eles tornam as democracias representativas contemporâneas possíveis, organizando e estruturando a competição. Nesse sentido, James Bryce aponta: “Partidos são inevitáveis. Nenhum país livre não conta com eles. Ninguém até agora demonstrou como os governos representativos podem funcionar sem eles. Eles ordenam o caos para a multidão de eleitores” (BRYCE apud AMARAL, 2013, p.12).

Nessa mesma perspectiva argumentam autores como Epstein (1982), Aldrich (1995) e Dalton, Farrell e McAllister (2011) ao afirmar que, apesar de todas as transformações sofridas pelos partidos, eles ainda são vitais para o funcionamento da democracia, sobretudo por exercerem papel mediador entre a sociedade e o governo. Para os últimos autores, em específico, as agremiações mantêm a sua capacidade de mobilização social e são elementos relevantes no processo de controle dos governantes pelos eleitores. Para eles, ainda que o surgimento de lideranças carismáticas e do antipartidarismo constituam desafios à democracia contemporânea, ainda não é conhecido meio mais eficaz de viabilizar tal forma de governo. Dalton, Farrell e McAllister (2011) ainda acrescentam, de modo otimista, que os partidos têm surpreendido quanto a sua capacidade de adaptação e de superação de desafios.

Tal relevância dos partidos políticos advém, de modo combinado, de suas funções. Para Lima Júnior (1997), as atribuições primeiras de uma agremiação partidária seriam a socialização, o preenchimento de quadros e a difusão de seu programa político. Em segundo lugar, caberia aos partidos a organização e o desenvolvimento de estrutura permanente e nacional adequadas à competição eleitoral. Uma terceira função, relativa à sobrevivência organizacional, seria, para o autor, a representação de segmentos sociais relevantes e o desempenho de papéis no governo. Schmitter (2001) também faz referência à estruturação da competição eleitoral como a principal atribuição dos partidos políticos. Segundo o autor, esse seria o fator central a distinguir os partidos das demais organizações, já que os confere legitimidade para recrutar e nomear candidatos, além de promover uma *integração simbólica* dos cidadãos sobre a agenda pública e *issues* da sociedade democrática. Além dessa função, Amaral (2013) também elenca outras duas, entre as mais recorrentes na literatura, que convergem com o apontamento de ambos os autores: a agregação de interesses e a governabilidade e condução das ações legislativas.

Robert Michels (1982), através de sua obra *Sociologia dos Partidos Políticos*, talvez seja a referência mais clássica para os estudos sobre organização e poder no interior dos partidos. A partir da análise de sindicatos e partidos socialistas europeus, em especial do Partido Social Democrata Alemão, a contribuição mais significativa do autor é a formulação da *Lei de Ferro da Oligarquia*. Também conhecida como *Lei de Michels*, postula que mesmo os partidos com origens mais democráticas, bem como qualquer outro tipo de agremiação, têm como tendência o desenvolvimento de uma estrutura democrática centralizada e de uma direção oligarquizada. Nas palavras do autor, “a organização é a fonte de onde nasce a dominação dos eleitos sobre os eleitores, dos mandatários sobre os mandantes, dos delegados sobre os que delegam. Quem diz organização, diz oligarquia” (MICHELS, 1982, p.238).

De acordo com o autor, esse processo se daria em função da profissionalização da vida política, que, a partir de exigências técnico-administrativas, desenvolveu uma estrutura altamente burocratizada. Dessa forma, se alteraria o foco dos profissionais dos grupos partidários, que agora estariam mais preocupados com a sobrevivência da organização e em manter suas posições internas do que com ideais programáticos dos partidos. Em suma, o que Michels (1982) aponta é que qualquer organização sólida potencialmente diferencia poderes e funções internas. Portanto, o autor afirma: “a organização tem o efeito de dividir todo o partido ou o sindicato profissional em uma minoria dirigente e uma maioria dirigida” (Michels, 1982, p.21). Assim, partindo do pressuposto de que um sistema burocratizado e centralizado implicaria em maior eficiência das organizações, haveria uma transferência de poder decisório das bases para as elites, que concederia autonomia às lideranças e reduziria, de maneira efetiva, a força da ideologia da agremiação. Interpretando as colocações de Michels (1982), Amaral (2013) afirma:

A “Lei de Ferro” elaborada por Michels traduz a interpretação teórica de que o desenvolvimento dos partidos políticos não é compatível com a manutenção de estruturas democráticas e de controle de seus líderes por parte dos filiados e, mais importante, de que as massas são capazes, apenas, de substituir antigas por novas elites (AMARAL, 2013, p.13).

O argumento de Michels (1982) é comumente recuperado para analisar a trajetória do Partido dos Trabalhadores, principalmente a partir de 2002. A agremiação, distinta das demais por ter se originado de baixo para cima, nascendo das bases sociais com a participação da esquerda organizada e, sobretudo, de movimentos sociais, sindicalistas e católicos progressistas, teria se oligarquizado e, portanto, se descolado de suas bases, como postula a *Lei de Michels*, a partir de sua chegada ao poder, com a vitória de Lula nas eleições presidenciais de 2002. A partir desse momento, o PT teria vivido um enfraquecimento de seus princípios ideológicos, dadas as coalizões que constituiu, por exemplo. Leal (2005) acredita que essa seja uma interpretação produtiva para a compreensão da atual crise vivida pelo PT.

A natureza da organização partidária também constitui uma preocupação para Maurice Duverger (1980) que, em sua obra mais relevante, *Os Partidos Políticos*, esboça uma teoria geral dos partidos e, correlacionando sistemas eleitorais e partidários, propõe “leis sociológicas” que regeriam a competição eleitoral. Em resumo, os princípios descritos pelo autor são: a tendência de disputas majoritárias de apenas um turno resultarem em dualismo partidário, com alternância entre grandes partidos independentes; a tendência de competições majoritárias em dois turnos conduzirem a um sistema de partidos múltiplos, flexíveis e

independentes; e, por fim, também a tendência da representação proporcional resultar em um sistema de partidos rígidos, múltiplos e independentes.

A primeira “lei” de Duverger (1980) parece dialogar diretamente com um dos temas envolvidos neste estudo, a polarização partidária. A probabilidade do bipartidarismo na situação descrita é atribuída pelo autor a dois efeitos. O primeiro, de caráter *mecânico*, estaria relacionado a um componente intrínseco do sistema partidário, mais precisamente do sistema distrital, que favoreceria os maiores partidos em detrimento dos menores. O segundo, de natureza *psicológica*, diz respeito ao cálculo elaborado pelo eleitor sobre a utilidade efetiva de seu voto que o conduziria a escolher entre os partidos com chances reais de vitória, reforçando, assim, o bipartidarismo. Contudo, essa conjuntura não implicaria, necessariamente, em um dualismo de partidos. Nas palavras do autor, “apesar de tudo, o bipartidarismo parece apresentar um caráter natural. Com isso se quer dizer que as opções políticas se apresentam, comumente, sob a forma dualista. Nem sempre há dualismo de partidos, mas quase sempre há dualismo de tendências” (DUVERGER, 1980, p.250).

Além das “leis”, Duverger (1980), de modo pioneiro, constrói uma tipologia das agremiações a partir de uma análise comparativa dos partidos da Europa Ocidental, no qual avalia elementos históricos, como a origem; organizacionais, tais como a estrutura, membros e direção; e ideológicos. A partir dos resultados e considerando que a origem dos partidos deixa marcas significativas no seu desenvolvimento posterior, o autor elaborou propostas normativas sobre possíveis caminhos para o desenvolvimento dos partidos políticos na democracia contemporânea. Os principais modelos integrantes da tipologia de Duverger (1980) são o *partido de quadros* e o *partido de massa*. O *partido de quadros* seria o primeiro modelo partidário moderno, caracterizado, sobretudo, por reunir parte da elite parlamentar na sua criação que, segundo o autor, seria constituída de:

Pessoas ilustres cujo nome, prestígio ou brilho servirão como caução ao candidato e lhe garantirão voz; técnicos notáveis que conhecem a arte de manipular os eleitores e de organizar uma campanha; notáveis financiadores que trarão o que há de mais essencial, o dinheiro. Aqui é a qualidade que mais importa: o tamanho do prestígio, a habilidade da técnica, o montante financeiro (DUVERGER, 1980, p. 85).

Além da origem endógena ao sistema político, esse tipo de partido possui baixa intensidade em sua organização externa e articulação entre os setores internos enfraquecida. Estrutura nacional descentralizada, ausência de critérios claros de adesão, dependência de financiadores privados de grande porte e elite parlamentar dotada de concentração decisória também são traços distintivos do *partido de quadros*. No entanto, com a expansão do sufrágio

na transição do século XIX para o XX, a massa foi inserida no eleitorado, aumentando a competitividade e alterando a dinâmica dos processos decisórios, dando origem ao *partido de massa*.

Esse tipo de agremiação seria praticamente o oposto do *partido de quadros*, caracterizando-se por ter origem fora do parlamento, junto aos movimentos sociais, e alta intensidade na organização interna, exigida pelo número mais elevado de integrantes que agrupa. Enquanto o *partido de quadros* é formado de maneira aristocrática, o autor ressalta que os *partidos de massa*, por sua vez, “caracterizam-se pelo apelo ao público: ao público pagador, que permite que a campanha eleitoral escape à servidão capitalista; ao público ouvinte e mobilizado, que recebe uma educação política e aprende como intervir na vida do Estado” (DUVERGER, 1980, p.85). Desse modo, esse tipo de partido seria mais aberto ao recrutamento de elites políticas populares, que não adentravam na vida política devido à sua marca aristocrática. Ademais, o *partido de massa* teria rigorosas exigências para filiação, forte doutrinação e articulação entre os setores internos, financiamento compartilhado entre seus integrantes e decisões parlamentares subordinadas à agremiação.

Guardando-se as devidas proporções, relativas às diferenças contextuais e temporais, é possível aproximar o PSDB ao tipo *partido de quadros* e o PT ao *partido de massa*, como concebidos por Duverger (1980). Tanto a origem de ambas as siglas – o PT, das bases sociais, e o PSDB, do parlamento, a partir de uma cisão do PMDB – quanto uma estrutura mais participativa do primeiro e de baixa intensidade do segundo são alguns dos pontos de aproximação entre a tipologia de Duverger (1980) e as agremiações brasileiras.

No entanto, o autor descreve um processo de adaptação dos *partidos de quadros* imposto pela superioridade do *partido de massa*, uma vez que esse estaria mais adaptado às condições da democracia moderna, em que os *partidos de quadros* se renderiam a uma espécie de *contágio pela esquerda*, o que os levaria a agregar algumas características dos *partidos de massa*. Trata-se de um processo distinto, para não dizer oposto, da *Lei de Ferro* sugerida por Michels (1982). No entanto, a proposta de Michels (1982) parece fazer mais sentido quando se analisa o cenário político brasileiro. De modo muito superficial, o contágio pela esquerda aproximaria o PSDB do PT, mas o que pode ser percebido é exatamente o contrário: uma aproximação do PT aos partidos de centro e centro-direita, convergindo com o processo de oligarquização descrito por Michels (1982).

Kirchheimer (1966) foi um dos autores que questionaram a ideia de que os *partidos de massa* se tornariam universais e, a partir disso, propôs um novo modelo de partido que ele denominou *catch-all*. O tipo de Kirchheimer (1966) foi construído com a justificativa de que

as distinções de classe e a ideologia já não eram mais tão importantes nos anos 60, marcados pela expansão do Estado de Bem-Estar, período em que ele escreveu sua obra. Portanto, para ele, as ações das siglas seriam cada vez mais orientadas por estratégias eleitorais do que ideológicas, fazendo com que os partidos se dirigissem a todos os grupos sociais, adotando posições medianas. De acordo com o autor,

A conversão para o tipo de partido *catch-all* é um fenômeno associado à competição. Um partido está sempre apto a se acomodar aos estilos bem-sucedidos de seus competidores, por esperar os mesmos benefícios ou ter medo de perdas no dia da eleição. De modo oposto, quanto mais um partido se convence de que os resultados favoráveis de um competidor dever-se-iam somente a algumas circunstâncias não repetíveis, e que a capacidade do competidor de superar dissensões internas é um fenômeno temporário, menor é a chance de uma conversão completa e maior é a inclinação para agarrar uma leal – embora limitada – clientela (KIRCHHEIMER, 2012, p.368).

As principais características dos modelos introduzidos pelo autor se concentram na padronização e na estandardização dos partidos, assim como as grandes marcas do mercado de consumo, em analogia estabelecida por Kirchheimer (2012). Nesse sentido, o discurso da agremiação afrouxaria seus laços ideológicos, visando à abrangência a grupo de interesses diversos, além do que a militância de base perderia importância em detrimento de liderança mais forte.

Panbianco (2005), embora concordando com a ideia geral de Kirchheimer (1996), requalificou os partidos *catch-all* como *profissionais-eleitoras*, devido à crescente profissionalização das siglas. O autor chama a atenção para um caminho mais genérico e eleitoral, motivado pela homogeneização do eleitorado que não mais exige a formação de partidos a partir de dimensões classistas. O novo cenário, marcado não somente pela mudança de estratificação social, mas também pelo desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, exigiram adaptação dos partidos políticos. A partir das eleições norte-americanas de 1960, o denominado *terremoto organizativo* teria impactado as agremiações, reformulando, sobretudo, suas estratégias de propagandas e tornando as organizações mais dependentes de profissionais específicos. Assim, considerando que o objetivo final de todo partido é a sua sobrevivência, Panbianco (2005) ressalta a influência do ambiente em que os partidos estão inseridos, que tem exigido conhecimentos técnicos de modo progressivo e conformação de partidos com laços organizativos fracos, dotados de direção personalista, com centralização de profissionais especializados e apelos, prioritariamente, de caráter eleitoral.

Katz e Mair (1995) congregaram todos os modelos anteriores – *partido de quadros*, *partido de massa* e *catch-all* – em uma linha evolutiva, concebendo um novo tipo de

agregação, o *partido cartel*. Para os autores, a literatura se dedicou a discutir e a apontar o declínio dos partidos, enquanto os mesmos estavam passando por diversos desafios, como o declínio nos níveis de filiação partidária e a crescente dificuldade de atração do interesse e da simpatia das massas, e se readaptando de modo efetivo. Mudando o foco dos estudos, que antes estavam concentrados na relação entre as siglas e a sociedade, Katz e Mair (1995) argumentam que os partidos devem ser analisados a partir de suas relações com o Estado, quer sejam através de suas posições no Parlamento, quer seja através de cargos que ocupam no governo. De acordo com os autores, três componentes seriam responsáveis pela aproximação dos partidos com Estado: o dinheiro, através da crescente dependência dos financiamentos públicos; as novas leis e regulamentos estatais, que tornam os partidos subordinados ao papel regulador do Estado; os cargos públicos, que se transformaram em fins em si mesmos das agregações.

Nessa perspectiva, a principal característica do *partido cartel* é a sua relação de crescente dependência em relação ao Estado, em função dos recursos disponibilizados, que se tornou fundamental para a sobrevivência das agregações. Garantir o acesso aos recursos estatais passou a ter maior importância do que vencer as eleições, estimulando a formação de grandes grupos de apoio, traduzidos também em coligações e coalizões. Na verdade, a grande questão posta pelos autores é que, antes, os partidos eram mediadores do Estado com a sociedade e, a partir do surgimento do *partido cartel*, o Estado se torna responsável pela mediação entre sociedade e partido. Essa mudança também teria impacto na função exercida pelas agregações, que teriam mudado de uma ação representativa para uma ação, sobretudo, governativa, o que potencialmente teria impacto na sua relação com os eleitores. Assim, em estudo posterior, Mair (2003) sugere:

Agora se torna cada vez mais difícil os eleitores encontrarem diferenças significativas em termos de ideologia ou de objetivos entre os diferentes partidos ou entenderem essas diferenças como particularmente relevantes para as suas necessidades e problemas. Por outras palavras, perante o esbatimento das identidades partidárias e as transformações ao nível das funções e dos modos de organização e apresentação dos partidos, os eleitores parecem ter cada vez mais dificuldades em entendê-los como representantes de seus interesses e preocupações (MAIR, 2003, p.288).

O modelo concebido por Katz e Mair (1995) pode contribuir para que se compreenda a composição de coalizões de governo e coligações eleitorais. É possível imaginar situações em que, ao invés de lançar candidaturas próprias, as agregações demonstrem preferência por integrar alianças, acreditando que talvez esse possa ser o caminho mais seguro para ter acesso

aos recursos estatais. Coligações e coalizões com partidos de diferentes posicionamentos ideológicos também podem ser construídas em nome do acesso aos recursos do Estado. Se buscamos compreender alianças entre PT e PSDB no nível municipal, mesmo com a polarização estabelecida nacionalmente, a interpretação sugerida por Katz e Mair (1995) pode ser um caminho interessante, desde que não se dispense os fatores contextuais, que também parecem ser determinantes na conformação de arranjos locais distintos.

Em termos metodológicos, os autores também oferecem significativa contribuição à Ciência Política de modo geral, ao se negarem a encarar os partidos como unidades indivisíveis. Assim, eles identificam três dimensões das agremiações para fins analíticos: (1) *Party public face*, ou a face pública do partido, representada no governo ou no parlamento; (2) *Party on the ground*, que diz respeito à base da agremiação; (3) *Party in central office*, a direção nacional.

Em estudo mais contemporâneo, Wolinetz (2002) critica a abordagem unidimensional dos estudos clássicos sobre partidos políticos. Para ele, identificar as variáveis que provocaram as mudanças das agremiações é efetivamente mais relevante do que diagnosticar a linha evolutiva que orientou a adaptação dos partidos. Então, tendo o comportamento dos partidos como principal variável, o autor elabora três modelos: o *policy-seeking*, o *vote-seeking* e o *office-seeking*. Essa nova tipologia permitiria, segundo Wolinetz (2002), não só tirar o foco das transformações partidárias a partir da experiência democrática europeia, mas também proporcionar uma análise para além das tradições sociológica, funcionalista e organizativa dos partidos.

No que tange aos objetivos das agremiações, para o *policy-seeking* a meta seria realizar mudanças na sociedade através de seus programas, bem definidos pela sua forte ideologia; no caso do *vote-seeking*, o partido estaria em busca, sobretudo, da vitória nas eleições, não possuindo programa e ideologia tão rígidos a fim de maximizar as chances eleitorais; a participação no governo seria o principal objetivo dos partidos tipo *office-seeking*, por isso eles evitariam comprometimentos programáticos e ideológicos que poderiam constranger a construção de alianças e coalizões, se aproximando da definição de *partido cartel*, de Katz e Mair (1995). Os dois primeiros modelos apresentados também teriam distinções importantes no que se refere ao aspecto organizacional, tendo o primeiro uma estrutura participativa mais aberta e intensa aos filiados, e o segundo um nível de envolvimento das bases significativamente mais reduzido.

Outra contribuição relevante e recente da literatura é o trabalho de Samuels e Shugart (2010), em que os autores buscam compreender os partidos políticos a partir de variáveis

institucionais, como a separação de poderes. Os autores argumentam que a separação dos poderes Executivo e Legislativo conformam elementos específicos nas agremiações partidárias, transformando-as em siglas *presidencializadas*. Samuels e Shugart (2010) esclarecem que, nesse contexto, os partidos ganham mais autonomia de suas bases, enfraquecendo o seu controle sobre as lideranças. Além disso, eles apontam a existência de duas lógicas, uma para cada esfera de poder, que poderiam causar conflitos intrapartidários devido à divergência de interesses dos atores.

Entretanto, não só os partidos políticos estruturam a competição eleitoral e o cenário político, de um modo geral. Eles integram, somados a outros elementos, o sistema partidário que é formado pelas interações dos partidos e dos resultados produzidos por ela. Esse sistema partidário, por sua vez, está inserido no sistema político, mais amplo. Assim, partidos e sistema partidário podem se distinguir, especialmente, no que diz respeito às suas dimensões básicas e aos resultados políticos.

Melo (2010) atenta:

Um sistema partidário não se resume à soma dos partidos existentes, mas caracteriza-se por possuir propriedades que não “pertencem” a seus membros individualmente, os quais operam sob um conjunto de oportunidades e restrições que são próprias da interação estabelecida entre eles com a sequência das eleições (MELO, 2010, p.37).

Analisando o sistema partidário, Mair (1997) ressalta que as suas propriedades exercem influência efetiva sobre o comportamento político dos atores e os resultados eleitorais. O autor dedica ênfase à compreensão do funcionamento do sistema partidário não somente através da estrutura da competição entre agremiações, mas da disputa pelo governo. Para ele, as estruturas da competição podem ser abertas (imprevisíveis) ou fechadas (previsíveis) e isso dependerá de três fatores relacionados ao governo: de seus padrões de alternância, do grau de inovação ou persistência em sua formação e da quantidade de partidos que o acessam. Embora Mair (1997) vislumbre um limite para que o sistema se mantenha em estrutura fechada, ele afirma que os partidos, na relutância em experimentar novas fórmulas eleitorais e de governo, acabam por manter um padrão fechado de competição para se preservarem.

Braga (2010) considera que o fator mais importante da contribuição de Mair (1997) diz respeito ao espaço que fatores, para além das preferências eleitorais, adquirem na compreensão da dinâmica dos sistemas partidários. Entre tais elementos introduzidos pelo

autor estão o comportamento da elite política, as estratégias partidárias e os padrões de competição. Braga (2010) conclui:

Dessa forma, alinhamentos eleitorais podem mudar sem necessariamente violar significativamente a estrutura da competição e, portanto, sem, particularmente, alterar o caráter do sistema partidário em si. Inversamente, a estrutura da competição partidária e, por conseguinte, a natureza do sistema partidário, pode subitamente ser transformada, mesmo sem qualquer fluxo eleitoral anterior (BRAGA, 2010, p.48).

Enquanto para Mair (1997) a classificação da estrutura da competição política entre aberta e fechada, somada à avaliação da sua relação com o processo de formação do governo, seriam aspectos importantes para verificar o grau de institucionalização do sistema partidário, para Mainwaring (1999) o critério seria constituído por quatro dimensões: (1) estabilidade; (2) enraizamento dos partidos na sociedade; (3) legitimidade das agremiações; (4) independência das siglas em relação aos interesses dos líderes. Esses atributos, descritos pelo autor, permitiram a criação de uma escala de institucionalização através da qual seria possível classificar os sistemas partidários das democracias modernas. O caso brasileiro foi classificado como um sistema fluido e incipiente, devido à combinação entre presidencialismo, que favorece relativa autonomia dos presidentes em relação aos partidos, além da personalização das disputas, sistema multipartidário fragmentado, que dificulta a formação de maiorias Legislativas, e partidos indisciplinados.

É a institucionalização que, segundo Rose e Mackie (1988), garantem a sobrevivência dos partidos, embora esse fator não seja o único responsável por isso. Ressaltando a dinâmica desse processo, os autores apontam três elementos para a análise do grau de institucionalização: a existência ou não de organização competitiva na disputa nacional é o primeiro; o segundo busca verificar se os partidos apresentam candidatos nas eleições nacionais; e o terceiro se refere à permanência da agremiação em sucessivas disputas. Desse modo, pela perspectiva de Rose e Mackie (1988), é possível considerar tanto o PT quanto o PSDB como partidos institucionalizados, dado, sobretudo, a estabilidade e o protagonismo de ambos nas eleições presidenciais.

O fenômeno da nacionalização dos atores partidários é, de fato, analisado de modo recorrente na literatura. Para uma vertente de estudiosos, que também inclui Rose e Mackie (1988), a nacionalização seria um modo de extensão da institucionalização do sistema partidário, refletindo a estruturação e a estabilidade da dinâmica da competição eleitoral. Nessa perspectiva, Braga (2010) avalia:

Em um caso de alta nacionalização e alta institucionalização, a competição eleitoral segue padrões mais ou menos similares entre as subunidades da federação (no caso dos estados), e os atores partidários são praticamente os mesmo ao longo do tempo. No caso de baixa institucionalização, partidos bem votados em certas subunidades podem ser competidores menos relevantes em outras, ou mesmo podem nem fazer parte daquele subsistema estadual numa determinada eleição (BRAGA, 2010, p.50).

A autora ainda acrescenta que em países com democracias representativas e federativas, como é o caso do Brasil, a institucionalização e a nacionalização são elementos de fundamental importância para a sobrevivência dos partidos. Nesse ponto da argumentação, é possível retomar o problema central da presente pesquisa, pensando-o à luz da literatura que trata dos partidos políticos. No capítulo anterior, ao analisar a polarização entre PT e PSDB, foi possível perceber variações em função da esfera de competição. Se, na arena nacional essa polarização apresenta-se intensa e estabilizada, o mesmo não ocorre nos níveis estadual e municipal. À medida que se aproxima da esfera local e diminui o número de eleitores, a polarização entre os partidos perde força e relevância. De acordo com o argumento de Braga (2010), isso pode indicar déficits de nacionalização e de institucionalização dos partidos no Brasil. Se esse é o caso, há fortes razões para crer que, na arena local, nos municípios menos populosos, haja maior fluidez na competição e nos alinhamentos partidários, não sendo garantida a reprodução das lógicas nacional e estadual. Tais apontamentos convergem com a perspectiva da *racionalidade política contextual* descrita por Lima Júnior (1983) através da qual o autor sugere que, mais do que a articulação entre as arenas competitivas, deve ser avaliado a força e o tamanho dos partidos nos municípios para que se compreenda os arranjos políticos locais.

A partir dos apontamentos apresentados, é fundamental pensar qual a contribuição da literatura especializada sobre partidos políticos e sistemas partidários para a questão central desta pesquisa, que é compreender os impactos da polarização entre PT e PSDB na arena local e as relações que ela estabelece com o universo das percepções, atitudes e comportamento dos eleitores. Talvez a principal colaboração consista, potencialmente, na aproximação de funções e objetivos que os partidos tendem a experimentar e no afrouxamento de suas disparidades. Apesar de suas particularidades e resguardando as devidas proporções, todos os autores apresentados, com exceção de Duverger (1980), apontam a probabilidade de os partidos políticos em geral se tornarem menos distintos ideologicamente. No entanto, as abordagens se diferenciariam com relação à natureza da mudança e a preocupação central que os partidos passaram a assumir para si.

Dessa maneira, tanto em Michels (1982) como em Panebianco (2005), o apontamento é feito a partir da perspectiva organizativa dos partidos, que salienta, respectivamente, a autonomia das agremiações em relação às suas bases e a profissionalização das siglas; em Kirchheimer (1966), o foco é no objetivo prioritariamente eleitoral que os partidos passam a perseguir e, com isso, se estendem a grupos de interesses diversos; em Katz e Mair (1995), a representatividade perde espaço para a preocupação governativa dos partidos, especialmente em virtude da dependência que assumem com os recursos estatais. Assim, de uma maneira ou de outra, os autores sugerem uma tendência de aproximação das siglas, voltadas agora mais para o Estado e para questões eleitorais do que para a canalização de demandas da sociedade e desenvolvimento de programas específicos.

Se as análises dos autores dizem respeito aos partidos políticos em geral, é possível conceber o PT e o PSDB também como agremiações que, apesar da polarização nacional, tendem a apresentar similaridades. Através dos modelos apresentados, o PSDB poderia ser considerado um *partido de quadros*, especialmente por sua origem parlamentar, e o PT como um *partido de massas*, surgido dos movimentos sociais, mas que volta os seus esforços cada vez mais para motivações eleitorais, se aproximando do modelo de *partido catch-all*, proposto por Kirchheimer (1996). Se tal avaliação estiver correta, as diferenças entre PT e PSDB tenderiam a se diluir ao longo do tempo, uma vez que ambos os partidos estariam estreitando suas relações com o Estado e aumentando a sua dependência referente aos recursos públicos. Priorizadas tais dimensões, PT e PSDB teriam o comportamento, nos moldes de Wolinetz (2002), *vote-seeking* e *office-seeking*, visando a maximização eleitoral e de cargos. Contudo, o modelo *policy-seeking*, que caracterizava fortemente o PT em seus primórdios, seria deixado em segundo plano pelos partidos, já que a ideologia seria diluída. Também é possível pensar nos dois partidos através das dimensões analíticas descritas por Katz e Mair (1995), em que a *public face* de ambos seria favorecida em detrimento do *party on the ground*, que seria negligenciado, afastando-se das bases partidárias.

Se é assim, a polarização entre PT e PSDB consistiria mais em uma forma de luta pelo poder, em moldes muito pragmáticos, do que de um conflito ideológico ou programático em si. Em outras palavras, não significaria muito para o eleitorado comum que tenderia a ver nos partidos mais semelhanças do que distinções. Retomando o argumento de Mair (2003), as características das próprias agremiações conformariam contextos em que os partidos perderiam sua função de referência para fundamentar as escolhas do eleitorado. No entanto, essas modificações vividas pelos partidos políticos não alterariam somente a sua relação com os eleitores, mas também teria reflexo sobre os arranjos de disputa política estabelecidos.

Nesse sentido, Bardi e Mair (2010) atribuem ao declínio dos modelos de partidos de massa a maior autonomia dos órgãos partidários subnacionais, o que dificultaria o alinhamento entre as arenas de disputa. Os autores afirmam:

Na medida em que os próprios partidos se tornam organizacionalmente menos coerentes, suas relações recíprocas podem se mostrar muito distintas em diferentes contextos institucionais e sociais. A forma como os partidos competem entre si em determinado nível do sistema político pode ser muito diferente da maneira pela qual competem em outro nível e as relações em uma determinada região do país não precisam refletir as que ocorrem em uma área vizinha (BARDI e MAIR, 2010, p. 247).

Apesar das contribuições elencadas, é importante salientar que o objetivo desta pesquisa não é propriamente analisar a trajetória dos partidos e as suas transformações vividas ao longo dos anos. Todavia, tal esforço se justifica como ponto de partida para avaliar as percepções e as opiniões do eleitorado diante dos partidos e do padrão de competição polarizado entre PT e PSDB nas duas últimas décadas. Como essa clivagem é percebida no nível local? Na perspectiva dos eleitores, trata-se de partidos que representam efetivamente valores, interesses, causas e projetos diferenciados ou apenas partidos muito similares competindo pelo poder? Recuperando uma questão já apresentada ao final do capítulo anterior, a polarização resulta de escolhas e estratégias das elites políticas, conformando visões e percepções junto ao eleitorado, ou, em sentido oposto, reflete divisões e conflitos presentes na sociedade, que se canaliza em uma distinção partidária? Ainda é fundamental destacar que este estudo não tem a pretensão de oferecer uma resposta inequívoca a tais questionamentos, mas busca contribuir para iluminar as diferentes escolhas que, embora conectadas em alguma medida, caracterizam o nível das elites e as percepções dos indivíduos.

Duverger (1980) através de suas *leis*, especialmente da que se refere à tendência de pleitos majoritários de turno único desencadearem dualismo partidário, sugere que há elementos intrínsecos ao sistema partidário que conformam, de alguma maneira, os arranjos políticos. O sistema partidário brasileiro, tal como se apresenta hoje, foi gerido no processo de transição do regime político, em 1982. Nesse contexto já estavam inseridos PMDB, PDS, PDT, PTB e PT. A partir de 1985, o procedimento para a criação de novas agremiações foi flexibilizado com a promulgação da Emenda Constitucional nº 25 que ampliou o número de partidos nominais e a participação político-eleitoral da população em geral. Depois disso, foi criado o PFL, atual DEM, em 1985, e o PSDB, em 1988. Nos primeiros anos de 1990, o sistema partidário brasileiro já contava com mais de 30 legendas.

De acordo com Ribeiro (2013), com a exceção parcial do PT, a grande maioria e as mais relevantes agremiações partidárias no Brasil seriam do tipo *catch-all*. O autor identifica as suas principais características:

Uma estrutura federalizada, com liberdade às seções estaduais e locais na definição de suas respectivas linhas políticas e estratégias eleitorais; ao mesmo tempo, as decisões nacionais mais importantes seriam concentradas nas bancadas federais, sem participação relevante das instâncias subnacionais, das bases, ou mesmo dos órgãos partidários de nível nacional. (RIBEIRO, 2013, p.226).

Contudo, o autor ressalta que já não é possível reproduzir o senso comum que reforça a descentralização intensa dos partidos brasileiros em geral, com setores subnacionais com plena autonomia. Nas palavras do autor, “nas reformas estatutárias realizadas nos últimos 15 anos, veem-se indícios de que as lideranças nacionais de alguns dos maiores partidos têm agido no sentido de promover graus maiores de centralização e articulação interna de suas agremiações” (RIBEIRO, 2013, p.254). No entanto, é importante lembrar sempre que a dinâmica local apresenta níveis reduzidos de articulação com a nacional, a exemplo do número crescente de coligações entre PT e PSDB para as prefeituras, em especial nos municípios de pequeno porte.

A análise de Ribeiro (2013) não se restringe a um ou outro partido específico, mas também permite indicar, em consonância com diversos autores, traços gerais do sistema partidário brasileiro, que incluem taxas de identificação partidária em gradativa estabilidade, assim como a volatilidade eleitoral, e índice significativo de filiação às agremiações, embora não seja elevado.

Limongi (2006) também versa sobre os principais aspectos da democracia no Brasil e destaca o presidencialismo de coalizão. Em discordância com Abranches (1988), que enxerga nesse elemento uma dimensão particular¹¹ da institucionalidade brasileira que poderia, inclusive, impor desafios à estabilidade da democracia, o autor afirma:

Nada autoriza tratar o sistema político brasileiro como singular. Coalizões obedecem e são regidas pelo princípio partidário. Não há paralisia ou síndrome a contornar. A estrutura institucional adotada pelo texto constitucional de 1988 é diversa da que consta do texto de 1964. O presidente teve seu poder institucional reforçado. Para todos os efeitos, a Constituição confere ao presidente o monopólio sobre a iniciativa legislativa. A alteração do status quo legal, nas áreas fundamentais, depende da iniciativa do Executivo. Entende-se assim que possa organizar seu apoio com base em coalizões montadas com critérios estritamente partidários. Para influenciar a política pública é preciso estar alinhado com o presidente. Assim, restam aos parlamentares, basicamente, duas alternativas: fazer parte da coalizão presidencial

¹¹ “O Brasil é o único país que, além de combinar a proporcionalidade, o multipartidarismo e o ‘presidencialismo imperial’, organiza o Executivo com base em grandes coalizões” (ABRANCHES, 1988, p.21).

na legislatura em curso, ou cerrar fileiras com a oposição esperando chegar à Presidência no próximo turno (LIMONGI, 2006, p.40-41).

Carreirão (2014) concorda com a linha de Limongi (2006) no que se refere às poucas opções reais para o legislativo no sistema brasileiro. Nesse sentido, ele afirma que perderam força os argumentos que relacionavam maior fragmentação a uma impossibilidade de formar maiorias legislativas, “até porque os governos brasileiros recentes não têm encontrado dificuldade para obter maioria no Congresso, independentemente do grau de fragmentação do sistema (que tem aumentado)” (CARREIRÃO, 2014, p.268).

De fato, autores como Lamounier (1992) e Kinzo (1993) apontam que o próprio sistema partidário brasileiro, ao congregar presidencialismo com sistema proporcional e federalismo, favorece um arranjo de intensa fragmentação, além de alta volatilidade e intenso regionalismo. Nesse contexto, a probabilidade é de que se tenha um cenário político marcado por graus de representatividade, de distinção programática e de disciplina e coesão parlamentares significativamente reduzidos. Nessa perspectiva também segue Miguel (2010) ao analisar a complexidade do sistema brasileiro:

[...] nossos partidos são criados e desaparecem, se fundem, se partem, mudam de nome. Há a baixa identificação do eleitorado. Há o personalismo das disputas políticas. Há o fato de que um político pode passar por diversas legendas ao longo de sua carreira, de esquerda ou de direita. Mas há, sobretudo, a fraca coesão e o localismo (MIGUEL, 2010, p.34).

Braga (2010), por sua vez, avalia que, de acordo com a perspectiva de Mair (1997), o sistema partidário brasileiro permaneceu mais aberto à entrada de novos atores até a primeira metade da década de 90. Depois disso, a estrutura da competição seguiu rumo a uma estrutura competitiva mais fechada. Para a autora, tal característica pode ser explicada pelas estratégias de ação política das elites partidárias no que se refere às mudanças nos dispositivos que regulam a alternância de poder, tendo sido a instituição da reeleição a partir de 1998 um fator essencial, e também no que diz respeito ao eleitorado. De acordo com a autora, as elites políticas do Brasil estariam “cada vez mais empenhadas em manter um grau de acomodação intrapartidário capaz de garantir a sobrevivência do seu partido político na complexa estrutura da competição político-partidária” (BRAGA, 2010, p.57).

Carreirão (2014), todavia, relativiza a estabilidade e o fechamento do sistema a partir de 1998 apontados por Braga (2010). O autor argumenta que fatos como a criação do PSD em 2011 e a obtenção recente de registro do PROS e do Solidariedade, somados às tentativas de registro de outros partidos, incluindo o Rede Sustentabilidade, parece sugerir que a tendência

à estabilidade e ao fechamento do sistema para novos atores apontada por Braga (2010), a partir da perspectiva de Mair (1997), talvez não seja tão consolidada.

Contudo, Braga (2010) argumenta que interpretações como essas são baseadas mais em suposições do que em comprovações empíricas, já que a autora diagnostica no Brasil um sistema partidário cada vez mais viável e institucionalizado, com grau de estabilidade mais elevado do que a maior parte das democracias pós-soviéticas e da América Latina contemporâneas. A avaliação de Tarouco (2010) também converge com o diagnóstico de Braga (2010), especialmente no que diz respeito à estabilidade do sistema partidário brasileiro. A autora interroga como um arranjo caracterizado por um conjunto de agremiações que se consolidaram no tempo e recebem votos regularmente nas eleições nacionais e estaduais há 20 anos poderia configurar um sistema incipiente. Ela conclui:

O sistema partidário brasileiro, ainda que não sirva de referência principal a orientar as escolhas do eleitorado, abriga partidos institucionalizados. [...] Trata-se de um sistema razoavelmente estabilizado de partidos que lograram se estabelecer, permanecem na competição e são persistentemente reconhecidos como tais no ambiente político (TAROUCO, 2010, p. 180-181).

Contudo, Carreirão (2014) argumenta que se o sistema partidário brasileiro fosse dotado de certa estabilidade, se deveria esperar alguma regularidade no relacionamento entre os partidos, uma vez que o que forma o sistema não são os partidos em si, como já foi mencionado no âmbito deste trabalho, mas o inter-relacionamento entre eles. Nessa perspectiva, o autor questiona:

Se a correlação de força entre os partidos se altera bruscamente entre uma eleição e outra (altos níveis de volatilidade), se muitos partidos competem, formando tipos os mais diferenciados de coligação seja para cargos diferentes numa mesma eleição, seja para um mesmo cargo entre uma eleição e outra, se as coalizões para diferentes níveis de governo (federal, estadual, municipal) num mesmo momento ou para um mesmo nível em diferentes momentos também se alteram muito, será que poderemos falar de sistema partidário razoavelmente estabilizado? (CARREIRÃO, 2014, p.260-261).

A análise do autor parece estar diretamente relacionada à questão que este estudo se propõe a responder. É fato que PT e PSDB se estabeleceram como as duas principais organizações partidárias, no que se refere à centralidade de ambas nas disputas presidenciais. Esse fenômeno poderia indicar, como na interpretação de Braga (2010), por exemplo, que o sistema brasileiro se consolidou ao longo dos anos com uma lógica bipartidária, indicando estabilidade no comportamento das elites, que estariam preocupadas em se manterem no

poder. No entanto, se é adotada a perspectiva de Melo (2010) e a de Carreirão (2014), que indicam que a estabilidade deveria se estender às relações construídas pelos partidos, é mais razoável esperar a operação de lógicas distintas nas diferentes esferas da federação, sobretudo no âmbito dos mais de cinco mil municípios brasileiros, ainda que não sejam completamente descoladas dos arranjos políticos das demais arenas. Assim, cabe o questionamento: mais do que se reproduzir no nível municipal, a polarização entre PT e PSDB nas disputas presidenciais nos últimos 20 anos atingiria o eleitor, estruturando suas opiniões na competição local?

3.2 ELEITORADO BRASILEIRO E VÍNCULOS PARTIDÁRIOS: SOFISTICAÇÃO, IDENTIDADE E SOCIALIZAÇÃO

A questão central que orienta este estudo, que se propõe a investigar a relação do sistema partidário, especificamente através da clivagem PT e PSDB, com o comportamento político do eleitor nas eleições municipais, articula dois níveis distintos de análise. Por um lado, sabe-se que a competição eleitoral é conformada não somente pelas agremiações partidárias, mas por um conjunto de fatores e instituições que se articulam com os partidos, já que esses, como foi demonstrado, são os únicos atores políticos capazes de recrutar e lançar candidatos. De outro lado, interessa compreender quais os laços que os eleitores constroem com o cenário político em geral e como esses vínculos podem impactar as suas decisões de voto.

Mair (1997) verifica uma relação direta entre o estabelecimento de vínculos entre o eleitorado e as agremiações e a estabilidade do sistema partidário. Para ele, em sistemas mais estáveis e, assim, *fechados*, na sua concepção, os eleitores, mais do que declarando as suas preferências por partidos de modo individual, estariam escolhendo entres potenciais governos. Nesse sentido, uma alteração efetiva no arranjo partidário poderia enfraquecer – se não extinguir – os vínculos estabelecidos, promovendo instabilidades e, portanto, alterando a estrutura da competição. Kinzo (2005) corrobora a percepção do autor, afirmando que quanto mais estável o padrão e a competição partidários, indicadores de maior estabilidade e institucionalização do sistema, mais elevada a probabilidade de construção de laços entre os eleitores e as siglas.

Nesse sentido, a identidade partidária não só serve como um indicador de institucionalização do sistema, mas constitui um dos principais meios de os indivíduos se relacionarem com os partidos políticos. Em definição proposta por Veiga (2007), a identidade partidária constitui o conjunto de opiniões e de imagens sobre os partidos que o eleitorado constrói ao longo do tempo, seja através de experiências culturais, sociais e de classe, seja por meio de processos de socialização política ou, ainda, a partir do uso econômico do voto.

De modo geral, esse tema tem sido tratado tanto na literatura internacional quanto no Brasil sob três diferentes abordagens: a *sociológica*, que enfatiza fatores de longo prazo, como aspectos religiosos, econômicos, regionais e experiências de classe; a *psicossociológica*, que demonstra que, através do processo de socialização política, o eleitor cria maior afinidade com determinado partido, formando a sua identidade partidária; e a abordagem da *econômica do voto*, que enxerga a identidade partidária como um atalho para que o cidadão selecione o seu candidato minimizando custos de busca e processamento informacional.

A sociologia é responsável por grande parte da produção acadêmica sobre comportamento eleitoral, já que essa tradição foi pioneira no campo. Através de uma perspectiva macro, a vertente sociológica explica a participação política dos indivíduos através do ambiente socioeconômico e cultural em que vivem e pela sua inserção em segmentos sociais e demográficos específicos. Assim, o eleitor votaria de acordo com o curso de ação determinado pelo impacto de suas interações dentro dos diversos segmentos do qual participa. Castro (1992) resume:

A ideia é a de que os fatores histórico-estruturais e culturais globais conformam as características sociais, econômicas e políticas de uma sociedade, gerando determinadas clivagens sociais que se expressam através de partidos específicos, com os quais setores do eleitorado se identificam (CASTRO, 1992, sem paginação).

Contudo, a corrente sociológica se divide internamente em outros dois ramos: marxista e não-marxista. O primeiro ressalta a relevância de fatores econômicos e de classe na conformação das identidades partidárias. Já o segundo, em grande medida de orientação funcionalista, atenta para a importância de elementos culturais e de normas sociais, além de ressaltar o elevado número e variedade das clivagens sociais, que podem ter caráter religioso, cultural, regional, entre outros, além do socioeconômico. Nesse ramo, Lazarsfeld et al (1965), através da Escola de Columbia, se destacaram e apontaram, através de suas pesquisas empíricas, a importância de variáveis como origem nacional, raça, religião, ocupação, local de residência, idade, sexo, escolaridade, associativismo, orientação de líder de opinião etc. Lipset

(1967), de certa maneira, estendeu e aprofundou os achados da Escola de Columbia quando, juntamente com Rokkan, apontou duas revoluções – a nacional e a industrial – que teriam estruturado a política contemporânea a partir de clivagens sociais que produziram. Na perspectiva dos autores, os sistemas partidários modernos seriam a expressão de tais padrões grupais de conflitos políticos.

A segunda abordagem do comportamento eleitoral, feita pela corrente psicossociológica, pode ser considerada uma segmentação micro dentro da vertente sociológica, uma vez que não nega a contribuição dos fatores sociais na orientação do voto, embora a considere insuficiente. Seu principal argumento é que as atitudes, percepções e motivações conduziram os eleitores à escolha partidária, explicada por lealdade e identidade, e ao comportamento político. Com estudos concentrados na Escola de Michigan, a obra mais relevante de tal abordagem, *The American Voter*, escrita por Campbell et al (1960), apresentou a metáfora do funil para explicar o mecanismo do voto. De acordo com esse modelo, as variáveis institucionais, incluindo classe e ocupação, atuam na extremidade mais larga do funil, enquanto os atributos psicossociológicos – identidade partidária e atitudes políticas – estariam localizados na extremidade estreita do funil, definindo, portanto, o voto. Na definição de Campbell et al (1960), a identidade partidária pode ser concebida como a associação psicológica que os cidadãos constroem com um partido através de seus valores, de seus comportamentos e de suas percepções. Contudo, é fundamental ressaltar que essa escola não desconsidera a racionalidade do eleitor, apenas avalia que ela pode ser limitada, em maior ou menor grau, pelo contexto em que se encontra e, sobretudo, pelas informações que lhes são oferecidas pelas elites políticas.

Por fim, a explicação econômica do voto é fundamentada, sobretudo, pelo estudo de Downs (1957), que orienta a Teoria da Escolha Racional, postulando que os indivíduos são racionais e agem intencionalmente com o intuito primeiro de maximizar seus ganhos. Por essa perspectiva, as decisões do eleitor passam por dois caminhos: um, anterior, relativo à sua participação ou não no processo eleitoral e o outro, posterior, referente à qual candidato ou à qual partido escolher, caso o indivíduo tenha optado por participar do pleito. Para as duas tomadas de decisão, o eleitor, na perspectiva dessa corrente, considera custos e benefícios e utiliza a sua racionalidade para reduzir os primeiros e otimizar os segundos.

Todavia, no que diz respeito à última decisão, a abordagem econômica do voto sugere que a preferência partidária do eleitor seja um fator determinante. Tal preferência seria condicionada pela ideologia, de modo que o indivíduo espera obter mais vantagens se o candidato, partido e programa estiverem mais próximos da sua própria posição ideológica.

Nesse sentido, a ideologia atuária, assim como a identidade partidária, como um mecanismo de simplificação do mundo, constituindo uma espécie de atalho e instrumento para o eleitor diminuir o custo da informação e decidir o seu voto. Endossando tal perspectiva, Fiorina (1981) argumenta que a formação de tal identidade pode não ser somente fruto de uma decisão afetiva, como parece sugerir a abordagem psicossociológica, mas resultado de uma decisão racional concebida no momento em que o eleitor verifica conformidades entre seus interesses e o posicionamento de determinado partido.

Especificamente no que concerne à última corrente, a literatura aponta uma série de limitações. Entre as mais significativas está a elaborada por Converse (1975), integrante da Escola de Michigan, que argumenta que a concepção utilitarista de racionalidade, tal como proposta por Downs (1957), conduz a uma tautologia, já que se o ator não perceber uma maximização possível da utilidade de sua escolha, ele escolherá outro comportamento no qual se engajar. Associando o comportamento racional ao comportamento informado, Converse (1975) identifica uma controvérsia inevitável, afinal, decidir não se informar também pode ser uma escolha.

Castro (1992) ainda elabora outra crítica ao modelo downsonian. De acordo com a autora,

a teoria da escolha racional falha ao pretender explicar os fenômenos sociais a partir de indivíduos isolados, autônomos a qualquer condicionamento social. A ação individual só poderia ser plenamente entendida como ao mesmo tempo autônoma e condicionada pelos contextos sociais, econômicos e institucionais (CASTRO, 1992, sem paginação).

Entretanto, se de um lado a explicação econômica do voto deixa a desejar por desconsiderar a fatores macroestruturais, de tipo social e cultural, que definem os contextos em que vivem os eleitores, as abordagens sociológica e psicossociológica não concedem a devida importância, por sua vez, a variáveis micro e, por isso, também possuem as suas limitações. Desse modo, uma proposta mais completa e possivelmente mais produtiva, que será utilizada para abordar o comportamento eleitoral neste estudo, foi elaborada por Reis (1988). O autor afirma:

Todo voto poder ser entendido como uma ação intencional, portanto racional e ideológica, isto é, uma ação voltada para realizar de forma mais eficaz os objetivos de cada ator. No entanto, é preciso considerar que os atores agem em situações estruturais e ambientais diversas, que condicionam suas visões de mundo, suas opiniões e atitudes, os objetivos que se colocam e os instrumentos à sua disposição para perseguirem esses objetivos (REIS, 1988, p.30).

Apesar de o voto do eleitor constituir um objeto complexo, possivelmente associado a múltiplas variáveis, para Castro (1994) o fator determinante do comportamento político é o grau de sofisticação política do eleitorado. Esse conceito, para a autora, é tomado de Neuman (1986) e engloba três dimensões distintas: (1) saliência, que se refere a aspectos como interesse e envolvimento políticos, além da exposição aos meios de comunicação; (2) conhecimento da política, mensurado a partir de *surveys* a respeito do governo e personalidade e *issues* políticos; (3) capacidade de conceituação política, relacionado tanto à capacidade de distinção dos atores políticos quanto da capacidade de organizar as ideias de modo abstrato e ideológico. Ela define:

São os eleitores sofisticados aqueles que, provavelmente, votam orientados pelas opiniões sobre issues diversos e por preferências partidárias baseadas em visão informada a respeito das propostas de partidos e candidatos, preferências estas que se relacionam com as posições ideológicas que afirmam ter. A massa popular, a grande maioria do eleitorado, é desinformada a respeito das propostas dos partidos e candidatos, não tem opinião a dar sobre questões importantes no debate político, tende a atribuir a seus candidatos as qualidades que mais lhe agradam e as opiniões que eventualmente têm quanto a issues diversos e possui baixo grau de consistência ideológica (CASTRO, 1994, p.180).

A escassez de informação política por parte eleitorado seria, inclusive, para Castro (1992; 1994), outra questão problemática na abordagem proposta pela Teoria da Escolha Racional. A autora ressalta que a literatura mostra quão reduzidos, em geral, são os níveis de sofisticação política, sobretudo entre os cidadãos de baixa renda. Por isso, ela argumenta que a tomada de decisão relacionando as opiniões do eleitor com as posições dos partidos, como sugere Downs (1957), fica difícil de ser sustentada, defendendo que grande parte dos estudos aponta para a direção contrária: “as preferências partidárias estáveis se formam no processo de socialização, a partir de tradições familiares, sem nenhuma ou apenas com uma remota relação com opiniões políticas eventualmente sustentadas pelo eleitorado” (CASTRO, 1992, sem paginação).

Esse processo de socialização política ao qual a autora se refere seria responsável por construir e formatar a identidade partidária dos eleitores, sobretudo se a referência tomada for a perspectiva psicossociológica. Tal processo, segundo Baquero e Gonzalez (2011), materializa conhecimentos sobre instituições, atores e episódios políticos, a partir da capacidade de compreender e operacionalizar conceitos abstratos de caráter político nas estruturas cognitivas dos indivíduos. Desse modo, o foco do processo de socialização política se concentra, também em acordo com Almond e Verba (1965), em como as atitudes políticas

são construídas nos indivíduos a partir da transmissão de crenças e valores que, a cada geração, constituiriam determinada cultura política.

A maioria dos estudos sobre socialização política se refere à infância como o momento inicial e determinante do processo, sendo essa a oportunidade em que as principais distinções entre os modos de participação política e, em especial, conformação de identidades partidárias seriam definidos. Nessa perspectiva, Easton e Dennis (1969) argumentam que as crianças, de modo geral, não possuem relações estreitas com a política partidária, mas que elas dispõem de outros elementos, como sentimentos, opiniões e experiências que as aproximam do sistema político e fazem com que elas compreendam outros aspectos que não o partidário. Para os autores, esse processo poderia ser comprovado a partir de quatro dimensões vivenciadas na infância: (1) a *politização*, sensibilidade difusa que se estabelece com a política; (2) a *personalização*, relações políticas construídas através de pessoas; (3) a *idealização da autoridade*, maneira positiva (benéfica) ou negativa (prejudicial) de enxergá-la; (4) *institucionalização*, transição de uma visão personalista para uma percepção impessoal do sistema. Em maior abrangência, os estudos sobre socialização política que se concentram no período da infância definem dois princípios básicos para tal processo: o *princípio de primazia*, através do qual as orientações políticas formadas no início da vida têm maior probabilidade de serem mais duradouras, e o *princípio estruturador*, que postula que as experiências políticas adquiridas nessa etapa da vida conformam o aprendizado político assimilado em momento posterior.

Ademais, Baquero e Gonzalez (2011) também ressaltam a importância da relação entre elementos institucionais e a socialização política. Para os autores, a compreensão desse processo articula-se no conjunto do sistema político, já que ele forneceria condições, segundo eles psicoculturais, para que o sistema se mantenha. Um dos exemplos citados por eles é a função pedagógica das eleições, uma vez que ela representa maior probabilidade para os indivíduos incorporarem crenças de participação e mobilização, internalizando, assim, valores democráticos.

A premissa básica dessas perspectivas pressupõe que instituições eficientes não somente auxiliam a promover uma sociedade civil vigorosa e participativa, mas, sobretudo, contribuem para produzir bases de legitimidade das autoridades públicas, gerando como corolários, a confiança institucional e interpessoal (BAQUERO e GONZALEZ, 2011, p.370).

Mas, para além dos dispositivos institucionais, a família e a escola também seriam elementos determinantes no processo de socialização política. Jennings e Niemi (1974) são alguns dos autores que abordam o aspecto familiar não como instituição primeira de

socialização, mas como entidade fundamental devido à incorporação dos aspectos econômicos, culturais e sociais. Seria através da família, segundo esses estudiosos, que esses fatores seriam repassados às crianças, tendo relevante papel no processo de socialização. A escola, junto à família, também seria crucial para a socialização, uma vez que, de acordo com Almond e Verba (1965), quanto maior o espaço nos debates escolares e também nas decisões familiares, maior seria a confiança da criança de que as suas opiniões podem influenciar de modo efetivo as decisões que lhe dizem respeito.

Contudo, interpretações como essas a respeito da socialização política receberam muitas críticas, principalmente na França. Percheron (1971), por exemplo, argumenta que a socialização é um processo permanente e que, por isso, não está restrito a nenhuma etapa da vida. Além disso, não se poderia estabelecer continuidade no curso de ação dos indivíduos porque adultos tendem a ter percepções mais estáveis enquanto a adolescência representa uma ruptura com o mundo. Mario Machado (1980), por sua vez, endossa a crítica ao sugerir que essas interpretações estão mais voltadas para a estabilidade do sistema do que para os limites em que o comportamento político dos eleitores se realiza. Segundo ele, tais estudos postulam uma longa cadeia de relações, ligando orientações políticas da infância a comportamento político, identidade partidária e persistência do sistema, que podem não apresentar associações diretas e efetivas. Nessa mesma perspectiva, Sigel (1989) demonstra que há socialização política na vida adulta, tratando-se de um fenômeno de interação entre a dimensão individual e o núcleo social que pode representar rupturas ou continuidade, atreladas, sempre, aos acontecimentos históricos.

A última autora oferece um elemento importante para a compreensão da identidade partidária no Brasil a partir do processo de socialização política, uma vez que o arranjo político e a condição histórica, além de acontecimentos políticos pontuais, como escândalos de corrupção no governo, parecem apresentar alguma relação com o estabelecimento de vínculos entre os partidos e o eleitorado. Baquero e Gonzalez (2011) ainda acrescentam que a formação de identidades partidárias no eleitorado brasileiro tende a se estabelecer de modo incongruente, constituindo uma cultura política híbrida, já que o país é dotado de elevada desigualdade social e política, que pode ter impacto nesse processo.

Assim, nos estudos sobre identidade no Brasil, a literatura aponta, predominantemente, a fragilidade do sistema partidário e, portanto, a predominância de baixos níveis de identificação por parte do eleitorado. O sistema partidário brasileiro, de acordo com Paiva, Braga e Pimentel Jr. (2007) teria imposto aos eleitores um alto custo na obtenção de informação. Diferentemente dos outros países que reativaram o antigo sistema político após a

redemocratização, o Brasil transformou a sua experiência através de um novo sistema partidário, criado após o período militar em que vigorava o bipartidarismo protagonizado por MDB e Arena. A restituição do multipartidarismo, ao menos nominal, garantiu a criação de novos partidos, mas também implicou em novos itens no arranjo político a serem administrados pelos eleitores.

Entretanto, Kinzo (2005) argumenta que devido ao arranjo político brasileiro, desde o restabelecimento da democracia, se estruturar como um sistema multipartidário protagonizado pelos mesmos atores – PT e PSDB – há 20 anos, era de se esperar imagens partidárias fortalecidas como base de apoio nas eleições. Contudo, a autora atenta: “se isso tivesse ocorrido, os altos níveis de volatilidade eleitoral, presentes nos primeiros anos de vigência do novo regime, tenderiam a declinar significativamente, uma vez que a competição se estabilizaria em torno dos principais competidores” (KINZO, 2005, p.66). Desse modo, ela encara os altos níveis de volatilidade eleitoral no Brasil como um indício de que os partidos não conseguiram se enraizar junto ao eleitorado.

Além disso, a autora vislumbra no Brasil uma estrutura de competição partidária e eleitoral que dificulta que o cidadão diferencie competidores e estabeleça laços de lealdade para com as agremiações. Isso se dá, sobretudo, em função do arranjo político que estimula de modo significativo a personalização da competição. A autora argumenta: “Como os partidos têm menos visibilidade do que os candidatos, não conseguem fixar suas imagens junto ao eleitorado, o que dificulta a criação de identidade e conexões com os eleitores” (KINZO, 2005, p.67).

Nesse sentido, contribuem Dalton, McAllister e Wattenberg (2003) ao indicarem o declínio dos partidos enquanto fator conformador de votos. As causas desse processo, segundo os autores, estariam relacionadas com o avanço dos meios de comunicação que teriam retirado dos partidos a função de principal orientação de votos. Além disso, também se destaca a pouca habilidade que os partidos modernos demonstram para reformarem suas agendas e seus programas de acordo com novos temas e demandas. Por isso, as agremiações estariam perdendo a sua capacidade de fornecer uma *integração simbólica* aos cidadãos. Sob essa perspectiva, os partidos não estariam cumprindo de modo pleno a sua função junto ao eleitorado, conforme apontamento de Key (1964), uma vez que a atribuição das agremiações junto a esse segmento seria a mobilização para a participação democrática, a educação e o fornecimento de símbolos para a formação da identidade e da fidelidade partidária a fim de simplificar a escolha do voto.

Contudo, Mainwaring e Torcal (2006) explicam que essa não é uma tendência experimentada apenas pelo Brasil, mas que em democracias recentes, os partidos, os eleitores e os sistemas partidários são distintos e, conformariam, nessa perspectiva, menos vínculos ideológicos e programáticos entre eles. Tal colocação possivelmente se relaciona com a realidade das agremiações modernas que, como apontado por Michels (1982), Kirchheimer (1966) e Katz e Mair (1997) – mesmo com as especificidades de seus modelos – tendem a se oligarquizarem, a cederem espaço ideológico para preocupações eleitorais, além de estarem cada vez mais dependentes do Estado.

A contribuição de Singer (1998), no entanto, marca uma efetiva ruptura diante dessa literatura centrada na fragilidade do sistema e, portanto, dos níveis reduzidos de identidade partidária. Ao estudar a estruturação dos votos dos brasileiros nas eleições de 1989 e de 1994, o autor encontrou uma influência relevante da identidade não só partidária como também ideológica. Pelos dados coletados por ele, 60% dos eleitores não sabem exatamente diferenciar as categorias de esquerda e direita, quando solicitados. Todavia, pela perspectiva de Singer (1998), ainda assim o eleitorado poderia utilizar esses conceitos para orientar a sua escolha através de um conhecimento intuitivo do que as posições ideológicas significam. O autor sintetiza: “Esse sentimento permite ao eleitor colocar-se na escala em uma posição que está de acordo com as suas inclinações, embora não as saiba verbalizar. E a mesma intuição o conduz a situar os candidatos (e os partidos) nessa escala e votar coerentemente” (SINGER, 1998, p.149).

A identificação ideológica, nos moldes de Singer (1998), constituiria uma tendência a longo prazo, uma vez que seria fortemente influenciada pelos arranjos institucionais do sistema partidário brasileiro. Mas nos pleitos nos quais concentrou a sua análise (1989 e 1994), o autor verificou certa estabilidade da identificação ideológica, em que a votação de centro e de direita recebida por Collor na primeira disputa se manteve, mas convertida para Fernando Henrique Cardoso, em 1994. Da relevância da ideologia identificada por Singer (1998), é importante esclarecer que as diferenças ideológicas, mais do que medidas pela questão da mudança e da igualdade, estariam atreladas à forma com que essas modificações seriam realizadas. Assim, o autor indica uma tendência da identificação ideológica esquerdista estar associada com o tema da mobilização social e da contestação do caráter repressor do Estado. Por outro lado, a direita não se caracterizaria pelo apego à ideia de que as mudanças só aconteceriam a partir de um reforço da autoridade do estatal.

Ainda que tal aspecto relacionado à identidade e ao vínculo partidário descrito por Singer (1998) tenha sido, em partes, confirmado por Carreirão (2007), a literatura permanece

indicando a fragilidade das identidades partidárias e a incoerência entre os sentimentos partidários e as opiniões eleitorais e políticas dos indivíduos. A partir de dados do Eurobarômetro, Dalton (2002) indica uma queda na identidade partidária dos eleitores a partir dos anos 80, em países desenvolvidos e com democracia consolidada. Para o autor, essa redução estaria associada com uma mudança no perfil do eleitorado, mais especificamente relacionada com taxas mais elevadas de escolaridade. Além disso, com mais vasta gama de informações políticas disponíveis, os eleitores ganharam mais autonomia com relação aos partidos no processo de tomada de decisão.

No que diz respeito à identificação dos eleitores com os partidos no Brasil, há uma tendência, apontada por duas relevantes pesquisas, de redução, ainda que pequena, na identidade partidária ao longo dos últimos anos, apesar de um crescimento pontual. A primeira delas foi realizada pelo Latinobarômetro nos anos de 2010, 2011 e 2013, em que foi perguntado aos eleitores brasileiros a seguinte questão: “Há algum partido político ao qual você se sente mais próximo do que com os outros?”¹² (tradução nossa). Apesar da estabilidade do percentual dos eleitores que tinham maior proximidade com algum partido, 28%, em 2010 e 2011, o índice se reduz e atinge os 21% em 2013.

O Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), pesquisa pós-eleitoral coordenada pelo Cesop/Unicamp, também realizou esforços para medir a identidade partidária entre os eleitores brasileiros, nos anos de 2002, 2006 e 2010. A pergunta feita pelo ESEB ao eleitor foi: “Algum partido político representa a sua maneira de pensar?”. Os resultados apontaram taxas diferentes das apresentadas pelo Latinobarômetro. Em 2002, 38,9% dos eleitores afirmaram haver algum partido que se aproximava da sua maneira de pensar, mas em 2006 o percentual se reduz, significativamente, para 27,9%. Contudo, em 2010, a identidade partidária dos eleitores aumenta e ultrapassa, ainda que de modo tímido, percentual alcançado em 2002, atingindo os 39,2%. A essa pergunta, contudo, estava associada outra questão que permite desmembrar a identidade do eleitor por partido: “Se sim, qual o partido melhor representa sua maneira de pensar?” (Tabela 10).

Entre os resultados, destaca-se o percentual do PT por ser mais de quatro vezes maior do que o das demais agremiações, que inclui o seu principal rival nas eleições presidenciais há 20 anos, o PSDB. Além disso, vale ressaltar a queda do índice em 2006, possivelmente impactado pelo escândalo do mensalão, que veio a público no ano anterior, mas volta novamente a crescer em 2010, superando, inclusive, o percentual obtido em 2002, ano da

¹² Pergunta original: ¿Hay algún partido político hacia el se sienta usted más cercano que hacia el resto de los partidos?

primeira vitória de Lula. Com relação aos outros partidos, três considerações merecem ser feitas: uma diz respeito aos baixos índices de identidade junto ao eleitorado em todos os anos; a segunda se refere à restrita diferenciação de percentual entre elas; outra está relacionada ao declínio tanto da taxa do PMDB quanto do PFL, em 2010, e o aumento do percentual para o PSDB, que, ainda assim, mantém significativa distância do percentual obtido pelo PT.

Tabela 10 – Partido com que o eleitor brasileiro se identifica (2002, 2006, 2010) (%)

Partidos	2002	2006	2010
PT	23	18	24,5
PSDB	4	4	5,7
PMDB	4	4	2,7
PFL/DEM	2	1	0,5
Outros	6	1	5,8

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do ESEB (2002, 2006, 2010).

A principal explicação fornecida pela literatura sobre a disparidade entre o PT e os demais partidos está centrada, basicamente, na origem social do partido e na sua relação com as bases. Kinzo (2005) argumenta que, desde o surgimento do partido junto aos movimentos sociais nos anos 80, o PT construiu uma imagem de esquerda e se consolidou como principal oposição aos governos do PSDB, que se aproximavam da tendência neoliberal no final dos anos 90. Além disso, como já foi demonstrado, a autora também atribui o nível diferenciado de identidade partidária do PT à participação mais intensa dos filiados e militantes no interior da agremiação. Carreirão (2008) acrescenta outro elemento nesse debate, de caráter ético, que também teria sido responsável pelo decréscimo da taxa de identidade obtida pelo partido em 2005. O autor afirma:

Parte da diferenciação do PT em relação aos demais partidos, na percepção da parcela significativa do eleitorado e mesmo de atores políticos relevantes, estava associada a uma diferenciação também no plano ético (não importando aqui saber se esta percepção sobre o partido correspondia ou não à “verdade”). Mas, após o conjunto de episódios envolvendo o PT em atividades no mínimo suspeitas, do ponto de vista ético (das quais o episódio do “mensalão” é o mais notável), também esta percepção se desvanece (CARREIRÃO, 2008, p.321).

Com relação ao PSDB, outro partido de interesse central neste trabalho, Kinzo (2005) concentra a sua análise no fato de a agremiação não ter conseguido aumentar de modo significativo os seus índices de identidade partidária junto ao eleitorado, mesmo com os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso e candidatos competitivos na disputa pela Presidência, como José Serra, em 2002 e 2010, e Geraldo Alckmin, em 2006.

Demonstradas as variações percentuais de identidade partidária no Brasil nos últimos anos, sobretudo as que dizem respeito às agremiações em específico, é importante verificar as mudanças, para além das que atingiram as siglas, ocorridas com o perfil do eleitorado que possam auxiliar na compreensão desse fenômeno. Veiga (2007) investiga a relação entre uma série de variáveis, como escolaridade, distribuição geográfica e posicionamento ideológico e a identidade partidária dos eleitores.

A primeira relação analisada por Veiga (2007) é entre identidade partidária e escolaridade do eleitorado para os quatro maiores partidos nos anos de 2002, 2006 e 2010. Em termos percentuais, é possível verificar que a queda da identidade foi inversamente proporcional ao grau de instrução, tendo atingido mais os eleitores com ensino superior. Entre 2006 e 2010, a direção se inverteu: foi no segmento dos mais instruídos que a identidade partidária teve o seu maior crescimento, embora tenha aumentado em todas as faixas. No que se refere ao PT, é importante notar que, em 2002, foi o eleitorado que possui ensino médio que apresentou maior identificação com o partido (70,9%), porém taxa semelhante foi alcançada pelos que apresentam ensino superior (68,1%). Já entre o eleitorado com ensino fundamental, pouco mais da metade (53,5%) manifestou identidade com o PT. Contudo, nos anos de 2006 e de 2010, é essa parcela dos eleitores que apresentaram mais proximidade com o partido, em que 69,7% e 66,3%, respectivamente, declaravam identificação. Também nos dois anos, os eleitores de ensino superior reduziram a sua identidade com o PT, atingindo 34,6%, em 2006, e 58,2%, em 2010. O eleitorado com ensino médio se identificou em 61,9% com o partido, em 2006, e 59,8% em 2010.

Já com relação ao PSDB, o vínculo foi maior com eleitores do ensino superior em 2002 e 2006, alcançando, respectivamente, 20,8% e 38,5%. No entanto, no primeiro ano, a menor taxa de identidade era a dos eleitores que dispunham de ensino médio (7,2%), ficando os eleitores de ensino fundamental com uma posição mediana (8,5%), ainda que muito distante da mais elevada. Porém, em 2006, a situação se inverteu: a taxa de identificação com o PSDB dos eleitores com ensino médio subiu para 16,7% enquanto a dos com ensino fundamental se reduziu para 7,3%. Em 2010, o partido vivenciou nova espécie de vínculos com o eleitorado, tendo o seu maior percentual entre os que possuíam ensino médio (16,7%). Nesse ano, as taxas de identidade com o PSDB dos eleitores com ensino fundamental e ensino superior atingiram quase o mesmo percentual: 13,5% e 13,6%, respectivamente. Todavia, no primeiro caso representaram aumento, enquanto no segundo, significativa queda.

Em seguida, a autora analisou a identidade partidária entre os eleitores por região do país nos mesmos anos em que verificou a relação com as faixas de escolaridade (Tabela 11).

Nota-se que, em 2002, o PT concentrava seus eleitores com identificação pelo partido no Sudeste e no Sul. Em 2006, contudo, a sigla aumentou a sua força no Nordeste e a identidade dos eleitores da região com o PT aumentou 24,6% ao mesmo tempo em que reduziu 21,9 pontos percentuais no Sul, única região em que o petismo não se elevou nesse ano. Em 2010, o PT viu diminuir o percentual de eleitores com identificação pelo partido em todas as regiões, com exceção do Sul, onde aumentou 13,9%. Veiga (2007) ressalta que o nicho em que o PT fortaleceu a identidade junto ao eleitorado foi onde PMDB e PFL/DEM perderam mais vínculos com o eleitor. O PSDB, por sua vez, consolidou, ao longo do tempo, um movimento de estabelecer seus redutos identitários em todas as regiões, de modo geral, com exceção do Nordeste, embora tenha aumentado os laços em 2006.

Tabela 11 – Identidade partidária por região do país (2002, 2006, 2010) (%)

Região	2002					
	PT	PSDB	PMDB	PFL/DEM	Outros	Total
Norte/Centro-oeste	54,8	6,5	13,1	6,0	19,6	100
Nordeste	55,7	9,2	13,2	11,0	10,9	100
Sudeste	65,9	11,0	7,3	3,5	12,3	100
Sul	62,3	6,1	15,8	6,1	9,7	100
Região	2006					
	PT	PSDB	PMDB	PFL/DEM	Outros	Total
Norte/Centro-oeste	61,5	10,3	15,4	0,0	12,8	100
Nordeste	80,3	7,0	7,0	5,6	0,1	100
Sudeste	66,7	17,1	11,7	0,0	4,5	100
Sul	40,4	15,4	23,1	0,0	21,1	100
Região	2010					
	PT	PSDB	PMDB	PFL/DEM	Outros	Total
Norte/Centro-oeste	56,3	17,0	10,7	0,0	16,0	100
Nordeste	70,6	8,6	6,8	2,3	11,7	100
Sudeste	62,8	16,6	4,9	0,9	14,8	100
Sul	54,3	18,1	10,6	2,1	14,9	100

Fonte: Reproduzida de Veiga (2007, p.416).

O posicionamento ideológico dos eleitores, a partir de suas autolocalizações, foi o último fator analisado por Veiga (2007) (Tabela 12). Como já foi demonstrado, Singer (1998) destaca a relevância dessa variável na construção de vínculos entre os indivíduos e as agremiações, embora a maior parte do eleitorado não saiba definir precisamente as categorias de esquerda e direita, dependendo de um sentimento intuitivo. A partir dos dados apresentados é possível observar que, em 2002, o PT reunia mais eleitores identificados com o partido nos segmentos de esquerda, centro-esquerda e centro. Em 2006, os percentuais de

identidade com o PT caíram em todos os nichos, com exceção do setor da direita, em que a identidade partidária da sigla aumentou em 15,3%. No ano seguinte, a sigla recuperou os vínculos com os eleitores de centro-direita e centro-esquerda, com destaque para o último segmento, no qual cresceu 21 pontos percentuais, atingindo os quase 83%, maior valor atingido pela agremiação em todos os segmentos no período estudado. Por outro lado, e talvez não por coincidência, foi nesse mesmo setor, a centro-esquerda, que o PSDB perdeu mais eleitores vinculados com o partido. Nos demais segmentos, a agremiação conseguiu aumentar o grau de identidade partidária, com destaque para o crescimento na esquerda em 2006, elevando o seu percentual em 8,1%. É importante atentar para os eleitores que se autolocalizam na esquerda e se identificam com o PSDB assim como para os que se posicionam na direita e mantêm identificação com o PT, sugerindo, potencialmente, um equívoco na compreensão da ideologia ou uma indicação de que eles não vislumbram efetivas distinções ideológicas entre os partidos, como apontado pela literatura especializada, com destaque para Mair (1993).

**Tabela 12 – Identidade partidária por autolocalização ideológica
(2002, 2006, 2010) (%)**

Ideologia	2002					Total
	PT	PSDB	PMDB	PFL/DEM	Outros	
Esquerda	75,4	4,4	2,6	7,0	10,6	100
Centro-esquerda	76,0	18,0	0,0	0,0	6,0	100
Centro	71,9	7,8	6,3	4,7	9,3	100
Centro-direita	63,6	12,1	12,1	3,0	9,2	100
Direita	44,7	14,0	20,7	8,4	12,2	100
	2006					
Esquerda	72,5	12,5	2,5	0,0	12,5	100
Centro-esquerda	61,9	9,5	19,0	4,8	4,8	100
Centro	52,9	9,8	27,5	0,0	9,8	100
Centro-direita	47,8	17,4	13,0	0,0	21,8	100
Direita	60,0	14,7	14,7	2,7	7,9	100
	2010					
Esquerda	67,7	8,3	2,1	4,2	17,7	100
Centro-esquerda	82,9	0,0	0,0	0,0	17,1	100
Centro	52,2	15,9	7,2	1,4	23,3	100
Centro-direita	52,5	15,3	8,5	1,7	22,0	100
Direita	58,9	21,1	9,8	1,6	8,6	100

Fonte: Reproduzida de Veiga (2007, p.421).

Além de oferecer elementos para comprovar a mudança no perfil do eleitorado ao longo do tempo, os dados apresentados por Veiga (2007) permitem estabelecer diferenças e aproximações entre o eleitorado identificado com o PT, por um lado, e o com vínculos com o PSDB, por outro. De modo resumido, Veiga (2007) verificou que o eleitorado identificado com o PT se consolidou, em 2010, em um segmento em sua maioria localizado na centro-esquerda do espectro ideológico, com eleitores de ensino fundamental, concentrados no Nordeste. O perfil dos eleitores vinculados com o PSDB, por sua vez, reuniu, em sua maioria, eleitores do Sul do Brasil, com ensino médio e que se consideravam integrantes do setor da direita. No entanto, não se pode afirmar que há, necessariamente, uma relação de causalidade entre a distribuição de identidade partidária dos eleitores do PT e do PSDB, como se as taxas de ambos fossem inversamente proporcionais em todas as dimensões, o que não se estabelece. Assim, se o PT conquistou mais vínculos entre os eleitores que se autolocalizavam na centro-esquerda, não se pode dizer que isso se deu em função da perda de eleitorado no mesmo segmento pelo PSDB ou vice-versa.

Se tal associação direta não pode ser estabelecida na interpretação dos dados elencados por Veiga (2007), ela é sugerida por Ribeiro, Carreirão e Borba (2011) em trabalho que relaciona sentimentos positivos em relação ao PT e sentimentos negativos em relação ao PSDB e vice-versa (Tabela 13). Na verdade, a análise feita pelos autores vai além dessa relação, indicando casos de sentimentos positivos apenas por um dos partidos, sem que impliquem em rejeição ao outro, e, na direção oposta, rejeição a uma sigla sem, necessariamente, que se estabeleça sentimentos positivos em relação à outra. Situações que os autores também categorizam como neutras são consideradas.

Tabela 13 – Sentimentos em relação ao PT e ao PSDB (2002, 2006, 2010) (%)

Ano	Sentimentos						
	Positivo PT e rejeição PSDB	Positivo PT	Rejeição PSDB	Situações neutras*	Rejeição PT	Positivo PSDB	Positivo PSDB e rejeição PT
2002	15	16	13	39	13	2	3
2006	12	11	13	45	14	1	3
2010	16	15	11	39	11	3	5

Fonte: Reproduzida de Ribeiro, Carreirão e Borba (2011, p.342).

* Situações neutras se referem aos episódios em que o eleitor não manifestou nenhum sentimento aos dois partidos ou declarou o mesmo sentimento (positivo ou negativo) em relação aos dois ou explicitou sentimentos contraditórios (positivos e negativos, simultaneamente) a um mesmo partido.

De modo geral, é possível observar que a maioria dos eleitores se posiciona diante da polarização nacional e declara afinidade e rejeição com um ou com ambos os partidos. Um dado relevante é a redução do percentual dos que declararam sentimentos positivos com relação ao PT e o aumento, ainda que de um ponto percentual, da rejeição do partido em 2006. Entretanto, se faz necessário lembrar, novamente, que esses percentuais e outras reduções na identidade partidária do PT evidenciadas por outras pesquisas nesse período, possivelmente sofreram o impacto do escândalo do mensalão protagonizado pela agremiação em 2005, tanto que o índice de sentimentos positivos pelo partido voltou a crescer em 2010, bem como a rejeição diminuiu. Contudo, não se pode afirmar que a rejeição ao PT ou a redução dos sentimentos positivos pelo partido, em 2006, foram transferidas para o outro polo da disputa, o PSDB, uma vez que os percentuais dessa agremiação se mantiveram no que diz respeito à rejeição e aos sentimentos positivos.

Os dados e as análises apresentados tanto por Veiga (2007) quanto por Ribeiro, Carreirão e Borba (2011) sugerem que os vínculos e os sentimentos que os eleitores mantêm com os partidos são de efetiva relevância na construção de suas identidades partidárias e na decisão dos votos. No entanto, retomando o argumento de Limongi e Cortez (2010), não se pode atribuir a polarização e o predomínio das legendas na arena nacional durante os últimos 20 anos à identificação partidária dos eleitores. Os autores não descartam que haja uma parcela de influência dessa questão nos resultados apresentados, todavia, pensam que os eleitores que votam de maneira sistemática em um mesmo partido são parcela reduzida da população. Ademais, Limongi e Cortez (2010) atentam para o fato de que o eleitor manifestar identificação por determinado partido não implica, necessariamente, que seu voto seja concedido a ele. Nessa perspectiva, os autores não consideram que PT e PSDB tenham suficiente enraizamento social para a explicação do protagonismo na esfera política nacional, atribuindo o cenário de polarização ao número restrito de candidaturas e às estratégias intrapartidárias, sobretudo no que diz respeito à organização e expansão das bases eleitorais. Eles ressaltam: “eleitores votam nas poucas candidaturas que lhes são oferecidas” (LIMONGI e CORTEZ, 2010, p.25).

A literatura especializada sobre socialização política e identidade partidária identifica os fatores que contribuem para conformar junto ao eleitorado percepções, opiniões e imagens sobre os partidos e a respeito da política de modo geral. Tais elementos, como classe social, tradição familiar, experiências escolares e momentos vividos na infância, seriam os responsáveis pelos indivíduos estabelecerem vínculos, sejam eles de simpatia, identificação ou rejeição, por determinado partido e não por outro, ou ainda que não constitua laços com

nenhuma agremiação, se mantendo indiferente. Se, por um lado, explorar as dimensões sociológicas ou psicossociológicas desse processo não é pretensão desta pesquisa, por outro, pretende-se investigar a relação entre as escolhas e as estratégias das elites políticas locais com as percepções e as opiniões do eleitorado. Nesse sentido, o foco recai sobre o impacto dos elementos institucionais e propriamente políticos sobre a socialização, mais especificamente sobre a identidade partidária.

Logo, cabe recuperar a proposta de Baquero e Gonzalez (2011) em torno da função pedagógica das eleições. Os autores partem do pressuposto de que instituições eficientes estimulam a participação e o engajamento do eleitorado. Logo, as eleições representariam oportunidades cruciais neste processo, já que, através da prática cívica, possibilitaria a internalização de valores democráticos pelos indivíduos. Assim, encarando as eleições como momento primeiro de efetiva participação política e considerando a significativa centralidade que as eleições majoritárias possuem para os eleitores, como já foi destacado, vale refletir em que medida a polarização entre PT e PSDB nas duas últimas décadas exerce papel referencial e orientador das escolhas feitas pelos eleitores nos municípios. Mair (1997) e Kinzo (2005) também inserem elementos institucionais no debate, ao considerarem que a estabilidade do sistema partidário tem relação direta com a conformação de identidades e preferências do eleitorado, na medida em que, quanto mais estáveis os sistemas, maiores serão os vínculos entre eleitores e partidos políticos.

Apesar de o eleitorado brasileiro ser recorrentemente considerado alheio à política e dotado de poucos laços partidários, os estudos apresentados mostram que, embora não seja maioria, o percentual de eleitores com identificação por algum partido está longe de ser desprezível e aumentou, mesmo que de maneira tímida, no último ano em que foi verificado pelo ESEB. Contudo, os dados do Latinobarômetro são mais reduzidos, embora coincida apenas no ano de 2010 com a coleta do ESEB. Pela pesquisa latino-americana, o Brasil viveria estabilidade na identidade partidária em 2010 e 2011, mas sofreria pequena redução no percentual em 2013. Os dados, de qualquer maneira, parecem convergir com a perspectiva de Singel (1989) sobre a relevância dos acontecimentos históricos no processo de socialização política. Assim, é possível verificar significativa queda nos percentuais de identidade partidária em 2006, ano posterior ao escândalo do mensalão, especialmente no que se refere ao PT. Ademais, as análises de Veiga (2007) também indicam uma mudança substantiva no perfil do eleitorado que manifestou alguma identificação, especialmente com o PT. Além do impacto de tal episódio de corrupção, é preciso salientar a chegada do partido à Presidência,

com a vitória de Lula, em 2002, que teria modificado a postura da agremiação e, conseqüentemente, teria influência sobre as percepções do eleitorado em potencial.

Contudo, mesmo que a maioria dos eleitores não possua identificação partidária, a maior parte deles se posiciona perante a polarização, como foi apontado por Ribeiro, Carreirão e Borba (2011). A dimensão da rejeição partidária, para além da preferência ou identidade, parece ser crucial na conformação de vínculos entre os indivíduos e os partidos. Mais uma vez, parece ser o PT que desperta maior afinidade e também maior rejeição entre os eleitores, embora o percentual de rejeição ao PSDB se mantenha na média. Entretanto, é significativamente reduzido o número de eleitores com sentimentos positivos pelo PSDB. De qualquer maneira, é relevante ressaltar que os dados sugerem que a queda do percentual de identidade e sentimentos positivos por um não se dá em detrimento do outro.

De modo geral, é possível perceber que a conformação de laços entre o eleitorado e os partidos políticos, sejam eles de rejeição, afinidade, aproximação, preferência, identidade ou de qualquer outra natureza, são permeados por uma série de componentes que perpassam desde elementos institucionais até experiências pessoais vividas por cada eleitor. Assim, a relação entre as estratégias e escolhas das elites e a conformação de percepções do eleitorado, que orienta este estudo, passa a ser um jogo complexo. Contudo, inserida a temática da polarização, parece inevitável que os eleitores se posicionem. Resta saber se esse comportamento também pode ser verificado no que diz respeito às arenas locais de disputa.

Essas e as demais contribuições da literatura especializada sobre identidade partidária inspiram e fortalecem algumas questões a serem exploradas nesse estudo, sugerindo, assim, que seja fundamental fazer o movimento inverso: ao invés de refletir, prioritariamente, sobre como a identidade partidária dos eleitores produz a clivagem PT-PSDB, pretende-se investigar se e como a dinâmica política em nível nacional se reproduz no nível local e em que medida a centralidade e a polarização entre os dois partidos conforma e estrutura as preferências e as percepções do eleitorado nos municípios.

4 CAMINHOS INVESTIGATIVOS: DESENHO DE PESQUISA E CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Tomando como base o arranjo político inaugurado no Brasil após a redemocratização e a literatura sobre sistema partidário e identificação partidária no Brasil, o presente estudo tem como objetivo central investigar se e como a polarização entre PT e PSDB, estabelecida no plano nacional desde 1994, se reproduz no âmbito local e conforma a maneira como os eleitores dos municípios mineiros de pequeno e médio porte percebem e se posicionam perante tais partidos e frente à própria polarização. Interessa avaliar, também, se tal impacto da reprodução da clivagem nacional sobre os eleitores seria mediado por características contextuais dos municípios, como sugere a tese apresentada por Lima Júnior na década de 1980. A hipótese do trabalho é a de que, a despeito da importância dos dois partidos na organização da competição político-eleitoral no país, a polarização PT-PSDB não se reproduz da mesma forma e com a mesma intensidade nos municípios de pequeno e médio porte, seja entre as elites políticas, seja entre os eleitores, sendo afetada por características do arranjo político-partidário nos municípios. No entanto, diferentemente dos estudos que, até o momento, investigaram a polarização PT-PSDB a partir da análise de dados eleitorais, este trabalho se propõe a ir mais fundo para verificar se e como essa polarização se manifesta entre os eleitores.

Para verificar tal hipótese, este estudo envolveu duas etapas de pesquisa. A primeira etapa da análise envolveu um esforço de categorização dos municípios mineiros quanto ao grau de polarização e aproximação entre PT e PSDB. Analisando o comportamento dos dois partidos e seu desempenho eleitoral, foi elaborado um contínuo composto por diferentes cenários, que vai desde a *polarização alta* até o que foi chamado de *aliança plena* entre os partidos. Além disso, buscou-se analisar outras duas variáveis que poderiam estar associadas ao comportamento dos partidos: o nível de organização no município, a partir de uma análise dos diretórios e comissões, e a maior ou menor presença de filiados.

Tal avaliação permitiu identificar os municípios nos quais a polarização PT-PSDB se manifestou com mais força e de forma sistemática e os municípios nos quais os partidos aliam-se sistematicamente. Essa análise permitiu não apenas delinear um quadro geral da polarização entre os partidos no estado, como ofereceu as bases para a escolha dos municípios para a realização dos estudos de caso, desenvolvidos na segunda etapa da pesquisa. O estudo, nesse outro momento, procurou observar o possível impacto da clivagem nacional sobre as

percepções e opiniões do eleitorado através de três grupos focais realizados em cada um dos municípios selecionados na etapa anterior.

4.1 PT E PSDB NOS MUNICÍPIOS MINEIROS: POLARIZAÇÃO E ALIANÇA

Nesta etapa da pesquisa, os municípios mineiros de pequeno e médio porte¹³ foram analisados, a partir de dados coletados na base do TSE referentes às eleições majoritárias de 2000, 2004, 2008 e 2012, considerando-se quatro variáveis associadas à clivagem entre PT e PSDB na esfera municipal. A primeira delas buscou identificar em que medida a polarização nacional se articula na arena local a partir do *comportamento político de ambos os partidos em coligações nas disputas majoritárias*. As coligações, nessa perspectiva, contribuíram para mensurar a nacionalização da competição por constituírem a principal maneira pela qual os partidos se relacionam eleitoralmente. Sob a ótica da legislação brasileira, o conceito de coligação prevê aliança entre as legendas para a disputa eleitoral, “devendo funcionar como um só partido no relacionamento com a Justiça Eleitoral e no trato dos interesses interpartidários” (Lei nº 9.504/1997, art.6º, §1º). Entretanto, não há consenso na literatura sobre qual (ou quais) a racionalidade e a estratégia que operam por detrás de tais uniões.

Em pesquisa sobre as lógicas das alianças eleitorais nos anos de 1950, 1954 e 1958, Gláucio Soares (1964), ao verificar a frequência das alianças para os cargos de governador, senador e deputados federais e estaduais, propõe a “*teoria da economia de esforços*”, através da qual explicita que os partidos são atores racionais que buscam, com a formação de coligações, a redução de custos da disputa e a maximização de chances de vitória. Contudo, o mesmo autor introduz as diferenças ideológicas como possível freio à formação de coligações e insere no debate a “*teoria da resistência ideológica*”, que parte da premissa de que fatores sociais, como urbanização e educação, podem constranger a coligação entre partidos de diferentes matrizes ideológicas. Por esta perspectiva, o grau de proximidade político-ideológica também seria considerado ao se decidir pela construção de alianças.

Gláucio Soares (1964) também atribui importância à variável tamanho do partido em sua explicação. Para ele, partidos menores teriam maior probabilidade de formar coligações já que, assim, somariam mais votos para atingirem o coeficiente eleitoral. Lima Júnior (1983),

¹³ De acordo com estratificação do IBGE, integram o universo da pesquisa os municípios com até 100 mil habitantes.

todavia, critica tal elaboração e sugere que se pense não em tamanho do partido, que pode variar em diferentes níveis e contextos de competição, mas que se considere a força relativa do partido, como proposto por Maria do Carmo Campello Souza (1976).

Limongi e Cortez (2010), além do aumento do tempo disponível no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE), elencam mais um componente pragmático relativo aos significativos gastos das campanhas eleitorais no Brasil, especialmente no que diz respeito às campanhas nacionais. A partir desta concepção, os autores acreditam que as alianças eleitorais também tenham uma função de reduzir despesas e garantir a participação das menores legendas na disputa. Os autores afirmam: “os altos custos de entrada na disputa presidencial inviabilizam candidaturas que não contam com amparo de coligações partidárias que garantam a presença nos principais colégios eleitorais” (LIMONGI e CORTEZ, 2010, p.29).

Já Lima Júnior, em estudo sobre o funcionamento dos partidos políticos brasileiros no período de 1945-1962, afirma que:

As decisões partidárias de formar alianças foram racionais porque tinham como principal objetivo maximizar o apoio eleitoral e foram contextuais porque tomadas localmente, à luz dos resultados da eleição prévia, e não de acordo com uma estratégia partidária nacional. A força local relativa de um partido constitui-se, assim, no determinante principal de qualquer decisão sobre formação de alianças (LIMA JÚNIOR, 1983, p.77).

Defendendo, portanto, que não se pode lançar mão de uma *racionalidade política invariante* para a compreensão da lógica das coligações eleitorais, assim como teria feito Gláucio Soares, Lima Júnior (1983) a substitui pela noção de *racionalidade política contextual* e estrutura dois princípios básicos para o entendimento das coligações: “(a) o partido forma alianças a fim de maximizar seu suporte eleitoral; (b) o partido forma alianças para tentar derrotar seu principal adversário” (LIMA JÚNIOR, 1983, p.63).

Esta concepção de que a construção de coligações estaria atrelada à diminuição das chances dos opositores também perpassa a “*Lei de Ferro da competição eleitoral*”, em que Figueiredo (1994), considerando os mecanismos do sistema eleitoral, aponta que há uma relação inversamente proporcional entre a probabilidade de formação das coligações e a estrutura de oportunidades eleitorais dos atores que compõem o jogo político em um determinado contexto. Para o autor, as regras da arena eleitoral podem aumentar ou diminuir as chances de eleição dos competidores.

Assim, a expectativa é a de que, mesmo com todos esses elementos que operam na formação das coligações, elas sejam um indicativo do grau de articulação entre as arenas nacional e municipal. A hipótese no que concerne a essa variável é a de que o comportamento

prévio dos partidos em coligações eleitorais conforma contextos diferenciados que irão influenciar, em maior ou menor grau, as preferências e as opiniões do eleitorado. Dessa forma, na análise do comportamento de PT e PSDB nas eleições para prefeito nos municípios de Minas Gerais, o cenário de polarização mais alta seria aquele em que os partidos protagonizaram e cristalizaram posições opostas e rivais no jogo político ao longo do tempo, em contraposição ao cenário de aliança no qual os dois partidos se apoiaram mutuamente nas eleições majoritárias.

Assim, foram propostos cinco diferentes cenários considerando apenas a primeira variável independente – coligação e lançamento de candidatura própria na eleição majoritária – a partir das coligações formadas pelos dois partidos: (1) *Aliança plena*: PT e PSDB em uma mesma coligação e com candidato a prefeito de um desses partidos; (2) *Aliança parcial*: PT e PSDB coligados, mas com candidato a prefeito de outro partido; (3) *Polarização baixa*: PT e PSDB em coligações opostas, mas ambos sem lançar candidatos próprios; (4) *Polarização média*: PT e PSDB em alianças diferentes, mas somente um dos partidos com candidato próprio; (5) *Polarização alta*: PT e PSDB em alianças separadas e cada um com um candidato próprio à prefeitura.

O grau de polarização, contudo, não seria afetado apenas pela posição relativa dos dois partidos nas coligações majoritárias e pelo lançamento ou não de candidatura própria. O *desempenho eleitoral* de ambos, segunda variável independente, seria importante para definir o grau de polarização ou de aliança da disputa, já que indica a maior ou a menor centralidade dos atores na competição eleitoral local. A segunda hipótese, portanto, propõe que a reprodução ou não, através de elevado grau de polarização da disputa ou da aliança plena entre os partidos, depende diretamente do desempenho eleitoral obtido por eles, uma vez que a sua capacidade de conformar opiniões e percepções do eleitorado estaria diretamente associada com o grau de competitividade de ambas as agremiações na disputa.

Buscou-se investigar também se e como a forma da *organização partidária no município* está associada à clivagem estabelecida entre PT e PSDB no nível local. A suposição era a de que a instituição de diretórios partidários ou comissões provisórias podem oferecer indicativos de maior capilaridade do partido no município e presença mais ativa de lideranças políticas, que poderiam contribuir para um maior alinhamento do partido com decisões tomadas em nível nacional e estadual, aumentando o grau de polarização. Seria como se representantes e membros do partido no nível municipal contassem com um canal de comunicação com outras instâncias organizacionais do partido situadas em outras esferas, o

que poderia assegurar maior coerência sobre o comportamento coligacional dos partidos nos três níveis.

Em relação a esse indicador, é preciso considerar, como sugerido por Braga e Rodrigues-Silveira (2012), que haveria uma diferença no grau de organização partidária de acordo com o órgão estabelecido, já que diretórios poderiam ser considerados mais institucionalizados, haja vista a demanda por maior número de filiados e a realização de uma convenção municipal para a sua homologação. As comissões provisórias, todavia, são frutos de iniciativa do diretório estadual do partido e possuem curta duração (90 dias), podendo representar um passo anterior à formação dos diretórios se houver convenção¹⁴. Contudo, apesar desta previsão da legislação, na prática eleitoral o estabelecimento de comissões e diretórios municipais parece ser efetivamente controverso.

Por um lado, Guarnieri (2011) verifica que os partidos políticos, em geral, possuem mais comissões do que era de se esperar, tendo em vista a legislação. Segundo dados levantados pelo autor, o PT é o partido que dispõe de menor número de comissões provisórias (19,7%), mas ainda assim possui mais de 15% do previsto em estatuto. No caso do PSDB, o percentual de comissões não esperadas vai para 30%, sendo 43% dos órgãos do partido comissões provisórias. Além disso, apesar dos apontamentos feitos por Braga e Rodrigues-Silveira (2012) com relação à duração de 90 dias da comissão quando o partido se instala no município, nos dados disponibilizados pelo TSE, há significativo número de comissões vigentes há cerca de três anos. Uma das explicações possíveis para ambos os apontamentos é a de que os partidos políticos, sem condições de cumprirem as exigências para a criação de diretórios, optem por renovar continuamente as comissões no âmbito local. Guarnieri (2011), contudo, acrescenta uma importante implicação da presença de comissões na organização partidária. Para o autor, por exigirem indicações para a sua composição e para o encaminhamento de delegados às convenções, as comissões indicam, potencialmente, elevado controle das lideranças, que seriam responsáveis por tais atividades, sobre a vida partidária.

No entanto, optou-se por manter esse modo de mensuração da organização partidária local por acreditar que a presença de diretórios e comissões provisórias no município, mesmo com todas as incoerências e inconsistências apresentadas, podem sugerir maior ou menor força da articulação das elites locais, além de indicar, parcialmente, a crescente consolidação dos partidos políticos no Brasil em todos os níveis da competição eleitoral, a despeito dos

¹⁴ Guarnieri (2011) ainda considera a utilização das comissões provisórias no momento de criação dos partidos. Segundo o autor, quando uma nova agremiação é formada, a legislação concede um ano para que ela angarie um número mínimo de filiados para a realização de convenções e estabelecimento de diretório em, pelo menos, nove estados.

argumentos tradicionais sobre o restrito grau de nacionalização dos partidos brasileiros e do pequeno impacto de tais organizações na competição local. Logo, a hipótese aqui é a de que a polarização seria maior nos contextos em que a organização do PT e do PSDB local se constituírem através de diretórios, estando a competição mais dependente da articulação das elites e, portanto, mais autônoma com relação à clivagem nacional, no caso de presença de comissões de ambos os partidos.

Hipótese semelhante é sustentada com relação ao *número de filiados*. Espera-se que um número maior de filiados indique uma estrutura partidária mais desenvolvida e consolidada com impactos sobre as estratégias eleitorais dos partidos e as preferências e percepções dos eleitores. Parte-se da ideia de que os custos impostos aos partidos ao formarem alianças ideológica ou programaticamente inconsistentes seriam maiores quanto maior for a presença dos “públicos atentos”. Filiados, em tese, não são eleitores comuns, mas públicos que mobilizam os demais eleitores e se envolvem, em maior grau, nas discussões e decisões no interior do partido.

Nessa mesma perspectiva parece contribuir Castro (1994), ao identificar, como já apresentado nesse estudo, que a sofisticação política dos eleitores é determinante de suas identidades partidárias e impacta os vínculos que eles mantêm com as agremiações, de um modo geral. De acordo com os argumentos da autora, os filiados seriam potenciais detentores de maior sofisticação política e, assim, teriam maior envolvimento e conhecimento sobre política, além da capacidade de organizar ideias de modo abstrato e ideológico. Desse modo, os filiados poderiam ser obstáculos para a realização de coalizões entre partidos que tradicionalmente se colocam em lados opostos ou, no caso em que não são capazes de evitar a aproximação, podem atuar no sentido de salientá-las junto aos demais públicos. A hipótese, portanto, é a de que a polarização entre PT e PSDB seria maior quanto maior for o número de filiados dos dois partidos no contexto analisado.

A combinação das quatro variáveis independentes elencadas que, cada qual a seu modo, afetaria as chances de maior aproximação ou maior polarização entre PT e PSDB no município, segundo a hipótese principal, dá origem a cenários locais diferenciados. O cenário de *polarização alta* entre os partidos seria aquele em que PT e PSDB se encontram em coligações diferentes, ambos lançando candidatos próprios ao cargo de prefeito, apresentando o melhor desempenho eleitoral em número de votos, em municípios nos quais ambos possuem diretórios e percentual de filiados maior do que a média dos municípios analisados para ambos os partidos. Já o cenário de *aliança plena* seria aquele em que PT e PSDB encontram-se na mesma coligação com um dos partidos lançando candidato próprio ao cargo de prefeito

(o que indica que um partido apoia o candidato do outro), apresentando o melhor desempenho eleitoral em número de votos em municípios nos quais os partidos possuem comissões como órgão organizacional e o percentual de filiados é menor do que a média dos municípios analisados. Além destes extremos, a combinação das variáveis também permite a elaboração de cenários intermediários de aliança e polarização.

Do total dos 853 municípios de Minas Gerais, 629 foram analisados, inicialmente, nas eleições de 2012 para o executivo. Foram excluídos da análise: 28 municípios nos quais havia apenas um candidato a prefeito; 93 em que o PT não se coligou e nem apresentou candidatura própria para o executivo; 64 em que a mesma situação ocorreu com o PSDB; 10 em que o fato ocorreu com ambos os partidos; 29 municípios de grande porte, com população acima de 100 mil habitantes, conforme distribuição do IBGE¹⁵. Os 629 municípios analisados foram agrupados em dois grandes cenários relativos à formação de coligações e lançamento de candidaturas a prefeito: de *aliança*, com PT e PSDB fazendo parte da mesma coligação na eleição para prefeito; e de *polarização*, com PT e PSDB fazendo parte de coligações diferentes. Nesta eleição, 170 municípios (27%) se encaixam no cenário de aliança e 459 (73%) no de polarização.

Em seguida, os dois cenários foram desagregados em cinco (Tabela 14). O de aliança deu origem aos cenários de *aliança plena*, que corresponde aos municípios nos quais PT e PSDB estavam na mesma coligação, com candidato de um dos dois partidos, e ao de *aliança parcial*, que corresponde aos municípios nos quais PT e PSDB estavam na mesma coligação, mas apoiando um candidato a prefeito de outro partido. Já o cenário *polarização* foi dividido em três: *polarização baixa*, em que PT e PSDB se encontravam em coligações diferentes, mas sem candidatos próprios; *polarização média*, com PT e PSDB em coligações diferentes, mas apenas um deles com candidato próprio; e *polarização alta*, com PT e PSDB em coligações diferentes, ambos com candidatos próprios.

Uma análise mais detalhada do comportamento dos partidos nas eleições de 2012 revelou que, dos 629 municípios mineiros verificados, 163 podem ser enquadrados nos cenários extremos elaborados. Desses, 75 correspondem ao cenário de *aliança plena* e os outros 88 correspondem ao cenário de *polarização alta*. Em todos os 163 casos, os candidatos do PT e/ou do PSDB estavam entre os dois mais votados sendo, assim, atores centrais na disputa. Incorporando as outras duas exigências relacionadas à existência de diretório ou de

¹⁵ Como já foi mencionado, o interesse da pesquisa se concentrou aos municípios de pequeno e médio porte, uma vez que outros estudos já demonstraram que, em capitais e em municípios de grande porte, as chances da polarização nacional se reproduzir são bem maiores.

comissão partidária no município e ao número de filiados¹⁶, foi possível identificar 18 municípios que se encaixavam em um dos polos, *aliança plena* e *polarização alta*. Nesses dezoito municípios observou-se um comportamento sistemático dos dois partidos entre 2004 e 2012, marcado pela polarização, no caso de alguns, e pela aliança, no caso de outros.

Tabela 14 – Cenários de aliança e polarização entre PT e PSDB nas eleições majoritárias em Minas Gerais (N/%) (2012)

Cenários	Casos por município	
	N	%
Aliança plena	75	11,9
Aliança parcial	95	15,15
Polarização baixa	141	22,4
Polarização média	230	36,6
Polarização alta	88	14,0

Fonte: Elaboração própria.

No conjunto dos municípios de *aliança plena* entre PT e PSDB, pode-se notar a presença de comissão como órgão partidário de ambos os partidos e menor percentual de filiados petistas e peessedebistas em relação à média total dos municípios. Tais variáveis foram consideradas por se adotar como hipótese secundária que a maior fragilidade da organização partidária local e um número mais baixo de filiados poderia atenuar a reprodução da polarização nacional. Do lado oposto, por sua vez, os municípios encontrados no caso de *polarização alta* entre PT e PSDB preencheram as exigências da presença de diretórios dos dois partidos e percentual de filiados do PT e do PSDB maior do que a média dos municípios. Nesse caso, supõe-se que maior solidez da organização partidária no nível local e maior número de filiados seriam fatores que contribuiriam para a nacionalização da competição no nível municipal.

Embora não seja objetivo deste trabalho analisar os dados coletados nessa primeira etapa da pesquisa, uma vez que a utilização dos mesmos se dá a partir de categorias para selecionar os municípios para a realização da etapa qualitativa, um teste de correlação (Spearman) com os dados da eleição de 2012 foi realizado. Considerando os 163 municípios, observou-se uma associação positiva e estatisticamente significativa de 0,117** entre existir

¹⁶ A média foi calculada com base no percentual de filiados sobre o total da população em todos os municípios analisados. Para o PSDB, a média encontrada foi 0,090%, enquanto para o PT foi 0,072%.

diretório do PT no município e PT e PSDB estarem separados nas eleições de 2012. Quanto à existência de diretório do PSDB, a associação não é estatisticamente significativa. Ainda se observou uma relação positiva e estatisticamente significativa de 0,100* entre o número de filiados do PT ser maior do que a média dos municípios mineiros e PT e PSDB estarem separados nas eleições de 2012. Também há uma associação positiva e estatisticamente significativa de 0,098* entre o número de filiados do PSDB ser maior do que a média dos municípios mineiros e PT e PSDB estarem separados nas eleições de 2012¹⁷.

A partir desta classificação, o passo seguinte foi verificar se o comportamento dos partidos tinha ou não um caráter sistemático, considerando as três eleições majoritárias anteriores à de 2012 (Quadro II). Em 2008, PT e PSDB não mais constituíram aliança plena em Juramento, São Félix de Minas e Senador Cortes, mantendo a coligação apenas em Coroaci e Ibitiúra de Minas. Nesse mesmo ano, o cenário de polarização alta também não se repetiu em Alterosa, João Monlevade, Ladainha, Lambari, Monte Carmelo, Ponte Nova e Santana do Paraíso. O extremo da clivagem se restringiu a Cambuquira, Carbonita, Piraúba, Pitangui, Prados e Senador Firmino. No pleito de 2004, os municípios que se mantiveram nos cenários sugeridos diminuíram ainda mais, se reduzindo a Coroaci, no caso de aliança plena, e a Carbonita, Piraúba e Prados, no de polarização alta. Em 2000, no entanto, nenhum município se manteve nas categorias estabelecidas.

A partir dessa classificação, o propósito era escolher, de modo criterioso, um município com *aliança plena* e outro com *polarização alta* entre PT e PSDB para a realização de pesquisa qualitativa, através de grupo focal com roteiro semiestruturado, por meio do qual se investigaria se e em que medida a clivagem PT-PSDB, observada em nível nacional e estadual, estrutura as preferências e as percepções do eleitor local. Coroaci foi selecionada para o primeiro cenário, uma vez que foi o único município em Minas Gerais no qual a aliança plena entre os municípios se manteve entre 2004 e 2012. Contudo, no que se refere aos municípios em que se estabeleceu polarização alta entre os partidos no período estudado, três localidades poderiam ser escolhidas. A opção foi selecionar o município que mais se aproximava do primeiro selecionado quanto às variáveis demográficas e socioeconômicas, de modo a ampliar as chances de que as diferenças observadas pudessem ser atribuídas ao cenário político. A partir de tais critérios, a cidade de Piraúba foi selecionada para a etapa qualitativa da pesquisa, por apresentar maior proximidade com os indicadores de Coroaci (Tabela 15).

¹⁷ Um asterisco corresponde a significância de 0,05 e dois asteriscos a significância de 0,01.

Quadro II – Aliança e polarização entre PT e PSDB nas eleições majoritárias em Minas Gerais (2012-2000)

Cenários	Características	Municípios		
		2012	2008	2004
Aliança plena	<ul style="list-style-type: none"> - PT e PSDB na mesma coligação, com candidatura própria - Candidato entre os dois mais votados - Municípios com comissão dos dois partidos - Percentual de filiados em relação ao total de habitantes menor que a média do total dos municípios 	Coroaci Ibitiúra de Minas Juramento São Félix de Minas Senador Cortes	Coroaci Ibitiúra de Minas	Coroaci
Polarização alta	<ul style="list-style-type: none"> - PT e PSDB em coligações distintas, ambos com candidatos próprios - Ambos os candidatos entre os dois mais votados - Municípios com diretório dos dois partidos - Percentual de filiados em relação ao total de habitantes maior que a média do total dos municípios 	Alterosa Cambuquira Carbonita João Monlevade Ladainha Lambari Monte Carmelo Piraúba Pitangui Ponte Nova Prados Santana do Paraíso Senador Firmino	Cambuquira Carbonita Piraúba Pitangui Prados Senador Firmino	Carbonita Piraúba Prados

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do TSE.

No entanto, antes das considerações sobre a segunda etapa da pesquisa, a qualitativa, é fundamental explicar novamente que este estudo se volta para Minas Gerais pela peculiaridade dos resultados encontrados nas eleições nacionais e estaduais nos últimos anos. Sem considerar as eleições de 2014¹⁸, observa-se a hegemonia do PT na disputa para a Presidência, ao mesmo tempo em que o PSDB predomina no governo do estado. Além disso, Minas abriga grande variedade intraestadual referente a aspectos socioeconômicos, políticos,

¹⁸ Como também já foi demonstrado, nessas eleições, a predominância do PT se estende à arena estadual, com a vitória de Fernando Pimentel para governador no primeiro turno, depois de 12 anos de governo do PSDB.

populacionais, dentre outros, e é o estado do país com o maior número de municípios, constituindo um estado importante para a realização da pesquisa, tendo em vista seus objetivos.

Tabela 15 – Perfil socioeconômico e demográfico dos municípios pré-selecionados

Município	Mesorregião	Nº de habitantes	IDHM	Taxa de alfabetização	Incidência da pobreza¹⁹
Coroaci	Vale do Rio Doce	10.270	0,626	80,23%	34,35%
Carbonita	Jequitinhonha	9.148	0,638	76,41%	59,92%
Piraúba	Zona da Mata	10.862	0,684	85,07%	32,25%
Prados	Campo das Vertentes	8.391	0,689	87,14%	36,02%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Censo (2010).

Todavia, nem todos os municípios de Minas participaram da pesquisa, os de grande porte²⁰ foram excluídos. Isso se dá em virtude de alguns fatores: (1) é consensual na literatura que a nacionalização da competição tem maior probabilidade de se reproduzir no nível local quanto maior é o tamanho e a visibilidade do município; (2) os municípios de grande porte representam universo restrito dos municípios no Brasil, totalizando em Minas, por exemplo, apenas 3,39% do total; (3) por fim, o arranjo municipal de capitais e grandes cidades é mais estudado pela literatura do que os municípios de pequeno e médio porte, aumentando ainda mais relevância de a Ciência Política se debruçar sobre eles.

Com relação ao período estudado, já foi verificado no âmbito deste estudo a importância do tempo na conformação de identidades e preferências partidárias. Assim, considerou-se que somente dados das últimas eleições municipais, no ano de 2012, poderiam constituir um cenário conjuntural e, portanto, com reduzido impacto sobre o eleitorado.

4.2 PESQUISA QUALITATIVA: TÉCNICA E DESENVOLVIMENTO

A utilização dos grupos focais como metodologia central para esta pesquisa prometia significativas contribuições. De acordo com Veiga e Gondim (2001), o uso dos também

¹⁹ Mensurado através do Mapa da Pobreza e Desigualdade, elaborado pelo IBGE a partir dos dados do Censo (2010).

²⁰ Municípios com mais de 100 mil habitantes, segundo a classificação do IBGE.

denominados grupos de discussão permitiria focar na base da formação de opiniões, valores e atitudes, ou seja, nos processos de “influenciação” social. Dessa forma, como se adota o pressuposto de que a identidade partidária e as preferências e percepções dos eleitores sofrem “influenciação” não somente das articulações dos partidos e das elites e da socialização política de cada indivíduo, mas também de experiências sociais e culturais, a utilização dos grupos focais pareceu técnica adequada. Veiga e Gondim (2001) ofereceram embasamento teórico à escolha, afirmando:

A premissa básica dos grupos de discussão é a de que as pessoas formam as suas opiniões e percepções nos processos interativos em que se engajam, sendo mutuamente influenciadas pelo jogo de forças que vai se constituindo nas relações interpessoais, intra e intergrupais (VEIGA e GONDIM, 2001, p.9).

Portanto, a técnica dos grupos focais permite, além da interação dos participantes, observar similaridades e diferenças entre as opiniões e percepções do eleitorado. Como os dados se produzem a partir desse processo, o uso de tal metodologia é indicado, de um modo geral, para estudos de comportamento e motivações complexas, como parece ser o caso desse estudo. Contudo, a literatura não define critério específico para o recorte dos grupos, sugerindo, assim, que os integrantes sejam selecionados a partir de variáveis que possam impactar no fenômeno que se pretende estudar, de uma forma geral. É importante enfatizar que o emprego da técnica dos grupos focais e a seleção dos participantes, de modo geral, não obedecem a critérios de representatividade estatística. Ainda que se busque contemplar, na composição dos grupos, pessoas com diferentes perfis de renda, escolaridade, sexo e idade, os achados de uma pesquisa com grupos focais raramente podem ser generalizados para o universo da população investigada. Isso porque se trata de uma metodologia mais adequada a uma abordagem compreensiva dos fenômenos sociais e políticos do que comprometida com a descoberta de regularidades e padrões.

A ideia, a princípio, era constituir três grupos de discussão em cada um dos dois municípios – Coroaci, com *aliança plena*, e Piraúba, com *polarização alta* –, em que a classe social serviria como primeiro critério de divisão de dois dos grupos, separando os integrantes da classe A/B, C/D, mantida a idade constante, como se faz recorrentemente em estudos na área. No terceiro grupo, a proposta era recrutar militantes que fossem também filiados aos dois partidos para tentar captar a diferença de percepção entre atores mais e menos envolvidos no contexto político.

No entanto, no primeiro contato com o campo, surgiram os primeiros obstáculos, entre eles a grande homogeneidade de renda entre os que participaram da primeira etapa de recrutamento. O número extremamente pequeno de pessoas com renda familiar superior a três salários mínimos inviabilizou o recorte pela renda. Contudo, o próprio campo tratou de trazer a solução para o problema, quando foi possível observar três grandes divisões entre os eleitores em geral que serviram, posteriormente, para recortar os grupos. Os dados coletados naquele momento indicaram que grande parte dos eleitores não era filiada a partidos nem tinha nenhuma preferência por nenhum deles, como se esperava, porém outra parcela que também não possuía vínculo formal de filiação com os partidos demonstravam simpatia por alguns deles, em sua grande maioria, PT ou PSDB. O terceiro segmento era o de filiados, previamente estabelecido como um dos grupos a ser constituído. Desse modo, a formação dos grupos já estava dada. Os três grupos, antes recortados por renda, seriam agora constituídos a partir de critérios de sofisticação política.

Ainda que o roteiro de recrutamento não tenha sido pensado para selecionar os participantes a partir de tal dimensão e que ela tenha surgido a partir de obstáculos pragmáticos, como a falta de tempo e recursos, além da dificuldade em encontrar participantes com renda mais elevada nos municípios, a sugestão do campo encontra fundamento na literatura. Afinal de contas, já foi demonstrado por Castro (1994) e explicitado neste estudo, que o grau de sofisticação política é um dos fatores determinantes da conformação da identificação dos eleitores e dos vínculos estabelecidos por eles com as agremiações de um modo geral. Assim, indicada pelo campo e corroborada, mesmo que posteriormente, pela literatura, a divisão dos grupos se deu da seguinte maneira: um deles formado por eleitores *neutros*, que não declararam preferência e que não eram filiados a nenhum partido político; o outro foi constituído por *simpatizantes* do PT e do PSDB, sem filiação; e o último se concentrou em *filiados* dos dois partidos.

A esses critérios somaram-se outros pré-requisitos: só foram recrutados eleitores que moram e votam no município pelo menos desde a data da primeira eleição avaliada, 2000; apenas eleitores com 32 anos ou mais participaram dos grupos, uma vez que era fundamental que também tivessem participado do primeiro pleito em análise. Embora esses tenham sido os critérios para recorte do grupo, outras informações foram avaliadas adicionalmente na composição do mesmo, entretanto é importante salientar que os grupos não eram homogêneos, mas segmentados, uma vez que o interesse da pesquisa não era verificar o impacto da polarização na conformação de identidades partidárias em nenhuma categoria específica.

4.2.1 Recrutamento

O questionário para seleção dos participantes foi elaborado considerando-se, basicamente, duas dimensões: a primeira relacionada ao conteúdo das informações que se esperava obter e a segunda, de caráter pragmático, relacionada ao tamanho e à aplicabilidade das perguntas. Assim, procurou-se reunir dados socioeconômicos básicos e questões principais relacionadas mais diretamente com a temática da pesquisa, com linguagem simples e de aplicação de curta duração, para que o eleitor, ao ser abordado, não tivesse nenhuma dificuldade e nem obstáculos para a participação na pesquisa, mas que ao mesmo tempo fornecesse dados que permitissem verificar o seu perfil.

De modo resumido, constavam no questionário²¹ informações pessoais do cidadão, como nome, sexo, idade, cor, naturalidade, profissão, grau de escolaridade e renda, e perguntas que procuravam medir o seu envolvimento com a política, tais como: se era filiado a algum partido, se possuía simpatia ou se identificava com qualquer sigla, se havia trabalhado nas últimas eleições presidenciais e municipais para algum candidato, se participava de movimentos ou organizações sociais no município e se possuía algum familiar na política local. Ao final, o aplicador perguntava se o eleitor teria interesse e disponibilidade para participar da pesquisa e, em caso afirmativo, tomava nota de seus contatos e oferecia uma carta de apresentação²² do estudo.

Tal documento explicava, de um modo institucional, os objetivos da pesquisa, a metodologia, as condições para participação e disponibilizava os contatos dos pesquisadores envolvidos. A ideia era a de que, através da carta, o participante pudesse ter mais informações sobre a pesquisa e que o contato direto com os envolvidos pudesse oferecer mais confiança no trabalho e, ainda, constituir um canal para sanar eventuais dúvidas. Contudo, é importante ressaltar que nesse documento não foi informado que a pesquisa estava concentrada em dois partidos específicos, PT e PSDB, uma vez que a suposição era a de que, com esse dado, os participantes teriam maior probabilidade de chegarem influenciados e com maior predisposição a concentrar suas falas no grupo focal em tornos dos dois partidos.

O primeiro recrutamento realizado foi na cidade de Piraúba, no dia 24 de outubro de 2014. Devido à proximidade do município com Juiz de Fora, separados por menos de 90 quilômetros, foi possível fazer o recrutamento com maior antecedência à realização dos

²¹ A versão completa consta nos apêndices ao final deste trabalho.

²² Conferir, também, nos apêndices.

grupos, planejados, inicialmente, para acontecer nos dias 10 e 11 de novembro. O recrutamento se dividiu em três frentes de trabalho, compartilhadas com Daniela Pedrosa e Janaina Morais, também mestrandas do PPGCSO/UFJF, que se orientaram a partir dos bairros Piraubinha e João Gonçalves da Neiva, além do Centro. A abordagem, em geral, foi feita nas ruas e no comércio da cidade, embora também tenham sido realizadas algumas visitas residenciais²³. No total, foram entrevistados 79 eleitores: 33 que responderam ao questionário, mas não se interessaram ou não possuíam o perfil para participar da pesquisa; 15 neutros, sem filiação nem preferência por partidos; 14 com preferência pelo PT, mas sem filiação; 10 com preferência pelo PSDB, mas sem filiação; 7 filiados ao PT.

É importante ressaltar que somente dois eleitores filiados ao PT foram encontrados de modo aleatório no recrutamento. No entanto, não se teve acesso aos filiados ao PSDB. Por isso, para que fosse possível a realização do grupo com este segmento, a tentativa de contato com os filiados de ambos os partidos foi feita com a colaboração de membros da elite partidária local. Assim, o contato com os filiados do PT foi feito através de indicações do vereador e presidente do partido em Piraúba, Paulo Pacheco, e as do PSDB através dos nomes indicados pelo vereador Ronaldo Cruz, com o consentimento do presidente do partido no município, Eli Ferreira Costa.

Outra importante consideração acerca do processo de recrutamento em Piraúba se refere à data em que foi realizado. O dia 24 de outubro foi sexta-feira antecedente ao segundo turno das eleições presidenciais, quando foi realizado o último debate entre os candidatos. Desta maneira, os eleitores se encontravam em momento de maior mobilização e participação política, em comparação com outros períodos do ano. Isso, possivelmente, acarretou dois fatos: maior disponibilidade e interesse dos mesmos em conversar sobre política e, portanto, em responder ao questionário, e maior vulnerabilidade da participação²⁴, já que, passado o calor do momento, muitos desistiram de integrar os grupos.

Já em Coroaci, os questionários para seleção dos participantes foram aplicados nas vésperas da realização dos grupos focais, em virtude da elevada distância entre o município e Juiz de Fora, mais de 520 quilômetros. Logo, o recrutamento aconteceu nos dias 04 e 05 de novembro e os grupos foram realizados nos dias 06 e 07. Em comparação com o processo realizado em Piraúba, o processo de recrutamento em Coroaci se desenvolveu de modo menos

²³ Tais visitas tiveram como principal objetivo a descoberta de moradores de classe A/B que pudessem integrar os grupos.

²⁴ Embora não seja possível responsabilizar o encerramento do período eleitoral pelo significativo número de desistências em Piraúba, acredita-se, em comparação com o recrutamento realizado em Coroaci, que tal fator tenha contribuído. Essa discussão será retomada adiante.

sistemático, embora não menos criterioso. Diferentemente da outra localidade, o processo neste município não se restringiu a dias e horários determinados, uma vez que, simultaneamente ao recrutamento, era preciso resolver questões de infraestrutura, como o local para a realização dos grupos, por exemplo. Mantendo-se a metodologia utilizada em Piraúba, em que os eleitores foram abordados nas ruas, no comércio e, em menor número, nas próprias casas, o processo de recrutamento em Coroaci contou com a colaboração de Leonardo Azevedo, também mestrando do PPGCSO/UFJF, e se dividiu pelos bairros da cidade, se concentrando no Centro, em Nova Esperança e no Sol Nascente. Nesse município, também foi utilizado o recurso da indicação de nomes para a formação do grupo dos filiados. Além da natural dificuldade em encontrá-los aleatoriamente, a ideia era manter o mesmo critério utilizado em Piraúba. Desse modo, os vereadores Rogério Leal (PT) e Edna Reis (PSDB), com a contribuição dos presidentes das siglas, Jadir Pereira (PT) e Argemiro Pimenta Neto (PSDB), indicaram nomes filiados aos dois partidos para a aplicação do questionário. No total, foram aplicados 83 questionários: 44 com pessoas que não se encaixavam no perfil da pesquisa ou não quiseram participar, 14 eleitores neutros, sem preferência ou filiação a nenhum partido; 9 simpatizantes PT, mas sem serem filiados ao partido; 7 eleitores não filiados com simpatia pelo PSDB; 5 filiados do PT; e 4 filiados do PSDB.

É importante ressaltar que, tanto em Coroaci quanto em Piraúba, o momento do recrutamento inseriu a principal dificuldade, que se manteve ao longo de todo o processo de desenvolvimento da pesquisa: o acesso às pessoas. Ainda que fossem receptivas nesse momento, isso não garantia que elas comparecessem ao grupo. A grande parte demonstrava desconfiança e incômodo pela presença de pesquisadores desconhecidos, interessados em conhecer um assunto que, em geral, não mobiliza de modo efetivo o interesse das pessoas e que, sobretudo em pequenos municípios como os visitados, acabam por impor certo grau de constrangimento aos participantes. Ainda assim, foi possível compor e realizar todos os grupos.

4.2.2 Participantes

Depois de recrutados os eleitores, era necessário estabelecer critérios e selecionar quais efetivamente participariam do grupo. Nos dois municípios, foi criada uma lista para

cada grupo que priorizava integrantes com o perfil mais adequado para a pesquisa, de forma a assegurar variação de sexo, idade, escolaridade, entre outros fatores, e que evitasse, ao máximo, a participação de indivíduos com familiares na política, que tivessem sido candidatos ou que possuíssem vínculos político-partidários extremamente distintos dos demais participantes. No entanto, apesar do esforço realizado, nem sempre foi possível garantir tal equilíbrio. Ainda é importante esclarecer, que, como as reuniões do grupo foram previamente agendadas com os eleitores no momento do recrutamento, o contato seguinte foi para a confirmação.

Em Piraúba, da disponibilidade encontrada no dia do recrutamento à confirmação telefônica, houve uma quantidade significativa de desistências que se somou às ausências dos participantes no momento do grupo, de modo que todos os grupos de Piraúba foram menores do que em Coroaci, ainda que nessa cidade a disponibilidade e o interesse aparente das pessoas no recrutamento tenham sido menores. Assim, parece que em Piraúba as pessoas eram mais receptivas, mas isso não garantiu a participação delas no grupo. Mesmo que muitas tenham confirmado, poucas compareceram nas discussões. Em Coroaci, o processo foi o oposto: os eleitores eram mais desconfiados e reservados, mas, se confirmavam a sua participação, havia maior probabilidade de que efetivamente comparecessem aos grupos. Não se pode precisar, com certeza, o motivo da dificuldade de seleção e confirmação em Piraúba, mas imagina-se que esteja associada a dois fatores, em potencial: (1) ao fim das eleições – as pessoas teriam perdido parte do envolvimento e, portanto, apresentavam menor disposição para se discutir o assunto; (2) ao tempo que se passou entre o recrutamento e o agendamento – passadas duas semanas, as pessoas teriam perdido o vínculo com a pesquisa e o contato pessoal com os pesquisadoras, diminuindo, assim, o interesse em participar do estudo.

A literatura sugere que os grupos focais tenham entre seis e dez participantes, embora não haja uma definição exata do número ideal. Contudo, para que se atinja esse número é necessário que se realize um sobrerrecrutamento a fim de garantir um percentual de segurança para ausências. Como não foi elevada a quantidade de integrantes recrutados, foram convidados dez²⁵, inicialmente, para todos os grupos. O número foi o mais amplo com o que se conseguiu trabalhar, mantendo em metades iguais os grupos que continham simpatizantes ou filiados dos dois partidos, no caso, cinco do PT e cinco do PSDB. À medida que havia

²⁵ A princípio, os todos os dez convidados também estavam confirmados. No entanto, em contatos posteriores, alguns eleitores cancelaram a sua participação pelos mais variados motivos. Assim, a tentativa foi a de convidar outros para manter a confirmação de dez. No entanto, em alguns casos isso não foi possível.

desistências, a tentativa era inserir novos contatos, ainda que fosse necessário voltar às ruas para novo recrutamento, como aconteceu nos dois municípios.

Para o primeiro grupo focal de Coroaci, com simpatizantes do PT e do PSDB, foram convidados dez eleitores, cinco com preferência por cada um dos partidos. Desses, seis estiveram presentes: dois com simpatia pelo PT e quatro pelo PSDB. O segundo grupo foi realizado às 19h30 do mesmo dia e contou com a participação de eleitores neutros. Novamente, dez pessoas foram convocadas, no entanto, apenas quatro compareceram. O último grupo realizado em Coroaci reuniu cinco filiados do PT e um do PSDB, embora, como em todos os casos, dez eleitores tenham sido convidados.

Já em Piraúba, a adesão aos grupos foi menor. O primeiro grupo, que seria realizada no dia 10 de novembro, às 18h30, com simpatizantes de ambos os partidos precisou ser adiado. Na oportunidade, somente dois dos dez convidados compareceram. Naquele momento, optou-se por uma breve entrevista individual com os participantes, não com fins analíticos propriamente ditos, mas com o intuito de aproveitar a oportunidade para obter um conhecimento prévio da política local e permitir que os eleitores presentes contribuíssem de alguma maneira, mesmo com a ausência dos demais. Esse grupo foi remarcado para o dia seguinte, 11 de novembro, às 20h. Para que ele acontecesse, no entanto, foi necessário um novo recrutamento realizado no início da tarde desse mesmo dia em duas frentes, ambas no Centro da cidade. Nesse novo processo, 13 pessoas foram selecionadas para garantir o convite a dez delas. Dessas, cinco estiveram presentes no grupo, sendo três simpatizantes do PT e duas do PSDB.

Antes desse grupo, porém, às 18h, aconteceu o encontro com os eleitores neutros, que também contou com reduzida participação, sendo o menor grupo realizado, com apenas três pessoas, embora as mesmas dez tenham sido convidadas. O grupo com os filiados aconteceu somente no dia 18 de dezembro, às 19h, em virtude de uma série de compromissos pessoais e acadêmicos que impossibilitaram a viagem, somados ao acesso tardio aos contatos dos filiados ao PSDB. Os integrantes do PT, embora também tivessem sido indicados, já haviam passado pelo recrutamento realizado no final de outubro. Dessa forma, o agendamento efetivo com os grupos foi concretizado na semana do mesmo, mantendo padrão de dez convidados. Na oportunidade, seis eleitores compareceram: coincidentemente, três filiados ao PT e outros três ao PSDB. Portanto, ao longo da realização dos grupos focais nos dois municípios, 60 pessoas foram convidadas e exatamente a metade, 30, compareceu. Do total de eleitores presentes, 16 eram de Coroaci e 14 de Piraúba.

No que se refere ao perfil dos participantes de Coroaci (Tabela 16), em sua maioria, eram do sexo masculino, de cor branca – embora tivesse quase quantidade equivalente de pardos – a religião predominante era a católica, a profissão era diversificada, mas se concentrava em lavradores, aposentados e comerciantes, com renda entre um e três salários mínimos, em média, faixa etária entre 40 e 60 anos e escolaridade até o final do ensino médio. Dos que declararam algum vínculo com partido, o que apareceu em maior número foi o PT. Em geral, metade dos integrantes dos grupos participa ou já participou de alguma organização social, na ampla maioria dos casos, relacionadas às suas igrejas, a maior parte se mobilizou nas últimas campanhas municipais, ainda que isso não tenha se repetido nas eleições presidenciais de 2014 e o maior número deles possuía algum familiar que se dedica ou se dedicou à política no município.

Em Piraúba, o perfil dos integrantes (Tabela 17) seguiu a mesma tendência observada em Coroaci, a começar pela predominância de eleitores do sexo masculino, brancos em sua maioria, mas com significativo número de pardos. Todos os participantes eram católicos, a maioria com renda mensal de um a três salários mínimos, tendo entre 50 e 70 anos e com ensino médio completo. Com relação à profissão, se dividiam, predominantemente, entre aposentados e comerciantes. Diferentemente de Coroaci, a maioria dos participantes não teve ou tem participação em organizações sociais e não se mobilizaram, exceto os filiados, em nenhuma das suas últimas campanhas, tanto para prefeito quanto para vereador, mas possuem familiares que se dedicaram ou se dedicam à política em Piraúba. O PT foi o partido com vínculo com a maior parte dos eleitores, quando a preferência foi explicitada.

Tabela 16 – Perfil dos participantes dos grupos focais de Coroaci

Segmento	Sexo	Idade	Cor	Religião	Escolaridade*	Profissão	Renda mensal (SM)	Partido	Participação em organização social	Participação em campanha		Familiar na política
										2014	2012	
Neutros												
	F	44	Branca	Católica	Médio C.	Lavadora	1-3	-	Sim	Não	Não	Não
	F	43	Amarela	Evangélica	Médio C.	Dona de Casa	3-5	-	Sim	Não	Não	Sim
	M	73	Branco	Católico	Nenhuma	Lavrador	1-3	-	Sim	Não	Sim	Sim
	M	34	Negro	Evangélico	Médio C.	Balconista	1-3	-	Não	Não	Não	Não
Simpatizantes												
	F	60	Branca	Evangélica	Médio C.	Professora	1-3	PT	Sim	Não	Não	Não
	M	78	Branco	Católico	Médio C.	Aposentado	3-5	PSDB	Não	Não	Sim	Sim
	M	74	Branco	Católico	Superior C.	Contador	5-10	PSDB	Não	Não	Sim	Sim
	M	54	Branco	Católico	Superior I.	Comerciante	5-10	PSDB	Não	Sim	Sim	Sim
	M	51	Pardo	Evangélico	Fundamental I.	Lavrador	1-3	PT	Não	Não	Não	Não
	M	60	Negro	Católico	Médio C.	Eletrotécnico	3-5	PSDB	Não	Não	Não	Não
Filiados												
	F	59	Parda	Católica	Fundamental I.	Aposentada	1-3	PT	Sim	Não	Não	Sim
	F	58	Parda	Católica	Fundamental I.	Costureira	-	PT	Sim	Não	Sim	Sim
	M	64	Pardo	Católico	Médio C.	Comerciante	3-5	PT	Não	Sim	Sim	Não
	M	44	Pardo	Católico	Médio C.	Comerciante	3-5	PT	Sim	Sim	Sim	Não
	M	61	Pardo	Católico	Fundamental I.	Jardineiro	1-3	PT	Sim	Sim	Sim	Sim
	M	42	Branco	Católico	Médio C.	Aposentado	3-5	PSDB	Não	Não	Sim	Não

Fonte: Elaboração própria.

* I. se refere aos graus de escolaridade incompletos e C. aos completos.

Tabela 17 – Perfil dos participantes dos grupos focais de Piraúba

Grupo	Sexo	Idade	Cor	Religião	Escolaridade	Profissão	Renda mensal (SM)	Partido	Participação em organização social	Participação em campanha		Familiar na política
										2014	2012	
Neutros												
	F	39	Negra	Católica	Pós-graduação	Manicure	1-3	-	Sim	Não	Não	Não
	F	47	Parda	Católica	Fundamental C.	Doméstica	1-3	-	Não	Não	Não	Não
	M	59	Pardo	Católico	Fundamental I.	Lavrador	1-3	-	Não	Não	Não	Sim
Simpatizantes												
	M	51	Branco	Católico	Fundamental I.	Balconista	1-3	PSDB	Não	Não	Não	Não
	M	57	Branco	Católico	Médio C.	Comerciante	1-3	PSDB	Não	Não	Não	Sim
	M	63	Branco	Católico	Médio C.	Aposentado	3-5	PT	Sim	Sim	Sim	Sim
	M	46	Branco	Católico	Fundamental C.	Comerciante	1-3	PT	Sim	Não	Não	Sim
	M	66	Branco	Católico	Fundamental C.	Aposentado	1-3	PT	Não	Não	Não	Não
Filiados												
	F	58	Parda	Católica	Superior C.	Comerciante	5-10	PT	Sim	Não	Sim	Não
	F	66	Branca	Católica	Médio C.	Aposentada	3-5	PSDB	Sim	Não	Sim	Sim
	F	65	Parda	Católica	Médio C.	Comerciante	3-5	PT	Não	Não	Sim	Sim
	M	55	Branco	Católica	Fundamental I.	Aposentado	1-3	PT	Não	Não	Sim	Não
	M	82	Pardo	Católico	Fundamental I.	Aposentado	1-3	PSDB	Não	Não	Sim	Sim
	M	67	Branco	Católico	Médio C.	Aposentado	3-5	PSDB	Não	Não	Sim	Sim

Fonte: Elaboração própria.

* I. se refere aos graus de escolaridade incompletos e C. aos completos.

4.2.3 Grupos focais

Todos os seis grupos realizados seguiram a mesma estrutura, o mesmo roteiro semiestruturado e foram igualmente gravados em áudio, mesmo que esses critérios não garantissem, naturalmente, a uniformidade do desenvolvimento do debate e das informações obtidas. Além disso, os grupos foram, em sua totalidade, moderados pela autora com o apoio de outro pesquisador²⁶, e todos acontecerem na Câmara Municipal de cada localidade. Sobre o local de realização dos grupos, é importante ressaltar que, mesmo com as vantagens dos espaços utilizados, a possível e equivocada associação entre o estudo e as Câmaras constituiu uma efetiva preocupação. O temor era o de que os participantes imaginassem que a pesquisa havia sido contratada pelo Legislativo municipal ou que, de alguma maneira, estivesse relacionada a ele. Para evitar tal problema, no início de cada grupo, bem como na carta de apresentação e na própria abordagem aos moradores, foi ressaltado o caráter acadêmico do estudo e a sua desvinculação com as Câmaras, embora o espaço estivesse sendo utilizado.

No início de cada grupo foi feita a apresentação do estudo e dos pesquisadores presentes, seguido da coleta da assinatura dos participantes, em duas vias, no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)²⁷. É necessário salientar que o preenchimento do TCLE foi, em todos os grupos, o momento de maior constrangimento e desconfiança por parte dos integrantes. A sensação era a de que os eles hesitavam em permanecer para a discussão ao terem que assinar e fornecer número de documentos, embora recebessem uma via assinada e documentada pelos dois pesquisadores presentes. A garantia do anonimato, contida no Termo, em vez que oferecer segurança aos integrantes pareceu fazer efeito oposto, afinal, o que teria de tão sério ali que não poderia revelar a identidade deles?

Em seguida, os participantes receberam algumas instruções sobre o decorrer da discussão, foram incentivados a se sentirem à vontade, ficarem livres para discordar dos demais, não falarem todos juntos devido à gravação etc. Depois disso, se propunha um aquecimento, um momento de apresentação dos participantes, menos para o caso de eles não se conhecerem, o que seria praticamente impossível nos dois municípios, e mais para que se desinibissem e fossem se acostumando com o clima dos grupos. As informações solicitadas aos participantes eram o nome, a profissão, há quanto tempo morava no município e se

²⁶ Leonardo Azevedo se dedicou às observações gerais do grupo que, posteriormente, possibilitaram identificar a fala de cada participante nos arquivos de áudio. A ele, reitero meus agradecimentos pela generosa contribuição.

²⁷ Disponível nos apêndices deste trabalho.

gostava e se envolvia com política. Em seguida, tinha início a discussão com base no roteiro semiestruturado.

O roteiro²⁸ elaborado continha trinta perguntas divididas em quatro dimensões principais: (1) partidos; (2) ideologia dos partidos e dos integrantes; (3) política municipal; (4) polarização PT-PSDB. Na primeira delas, o foco era verificar se os participantes seriam capazes de diferenciar os partidos e associar e atribuir a eles ideias e percepções gerais, associá-los a pessoas de referência e a programas e projetos específicos. Nesse momento, foi estimulada a comparação interpartidária, utilizando não somente o PT e o PSDB, mas também o PMDB, de modo que as menções ao PT e ao PSDB pudessem surgir espontaneamente. O segundo bloco se propunha a investigar se os integrantes dos grupos distinguiam os partidos quanto às suas posições ideológicas ou os associavam a ideias e propostas tidas como mais progressistas ou conservadoras, como a legalização da maconha e a redução da maioridade penal. Em seguida, eram explorados seus próprios posicionamentos com relação às mesmas questões.

O bloco seguinte trazia a discussão para a política local e se concentrava na importância das elites políticas, dos grupos, das famílias, das pessoas e dos próprios partidos políticos, além do arranjo político municipal e do comportamento dos eleitores em geral. O quarto bloco explorava, pela primeira vez, de modo explícito, o comportamento do PT e do PSDB, abordando o tema da polarização e da aliança no contexto do município. Antes do agradecimento, da entrega de brindes e do lanche, foi solicitado aos participantes que preenchessem anonimamente um quadro que perguntava, de um lado, o partido que eles tinham preferência e, de outro, uma sigla na qual eles jamais votariam.

A proposta do roteiro elaborado era abordar os elementos trazidos pela literatura que teriam impacto no processo de vinculação entre o eleitorado e os partidos, assim como testar outros fatores que poderiam igualmente influenciar na conformação de identidades partidárias nos distintos níveis. A tentativa foi pela construção de um roteiro de médio tempo de aplicação, que não dispersasse os participantes e que também fosse de fácil entendimento e estimulasse a interação. Por isso, lançou-se mão de perguntas associativas, do estilo “por favor, me diga qual a primeira palavra que lhe vem à cabeça quando eu falo...”, e de subquestões variadas. Contudo, a duração dos grupos, na maioria dos casos, foi de uma hora e meia, de modo que o encontro mais curto durou cerca de uma hora. Talvez, por terem sido realizados no período noturno, depois das atividades laborais cotidianas, e talvez por exigirem

²⁸ Disponível nos apêndices deste trabalho.

qualquer esforço cognitivo ou por alguma outra razão ainda desconhecida, os eleitores, de um modo geral, demonstraram cansaço ao longo dos grupos. No encontro dos filiados de Coroaci não foi possível concluir o roteiro, tendo, os eleitores, indagado, em alguns momentos, se a pesquisa já estava chegando ao fim.

No entanto, de um modo geral, pode-se dizer que o roteiro funcionou parcialmente, uma vez que as perguntas foram respondidas e os temas propostos debatidos. Por outro lado, algumas modificações no mesmo no decorrer dos grupos foram inevitáveis, não só no caso do encontro citado, mas também de alteração da ordem das perguntas e da supressão de algumas questões em momentos limites, como quando os participantes demonstravam o tempo todo interesse por outro assunto que viria a seguir e na ausência de tempo ou condições de se passar por cada pergunta. Nessas situações, os eixos sobre a política local foram privilegiados por oferecer mais relevância para o problema de pesquisa proposto.

Um fator problemático na realização dos grupos foi a junção de filiados do PT e do PSDB num único encontro, sobretudo em Piraúba. Por um lado, isso traz um indício de que a polarização reproduzida no município conforma fortemente as opiniões e preferências do eleitorado, ainda que se trate de um grupo de elevada sofisticação política em comparação aos outros. Contudo, o impasse trazido por tal situação exigiu demasiado equilíbrio em sua solução. Apenas para exemplificar, no grupo mencionado, ao ver outra pessoa de partido rival na sala, determinado participante se recusou a adentrar no espaço. Sabendo disso e necessitando de sua participação, me dirigi à pessoa, com o intuito de incentivá-la a se juntar aos demais, mas, simultaneamente, outros eleitores aguardavam, inclusive a mim, para o início do grupo.

Além de dificuldades como essas, a técnica dos grupos focais também apresenta as suas limitações. Ao reunir indivíduos distintos e desconhecidos, não há meios de garantir que eles não apresentem entre si problemas de convivência ou de qualquer outra ordem. Assim, de modo parecido com o ocorrido em Piraúba, a dinâmica pode sempre ser alterada por pessoas que não se gostam ou que têm demasiado afeto uma pela outra, por exemplo, sugerindo que há elementos interpessoais e próprios da personalidade dos integrantes que podem atuar como incentivos ou constrangimentos para a participação e para o conteúdo das falas. Apesar das inúmeras dificuldades apontadas, todos os grupos transcorreram com normalidade. Porém, em dois deles, um em Coroaci e outro em Piraúba, dois participantes precisaram se retirar antes do término dos trabalhos devido a compromissos pessoais. Se tais pessoas saíram cedo, outras chegaram depois do início dos grupos, se acomodando no ambiente em meio à discussão, deixando para o final da atividade a assinatura do TCLE.

Todavia, a despeito de suas limitações, a interação entre os participantes também pôde trazer significativas contribuições, saturando, ao longo da própria discussão, as informações. Desse modo, como pôde ser verificado nos grupos realizados, os próprios indivíduos confirmavam ou refutavam determinados dados, expostos pelos demais. Além disso, a utilização desta técnica possibilita a reconstrução coletiva de acontecimentos que, talvez, individualmente, os participantes não seriam capazes de relatar. Essa vantagem dos grupos também pôde ser observada nos encontros da pesquisa, através do visível esforço de grande parte dos integrantes em explicar o arranjo político municipal e suas articulações.

Dessa forma, os desafios, de fato, moveram este estudo do início ao fim, não somente no que se refere à moderação e à realização dos grupos, mas também aos problemas dos recursos, das distâncias, dos deslocamentos, dos materiais e, sobretudo, da equipe, que sempre nos eram colocados. No entanto, se, de um lado, o uso da técnica implica em elevados custos financeiros e infraestrutura de trabalho sofisticada, por outro, é evidente que ele tem a sua contribuição, como ficará claro no próximo capítulo. Ainda assim, o esforço desta narrativa da experiência de campo tem como o objetivo não somente problematizar a metodologia em questão, mas, sobretudo, oferecer um relato de pesquisa honesto, indicando como o estudo se construiu, quais as suas limitações e, como não poderia deixar de ser, quais as informações obtidas e as reflexões que elas impõem à Ciência Política.

5 ENVOLVIMENTO E PARTIDOS POLÍTICOS: EXPERIÊNCIAS E PERCEPÇÕES DOS ELEITORES EM DEBATE

As informações coletadas através dos seis grupos focais realizados em Coroaci, município de *aliança plena*, e em Piraúba, cenário de *polarização alta*, distribuídos em três segmentos de eleitores – neutros, simpatizantes e filiados, como já esclarecido neste trabalho – serão descritas e analisadas a partir de três eixos principais²⁹. O primeiro se refere ao grau de envolvimento político do eleitor e a sua experiência de socialização com esse universo. É importante salientar que esse tópico foi elaborado a partir de vivências compartilhadas no momento de apresentação dos integrantes do grupo, sem que a discussão tivesse se iniciado efetivamente. Nesse eixo, cabe atentar para a relação dos participantes com a política, o grau de sofisticação política que apresentam e o lugar de onde falam, para que seja possível articular suas opiniões e percepções que virão adiante.

Depois, se segue o debate sobre os partidos políticos com uma abordagem mais abrangente no que se refere às arenas de competição. No entanto, esse tópico se encontra separado por outras duas seções, que se referem, respectivamente, a associações e percepções dos eleitores sobre o PMDB, o PSDB e o PT e a comparações interpartidárias direcionadas para o PT e para o PSDB. Além disso, é necessário destacar que essas descrições e análises, assim como no eixo seguinte, estão subdivididas pelos municípios estudados e apresentam, internamente, o conteúdo dos três segmentos do eleitorado selecionados. Elas ainda apresentam, em sua parte final, uma síntese das principais considerações acerca da relação entre eleitorado e partidos políticos explorada. No capítulo seguinte, serão apresentadas as informações e avaliações sobre o terceiro eixo de análise: o arranjo político local dos municípios a partir da perspectiva dos eleitores.

É fundamental salientar que nem sempre os temas surgiram na mesma ordem no decorrer das discussões e que podem ter sido reagrupados com fins analíticos. Portanto, tópicos em comum podem ser retomados ao longo da análise para que possibilite articulação mais produtiva entres os eixos temáticos. Ademais, devido à dinâmica própria de cada grupo, considerando o tempo e o grau com que cada tema ganhava destaque, somado ao interesse e ao envolvimento demonstrados pelos integrantes, a utilização do mesmo roteiro para moderação dos grupos não implicou, necessariamente, na igualdade dos elementos abordados

²⁹ Os eixos temáticos foram reagrupados a partir das dimensões exploradas através do roteiro.

em cada composição. Além disso, cabe ressaltar que os participantes não foram diferenciados com relação ao sexo, visto que o número de mulheres é significativamente menor do que o de homens e talvez possibilitasse, em alguns casos, a identificação dos membros do grupo. Há, ainda, duas siglas que atentam para os cenários em que os municípios estudados se enquadram: AP (aliança plena), ao se tratar de Coroaci, e PA (polarização alta), quando a referência é Piraúba. Antes de iniciar, contudo, as avaliações, é importante considerar a natureza dos vínculos dos participantes com a política, em autoatribuição elaborada durante o aquecimento dos grupos focais

5.1 “A GENTE SEMPRE MEXE UM POUQUINHO COM POLÍTICA, NÉ?”

De um modo geral, todos os participantes, até mesmo os neutros, declararam certa simpatia e determinado grau de envolvimento com o universo da política. No entanto, é preciso considerar que só o fato de aceitarem participar gratuitamente, ainda que tenham sido oferecidos brindes e lanche, de uma “conversa” sobre o tema pode ser considerado um significativo indicador da predisposição do eleitor em refletir sobre o assunto. Independentemente do grupo a que pertenciam, pode-se observar que a política, em última instância, mesmo com as mais distintas percepções, surge, na grande maioria dos casos, como um elemento forte e emotivo, do qual não se pode escapar e que, ainda que não se tenha simpatia, é inevitável algum grau de aproximação, mesmo que a relação esteja restrita ao voto ou ao período de campanha eleitoral. Assim, é possível verificar algumas recorrências nas falas dos participantes, como a naturalização do envolvimento com a política, como se a esse universo estivesse intrínseco um elemento visceral: *“Porque se [a política] tá no sangue não sai. Política é uma coisa que entrou no sangue, acabou. Se entrou a primeira vez, difícil é sair. Difícil é entrar, sair é quase impossível”* (FILIADO, Coroaci, AP, 2014).

Esse argumento se destaca em diferentes falas ao longo dos grupos, mas é um integrante da composição dos filiados, em Coroaci (AP), que faz a associação direta entre a política “no sangue” e à família. As demais declarações não mencionaram, de forma explícita, tal questão, deixando em aberto se o engajamento inevitável com a política se daria por tradições desse tipo ou, por exemplo, devido a características pessoais dos cidadãos. A contribuição que o fragmento a seguir introduz, todavia, se refere à atribuição de um papel determinante da família no processo de socialização política e dessa, por sua vez, na

conformação de vínculos entre os indivíduos e a vida político-partidária, como já foi apontado pela literatura. Assim, corroborando a efetividade da socialização política familiar, o eleitor sugere que foi a partir de suas relações familiares que ele estabeleceu seus laços com a política.

Eu cresci na política, meu pai foi sempre envolvido na política. Mas eu fico mais nos bastidores. Nunca me candidatei, nem pretendo. Mas é uma coisa que está no sangue na minha família, né? Mas me envolvo, participo, ajudo, né? Mas de uma maneira mais equilibrada (SIMPATIZANTE, Coroaci, AP, 2014).

Nesse mesmo sentido, outros dois integrantes também destacaram as relações familiares como causa do seu interesse e envolvimento com a política. Em ambos os casos, a função da família no processo de socialização política se constituiu de maneira mais explícita, uma vez que não se apresenta nas falas a política como elemento de engajamento natural do indivíduo, mas justificado por relações, neste caso, familiares, que os inseriram em tal ambiente. Assim, pode-se observar a inserção de dois participantes nos grupos através de experiências políticas e de vida pública de seus familiares.

O primeiro não explicou, de forma minuciosa, seu processo de envolvimento com a política, mas afirmou: *“Atualmente, eu tô mexendo com a política por causa do meu irmão”* (FILIA DO, Coroaci, AP, 2014). Apesar da falta de detalhes, é interessante notar o grupo focal em que esse eleitor se insere, o dos filiados. Mesmo pertencendo a tal segmento, ele relatou que seu engajamento se dá em virtude do cargo público no legislativo municipal ocupado pelo irmão. Assim, cabe considerar que nem sempre a adesão a uma sigla partidária implica, na prática, em maior grau de interesse, informação, envolvimento e, portanto, de sofisticação política nos moldes de Castro (1994). Nesse, como em outros momentos apresentados adiante, a contribuição do eleitor sugere que a filiação pode se constituir como um elemento estratégico sem, necessariamente, inserir de modo ativo e efetivamente participativo o eleitor no universo da política.

Declaração semelhante surgiu entre os filiados de Piraúba (PA), mas, dessa vez, parece implicar em maior engajamento do participante, ainda que sua inserção também tenha se dado através do ambiente familiar. Isso indica que, ainda que a família seja item determinante na socialização política dos indivíduos, tal processo não está restrito a ela. Primeiramente, porque disso não decorre que os vínculos político-partidários estabelecidos serão positivos. É possível que o eleitor vivencie um processo de socialização política que o conduza a estabelecer laços de rejeição com os partidos e com a política, de um modo geral. Depois, porque a socialização política, especialmente no que se refere às tradições familiares,

não implica, necessariamente, em grau mais elevado de sofisticação política, embora possa ser um elemento de predisposição.

Por outro lado, o fragmento seguinte também parece sugerir a articulação das esferas emotiva e racional na política.

Eu tenho na família um histórico político forte. [...] Eu me envolvo por causa disso. Porque tenho essa família e acabo indo junto. [...] A gente acaba se envolvendo. E gosta. Porque, na verdade, eu preferia que ele [*o irmão*] não tivesse entrado. Porque eu acho que política é uma amolação danada para a pessoa, mas ele gosta, quis entrar, a gente acaba entrando junto (FILIADO, Piraúba, PA, 2014).

Assim, ao mesmo tempo em que o participante se envolveu em função de seus laços familiares e demonstrou um sentimento afetivo positivo por tal relação, parece haver, por outro lado, um componente racional que sugere que a participação efetiva neste universo acarreta em mais custos do que benefícios. Essa perspectiva pode contribuir para problematizar a abordagem dos teóricos da Escolha Racional, sobretudo de Downs (1957), embora não a invalidem. Afinal, ainda que tenha sua relevância, não só a racionalidade e o cálculo econômico operam na conformação de vínculos entre os eleitores e a esfera política. Nesse sentido, o argumento de Converse (1975) sobre a limitação de tal perspectiva permite questionar: ao optar pela adesão a uma conjuntura que oferece custos elevados, nem sempre compensados pelos benefícios, em nome de um elemento afetivo, como as relações familiares, não poderia o eleitor estar sendo orientado também pela racionalidade?

A sugestão é a de que não haveria um descolamento das esferas emotiva e racional – e por que não incluir a dos contextos sociais, indicados pela abordagem sociológica? – mas que elas operariam de forma articulada, evoluindo e mobilizando, em maior ou menor grau, o indivíduo para o universo da política. Contudo, não somente a experiência familiar, nem mesmo o caráter inevitável da política, como foi apontado pelas falas anteriores, exerceria influência nesse processo. As falas a seguir demonstram que, ainda que a política esteja no “sangue”, há outras instituições mediadoras da sua relação com o eleitor, como a religião.

Como diz uma colega nossa, a política está no sangue. Então, eu gosto de política. Apesar de agora eu estar numa congregação em que a gente não pode ficar manifestando. Mas, mesmo assim, eu não deixo de manifestar e peço perdão a Deus. Gosto de manifestar e ajudar as pessoas também nessa época. E gosto de fazer umas fofoquinhas também [*risos*] para ganhar uns eleitores, sabe? (SIMPATIZANTES, Coroaci, AP, 2014).

Não obstante, a religião aparece nessa fala como um constrangimento ao engajamento e à manifestação do eleitor. Porém, é devido ao caráter passional e intrínseco da sua relação com a política que ele não consegue se afastar desse ambiente. Ainda assim, é possível perceber a força da instituição religiosa na culpabilidade que o eleitor demonstra por não seguir as orientações de sua congregação, constituindo razão para que seu interesse e participação na política sejam causas para se pedir perdão a Deus. Se, por um lado, a religião apareceu nesse fragmento como um impedimento ao engajamento do eleitor, em outra fala, no entanto, o mesmo componente se destacou como um incentivo à adesão à política:

Eu nunca fui política. Aí, com uns 10 a 12 anos pra cá, eu resolvi entrar na política depois que conheci a Bíblia. Porque o político faz política pra ajudar as pessoas, não a si próprio. Então, com essa indicação, eu encarei a política. E brigo, luto, dou todo meu sangue (SIMPATIZANTE, Coroaci, AP, 2014).

Assim, motivado pela função de ajudar as pessoas, que são comuns à política e à religião, de acordo com a declaração do participante, o eleitor percebe ainda que há um papel a ser exercido por ele nesse contexto. Há algo pelo qual ele pode lutar, que ele encara e pelo qual se dedica, dá o seu sangue, embora não dispute cargos eletivos. Nesse sentido, a política não constituiria uma esfera distante do eleitor, como indicam algumas análises da literatura. Ele teria capacidade de reconhecer para si uma função na qual possa atuar no ambiente político-partidário. Esse argumento foi recuperado, ainda, por outros participantes, mesmo que atrelados a demais características da política. Corroborando, outro declarou:

Eu gosto de política. Eu acho que é um meio da gente se inteirar das notícias da nossa sociedade, de como que a gente pode crescer, o que tá acontecendo na nossa comunidade... Que é uma comunidade muito pequena. Todos conhecem todos. Então, é um meio da gente ajudar, talvez. Eu gosto sim (NEUTRO, Coroaci, AP, 2014).

A respeito da declaração acima é fundamental notar que o eleitor se insere nos grupos dos neutros, ou seja, daqueles que não declararam filiação e nem simpatia por nenhum partido. Contudo, ele ressaltou a relevância da política como um meio de construção e não a partir de um viés negativo e maléfico, como será visto adiante. Isso significa que o eleitor se declarar neutro não implica, necessariamente, que ele seja passivo diante da política e que não tenha interesse por ela. Pelo contrário, pode significar que a partir das informações que dispõe e das opiniões formadas, não há nenhum partido que lhe agrade e nenhuma sigla da qual se sinta mais próximo, porém isso não o torna alheio ao universo da política.

Um dos fatores que pode ser relevante para que o envolvimento dos eleitores na política seja inevitável, como parece apontar grande parte das colocações no grupo, é o tamanho dos municípios em questão. Caso se considere que, em localidades pequenas como as apresentadas, todos se conhecem, é possível imaginar que isso também contribui para o estabelecimento de uma lógica diferenciada, não apenas no que concerne ao cotidiano das pessoas e aos padrões de suas relações, como também ao campo da política. Talvez, nesses casos, não haja uma separação efetivamente rígida entre as esferas pública e privada dos indivíduos, que conhecem e se relacionam para além da política com os agentes públicos, o que contribuiria para a sua aproximação com a competição. Assim, mesmo que não se engajem nas campanhas, os eleitores não conseguiriam ficar alheios à política, tomando posições.

Isso, no entanto, não implica que os eleitores de tais municípios não apresentem uma visão cidadã da política, como apontado por outro participante. Ele demonstrou desapontamento com os rumos que os arranjos vêm se articulando, sugerindo que, embora acredite na função construtiva da política, o seu não cumprimento é o que afasta as pessoas de tal ambiente. Assim, o participante afirmou:

Eu gosto [*de política*], claro. Eu leio muito sobre política. [...] Eu gosto desse tipo de política que você pode fazer alguma coisa em benefício da sociedade, da comunidade, do Brasil, pelo seu país. Mas não é o que a gente vê. Então a política desilude muito as pessoas (SIMPATIZANTE, Coroaci, AP, 2014).

A partir desse ponto de vista, se inseriu no debate os componentes negativos da política, os quais afastariam os eleitores desse universo, fazendo diminuir seu interesse e envolvimento por assuntos afins. Entretanto, na contribuição do participante anterior, o elemento negativo associado à política não seria intrínseco a ela, mas se estabeleceria através do não cumprimento de sua função junto à sociedade. Outra fala confirmou essa percepção de que as experiências políticas estão sendo mal conduzidas e, por isso, reduzindo seus vínculos com o eleitorado.

Hoje o povo tá desanimando de dar o voto. Porque tá muito desacreditado. Vamos supor: eu luto, brigo. Você briga. Nós dois combatemos na política, você é de um, eu sou de outro. Então, quer dizer, acaba eu ficando insatisfeito com você, você ficando insatisfeito comigo. E quando ganha política, quem lucra é uma meia dúzia de pessoas. Os outros mesmo ficam sofrendo, coitados (NEUTRO, Coroaci, AP, 2014).

Portanto, em alguma medida, o argumento exposto indica que o eleitor reconhece uma política de favorecimentos, em que a população, no geral, não é o principal ente beneficiado. Com grau mais reduzido de descontentamento, outros integrantes dos grupos focais abordaram características particulares da política municipal e, nesse caso, é importante ressaltar que, nas vezes em que isso ocorreu se referiu ao arranjo político de Piraúba, município da categoria *polarização alta*. Pela fala dos participantes, é como se o arranjo local, na sua articulação, exercesse uma espécie de coerção sobre o eleitorado que, inevitavelmente, o inserisse, em alguma medida, na política.

A política de Piraúba, se você não entra, eles te colocam no meio. Não tem como. Ou, então, você muda de cidade. Porque se você tá quieto, tem um pra falar na sua cabeça que o outro é melhor. Aí começa a confusão. Mas gostar, eu gosto. Não tem jeito, tá no sangue. É complicado. Mas eu prefiro ficar de longe, não ir nas carreatas mais. No comício, não tem jeito, é festa em Piraúba (SIMPATIZANTE, Piraúba, PA, 2014).

Nesse sentido, o contexto político local possui componentes singulares, já que uma opção para não se envolver com a política, na fala do eleitor, seria a mudança de cidade. Além disso, é importante ressaltar que a declaração do participante parece indicar a associação direta que elabora entre se envolver na política e participar das eleições, uma vez que se refere, somente, a atividades de campanha eleitoral, como a realização de comícios e carreatas. Apesar de o eleitor sugerir que não há como escapar de tal engajamento, ele afirmou gostar. O mesmo argumento apareceu, de modo mais sintético, na fala de outro integrante dos grupos do município, dessa vez dos de neutros: *“Aqui em Piraúba a política é forte, né? E eu adoro, né? Eu gosto. Não prejudicando ninguém. Mas gosto de tá no meio. Cada um tem o seu lado, né?”* (NEUTRO, Piraúba, PA, 2014).

Ainda que o fragmento acima corrobore, minimamente, a perspectiva desenvolvida nas outras falas, ela inseriu no debate um elemento imprescindível para este trabalho: a polarização. Mesmo que o participante não tenha afirmado, nessa declaração, que a política municipal se articula entre dois polos protagonizados pelo PT e pelo PSDB, ele sugere que o arranjo político municipal se articula em “lados” e, assim, caberia ao eleitor escolher o seu. No entanto, outro integrante apontou, de modo explícito, que, em Piraúba (PA), há dois atores centrais na arena política.

Assim, eu gosto de política. Mas pra mim, individualmente, *[como carreira]* não. Gosto de estar participando, é isso. A política não tem jeito e, como a gente gosta, a gente respeita os dois lados com uma igualdade. [...] A gente gosta de política, a gente tem que ter um partido, de um lado ou do outro (FILIAADO, Piraúba, PA, 2014).

A polarização vivida no município também pode ser confirmada na fala de outro integrante, através do seu relato de envolvimento e de participação em comícios, especificamente:

Não tem jeito de não torcer na política. Todas *[as eleições]* eu participo, querendo ou não. Você fala que não vai entrar, mas, no fim, se eu não for no comício dele, o outro fala que eu tô votando de lá. Aí começa aquele trem, você acaba tomando uma posição. Entendeu? No lugarzinho pequeno todo mundo conhece todo mundo. A gente conhece cada pessoa, cada eleitor, onde mora, do que cuida, do que vive, se depende de mim, se depende do fulano, se vota porque o fulano mandou ou porque o beltrano pediu. Então, o município é isso, é carente, necessita dos políticos, né? Então, é isso, se você não tiver cuidado você faz inimizade, perde dinheiro. Eu até hoje só perdi. Lá em casa, a quantidade de coisa que nós demos pra prefeitura... [...] Você não tem, mas dá. Então, Piraúba é isso. Agora que tá mais velho, fala que não vai dar, não vai dar, não vai dar, mas até na de presidente você envolve (SIMPATIZANTE, Piraúba, PA, 2014).

Assim, é fundamental observar que a polarização, ainda que sugerida através da identificação de um contexto político dividido em “lados”, perpassa os três segmentos de composição dos grupos: os neutros, os simpatizantes e os filiados. A sugestão de todas as falas relacionadas ao assunto é a de que há, efetivamente, uma clivagem estabelecida no município que conforma significativamente o comportamento dos eleitores, constringendo-os a se posicionarem em um dos polos. Entretanto, essa polarização, somada à competitividade elevada das disputas, também podem ser interpretada como incentivo a maior mobilização, envolvimento e engajamentos dos indivíduos. Nota-se ainda que o comportamento do eleitor parece ser reativo, de maneira que ele não adere a um dos “lados” por identificação por um ou outro programa, mas porque o arranjo político estabelecido “exige” que ele se posicione, nem que seja para não construir inimizadas, como apontado pelo participantes.

Contudo, o último fragmento apresentado ainda trouxe outros componentes relevantes que devem ser avaliados. O primeiro se refere à perspectiva, já apresentada, de que o tamanho do município poderia influenciar na constituição de um arranjo político específico, já que em localidades de pequeno porte, como as estudadas, os cidadãos seriam mais dependentes dos serviços públicos e, portanto, da política. Além disso, pelo fato de todos serem conhecidos, estariam mais vulneráveis a prejuízos decorrentes de divergências políticas. Em segundo lugar, pode ser percebida a distinção de arenas políticas feitas pelo eleitor, afinal, foi ele quem mencionou as eleições presidenciais. Todavia é possível perceber certo grau de distanciamento dessa disputa na fala do eleitor, uma vez que ele afirmou que *até* na competição presidencial ele se envolve.

Embora a maior parte dos participantes dos grupos focais, nos dois municípios, demonstre certo grau de envolvimento, há uma parcela daqueles que afirmou não se

engajarem com tanta intensidade a esse universo ou restringirem a sua participação ao momento do voto.

Política eu só vou lá pra votar. Gostar, por exemplo, hoje eu não sou mais obrigado a votar pela idade, mas a gente vai lá dar um voto pelo partido que a gente quer ajudar. Então, você vota e pronto. Mas sem briga, sem nada. Quem quiser ganhar, ganha (NEUTRO, Coroaci, AP, 2014).

No entanto, outra contribuição apontou para o fato de que menor engajamento na política não implica, necessariamente, em grau de interesse e de informação mais reduzido, como aponta este participante: *“Eu gosto de saber o que tá acontecendo, né? Mas não gosto muito de andar atrás não, sabe? Eu gosto de me informar, saber o que eles tão falando, né? O que eles tão planejando”* (NEUTRO, Coroaci, AP, 2014).

Sob esse ponto de vista, relato semelhante apareceu em Piraúba (PA): *“Eu sou mais afastando, né? É só mesmo o meu voto, mas não sou chegado a candidato nenhum, pra vereador, nem nada”* (SIMPATIZANTE, Piraúba, PA, 2014). O mesmo aconteceu com um membro de Coroaci (AP): *“Eu simplesmente voto, nunca fui filiado a partido nenhum. Gosto de política, mas não gosto muito de filiar, essas coisas não”* (SIMPATIZANTE, Coroaci, AP, 2014). É interessante notar que, embora os eleitores dos dois municípios afirmassem não ter preferência por nenhum candidato ou partido, eles se encontram no grupo de simpatizantes, o que significa que no momento do recrutamento declararam maior proximidade com alguma legenda, mesmo não sendo filiados. O afastamento do universo da política também surgiu na fala de outro simpatizante de Piraúba (PA), mas esse apresenta uma razão distinta para tal movimento. Ele afirmou:

Política teve uma época que eu participava mais, frequentava. Ultimamente, tô conseguindo ficar de longe, mas não deixo de declarar [o voto] não. Declaro pra presidente, pra prefeito. Mas não tenho envolvido em comício, participado de carreatas, essas coisas, não. Tenho conseguido, não é fácil, não. Afastado, porém declarado. Se pedir pra por uma faixa lá, eu deixo por. Eu já participei mais, mas eu sempre voto e perco, né? Meu candidato sempre perde. Aí eu fiquei meio longe por causa disso (SIMPATIZANTE, Piraúba, PA, 2014).

O fragmento acima retoma a associação entre engajamento político e participação nas eleições, vista, também, em declarações feitas por demais eleitores. Contudo, se o participante demonstrou distanciamento dos elementos de campanha eleitoral, como faixas, carreatas e comícios, esses eram, para outros eleitores, os elos de aproximação com o mundo da política: *“Política a gente gosta assim, né? Quando começa aqui, né? A gente se envolve, assim, com comentários, essas coisas. Mas eu gosto de saber sobre política, principalmente na época da*

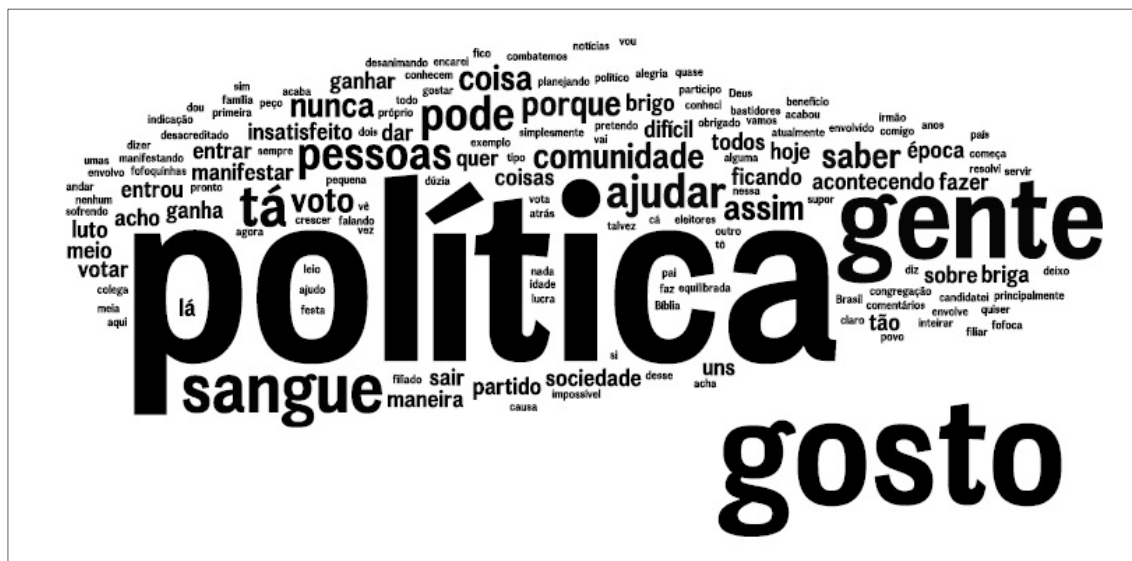
política. Tem mais festa, né? Mais alegria, mais fofoca” (SIMPATIZANTE, Coroaci, AP, 2014).

Somado a um descolamento entre a esfera dos políticos, de fato, e a dos eleitores, outro participante afirmou: *“A gente sempre mexe um pouquinho com política, né? Mas não sou muito fã de política não, sabe? Gosto da festa, né? Porque quem tá dentro da política mesmo que envolve com política, a gente fica só nas festas”* (NEUTRO, Piraúba, PA, 2014). Dessa forma, o eleitor parece sugerir que há um universo em que a política acontece de modo efetivo, mas que estaria restrito aos profissionais da área, e outro destinado ao eleitorado, no qual caberia desfrutar, apenas, dos momentos de entretenimento oferecidos pelas campanhas eleitorais. Assim como nesse fragmento, a distinção entre “eles” e “nós” pode ser encontrada em diversas falas ao longo dos grupos nos dois municípios e parece reforçar uma posição reativa do eleitor. Nesse sentido, é importante retomar o argumento de Limongi e Cortez (2010), anteriormente apresentado, que afirma que os eleitores são dotados de um poder restrito de participação e escolha nas competições eleitorais, visto que só votam naquelas candidaturas que lhes são oferecidas.

Embora o aquecimento realizado no início dos grupos focais – momento em que foi explorado de maneira direta a afinidade e o envolvimento dos participantes com a política – não tenha fins puramente analíticos, é fundamental considerar, como ponto de partida, quem são os indivíduos que têm voz na pesquisa e como eles se inserem no mundo da política. Inicialmente, faz-se necessário destacar os distintos fatores apontados em cada município. Em Coroaci (AP) (Quadro III), é recorrente a referência à política como um vínculo forte e emocional, do qual não se pode fugir. Além disso, esse elemento ainda pode sugerir a importância da família, como se, bem como o sangue, o interesse e o engajamento políticos fossem transmitidos hereditariamente. Os integrantes também indicaram a relevância da religião na relação com a política, no entanto, esse fator não está entre os mais mencionados no grupo.

Diferentemente de Piraúba (PA), em Coroaci (AP) os participantes atribuíram maior destaque para a função social da política, enxergando-a como um meio de avançar e contribuir para a vida em sociedade. Assim, elementos como “comunidade” e “sociedade” ganharam mais destaque no debate nesse município. Todavia, os integrantes dos grupos também se detiveram em maior grau à visão negativa da política, atribuída, especialmente à má condução da vida pública, estando “insatisfeito” entre as palavras relevantes dos grupos desse local.

Quadro III – Palavras mencionadas em Coroaci (AP) sobre envolvimento político



Fonte: Elaboração própria.

Em Piraúba (PA) (Quadro IV), por sua vez, é imprescindível observar que os eleitores perceberam e indicaram, em suas falas, a polarização, o que não ocorre na localidade de *aliança plena*, embora os integrantes pudessem se referir à rivalidade das eleições presidenciais. Portanto, nesse município, é comum os eleitores apontarem “lados” da disputa, aos quais também seria inevitável aderir. Em Coroaci (AP), no entanto, os integrantes não mencionaram o alto nível de competitividade das disputas na esfera local como na outra localidade, constituindo a “política no sangue” o principal fator de engajamento, pelo menos até este momento da discussão.

Outro componente crucial das discussões em Piraúba (PA) é a aproximação que os eleitores estabeleceram entre os temas levantados e a arena local. Enquanto em Coroaci (AP) os integrantes discorreram sobre a política de uma maneira mais abrangente, no município de *polarização alta* eles, em sua maioria, concentraram suas falas em torno do município, embora “presidente” também tenha sido um vocábulo utilizado com recorrência, mas não mais do que “Piraúba” e “cidade”. Além disso, é possível perceber que, enquanto no município de *aliança plena* os eleitores deram mais importância à política como algo que está no “sangue” e à influência da religião, em Piraúba (PA) eles salientaram a família como um fator relevante de socialização política, como já havia sido apontado por Almond e Verba (1965) e Jennings e Niemi (1974).

distanciamento em relação à política se distribuem, aparentemente, entre neutros e simpatizantes, o que sugere que interesse e envolvimento na política diferem de ter simpatia por algum partido. Logo, há a possibilidade de envolvimento sem que haja simpatia. Por outro lado, ser filiado a algum partido, embora, em tese, implique em mais mobilização, simpatia e inserção a uma agremiação específica, na prática, pode não significar maior engajamento efetivo, uma vez que pode estar associado a outros fatores, como a estratégia pragmática das elites.

Esses fatores encaminham a discussão para o caráter inevitável da política, desatacado, de modo geral, pelos eleitores, seja através de suas relações familiares, religiosas ou, até mesmo, da natureza visceral e emotiva que vislumbram nesse tema. Ademais, o tamanho do município também parece ser um incentivo à maior participação dos indivíduos, visto que o eleitor, especialmente na localidade de polarização alta, parece não ter saída a não ser se envolver, de alguma maneira, na competição. Entretanto, tal envolvimento estaria concentrado nas eleições e aparenta ser reativo: trata-se de optar por alternativas que foram definidas sem a sua participação, em perspectiva semelhante à de Limongi e Cortez (2010). O pressuposto de que “eles”, as elites, tomam decisões, definem estratégias e estabelecem o rol de alternativas a que cabe ao eleitor optar é reforçado pela ausência de projetos políticos, crenças, ideias e ideologias claras nas falas dos participantes. Os próprios partidos políticos também foram mencionados de maneira reduzida nesta oportunidade. Contudo, é preciso considerar que se tratava de um momento inicial do grupo, voltado para a apresentação dos integrantes.

Ainda assim, já é possível perceber o predomínio da esfera local nas discussões, de uma maneira geral. Se esta pesquisa se propõe a investigar como a polarização nacional entre PT e PSDB estrutura as opiniões e as identidades partidárias dos eleitores na esfera local, elementos relevantes já podem ser observados, indicando que a reprodução ou não de tal clivagem, em qualquer uma das duas localidades, será mediada por componentes do arranjo político local. Assim, o argumento de Lima Júnior (1983) que, através do conceito de *racionalidade política contextual*, estabelece que as articulações políticas nos municípios brasileiros, ainda que possam manter alguma relação com as demais esferas de competição, possuem uma lógica própria, em que as estratégias das elites locais somadas à força dos partidos nessa arena conformam cenários políticos diferenciados, parece se confirmar. No entanto, tais contextos, por sua vez, também operam sobre o eleitorado, formatando diferentes percepções, disposições e comportamentos dos eleitores em relação à política, como pôde ser verificado com as contribuições elencadas.

5.2 QUEM SÃO ELES? PARTIDOS E POLÍTICOS NA PERCEPÇÃO DOS ELEITORES

O debate sobre os partidos políticos perpassou todo o desenvolvimento dos grupos focais nos mais variados eixos temáticos, dificultando a delimitação deste tópico. No entanto, serão apresentadas e analisadas aqui as contribuições dos participantes sobre os partidos brasileiros e sobre os vínculos estabelecidos com eles. Assim, serão incluídos nesta seção: as associações que os eleitores estabelecem com ideias, pessoas e programas dos partidos; a comparação interpartidária espontânea e estimulada direcionada para o PT e o PSDB; ideologia das legendas e dos participantes; opiniões e percepções dos eleitores sobre o sistema partidário.

A descrição e a análise dos dados serão subdivididas em duas partes: a primeira abordando especificamente o PMDB, o PSDB e o PT, de modo individual; e a segunda articulando coletivamente os partidos e as arenas, apresentando suas similaridades e diferenças na visão dos eleitores, com destaque para o PT e o PSDB. O objetivo principal é verificar o tipo de vínculo estabelecido entre os participantes e as siglas e como a polarização nacional os atinge no nível local. Por fim, os principais argumentos mobilizados ao longo do trabalho serão recuperados a fim de oferecer uma análise sintética e global das informações. Contudo, é importante ressaltar que as duas partes temáticas se dividem a partir dos cenários de polarização e aliança estabelecidos, em que Coroaci (AP) representa o caso de *aliança plena* entre os partidos e Piraúba (PA), o de *polarização alta*.

5.2.1 Percepções, imagens e associações sobre os partidos: PMDB, PSDB e PT

A relação dos eleitores com os partidos políticos começou a ser explorada através das associações que os participantes estabeleciam com o PT e com o PSDB. No entanto, para que essa clivagem, ao ser detectada, não os levassem a sobrevalorizar as suas relações com ambos os partidos, foi inserido o PMDB. Assim, a questão foi formulada da seguinte maneira: *“Vamos falar sobre alguns partidos políticos. Fale a primeira coisa que vem à cabeça de vocês quando falamos do (nome do partido)”*. Após as colocações dos participantes, seguiam-se as perguntas: *“Quando eu falo do (nome do partido) vocês se lembram de alguma pessoa? Vocês se lembram de quê? Vocês se lembram de algum programa ou projeto específico?”*.

Depois, o debate era trazido para a arena municipal, com o questionamento: “*E aqui na cidade, quem vocês associam ao (nome do partido)?*”. Todas essas questões foram feitas com relação ao PMDB, ao PSDB e ao PT. As repostas dos integrantes e as suas contribuições estão descritas e analisadas a seguir, separadas por município.

5.2.1.1 Coroaci, cenário de aliança plena

Estimulados a manifestar as primeiras ideias que surgiam à mente no momento em que o nome do partido era mencionado, os eleitores de Coroaci (AP), de modo geral, tiveram pouco a dizer a respeito do PMDB. No grupo dos neutros, um participante afirmou não lembrar nada quando ouve a sigla PMDB, outro declarou conhecer, mas não associou nenhuma ideia ou pessoa ao partido. Ulysses Guimarães, entretanto, foi a primeira lembrança associada à legenda por outro integrante do grupo. Com os simpatizantes, a ideia inicial associada à legenda que comanda o executivo municipal, foi: “*Pra mim, o partido é um partido de aluguel hoje. Era pra ser um partido representante no nosso país. Dá tempo pros outros na televisão. É um partido só no papel, de representação*” (SIMPATIZANTE, Coroaci, AP, 2014). Não obstante, os demais membros do grupo acrescentaram outras referências e sentimentos com relação ao partido: “*Longevidade*” (SIMPATIZANTE, Coroaci, AP, 2014); “*Eu fico com um pé na frente e o outro trás. Eu lembro de decepção*” (SIMPATIZANTE, Coroaci, AP, 2014); “*Coragem. Porque, pra entrar no PMDB antigamente, tinha que ter coragem*” (SIMPATIZANTE, Coroaci, AP, 2014).

No debate com os filiados do PT e do PSDB, os integrantes não apresentaram diferenças significativas no que diz respeito à disposição dos participantes para a política e ao conteúdo do debate, em comparação com o grupo dos simpatizantes, sobretudo. As percepções imediatas sobre o PMDB destacaram, além da força do partido, a importância das coligações e coalizões que a agremiação constituiu. Assim, as associações encontradas foram: “*Tá mandando no país*” (FILIADO, Coroaci, AP, 2014); “*Um partido forte*” (FILIADO, Coroaci, AP, 2014); “*Soube faz a aliança certa, né? Pra mais uma vez chegar ao topo, que é Presidência do Brasil*” (FILIADO, Coroaci, AP, 2014). No entanto, uma afirmação aparentemente confusa também foi proferida: “*Uma coisa boa, né? Só da Dilma tá lá em cima pra mim já é muito bom*” (FILIADO, Coroaci, AP, 2014).

Embora a maior parte dos integrantes tenha explicitado características que, em suas concepções, estão atreladas ao PMDB, a contribuição de outro eleitor inseriu um relevante componente ao debate, que será retomado adiante de forma minuciosa. Ele salientou, em sua fala, que não há distinções entre os partidos políticos no Brasil. Desse modo, o PMDB seria, nas palavras dele:

Igual aos outros partidos que tem no Brasil. Porque, no Brasil, não tem diferença, é tudo a mesma coisa. Com exceção de um ou outro, que não tem força. Os outros são todos iguais. É a conveniência particular de cada político que manda, não é o partido (SIMPATIZANTE, Coroaci, AP, 2014).

Considerando, então, a importância das pessoas no interior das agremiações, em todos os grupos foi mencionado o nome de Ulysses Guimarães. No encontro com os simpatizantes, eles acrescentaram Michel Temer, Tancredo Neves, Franco Montoro, Teotônio Vilela e Álvaro Sá. Logo, nota-se que os integrantes não se restringiram aos políticos que passaram, em algum momento, pela Presidência da República, mas destacaram figuras históricas do partido que não foram mencionadas nos grupos dos neutros. Quando questionados sobre pessoas vinculadas ao PMDB no município, o atual prefeito pelo partido, Walter de Almeida, não foi apontado, embora um simpatizante tenha mencionado outros conterrâneos. Ele nomeou: “*Sílvio Mateus, o João Lourenço Pinto, genro do meu pai também, né? Já faleceu. Foi uma pessoa fiel muitos anos ao partido, né? O João Brandão Braga*” (SIMPATIZANTE, Coroaci, AP, 2014). Além de tais lideranças locais do PMDB, um membro do grupo de neutros relacionou o partido à família Gonçalves, que integrava o PMDB, porém, agora, pertence ao PSDB.

Entretanto, foi no grupo de filiados que, após a menção de Newton Cardoso, surgiu, na fala de um dos participantes, uma justificativa por não pensar em nenhum nome da legenda de modo imediato. Ele argumentou: “*Porque, na verdade, os membros que estão no PMDB é sobra dos que saíram e foram pro PSDB. E na realidade, o PMDB é um partido bom e um partido de base que tá ajudando, até então. Mas parece que já tá querendo dominar o negócio*” (FILIADO, Coroaci, AP, 2014). Essa fala reitera a importância de componentes eleitorais na articulação de forças e estratégias políticas. Além disso, ela mostra que tais elementos são detectados pelos eleitores, mesmo que por uma parcela pequena deles. Assim, somente no fragmento acima, o integrante demonstrou conhecimento da origem dos partidos somado a uma avaliação, ainda que breve, do comportamento do PMDB atualmente.

Ainda no debate com esse mesmo segmento de eleitores, um dos filiados inseriu a temática da nacionalização da política e dos subsistemas partidários. Não vinculando o partido

a nenhuma liderança local, ele alegou: *“Atualmente, não tá no nosso conhecimento aqui no interior, não”* (Filiado, Coroaci, AP). Nesse sentido, é possível inferir que, na concepção do participante, nem tudo o que ocorre na política chegaria a municípios do interior como Coroaci (AP). Todavia, na divisão da esfera do que aconteceria “lá”, no Brasil, e o que se desenvolveria “ali”, eles não foram capazes de refletir sobre o nível local no qual estavam inseridos. Segundo Carreirão (2014), as lógicas distintas entre as arenas de disputa, que restringe ao nível local esse alinhamento próprio da competição, seriam indicativos de que o sistema partidário brasileiro apresenta déficits de institucionalização e nacionalização. Para o autor, isso teria impacto direto sobre o eleitorado, dificultando ainda mais a criação de vínculos com as agremiações.

No que se refere às ideias e percepções em torno do PSDB, em Coroaci (AP), o único membro do grupo dos neutros que afirmou pensar em algo quando se menciona o partido é o mesmo que associou o PMDB a Ulysses Guimarães. Os demais integrantes não se manifestaram. O participante elencado citou dois nomes quando pronunciada a sigla PSDB: Mário Covas e Aécio Neves, que foram recuperados no grupo dos simpatizantes, junto a Fernando Henrique Cardoso e Tancredo Neves. No debate com os filiados, Aécio Neves e Fernando Henrique Cardoso foram novamente mencionados, além Antônio Anastasia.

Contudo, quando estimulados a refletirem sobre a presença do partido no nível local, o distanciamento se manteve, de forma que apenas os simpatizantes foram capazes de apontar lideranças locais peessedebistas. O primeiro integrante a se manifestar sugeriu que talvez a sigla não disponha de protagonismo perante os eleitores locais, afinal, ele questionou: *“Acho que nem tem esse partido aqui. Teve esse partido aqui? O PSDB?”* (SIMPATIZANTE, Coroaci, AP, 2014). Imediatamente, a resposta a tal pergunta foi dada por outro participante: *“Tem, ué. Eu me lembro do Einezinho. Ele e o Marcos Guedes, né?”* (SIMPATIZANTE, Coroaci, AP, 2014).

Antes de se aliar ao PT, em 2004, o PSDB lançou candidato próprio ao executivo municipal, em 2000, perdendo as eleições para a candidata do PFL, D. Conceição. A partir do pleito seguinte, como já foi mencionado, o partido passou a se coligar com PT em todas as disputas que se sucederam. No entanto, como ficará claro, o PT tem mais visibilidade por encabeçar as chapas, ainda que o candidato à prefeitura nesses anos seja filho de uma importante liderança peessedebista local. Mesmo assim, é visível na fala dos participantes a maior visibilidade do PT no município, que protagonizou a disputa contra outro candidato nas três últimas eleições, tendo saído vitorioso em 2008. Resta saber se, neste caso de aliança, os eleitores vão reproduzir, em alguma medida, a polarização nacional.

Entretanto, além dos nomes, sejam eles da esfera local ou nacional, apontados pelos integrantes dos grupos, simpatizantes e filiados elencaram outras associações, afetivas ou ideológicas com o partido. Estimulados a realizar alguma associação livre com o PSDB de modo imediato, as palavras que surgiram foram: *“Pra mim, hoje, é esperança”* (SIMPATIZANTE, Coroaci, AP, 2014); *“É isso mesmo, né? Esperança, né? Eu acho que ia ser melhor”* (SIMPATIZANTE, Coroaci, AP, 2014); *“Pra mim, futuro”* (SIMPATIZANTE, Coroaci, AP, 2014); *“Eu acho que pode melhorar bastante, sabe? Eu acredito também”* (SIMPATIZANTE, Coroaci, AP, 2014).

Além dessas associações, outro integrante introduziu um componente que parece sugerir que a ideologia é um fator importante nos vínculos entre eleitores e partidos, como já apontado por Singer (1998), posto que ele elaborou a sua associação com a sigla sob essa perspectiva, afirmando: *“Direita”* (SIMPATIZANTE, Coroaci, AP, 2014). Tal componente também foi retomado no debate com os filiados, em que um deles afirmou: *“O PSDB é o partido da direita. E nossa turma é a turma da esquerda, né? Sempre fomos da esquerda”* (FILIADO, Coroaci, AP, 2014). Ademais, também é possível inferir que tal participante possivelmente associa o PT à esquerda, uma vez que é filiado ao partido. Além disso, esses eleitores se dedicaram a destacar os aspectos negativos do partido, possivelmente em virtude da presença da ampla maioria de filiados do PT na composição do grupo. Dessa maneira, as primeiras percepções dos eleitores sobre o partido foram: *“Péssimo”* (FILIADO, Coroaci, AP, 2014); *“Elite”* (FILIADO, Coroaci, AP, 2014).

Sobre algum projeto ou ideia específicos do partido, os simpatizantes concordaram sobre o Plano Real, após ser indicado por um dos membros, da seguinte maneira: *“O que ficou marcado, assim, do PSDB foi o Plano Real, com Fernando Henrique Cardoso”* (SIMPATIZANTE, Coroaci, AP, 2014). Os filiados, por sua vez, realizaram outros apontamentos: *“Por exemplo, esse asfalto aqui, de Valadares, isso foi tudo obra do PSDB”* (FILIADO, Coroaci, AP, 2014). Outro participante ainda resumiu o foco do programa do PSDB e de sua execução frente ao Governo Federal, ressaltando as suas contribuições e limitações. Ele avaliou:

Assim, o PSDB, ele já teve sim um projeto pro nosso país. Inclusive, até melhorou o país economicamente, mas socialmente deixou o país a desejar. Tanto é que nós estamos passando grandes dificuldades devido a isso. Ou seja, ele direcionou o foco para o desenvolvimento econômico, mas esqueceu do social. Exemplo, as privatizações que aconteceram no governo do PSDB. Ou seja, pode ser que por um lado foi bom, mas tem um lado ruim (FILIADO, Coroaci, AP, 2014).

É possível perceber que, no grupo dos filiados, os participantes apontaram mais diferenças entre PT e PSDB, apesar de serem aliados no nível local. Eles foram capazes de citar nomes e de associarem os partidos a ideias e programas: o PT apareceu como esquerda e PSDB, como direita, partido de elite. Além disso, o PSDB foi associado, por eles, ao desenvolvimento econômico e às privatizações. Tais elementos sugerem que, mesmo em um cenário de aliança entre os partidos, os eleitores filiados são capazes de perceber diferenças entre eles e de manifestá-las espontaneamente. Nesse momento, a dinâmica local é colocada em segundo plano e a polarização, ainda que não se reproduza no comportamento dos partidos e das elites locais, tem seu espaço nas percepções e opiniões dos filiados.

Quando foram estimuladas as associações dos eleitores com o PT em Coroaci (AP), é importante observar o maior interesse e envolvimento de todos os participantes, de um modo geral. O eleitor que não estabelecia nenhum vínculo com o PMDB e com o PSDB, quando questionado se já tinha ouvido falar do PT, apresentou uma resposta afirmativa:

Do PT já. PT eu acho assim, eu já votei na época do Lula, né? E eu acho que, se na política que vem ele tiver vivo, ele torna a ganhar a política. Mas o PT, assim, tá fazendo umas coisas... Assim, ele tá dando a você com a mão esquerda e tá buscando com a direita (NEUTRO, Coroaci, AP, 2014).

Embora o PT tenha sido o único partido sobre o qual esse eleitor se manifestou e declarou ter algum conhecimento, isso não significa que a sua percepção seja positiva, como a maioria das associações realizadas pelos filiados, possivelmente em função do vantajoso número de petistas que compuseram o grupo. Os filiados, dessa maneira, não pouparam informações e opiniões – favoráveis, em maior grau – sobre a legenda. A história do PT também foi um dos destaques da conversa, como pode ser verificado no seguinte fragmento:

O PT me lembra uma luta do pessoal pra tirar o Collor. Me lembra Lula, me lembra José Dirceu, me lembra aquela turma do primeiro escalão na qual a gente depositava uma confiança tremenda. E muitos desses levantaram do outro lado do muro. Foi o caso do Genuíno, José Dirceu e essa turma que eu tô falando. Mas me lembra um lado bom também, um lado social. Se a gente for andar aqui em Coroaci, por exemplo, o PT fez um trabalho extraordinário em Coroaci, entendeu? O PT na área social é o partido que desponta (FILIADO, Coroaci, AP, 2014).

Se a declaração acima, que inclui elogios ao partido, foi elaborada pelo filiado do PSDB, foi de um membro do PT que a sigla recebeu as mais duras críticas. Ele afirmou:

Quando eu escuto falar de PT, realmente eu tenho vergonha do PT, do que tá acontecendo aí dentro do PT. Assim como em outros partidos, né? [...] Todas as experiências que eu tive realmente foi uma repressão danada. Mas foi bom, sim, eu puder ver que melhorou pra 70% do povo, né? A classe mais sofrida melhorou de vida. Principalmente alimentação. [...] Hoje mudou, inclusive pro proletário mesmo,

pra criança, né? [...] Que o PT tem esses anseios, né? Apesar dessa visão comunista que todo mundo tem e que também tem que dar uma olhadinha nisso, né? Não que eu tenha nada contra, eu também tenho essa visão... [...] Hoje, 70% das pessoas que tão no poder, inclusive prefeitura mesmo, não são petistas. Eles pegaram esse auge do Lula aí. A maioria dos lugares pequenos como Coroaci, grande parte filiou-se no PT porque sabia que podia ganhar e também que a Dilma podia, entendeu? Aconteceu isso. [...] Eu falo isso, mas eu sou petista, né? A sigla no passado era “Para Todos”. Mas hoje mudou. E pode ter certeza que popularidade da Dilma em poucos dias vai cair 30%, observa o que eu tô te falando (FILIAADO, Coroaci, AP, 2014).

A fala do filiado traz elementos importantes não somente sobre a sua visão sobre o partido, mas também sobre as articulações eleitorais nos municípios em geral. Primeiramente, o integrante reconheceu os avanços alcançados nas administrações do partido, mas destacou alguns obstáculos vividos pela sigla. Além disso, ele sugeriu que o crescimento do PT no nível local se deu a partir de uma espécie de “efeito carona” que as lideranças locais teriam estabelecido desde a vitória de Lula. As críticas ao partido também foram recuperadas, ainda mais intensamente, no grupo dos neutros e simpatizantes, porém destacando uma trajetória de mudanças no partido a partir de sua origem social. Assim, um dos integrantes alegou: *“O PT, antigamente a gente acreditava nele. Porque lutava por uma causa do partido trabalhista, olhava a causa da pobreza, aquele negócio todo. Mas hoje em dia já não tá sendo bem por esse lado, né?”* (NEUTRO, Coroaci, AP, 2014). Nessa mesma perspectiva, outro membro elaborou o seu argumento e mobilizou outros participantes:

– Há alguns anos atrás era uma coisa boa mesmo. Mas hoje não, hoje não dá. Hoje, tá associado muito com escândalo. Essas bolsas do governo aí, eu sou favorável, claro, mas isso já tá uma bagunça. Muitas casas, elas não trabalham mais, elas vivem disso. Isso é esmola. O povo não precisa de esmola, não, o povo precisa do anzol pra pescar. O povo não precisa do peixe, precisa do anzol pra pescar (NEUTRO, Coroaci, AP, 2014).

– Eu concordo com você (NEUTRO, Coroaci, AP, 2014).

– Tem má distribuição (NEUTRO, Coroaci, AP, 2014).

Portanto, também nesses fragmentos pode-se verificar que os eleitores associaram ao partido elementos negativos, como escândalos e supostos problemas na gestão dos programas de transferência de renda. Entretanto, o primeiro participante afirmou que a agremiação teria um passado positivo, embora venha se transformando no decorrer dos anos. Nesse mesmo sentido, um dos simpatizantes estabeleceu sua associação: *“Hoje, pra mim, corrupção. Mas quando o PT surgiu, nos modos que ele surgiu, era uma esperança muito grande. Mas, hoje, realmente não dá pra se aceitar”* (SIMPATIZANTE, Coroaci, AP, 2014). Outro membro se expressou em perspectiva semelhante: *“A gente vê na televisão falando sobre corrupção e tudo, né? Mas, por enquanto, eu ainda admiro o PT”* (SIMPATIZANTE, Coroaci, AP, 2014).

O sentimento positivo com relação ao partido também apareceu na contribuição de outro simpatizante que contou guardar boas lembranças dos tempos que sua cidade de origem, Timóteo, era administrada pelo PT.

Juntamente com o município cidade, o eleitor associou o partido ao prefeito de tal localidade, Geraldo Nascimento. No que se refere às lideranças especificamente de Coroaci (AP), os membros do grupo de neutros se restringiram ao ex-prefeito pelo PT, Emerson Andrade, que também foi mencionado na composição dos simpatizantes. Contudo, a impressão foi a de que, nessa oportunidade, eles questionaram os laços de Emerson com o PT, sobre em que medida seriam vínculos efetivos que o ligam ao partido, como poder ser verificado através do diálogo a seguir:

- Eu lembro, mas, assim, não sei se é verdade. O Emerson tá mesmo com o PT? (SIMPATIZANTE, Coroaci, AP, 2014).
- Aí é uma série de coisas, né? Que tem por trás (SIMPATIZANTE, Coroaci, AP, 2014).
- Ele foi eleito pelo PT (SIMPATIZANTE, Coroaci, AP, 2014).
- Ele foi candidato pelo PT, foi eleito pelo PT, né? Mas eu nunca me aprofundi nesse assunto (SIMPATIZANTE, Coroaci, AP, 2014).
- Eu também não (SIMPATIZANTE, Coroaci, AP, 2014).

Diferentemente do debate com os filiados, que não apontaram nenhuma liderança local petista, foi nesse grupo que número mais elevado de líderes foi mencionado, introduzindo nomes como Levy Neto, o atual vereador Rogério Leal e o presidente do partido Jadir Pereira. Ademais, um dos integrantes ainda inseriu um componente familiar, ao afirmar:

Tenho uma pessoa muito influenciada pelo PT, ele até saiu aqui de Coroaci, que é meu filho mais velho, 31 anos que ele tem. Ele é super gamado no PT e lutou muito a favor do PT, sabe? Só que depois... Mas lá em casa minha família toda é PT. Meu marido é doente no PT (SIMPATIZANTE, Coroaci, AP, 2014).

Desse modo, a contribuição desse membro do grupo permite estreitar ainda mais o universo das relações familiares com a política, afinal, será que um ambiente com pessoas com intensa afeição pelo partido, como ele relata, não conformaria uma predisposição para que o próprio eleitor esteja sujeito a sentir maior simpatia pelo partido?

Além dos nomes de Coroaci (AP) associados ao PT, os simpatizantes mencionaram Lula e um deles apontou um nome relevante do quadro nacional petista que, em sua declaração, o aproxima do partido, embora ele seja um simpatizante do PSDB. Ele disse: *“Uma pessoa que eu acho que encaixou foi o Aluísio Mercadante. Que pra mim é uma pessoa sensata. É uma configuração que eu pego o PT com ele, entendeu?”* (SIMPATIZANTE, Coroaci, AP, 2014). Se as lideranças partidárias não tiveram muito espaço no grupo dos

filiados, foram eles que destacaram projetos e ideias do PT, como a luta pela moradia e os programas Fome Zero e Bolsa Família. Um filiado ainda ressaltou que a chegada de Lula à Presidência, em 2002, representou uma significativa mudança vivida no Brasil. Contudo, a declaração dele apareceu atrelada à sua experiência religiosa, indicando que essa constitui fator relevante no processo de socialização política. Nesse sentido, ele argumentou:

Como eu falei, eu sou católica e lá na Igreja a gente não dava conta de cuidar da pobreza, entendeu? Antes do Lula. Quando o Lula entrou, aí foi mexendo, mexendo e hoje a cesta sobra na Igreja. A pobreza, hoje, não necessita mais. Então, deu condições das pessoas sobreviverem sozinhas. Então, hoje as pessoas têm condições de ter uma parabólica em casa, ter um carro pagado financiado, têm condição de ter um computador em casa, moradia... Então, hoje as pessoas têm muito mais condições. Se fosse naquele tempo passado, você ia no mercado hoje, o arroz era 5 reais o quilo, amanhã, era 6, depois, era 10, ia só aumentando. Tem vez que não tinha nem como o pessoal comer. E hoje tem. Então os pobres sobrevivem. Agora o Aécio é pra milionários, né? Pra empresários, não é pros pequenos (FILIADO, Coroaci, AP, 2014).

É recorrente na fala dos participantes, como pode ser observado, a associação entre o PT e o social. Contudo, esse fator é perpassado, na maioria das vezes, pela constatação, por parte dos eleitores, da mudança do partido, não somente no que se refere a alianças estratégicas no nível local, mas a escândalos e desvios com os quais estaria se envolvendo. Assim, os membros dos grupos, em geral, apontaram uma perda da dimensão ideológica do PT em detrimento de estratégias pragmáticas, ainda que preserve algum compromisso com os mais pobres. Tal mudança pode ser avaliada como um indicativo da aproximação do partido com o modelo *catch-all*, proposto por Kirchheimer (1995), uma vez que a preocupação central da agremiação seria eleitoral. Nesse sentido, o PT apresentaria um apelo voltado a classes e a grupos de interesses variados que implicaria na desideologização do discurso partidário.

5.2.1.2 Piraúba, cenário de polarização alta

No município de *polarização alta*, Piraúba, o panorama manteve certa semelhança ao de Coroaci (AP) no que se refere às associações ao PMDB estabelecidas pelos participantes. No primeiro grupo, dos três eleitores neutros presentes, um não se manifestou e outro afirmou não pensar em nada quando se diz PMDB. No entanto, o terceiro integrante elaborou dois

vínculos importantes com o partido: a sua presença na esfera estadual e a decadência da força do partido no município.

Eu vejo que o partido já foi muito forte no estado de Minas, na época do Itamar, na época do próprio avô do Aécio Neves. Então, já teve uma veia bem mais forte. No nosso município, também, já tivemos o Dr. Fernando, que também era filiado ao partido. E nós temos outras pessoas também que, aqui, já não têm a força que já tiveram (NEUTRO, Piraúba, PA, 2014).

A alegação de que a força política do PMDB estaria diminuindo ao longo do tempo no nível local também foi reforçada pela declaração do outro participante que afirmou: “*É importante, mas caiu*” (NEUTRO, Piraúba, PA, 2014). Todavia, como pode ser observado, ele ressaltou que a legenda ainda tem a sua relevância no arranjo político municipal. O eleitor, por sua vez, sugeriu que a experiência vivida pelo PMDB em Piraúba (PA) se daria em função da migração partidária. “*Porque o PMDB tem gente que acompanha o partido. Outra parte dos eleitores acompanha a pessoa, entendeu? Às vezes não importa o partido, o cara vai olhar a pessoa*” (NEUTRO, Piraúba, PA, 2014). Contudo, tal membro não manifestou, de forma explícita, se a personalização da política apontada por ele se daria apenas com relação ao PMDB ou em todo contexto político, de modo geral. É importante ressaltar que a associação feita pelo eleitor entre o partido em questão e a arena local não foi, neste momento, provocada pela mediação do debate. Entretanto, quando isso ocorreu, outro participante atribuiu ao campo do legislativo a importância do PMDB no município, mencionando dois vereadores eleitos pela legenda nas últimas eleições municipais.

A participação do PMDB no arranjo político municipal também ganhou destaque entre os simpatizantes. Um dos integrantes atribuiu o seu surgimento e crescimento a Américo Teixeira, liderança local que depois, em 1983, ocuparia uma cadeira no legislativo municipal pelo partido. Tal participante abordou a questão do PMDB no município, situando-a no contexto nacional:

O PMDB quando começou a crescer o partido aqui foi quando o Américo disputou a eleição com o Pedro. E eles elegeram o Raul e o Américo pelo PMDB. Foi a primeira vez que conseguiram fazer três vereadores em Piraúba. Aí cresceu, apareceu o Fernando Pires em Ubá. E vem o Ulysses Guimarães. Afogaram o ganso. Tancredo morre. Sarney toma posse. [...] Ultimamente, o PMDB tá igualando com o PT, né? Fazendo coligação e ganhando na política na garupa do PT, né? Ou o PT na garupa deles (SIMPATIZANTE, Piraúba, PA, 2014).

Através da fala do integrante acima, associa-se a aproximação entre PT e PMDB sugerida por ele à transformação dos partidos políticos contemporâneos, dependentes, cada vez mais, do Estado para a sua sobrevivência. O pano de fundo que parece fundamentar a

opinião do eleitor é o fato de que, diante de tal dependência, os partidos parecem mais preocupados em vencer as eleições do que com seus programas e ideais, propriamente ditos, o que acarretaria em maior flexibilidade na formação de alianças e maior fragilidade ideológica e programática, como já havia apontado por Katz e Mair (1995) a partir do conceito de *partido cartel*.

Outra contribuição relacionou o PMDB com uma orientação familiar e ampliou a perspectiva para além do município: *“Eu lembro que eu era molequinho e meus pais diziam: não vota no PMDB porque ele manda brasa. Vota no Arena, o Arena que manda”* (SIMPATIZANTE, Piraúba, PA, 2014). Em especial, o último fragmento pode confirmar a importância dos laços familiares e do período da infância no processo de socialização política do indivíduo. Ainda que ambos os elementos não sejam os únicos determinantes na estruturação de vínculos entre os eleitores e os partidos políticos, é possível perceber, através da fala apresentada, que são fatores relevantes para o desenvolvimento da socialização política.

Assim como no fragmento citado, as contribuições dos filiados em Piraúba (PA) se estenderam às demais esferas de competição. As associações espontâneas dos membros do grupo se voltaram, em sua maioria, ao caráter tradicional e à importância, estável ou decrescente para alguns, da sigla no cenário brasileiro, apontamentos também observados em Coroaci (AP). Assim, as primeiras conexões que os integrantes estabeleceram com a legenda foram: *“O PMDB já foi um partido muito respeitado, né? Eu nunca participei do PMDB. É antigo, parece que é mais antigo que o PSDB, não sei, um negócio assim...”* (FILIAADO, Piraúba, PA, 2014); *“Eu considero hoje o partido mais forte do Brasil”* (FILIAADO, Piraúba, PA, 2014); *“A gente pensa em um partido que já foi criado há muito tempo, que já foi mais tocado da gente ouvir falar”* (FILIAADO, Piraúba, PA, 2014).

Essa abordagem mais ampla foi mantida nas associações do partido com pessoas, oportunidade em que um participante afirmou: *“Eu lembro do Tancredo e do José de Alencar”* (SIMPATIZANTE, Piraúba, PA, 2014). Outro membro acrescentou: *“A pessoa do PMDB que vem na minha cabeça e que definitivamente eu não gosto é o tal do Michel Temer”* (FILIAADO, Piraúba, PA, 2014). Os filiados, após citarem Ulysses Guimarães e Itamar Franco, ainda inseriram, espontaneamente, o nível local na conversa, mencionando lideranças como Dr. Fernando, ex-prefeito pelo partido, e Tãozinho do Sebastião Pires.

Os integrantes dos grupos focais de Piraúba (PA) tiveram mais a dizer a respeito do PSDB, demonstrando maior volume de informações, possivelmente em função do cenário de *polarização alta* vivido no município. Contudo, as contribuições dos participantes estiveram

mais fragmentadas em relação à sua natureza, especialmente no que se refere às associações iniciais espontâneas, em que os neutros aproximaram a discussão da esfera local, os simpatizantes se concentraram na arena nacional e os filiados expressaram sentimentos. Diferentemente dos eleitores neutros de Coroaci (AP) e das outras composições de Piraúba (PA), os membros do grupo de neutros não citaram as eleições presidenciais e nem referências nacionais do partido.

Depois de o PSDB ter vencido as eleições majoritárias municipais em 2004, seguido de duas candidaturas derrotadas pelo PT, em 2008 e em 2012, as contribuições dos participantes neutros caminharam para uma avaliação do governo peessedebista. Para um deles, *“a área de saúde não era ruim, não. As coisas de arrumar rua que não eram boas”* (NEUTRO, Piraúba, PA, 2014). O outro membro do grupo, contudo, fez uma ponderação:

Eu acho que, apesar de tudo, tudo depende de época pra época. Por exemplo, hoje em dia, você não pode fazer o que o 45 fez. Hoje, eles não podem fazer. Eu só acho que, enquanto eles eram situação, eles tinham adversários. Hoje, eles não sabem ser adversários. E tem prato cheio pra ser e poder discutir e ser contra, mas não faz. Então, eu acredito que nessa situação a população sai prejudicada. Porque tem muito mais pessoas com um dinamismo grande pra executar a função de discussão ou ir contra e isso aí não tá sendo feito. Então, tá aceitando as coisas na passividade. Se eles entrassem lutando, igual já foi a militância atual nos mandatos anteriores, as coisas resolveriam de uma outra forma. Resolveria mais rápido, com mais dinamismo (NEUTRO, Piraúba, PA, 2014).

Logo, o que o eleitor acima salientou foi a incapacidade de o PSDB atuar e se consolidar como oposição do atual governo do PT em Piraúba (PA), como os petistas fizeram quando o PSDB comandava o executivo municipal. Para ele, isso implicaria em um elemento desvantajoso e prejudicial à população, em consequência das significativas contribuições que uma oposição efetiva pode oferecer aos governos, em geral. Tal enfraquecimento da agremiação, na concepção do mesmo participante, poderia ser atribuída à desestabilização da sigla quando perdeu a prefeitura da cidade. Dessa maneira, quando questionado sobre a causa de tal transformação, o eleitor afirmou: *“Eu acho que é a certeza que eles não iam perder nunca. É questão de domínio de área, que essa área é minha. E quando perderam, perderam de uma quantidade tão grande, que eles perderam a estrutura. Eles perderam a direção”* (NEUTRO, Piraúba, PA, 2014).

No encontro dos simpatizantes, por sua vez, as referências individuais do partido, sobretudo, da esfera nacional, embora os eleitores também tenham privilegiado lideranças estaduais, foram destacados. Dessa forma, quando questionados sobre associações imediatas com a legenda, um integrante afirmou: *“Hoje é o Aécio. Agora, antes, eu lembro do André Franco Montoro, aquele de São Paulo que morreu, o Mário Covas. Mas, depois vem os*

outros, né? O Serra, né?” (SIMPATIZANTE, Piraúba, PA, 2014). Outro participante complementa: *“Tem o Azeredo, né? O Anastasia, o Aécio”* (SIMPATIZANTE, Piraúba, PA, 2014). Na verdade, nesse momento, os dois estabeleceram uma espécie de diálogo, e os demais participantes apenas observaram. Às falas já mencionadas, se seguiram: *“O primeiro do PSDB aqui foi aquele deputado Danilo de Castro, né? Que levantou o nome do PSDB aqui em Piraúba”* (SIMPATIZANTE, Piraúba, PA, 2014). *“Isso foi na época do André, do Celso Prata...”* (SIMPATIZANTE, Piraúba, PA, 2014).

Os filiados, no entanto, se restringiram à manifestação de sentimentos com a relação ao partido: *“Não gosto”* (FILIADO, Piraúba, PA, 2014); *“É o meu do meu coração”* (FILIADO, Piraúba, PA, 2014); *“Não tenho nada contra”* (FILIADO, Piraúba, PA, 2014). Naturalmente, essas percepções estavam associadas ao partido ao qual eram filiados, de modo que os que eram filiados ao PT demonstraram visões negativas sobre o PSDB e vice-versa. Essa polarização associada à simpatia demonstrada pelos filiados foi explicitada na fala de um simpatizante. Em sentido inverso ao apontado de modo recorrente pela literatura, que sugere que os eleitores se orientam de modo personalista, concedendo maior importância ao candidato do que ao partido, ele esclarece que, em Piraúba (PA), os indivíduos não têm força efetiva. Nesse contexto, como será avaliado de modo mais detalhado adiante, o fator determinante é o que ele denomina de *alas*:

Aqui, o que é importante é a ala, aqui a gente fala 45 e 13. O que manda são essas duas alas, que disputa a eleição. Então, tem um período que um ganha, tem um período que o outro ganha. Então, é mais ou menos pau a pau. O PT ganhou agora por 200 e poucos votos (SIMPATIZANTE, Piraúba, PA, 2014).

O fragmento acima introduz elementos imprescindíveis para este estudo. O primeiro se refere à importância que o participante atribui aos partidos no arranjo político de Piraúba (PA). Através de suas palavras, é possível perceber que a sua dificuldade em citar nomes ligados ao PSDB se justifica pelo fato de que os candidatos, em geral, não dispõem de tanta força no contexto da competição local. O que, de fato, impactaria em Piraúba (PA) seria a *ala* em que eles se inserem, lideradas pelo “13” e pelo “45”. Além disso, é com clareza que se pode observar a polarização entre os partidos, indicada pelo eleitor. De modo resumido, a sugestão de tal integrante é a de que a política municipal se divide em duas forças, capitaneadas pelos PT e pelo PSDB, e que, além disso, tais forças se revezam no poder, indicando que se trata de um cenário altamente competitivo.

Quando indagados sobre as principais lideranças peessedebistas nesse contexto de *polarização alta*, o nome de André Xavier, prefeito eleito em 1989, 1996 e 2004 quando faleceu antes do término do mandato, foi mencionado em todos os grupos.

Nós temos aqui o falecido Dr. André. Ele foi prefeito durante dois mandatos e já vem de uma família de políticos, que o pai dele foi prefeito. Então, já vem de uma raiz política. E Piraúba, bem ou mal, ou do jeito certo ou do jeito torto, conseguiu chegar nas estâncias estaduais. Coisa que, antigamente, por ser muito pequena, não conseguia. E a gente tem que agradecer nessa situação, por ter chegado, mesmo que engatinhando e coisa assim, numa esfera maior através dele. Porque os outros iam, inclusive tem várias piadas de ex-prefeito que tinha escolaridade baixíssima, aí que chegava em escritório de deputado estadual e só voltava de lá com piada. Então, era motivo de chacota. Ele não. Ele levou o município nos termos que ele levava na época, mas numa esfera mais séria (NEUTRO, Piraúba, PA, 2014).

Nota-se que o eleitor aponta a tradição familiar experimentada no município e sugere que ela possa ter contribuído para que o prefeito estabelecesse relações no nível estadual, articulação que parece ser relevante para tal membro do grupo. Portanto, ele encadeia as duas arenas, municipal e estadual, indicando que a política local não se encerra no município, mas que envolve a tentativa de estabelecer relações em outras esferas, que podem contribuir para o crescimento e para a melhoria da cidade.

O vice-prefeito, que assumiu o mandato de 2004 e depois disputou as eleições seguintes contra o PT, Dr. Eli, foi mencionado nos grupos de simpatizantes e filiados. Assim, sobre as lideranças locais do PSDB, um dos membros assegurou: *“O cabeça deles morreu, que é o Dr. André. Mas, hoje, o mais cotado aí é o Dr. Eli”* (SIMPATIZANTE, Piraúba, PA, 2014). Os deputados Danilo de Castro e seu filho, Rodrigo de Castro, também foram apontados pelos membros dos dois grupos como influências importantes do PSDB no município. Nomes da esfera nacional ainda surgiram nas falas dos filiados: *“Eu vejo Tancredo Neves, Aécio Neves... São as pessoas que eu admiro e que eu gosto”* (FILIADO, Piraúba, PA, 2014).

Assim como nos debates sobre o PSDB, as associações propostas com relação ao PT pareceram seguir a mesma divisão entre os segmentos do eleitorado selecionados. Os neutros, mais uma vez, se concentraram na arena política municipal, tendo como principal foco a avaliação do partido frente à prefeitura. *“Não tá sendo ruim não. Tá sendo bom”* (NEUTRO, Piraúba, PA, 2014), defendeu um eleitor. No entanto, ele mesmo relativizou a sua percepção ao argumentar que, independentemente da sigla, as promessas tendem a ser sempre maiores do que seu cumprimento após a eleição: *“Partido é assim: qualquer um que entrar lá em cima do palanque, eles carregam até água na peneira. Mas, depois que ganham, não vem*

achar que eles vão fazer, não, porque não faz. Vem tudo pelas metades das coisas” (NEUTRO, Piraúba, PA, 2014). Todavia, ainda assim, ele apontou pontos positivos no atual governo petista:

Agora, o PT melhorou muito Piraúba, a rua que eu moro lá, no tempo do 45, nunca fui calçada. Aí a Dra. Cida [*atual prefeita, pelo PT*] calçou tudo e tá calçando tudo quanto é rua. Agora, falha pra falar que não tem, tem. Eu sou rural, eu tô com uma consulta, eu e minha mulher, pra marcar de exame de médico de pele que tá fazendo um ano agora em novembro. Agora aqui tá ruim? Não. Lá pra fora tá pior. O que você vê em hospital lá pra fora, caboclo morrendo nos becos, outros morrendo na porta do hospital, nem no hospital entra. É horrível. Aqui ainda tá bom. Quer dizer, aqui só não, mas no estado de Minas todo tá bem bom. Em cidade grande é tudo pior. Esses hospitais de cidade grande só têm processo, processo e mais processo. Eles não atendem, é médico processado, caboclo chega caído na porta de hospital e médico não atende (NEUTRO, Piraúba, PA, 2014).

Apesar das vantagens do governo do PT elencadas pelo participante, ele não descartou os pontos negativos, embora considere que a situação do município seja menos preocupante do que em localidades maiores, como exemplificado em sua fala sobre a área da saúde. Tal setor também foi mobilizado por outro membro do grupo a partir de uma perspectiva mais otimista. O outro integrante do grupo, por sua vez, problematizou as contribuições do partido no município, através das circunstâncias sociais conformadas ao longo do tempo.

Eu não tenho contra. Mas um bolo de noiva também não foi. Não é que eu ache ele [*o PT*] ruim, mas ele foi obrigado, pelas normas que surgiu na sociedade de um tempo pra cá, a tomar um outro caminho. Eu não sei se seria o que tá sendo hoje há uns 20 anos atrás. Não tá sendo ruim, mas, pelo caminho, as curvas da estrada, hoje em dia, ela é mais reta (NEUTRO, Piraúba, PA, 2014).

Na percepção dos simpatizantes, o PT foi considerado um partido de pouca força, tendo sido suas vitórias atribuídas às coligações formadas pela sigla, elemento de extrema relevância evidenciado pelos participantes. *“PT aqui é até fraco, pra te falar a verdade. Mas ganha eleição, ganhou duas já, ganha mais é porque junta grupo”* (SIMPATIZANTE, Piraúba, PA, 2014). Essa perspectiva também foi utilizada por outros integrantes, que corroboraram tal argumento. Dessa maneira, eles dialogaram:

- Mas ele falou uma verdade. O PT em Piraúba mesmo é fraco. Os 22 é que faz o PT ficar forte (SIMPATIZANTE, Piraúba, PA, 2014).
- Eu não sou PT, nunca fui. Eu sou 22 (SIMPATIZANTE, Piraúba, PA, 2014).
- O 22 aqui toda vida foi forte (SIMPATIZANTE, Piraúba, PA, 2014).

No que se refere aos filiados, as associações, novamente, se estenderam à arena nacional. Logo, as conexões iniciais foram: *“Na minha [cabeça] vem Lula, pessoa que eu mais odeio na minha vida”* (FILIADO, Piraúba, PA, 2014); *“Na minha vem Petrobrás”* (FILIADO, Piraúba, PA, 2014); *“Pra mim, é a melhor administração que teve, inclusive pro*

povo miúdo” (FILIADO, Piraúba, PA, 2014); “Na minha cabeça vem Lula também. Eu acompanho o Lula desde São Paulo. Eu gosto, eu sou uma petista há mais de 20 anos e o PT surgiu em Piraúba há uns quinze anos atrás” (FILIADO, Piraúba, PA, 2014). Se tal filiado afirmou gostar do partido, um simpatizante descreveu sua experiência vivida com a agremiação a partir de uma visão negativa:

No início, quando o PT começou em São Paulo, vem um cara pra cá, que todo mundo chama ele aqui de Jésus PT. Fez amizade comigo e eu filiei no PT. Aí comecei a receber umas correspondências, na época, e vi que a política deles não era a minha praia. Esse negócio de tirar de quem tem pra dar pra quem não tem, eu não concordo com isso. Eu acho que tem que tirar de quem tem e dar pra quem quer e pra quem tem inteligência ou sabe usar. Aí logo em seguida eu desfiliei do partido e filiei no PDT. Por causa daquele sistema de política do Lula. Portanto, o Lula ganhou a eleição em cima de mentira. Na campanha, ele era o mais pobre. Mas ele sozinho é mais rico que o José Serra, o Ciro Gomes e o Garotinho. Então, não me traz uma lembrança boa. Eu não gosto. Nunca votei. Isso pelas correspondências que eu recebi. Depois, desfiliei do PDT também, mas esse tipo de coisa eu não aceitei (SIMPATIZANTE, Piraúba, PA, 2014).

Ademais, outro eleitor retomou, como em todos os grupos do município, a figura do Sr. Jésus, descrevendo a sua origem do PT em Piraúba (PA) e apontando o caráter recente do sucesso eleitoral da agremiação. Ele argumentou:

Eu só acho o seguinte: aqui em Piraúba, hoje o PT tá mais enfatizado porque é o governo dominante. Mas, o partido no município, ele já vem de longa data. Só que eleito mesmo tá sendo de alguns anos pra cá. E, aqui em Piraúba quem lançou o PT foi o Sr. Jésus. Inclusive, ele tem o apelido de Sr. Jésus PT. Foi ele que veio com a militância de fora. Ele era sindicalista e trouxe a sigla PT pro município. Depois, tiveram outras e tá aí hoje o governo que é do PT (NEUTRO, Piraúba, PA, 2014).

As duas contribuições destacaram a relevância do Sr. Jésus, contudo, além dele, o atual vice-prefeito pelo PT, Adriano Gravina, também foi associado ao partido por outro integrante neutro. Os simpatizantes, por sua vez, apontaram os nomes de Lula, do deputado federal Reginaldo Lopes e de Luiza Erundina, lembrada como prefeita de São Paulo. Um deles afirmou: *“Falou em PT eu já lembro de presidente. Lembro de muita luta, como diz o Lula” (SIMPATIZANTE, Piraúba, PA, 2014). No nível municipal, os participantes apontaram apenas a prefeita, Dra. Cida, embora ela e nem os representantes legislativos do PT tenham sido elencados pelos filiados.*

Se, no entanto, os filiados não trouxeram muitas contribuições com relação às lideranças petistas, os projetos e ideias do partido receberam mais destaque na discussão desse segmento, embora o simpatizante que relatou sua antiga experiência de filiado também tenha abordado elementos ideológicos em sua fala. Na oportunidade, esse eleitor salientou a política

de distribuição de renda do PT, uma das características em geral atribuídas a partidos de esquerda, como fator que o afastou da legenda. Mas, se por um lado, o PT não suscitou percepções e sentimentos positivos em tal integrante, outro membro do grupo dos filiados concedeu o seu depoimento como alguém beneficiado por um dos programas do PT, o Minha Casa, Minha Vida:

Inclusive, eu gosto muito do PT porque depois que o Lula entrou lá é que eu arrumei a minha vida, eu consegui uma casa, Minha Casa, Minha Vida, por intermédio de plano. Acho que ele deu condição do pobre viver. Nas outras épocas, nos outros governos, de governantes que passou, não tinha chance, não. Eu acho que o pobre hoje vive. Todo mundo tem seu carro, todo mundo tem sua motinha... Inclusive, eu fiz a casa do meu sonho e só pago R\$340. Todo mês a prestação cai R\$0,50, R\$1. E, não fosse esse plano, eu não conseguia construir uma casa zero como a que tem lá, do meu último gosto (FILIADO, Piraúba, PA, 2014).

Em consonância com o que foi apresentado pelos filiados em Coroaci (AP), mas com maior intensidade, os programas sociais do PT e a melhor condição de vida que eles ofereceram à população mais carente foi o fator central da discussão do grupo, embora, nesse momento, os filiados ao PSDB não tenham se pronunciado. Além do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) e dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) apontados por um integrante, outro membro do grupo elencou a obra da rede de esgoto como uma marca do governo do PT no município. Ele justificou: *“Quando chovia, inundava todas as casas. Todas aí pra cima. E o que a Dr.^a [Cida, prefeita] fez por baixo da terra, não aparece”* (FILIADO, Piraúba, PA, 2014).

No entanto, a política municipal que, atualmente é comandada pelo PT, gerou debate entre os filiados. A discussão teve início com a declaração de um petista, que considerou a atuação do partido na prefeitura satisfatória. Nas palavras dele:

No momento, para Piraúba – estou falando de Piraúba – acho que está satisfazendo. [...] Está surgindo agora, tudo que tá acontecendo agora, isso não é de agora. Por exemplo, surgiu aqui falando da Petrobrás. Isso não é de agora. Isso vem rolando há muito tempo e todos os partidos estão envolvidos. Então, assim, é o que eu volto a repetir: eu já votei em todos os prefeitos que passaram por Piraúba de bastante tempo pra cá. Não foi só uma vez. [...] No momento, eu acho que [*o PT*] está interessante, eu acho que está satisfazendo. Lógico que tem muita coisa a ser melhorada. Muita coisa não pôde ser feita em Piraúba porque muita coisa eles tavam segurando. Isso é a realidade, né? Isso é provado. O que não se conseguiu para Piraúba, principalmente no Governo do Estado de Minas, na mão do Governo, o que teria que vir de Minas Gerais, não veio (FILIADO, Piraúba, PA, 2014).

Foi justamente a necessidade da articulação das esferas de governo para que o desenvolvimento local se estabeleça que gerou a polêmica entre os participantes do grupo. Dessa forma, se os filiados do PT atribuíam alguns problemas municipais à falta de

encaminhamento de verbas do governo do estado, até então capitaneado pelo PSDB, os peessedebistas, por sua vez, passaram a exigir, com o novo governo, efetivos avanços na cidade. Assim, um dos membros contrapôs: “*Eu disse que não me adapto muito ao PT, eu sou PSDB, todo mundo sabe disso. Mas o PT agora vai ficar muito fácil, porque o governador é do PT, a presidente é do PT. Então, vai ficar fácil. Vai parar com esse negócio de falar que não vem mais*” (FILIADO, Piraúba, PA, 2014).

5.2.1.3 Síntese

As discussões acerca do PMDB, do PSDB e do PT nos grupos realizados nos dois municípios introduziram componentes relevantes para esse estudo. De um modo geral, os encontros apresentaram similaridades, tanto no que diz respeito aos segmentos de eleitores quanto entre as localidades, embora as diferenças se sobressaltem. Resumidamente, nota-se que em Piraúba (PA) (Quadro V) a discussão se voltou mais à esfera local do que em Coroaci (AP) (Quadro VI), mas esse processo também teve desenvolvimento progressivo de acordo com categoria de eleitor com que foi composto o grupo. É possível que o foco da discussão, como foi salientado, esteja associado às articulações das elites na esfera política local, de modo que, no cenário de *polarização alta*, em Piraúba, a rivalidade entre PT e PSDB se reproduziria e, então, os eleitores destacariam, em um primeiro momento, conjunturas das quais se sentem mais próximos, ou seja, a arena municipal. Todavia, quando se tem *aliança plena* entre os partidos, como em Coroaci, PT e PSDB não exerceriam, necessariamente, papéis centrais no arranjo político municipal, tornando inevitável que os eleitores recorressem a níveis mais amplos de disputa, como o nacional, quando estimulados a pensar sobre os partidos.

De fato, como já foi visto na seção anterior, a polarização em Piraúba (PA) parece constituir um elemento de importante mobilização dos eleitores. Ainda que tal envolvimento esteja mais fortemente associado aos períodos eleitorais, embora não se encerre nos outros momentos, há indícios de que ela funciona como uma forma de traduzir para a esfera local certas ideias cristalizadas em tornos dos partidos como a associação do PT com determinados programas sociais. Mesmo que esses fatores também apareçam nas discussões em Coroaci (AP), eles parecem conformar um ambiente de maior rivalidade entre os eleitores em Piraúba

associados aos partidos, como o J3sus PT, indicado em todos os grupos de Pira3ba (PA), por exemplo.

No que diz respeito 3s informa33es fornecidas sobre os partidos, o PMDB 3 o que, em todos os segmentos e grupos, despertou menos envolvimento dos participantes. No entanto, a inser33o desse partido na conversa p3de enunciar que os eleitores reconhecem o poder Legislativo e as coliga33es e coaliz33es na articula33o pol3tica, uma vez que destacaram a import3ncia e for3a da sigla, mesmo ela n3o lan3ando candidatos pr3prios 3 Presid3ncia. Logo, n3o somente essas disputas servem de refer3ncia para o eleitorado. Pelas categorias elaboradas por Wolinetz (2002), o posicionamento dos integrantes pode constituir indicador do reconhecimento do comportamento *office-seeking* do partido pelos eleitores, visto que ressaltam a disposi33o do PMDB em manter-se parte dos governos, seja ele qual for. Importante chamar a aten33o aqui para a associa33o com a tradi33o e o sentimento de ser um partido forte e grande. E, de fato, 3 o mais nacionalizado do Brasil.

O PT, por sua vez, foi o que mais gerou debates, sobretudo entre os segmentos de simpatizantes e filiados. 3 relevante salientar que esse foi o partido sobre o qual os eleitores disponibilizaram mais informa33es e opini3es. Foi ele tamb3m que manteve um padr3o de associa33o, em que recebia elogios, mas se destacava a mudan3a no perfil do partido ao longo dos anos, enfatizando os esc3ndalos no quais se envolveu. No entanto, sua origem nas lutas sociais, em geral, era apontada. De um modo geral, a rela33o entre os participantes e a legenda provavelmente possa ser compreendida mais pela perspectiva da rejei33o do que pela identidade e prefer3ncia em si, como incorporado na an3lise de Ribeiro, Carreir3o e Borba (2011). Ainda 3 interessante notar que a discuss3o intensa sobre o partido em Pira3ba, cen3rio de *polariza33o alta*, evidenciou a clivagem vivida entre os eleitores no munic3pio, ao passo que, em Coroaci, cen3rio de *alian3a plena*, ela n3o pode ser verificada. Embora esses dados necessitem de confirma33o no desenvolvimento dos outros eixos explorat3rios dos grupos focais, eles podem sugerir que o comportamento das elites pol3ticas e as escolhas feitas em n3vel local parecem importantes na conforma33o das percep33es dos eleitores.

Tamb3m nessa perspectiva, deve-se salientar que fatores elencados pela literatura como determinantes desse processo de estabelecimento de v3nculos entre partidos e eleitorado podem representar influ3ncia efetiva. Isso se d3 com o impacto das rela33es familiares e religiosas na socializa33o pol3tica do eleitor, como indicadas pela abordagem psicossociol3gica, al3m de experi3ncias de transmiss3o de valores e cren3as, como indicado pelos participantes e apontado por autores como Jennings e Niemi (1974) e Almond e Verba (1965).

5.2.2 Polarização alta e aliança plena: o contexto conformando semelhanças e diferenças entre os partidos

A discussão sobre os partidos continua, agora de forma mais específica do que a reflexão sobre o PMDB, o PSDB e o PT. A primeira pergunta a estimular tal debate foi *“Vocês acham que os partidos são todos iguais ou acham que alguns são diferentes?”*. Após questionar as razões dos participantes para cada resposta, ela direcionou o foco da discussão para o PT e para o PSDB, especificamente. Assim, foi perguntado aos integrantes se eles consideram o PT, e depois o PSDB, partidos iguais a todos os outros e quais seriam suas semelhanças e diferenças com as demais agremiações. Em seguida, estimulou-se uma comparação entre os dois partidos, indagando: *“Por exemplo, comparando PT e PSDB – vocês acham que eles são mais parecidos ou mais diferentes? Por quê? Dê um exemplo”*. Tal comparação foi estendida à esfera local, oportunidade em que foram explorados quais partidos são importantes nos municípios e quais as diferenças e semelhanças entre PT e PSDB nessa arena.

Além dessas perguntas, outras tratando do tema da polarização foram dirigidas aos membros dos grupos. Nesse sentido, também foi questionado: *“Vamos falar um pouco da rivalidade entre PT e PSDB na política brasileira. Vocês acham bom? Acham ruim? Acham que realmente eles representam duas ideias diferentes, dois projetos diferentes?”*; *“Vocês acham que se o Aécio tivesse vencido as eleições faria diferença? O governo dele seria diferente do da Dilma? Em que medida?”*; *“E aqui na cidade? PT e PSDB são aliados ou adversários? Como começou isso?”*; *“O que vocês acham do PT e do PSDB serem aliados aqui e rivais no nível nacional? Vocês acham isso estranho? Acham que tem algum problema?”* (pergunta realizada somente para os grupos realizados no município de *aliança plena*); *“Vocês acham que no futuro próximo, em 2018, por exemplo, PT e PSDB podem se aliar para apresentar um único candidato a presidente? Por quê?”*; *“E aqui na cidade, nas eleições municipais de 2016? Vocês acham que eles podem ser aliados (cenário de polarização alta) ou se separar (cenário de aliança plena)? Por quê?”*.

Ainda foi realizada uma série de perguntas substantivas, que se concentraram na redução da maioria penal, na legalização da maconha, no aumento de impostos e no apoio de políticas para pobres. Elas questionaram aos participantes se PT e PSDB teriam o mesmo posicionamento com relação aos itens mencionados e, em seguida, a opinião dos próprios

membros dos grupos, com o intuito de subsidiar a identificação de diferenças entre os partidos e os eleitores.

Também estão descritas a seguir as preferências e rejeições partidárias dos integrantes dos grupos, mensuradas através de um pequeno quadro distribuído para os participantes ao final de cada sessão, no qual era solicitado que escrevessem “*Partido que prefere*” e “*Partido no qual não votaria de jeito nenhum*”. Esse instrumento adicional foi utilizado de modo anônimo e sigiloso, de modo que não é possível identificar a autoria dos mesmos e nem estabelecer relações entre os partidos indicados pelos eleitores e suas características pessoais e de socialização política.

Embora já tenha sido esclarecido, ainda é importante ressaltar que as perguntas descritas não foram realizadas, necessariamente, na mesma ordem em todos os grupos e que também não necessariamente tiveram adesão dos participantes ao debate que suscitavam. Contudo, trouxeram, cada uma a seu modo, contribuições importantes para este estudo, que se encontram descritas e analisadas a seguir.

5.2.2.1 Coroaci, cenário de aliança plena

O debate com os eleitores de Coroaci (AP), apesar dos diferentes apontamentos, suscitou certa regularidade nas considerações dos eleitores. A começar pelas distinções identificadas entre os partidos políticos em geral. A maioria dos integrantes considera que há diferenças entre as agremiações políticas brasileiras, ainda que apontem semelhanças entre suas formas de organização e de atuação. No grupo com os eleitores neutros, os participantes acreditam que os partidos não são iguais e, se distinguem, prioritariamente com relação a seus interesses. Nesse sentido, um membro pontuou: “*No Brasil inteiro tem uma diferença muito grande*” (NEUTRO, Coroaci, AP, 2014). Apesar de os demais concordarem, quando questionados, eles não conseguiram identificar de modo detalhado as distinções que eles mesmos apontaram, indicando apenas: “*Eu acho que é no interesse mesmo. Tá difícil de dizer*” (NEUTRO, Coroaci, AP, 2014). No entanto, quando se trata do nível local, um dos participantes elaborou uma explicação: “*A diferença que eu acho, eu acho o seguinte: a maioria dos partidos não mistura, não. Falando local, falando daqui. Um lado é um lado só. E são partidos iguais também. É aquela coisa, assim, de pouca diferença, entendeu?*” (NEUTRO, Coroaci, AP, 2014).

Embora pareça contraditória, a fala do eleitor sugere que não haveria diferença ideológica e programática entre as agremiações, mas que eles se distinguiriam pelos “lados” que ocupam na competição. Ademais, tal declaração também sugere que a política do município esteja estabelecida em grupos diferentes entre si, porém ainda resta descobrir se tais “lados” são polarizados e qual seria a relação entre a clivagem local e a nacional, uma vez que já se sabe que Coroaci é cenário de *aliança plena* ininterrupta entre PT e PSDB desde 2004.

Após a pergunta mais abrangente, foi questionado se os participantes consideravam o PSDB, especificamente, como um partido diferente dos demais. A resposta do grupo foi afirmativa e um dos participantes justificou sua posição a partir de uma visão que pondera o elitismo atribuído ao PSDB:

Ele trabalha mais em prol da elite, entendeu? E aí com isso acaba girando pessoas mais fracas. Quer dizer, se for preciso de uma pessoa pra trabalhar, você vai ter. Não vai ser igual agora que procura, passa na peneira e não acha de jeito nenhum. É totalmente diferente (NEUTRO, Coroaci, AP, 2014).

Tal apontamento, por sua vez, se relaciona com as distinções do PT diante dos outros partidos brasileiros, feitas pelos integrantes que o consideram, de modo predominantemente negativo, diferente das outras siglas. Assim, um participante creditou o “problema” elencado anteriormente ao governo do PT, que, na concepção dele, desestimula as pessoas a trabalharem. Ele argumentou:

Eles não trabalham porque têm Bolsa Escola, entendeu? Eles têm a bolsa que mantém eles lá. Pra eles, comer arroz com feijão é o máximo. Infelizmente, tá acontecendo isso, é o nosso governo, é a nossa realidade. Por isso que foi só em lugares mais carentes é que ganharam (NEUTRO, Coroaci, AP, 2014).

Outro participante acrescentou: *“O PT, depois que ganhou, foi uma diferença muito grande. Tanto programa em cima, direitos... Hoje, ser bandido é melhor que ser honesto. Porque, se me prendeu, minha mulher vai ganhar 900 conto todo mês”* (NEUTRO, Coroaci, AP, 2014). Assim, as políticas sociais do PT que, na seção anterior, foram consideradas a efetiva contribuição do partido para simpatizantes e filiados do mesmo município, agora se transformam no principal foco das críticas à sigla.

Em seguida, a mediação estimulou que os participantes refletissem a respeito das diferenças e similaridades específicas entre PT e PSDB. Com exceção de um membro que afirmou não saber, os demais reconheceram distinções entre os dois partidos no mesmo sentido das colocações, já apresentadas, que fizeram sobre cada um. Um deles argumentou:

Totalmente diferentes. Porque, eu, na minha opinião, eu acho que esse PSDB aí tava apoiando mais o capitalismo, né? E o PT mais o povão. Aquelas pesquisas que eles fizeram, na época da eleição, nas grandes cidades só dava 45, que era Aécio. Mas, nas favelas, onde era o povão mesmo, a pesquisa mostrou (NEUTRO, Coroaci, AP, 2014).

Para outro integrante, no entanto, o posicionamento do PT com relação a questões trabalhistas, por exemplo, é que o distinguiria do PSDB e, em sua visão geraria descontentamentos. Nas palavras dele:

Eu acho que o PT, se for na minha opinião... Por exemplo, eu não votei pra ele dessa vez, votei no Aécio, 45. Eu, por exemplo, achava que deveria mudar. O PT tá apoiando muitas coisas que tá acabando com o mundo, ué. Tá acabando com o povo. Vamos supor: hoje, quem tem uma propriedade não tá podendo botar um cara pra trabalhar. Esse povo do PT quer acabar com tudo que a gente tem. É negócio trabalhista, é tanto trem, que hoje não tem mais vez pro PT (NEUTRO, Coroaci, AP, 2014).

O argumento de que os programas do PT incentivam os cidadãos a ficarem dependentes do governo e, por isso, não busquem trabalho ou, até mesmo, a colocação de que, hoje em dia, se concede direitos em excesso aos indivíduos foram vistos pelos eleitores como estratégias da agremiação para atingir as massas e, então, vencer as eleições, como pode ser observado no diálogo abaixo.

– Hoje, o errado tá virando o certo. As coisas tão invertendo. Essas leis que tão passando agora, eu tenho minha opinião e cada um faz a sua vida. Mas, hoje, a gente vê o certo, o correto acabando: homem casando com homem, mulher casando com mulher... As leis são uma aberração tão grande! E tá tudo sendo apoiado. Alguém está por trás disso, algum partido político tá apoiando. E o que a gente ouve é que a maioria apoia o aborto. Tá tudo muito errado. Pra eles é normal (NEUTRO, Coroaci, AP, 2014).

– Não é que é normal pra eles. Pra eles, é ganhar com isso. Como a população é muito grande, então eles apoiam, né? (NEUTRO, Coroaci, AP, 2014).

– Eles apoiam esse tipo de coisa pra ganhar a massa. Porque essas coisas assim, antes, era mais na classe A, que tinha mais homossexualismo. Hoje, isso tá geral, de todas as classes, todos os níveis. E isso é o que vai ganhar. É uma proposta grande, usando coisas baixas pra ganhar a eleição. Foi o que aconteceu (NEUTRO, Coroaci, AP, 2014).

Embora as colocações dos participantes já antecipem suas percepções sobre o posicionamento ideológico de ambos os partidos e permita elaborar inferências sobre as inclinações ideológicas dos próprios membros do grupo, esse foi um eixo a partir do qual a comparação entre PT e PSDB também foi explorada. Sobre a redução da maioridade penal, a posição dos partidos seria oposta, de acordo com um participante: *“Uma das propostas do PSDB era essa, reduzir pra 16 anos. O PT continuaria do jeito que está”* (NEUTRO, Coroaci, AP, 2014). Contudo, outros eleitores consideraram essa uma alteração difícil para

qualquer um dos dois partidos colocar em prática a partir de dois argumentos distintos, em que o primeiro constitui: *“Eu acho que é muito difícil pra mudar. Porque o que já foi feito pro outro [preso] entrar tem que continuar”* (NEUTRO, Coroaci, AP, 2014). A outra alegação se centrou em uma perspectiva estratégico-eleitoral, a partir da qual o eleitor postulou: *“Eles sabem que tá errado, mas como a população é muito grande eles não iam querer perder ela”* (NEUTRO, Coroaci, AP, 2014).

Assim como os eleitores se declararam contra a redução da maioria penal, os que explicitaram a sua opinião também se mostraram contra a legalização da maconha. No entanto, eles não consideraram a questão sob a perspectiva dos partidos, apenas declararam que a maconha já é legalizada no Brasil:

Eu acho que o uso da maconha já é legalizado. Só não é oficialmente, né? Nas grandes cidades, corre solto entre esses oficiais, policiais, todo mundo trafica arma e droga. Na verdade, o Rio de Janeiro tem gente que nunca foi na escola, mas comanda aí 80 pessoas, 100 pessoas (NEUTRO, Coroaci, AP, 2014).

Devido a todas as diferenças entre o PT e o PSDB indicadas pelos participantes, a ampla maioria deles considera que haveria um cenário diferente no país se Aécio Neves tivesse vencido a candidata do PT nas eleições presidenciais de 2014. Nesse sentido, um dos eleitores declarou sobre essa possibilidade: *“Minha preferência era grande. Em vez dele dar o peixe pra você comer, ele daria a vara pra pescar.”* (NEUTRO, Coroaci, AP, 2014). Mas, para o grupo, nem mesmo a derrota do candidato peessedebista poderia incentivar uma futura aliança entre as siglas para as eleições presidenciais, já que a maior parte dos integrantes considera a aproximação inviável. *“Não. Eu não acredito nisso não [risos]. As ideias são totalmente diferentes”* (NEUTRO, Coroaci, AP, 2014), disse um eleitor. Eles, inclusive, veem a possibilidade de que a polarização permaneça na próxima eleição, a partir de um embate entre o ex-presidente Lula e o senador Aécio Neves. No entanto, para um membro do grupo, exceção entre os demais, a coligação seria perfeitamente concebível, uma vez que ele afirmou não duvidar de nada no universo da política.

Ainda com relação ao conjunto dos partidos políticos, foi solicitado aos participantes ao final do grupo focal que preenchessem um quadro oferecido que perguntava qual o partido de sua preferência e a sigla na qual não votaria de jeito nenhum. Embora se tratasse de um grupo composto por eleitores neutros, que não declararam preferência por nenhum partido no momento do recrutamento, dois participantes manifestaram preferência pelo PMDB e dois não declararam maior afeição a nenhuma sigla. Com relação à rejeição, três afirmaram que jamais votariam no PT e um não se manifestou.

A diferença apontada pelos eleitores neutros entre os partidos políticos brasileiros também foi confirmada, em certa medida, pelos simpatizantes do PT e do PSDB. Atribuindo papel relevante aos integrantes dos partidos, os membros do grupo dialogaram:

- Os partidos, todos eles são iguais. As pessoas é que mudam, que conduzem os partidos, entendeu? (SIMPATIZANTE, Coroaci, AP, 2014).
- É que no Brasil, hoje, é mais a pessoa, não tem o partido. Se um líder, hoje, mudar pra outro partido, ele leva um monte de gente com ele. Então, não é o partido. Não é como nos Estados Unidos, que vale o partido (SIMPATIZANTE, Coroaci, AP, 2014).

Assim, se os participantes consideram os partidos iguais, mas, concomitantemente, avaliam que suas lideranças são diferentes e que elas, no Brasil, são mais relevantes do que as siglas, pode-se afirmar que, logo, eles atribuem alguma discrepância entre os partidos. Entretanto, outro membro do grupo declarou que, em sua percepção, as diferenças se centrariam nas ideias, ainda que explicita que, no Brasil, os políticos não respeitam as instituições partidárias, a exemplo das migrações de legenda recorrentemente ocorridas no país. Outro integrante resumiu a sua percepção:

Eu acho que todo partido é como uma religião. Então, cada um, na sua essência, pensa que tá querendo o melhor pro Brasil. Cada um deles acha que tá certo. [...] Agora, eles começam a se diferenciar quando ativa o poder. Tem uma frase muito antiga que, de vez em quando, a gente tem que falar: o poder corrompe. Então, um partido que tiver uma certa organização, quando ele tiver no poder, ele muda aquilo. [...] Então, como eu disse, na essência eles são diferentes, mas na prática são muito parecidos (SIMPATIZANTE, Coroaci, AP, 2014).

O dilema entre a “essência” dos partidos e as suas práticas quando chegam ao poder, conforme indicado pelo fragmento acima, também foi utilizado por outro membro para diferenciar o Partido dos Trabalhadores dos demais. A interpretação dele, no entanto, acrescentou que as estratégias eleitorais da legenda, que contradizem a sua ideologia não só confundem o eleitorado, como o afasta das agremiações, incentivando-o a adotar uma conduta política mais personalista. Ele disse:

A filosofia do PT é diferente, né? Só tem que as conveniências políticas mudou tudo, né? Não é uma coisa que de diferença do outro. O PT aqui no município, por exemplo, se alia ao PSDB. Tem lugares aí que o PT se associa a outros partidos aí completamente diferentes, né? Aí deixa o eleitor desorientado. Poxa, como que o meu partido vai? Como, por exemplo, o Lula, que é do PT, aos abraços com o Sarney e o Collor? Eu tenho vontade de nunca mais votar nele na minha vida. Porque qual é a ideia do Lula antes? É combater o Collor e o Sarney. E de repente tá aos abraços com essa turma. Então, o que o eleitor comum pode pensar? Não tem um partido, né? Nós aqui não, nós aqui vamos mais por pessoa do que o partido (SIMPATIZANTE, Coroaci, AP, 2014).

Na realidade, essa perspectiva corrobora a crítica aos meios com que o partido tem conduzido seus programas de governos e a adesão a um modo de se fazer política, anteriormente criticado por eles. A literatura, especialmente através dos estudos de Singer (2010) e Meneguello e Amaral (2008), também apontam uma série de modificações da agremiação, sobretudo voltadas para os objetivos eleitorais, como já foi verificado neste trabalho.

No diz respeito ao PSDB, ele foi concebido por um dos integrantes como a sigla que oferece um projeto de melhoria para o Brasil, uma vez que na visão dele, o PT se concentra somente no Bolsa Família. Assim, de maneira espontânea, já se iniciou a comparação entre os dois partidos, estimulada a seguir pela moderação. A opinião geral dos membros que se manifestaram é não só que as agremiações se diferenciam, mas que são opostas. Um deles argumentou:

O PT, quando tinha o PSDB no cargo, ele tinha aquelas coisas de procurar os corruptos, os planos, né? Eram sempre contra. Hoje, eles tão no poder vai dar 16 anos e tão num caminho muito pior, né? Eles tão na contramão muito pior do que aquele que foi passado no passado (SIMPATIZANTE, Coroaci, AP, 2014).

Assim, as distinções apontadas sobre os partidos também se relacionam com as mudanças sofridas pelo PT, mas podem ser identificadas mais claramente quando os eleitores foram estimulados a avaliar se ambas as siglas incentivam, em grau semelhante, políticas para auxiliar os pobres. É quase consensual no grupo que o PT apoia mais esse tipo de projetos, exceto pra um integrante que considera que os dois estimulam-nas igualmente. No entanto, nem para todos os membros isso representa uma vantagem. A primeira contribuição apontou que o PT incentiva mais as políticas voltadas para os cidadãos de baixa renda, contudo, para esse participante, tal fator seria benéfico. Logo ele justificou a relevância de programas como o Bolsa Família, pontuando: *“A pessoa pobre, assim, não tem condições nem de buscar. Não tem condições de ultrapassar fronteiras, estudar”* (SIMPATIZANTE, Coroaci, AP, 2014). Outro eleitor considerou que, de um modo geral, toda sigla quer o desenvolvimento da população e, portanto, a melhoria de vidas das classes mais pobres. No entanto, ele julgou o programa petista mais voltado para esses cidadãos, embora o PSDB também apresente seus meios de ajudá-los.

Se você for olhar programa, o programa do PT é muito mais direcionado para os pobres. Isso não tem dúvida. Acontece que, apenas isso é feito de um modo diferente, o PSDB também ele quer isso, todo partido quer isso. Só que os meios de se conseguir são diferentes. O PSDB quer mais a educação, fazendo com que as pessoas alcancem um patamar melhor. Meios diferentes, né? O PT dá uma espécie uma esmola. [...] Mas, no programa em si, o PT sem dúvida alguma, ele se envolve mais com a classe pobre (SIMPATIZANTE, Coroaci, AP, 2014).

Outra colocação apresentada seguiu a direção do fragmento acima, no sentido de considerar que diversas ações do governo podem auxiliar os mais pobres, não necessariamente as políticas de transferência de renda criticadas pelos simpatizantes. Assim, um deles relatou que a mais significativa contribuição apresentada à população foi a queda da inflação, creditada por ele ao PSDB. Nesse sentido, o eleitor argumentou: *“Eu acho que o PSDB apoia igual. Só que o pessoal enxerga diferente. Porque, quando derrubou a inflação, cria uma condição do país crescer, tá melhorando pro pobre do mesmo jeito. Infelizmente, como no Brasil o pessoal de certos níveis não entende...”* (SIMPATIZANTE, Coroaci, AP, 2014). No entanto, outro participante ponderou: *“Mas pra nós era ótimo, né? E aquelas pessoas que não tinham renda nenhuma? Como que eles ficavam?”* (SIMPATIZANTE, Coroaci, AP, 2014). A partir de tal asserção, ele justificou a relevância e a necessidade das políticas sociais promovidas pelo PT.

Para os simpatizantes, devido às discrepâncias entre as siglas, a vitória de Aécio Neves nas últimas eleições presidenciais conformaria uma situação distinta em comparação com a conquista da Presidência pelo PT. O principal argumento era o de que o candidato faria as mudanças necessárias para o desenvolvimento do país, melhorando a vida da população. Outra contribuição seguiu na direção de que o PSDB executaria projetos que, na concepção do eleitor, seriam fundamentais para o avanço do Brasil. Nesse sentido, ele argumentou: *“O PT explora a ignorância e a pobreza. Fala em autonomia do Banco Central e o povo passa fome. Se todo país desenvolvido o Banco Central é autônomo...”* (SIMPATIZANTE, Coroaci, AP, 2014). Ainda é importante salientar que, quando questionados, os participantes declararam não acreditar em uma possível e futura aliança entre PT e PSDB no nível nacional.

No que diz respeito ao possível posicionamento dos partidos com relação à redução da maioria penal e da legalização da maconha, os membros do grupo, assim como os neutros, apresentaram certo grau de dificuldade para refletirem sobre o assunto e quase não se envolveram na temática. Em suma, eles alegaram que o fator determinante seria os interesses das lideranças que estiverem à frente da organização quando as decisões forem discutidas e votadas. Nesse sentido, os participantes reiteraram o argumento exposto anteriormente de que o que efetivamente importa nas agremiações partidárias são os líderes que as compõem. Contudo, outro simpatizante inseriu um elemento fundamental na discussão e resumiu sua percepção sobre a conduta das legendas da seguinte maneira:

Esse tipo de coisa, na campanha é uma coisa, quando ele chega lá em cima ele muda. [...] Isso não é só no Brasil que acontece também, não. O Obama mesmo foi a favor dos gays e, agora com a eleição, já está mudando e não é mais a favor dos gays. Então, essas coisas de maconha e maioria penal, eu acho que eles agem de

acordo com a opinião pública. Se a opinião pública é contra a maconha e a redução, o partido todo será (SIMPATIZANTE, Coroaci, AP, 2014).

Bem como nos demais grupos, o tema, entre as polêmicas abordadas, que causou maior comoção e indignação dos participantes foi a hipótese de se aumentar os impostos no país a fim de subsidiar a melhoria e a maior oferta dos serviços. Novamente, todos se posicionaram de modo contrário ao projeto. O argumento se repetiu entre os eleitores: a excessiva carga tributária no Brasil que possibilitaria ações benéficas para a população se fosse bem distribuída. Todavia, os integrantes se dividiram com relação ao modo com que PT e PSDB se posicionariam perante essa proposta. Para um deles, qualquer partido que esteja no poder teria uma tendência a apoiar o aumento dos impostos. Ele explicou: *“Quem tá no poder quer arrecadar. O Fernando Henrique criou a CPMF. Aí, quando perdeu pro Lula, o Lula foi contra. Aí, depois, quando ele tava arrecadando, ele já não queria que cortasse”* (SIMPATIZANTE, Coroaci, AP, 2014). Entretanto, para outro participante, possivelmente os partidos seriam contra em função de a reeleição atuar como um constrangimento para medidas impopulares. Nas palavras dele:

Acho que o fator que muda isso é essa vontade que a gente tem de mudar as coisas, o eleitor. Com a alternância de poder, numa vez um ganha, no dia seguinte o outro ganha, quem fez algo na passada pode não ganhar na próxima. Então, isso é muito difícil (Simpatizante, Coroaci, AP, 2014).

A partir de todos os apontamentos elaborados pelos simpatizantes de Coroaci (AP) é possível inferir que poucos se simpatizam com o PT. Assim, dos cinco integrantes que manifestaram sua rejeição no quadro fornecido, três afirmaram que não votariam de nenhuma maneira no PT, um no PTB e outro no PSB. Todos os participantes que demonstram antipatia pelo PT declararam sua preferência pelo PSDB. No entanto, dois membros do grupo disseram preferir o PT e outro o PV. É importante salientar que no momento de recrutamento dos participantes, todos os selecionados indicaram ter simpatia ou pelo PT ou pelo PSDB, embora a rejeição não tenha sido considerada naquele momento.

O debate sobre os partidos políticos com os filiados do município de Coroaci (AP) se concentrou, durante a maior parte do tempo, em torno do PT e do PSDB. Mesmo quando questionados sobre as possíveis diferenças e aproximações entre as legendas, de um modo geral, o PT foi usado de parâmetro comparativo, através do qual os integrantes manifestaram a sua percepção de que os partidos possuem diferenças entre si. Porém, antes disso, um integrante ponderou que não haveria distinções significativas entre os partidos, afirmando: *“A*

maioria [dos partidos] são parecidos. Alguns, na filosofia de mostrar é muito bonito. Mas fazer mesmo...” (FILIADO, Coroaci, AP, 2014).

No entanto, para a maior parte do grupo, haveria contrastes entre as siglas e tal distinção se daria em função das ideias defendidas por cada uma. Assim, um eleitor exemplificou: *“A ideologia do PT é completamente diferente”* (FILIADO, Coroaci, AP, 2014). De acordo com outro participante, tal ideologia estaria mais direcionada para a melhoria das condições de vida das classes mais baixas, diferentemente de outras agremiações. Ele explicou:

Eu tenho um amigo que diz o seguinte: se você vê uma criança, aqui, desnutrida, passando fome, mal vestida e se comove com isso é porque no fundo você é um petista. Mas, na verdade, o que deu certo no nosso país, o que realmente melhorou a qualidade de vida das pessoas mais carentes, ou seja, as pessoas pobres, foi essa ideologia do PT voltada para o povão, para a maioria. [...] Então, esse é o ponto de vista do PT, de melhorar a qualidade de vida das pessoas. E melhorou. Assim como Lula dizia, distribuição de renda. É tirar de quem tem mais e passar pra quem tem menos ou quem não tem nada (FILIADO, Coroaci, AP, 2014).

A fala do participante foi corroborada por outro membro do grupo que apontou o crescimento econômico possibilitado pelo governo do PT. Embora o eleitor tenha se concentrado em abordar as vantagens dos programas petistas, ele indicou um deslocamento entre o seu voto efetivo e o candidato para o qual trabalhou em campanha. Portanto, a afirmação do filiado sugere que a inserção do eleitor em um grupo ou organização partidária pode estar mais associada a fatores estratégico-eleitorais na esfera local do que a efetiva aproximação ideológica ou programática. Assim, ele avaliou:

O que ele falou é a mais pura verdade, né? Porque o governo do PT está beneficiando as famílias, né? Hoje, não tem pobre mais. Você chega na zona rural, por exemplo, tá lá o cidadão com a antena da SKY, entendeu? E com uma televisão de plasma de 50 polegadas. Isso deve-se a quê? Ao governo do PT, embora muito criticado. Mas tá dando condições das pessoas prosperarem, entendeu? Agora, eu vejo aqui pra nós, na nossa região, eu vejo que tem muito peessedebista que gosta de usar a sigla PT pra tirar proveito dela em época de eleição municipal. Porque é bom pra gente, entendeu? Por exemplo, eu nessa campanha passada agora, embora eu tivesse fazendo um trabalho voltando pro Aécio, eu cravei um 13 lá. Por quê? Porque, na minha concepção, eu acho que a Dilma tinha que ficar (FILIADO, Coroaci, AP, 2014).

É nesse sentido que, para os participantes, o PSDB se diferenciaria não só do PT, mas das demais legendas brasileiras. Resumido por um dos membros, a percepção é a de que *“o PSDB é uma elite que governa pra elite”* (FILIADO, Coroaci, AP, 2014). No entanto, ele salientou que, se eleito, o partido, ainda que não concordasse, não poderia recuar nos avanços

sociais possibilitados pelo governo do PT, posto que a população de baixa renda é a que mais consome hoje no país.

O plano do PSDB no passado, há 20 ou 30 anos foi bom, funcionou. Mas a parte social, que é a que causa transtorno, roubo, assalto, as favelas, eles se esqueceram dessa parte. De repente, se tivesse desenvolvido essa parte, investir no social que é a urbanização, a questão de segurança, melhorar a qualidade de vida dessas pessoas que prestam serviço para os grandes e para as empresas, hoje o país seria uma maravilha. Seria uma Suíça (FILIADO, Coroaci, AP, 2014).

Ainda comparando as duas agremiações e avaliando os resultados das últimas eleições, o único filiado do PSDB presente no grupo afirmou que o pleito confirmou a força do PT em Minas Gerais, o que pode indicar que o recorte desta pesquisa seja, de fato, relevante. Nas palavras dele,

O Aécio quase ganhou, né? Foi por um fio. Coloca-se a culpa no Nordeste. Mas, em Minas, ele saiu com 92% de aprovação. Quando ele foi pro Senado, conseguiu fazer o Anastasia governador do estado de Minas. Só que, no Senado, ele esqueceu Minas. Logo agora, de início, colocou o Pimenta da Veiga, um candidato que ninguém conhecia. Se tivesse colocado o Diniz Vieira talvez o PSDB teria feito um candidato em Minas. Então, prova que o PT em Minas manda mesmo. Porque o Aécio mesmo saindo com 92% de aprovação ele não conseguiu refazer o candidato em Minas Gerais (FILIADO, Coroaci, AP, 2014).

Comparando especificamente o PT e o PSDB, componentes semelhantes aos já apresentados foram salientados pelos integrantes do grupo que, em sua totalidade, reconheceram significativas diferenças entre eles, sobretudo voltadas para as políticas sociais. *“É o que nós dizemos, o PSDB, direita, são pessoas poderosas. O PT, com mil e um programas sociais, que, hoje, cada família tem seus móveis, tem tudo dentro de casa”* (FILIADO, Coroaci, AP, 2014). No entanto, outro membro do grupo salientou semelhanças entre os partidos, que se estendem às demais agremiações do sistema partidário, visto que se associa não às siglas, particularmente, mas ao presidencialismo de coalizão existente no Brasil. Assim, o eleitor assegurou: *“Infelizmente, o mensalão que aconteceu aí acontece no governo peessedebista a vida inteira. Ou seja, na política que tem hoje se o governo não fizer uma postura de aliança e não tiver um dindim, ele não consegue governar”* (FILIADO, Coroaci, AP, 2014).

Somando as características intrínsecas aos partidos atribuídas pelos participantes com o contexto político e social brasileiro, eles, em sua maioria, consideraram que, se o PSDB tivesse conquistado a Presidência, ele não extinguiria ou concederia menos incentivos aos programas sociais do PT, embora os integrantes reconhecessem que eles possuem ideologias distintas. Entretanto, ainda que concorde com a continuação de tais programas, outro membro atribuiu não ao constrangimento imposto por disputas futuras, mas por fatores econômicos,

uma vez que, na sua concepção, a renda gerada com esse tipo de investido é fundamental para o desenvolvimento do país. Assim, ele assegurou:

Por incrível que pareça, a política do PSDB vai ter que ir pelo mesmo caminho do PT, porque a economia do país tá andando por esse lado. E investir no social não tem outra saída, parece. Porque, quanto mais o governo investir no social, ele tá fomentando, gerando emprego na indústria, gerando renda. Então, como se diz, essa parte econômica não tem como os partidos fugir, seja qual político, partido que chegar na Presidência, ele vai ter que estar trabalhando por esse lado. Mas a política distancia bem, a do PT realmente distancia, porque é uma política voltada para o povão (FILIADO, Coroaci, AP, 2014).

Apesar dessas considerações, que sugeriram determinada manutenção dos programas e das decisões do governo, independentemente da agremiação à sua frente, outros dois membros do grupo acreditam, ao contrário, que haveria significativas diferenças na maneira de se conduzir o governo, caso o candidato do PSDB tivesse sido eleito em 2014. Uma das alegações versou sobre a corrupção, que o participante, por sua vez, filiado ao PSDB, julga que seria maior: *“Eu acho que seria diferente porque eles iam passar a mão mesmo, eles não são fácil, não”* (FILIADO, Coroaci, AP, 2014). O outro argumento se refere às políticas sociais voltadas para as classes mais baixas. Assim, ele ressaltou: *“Nós tava perdido. Pra começar, se ele tivesse eleito, os pobrezinho iam voltar ao mesmo que era. Aí não ia ter moradia mais, mais nada de sobrevivência, nada. Só os empresários é que iam subir. Os impostos lá nas alturas, né?”* (FILIADO, Coroaci, AP, 2014).

No que se refere à preferência e à rejeição partidária, do total dos filiados presentes, todos manifestaram preferência pelo PT – o que inclui o filiado ao PSDB. Contudo, ao expressar a rejeição pelas legendas, metade dos participantes disseram que não votaria de jeito nenhum no PSDB, como esperado, mas a outra metade apontou o PSOL como o partido para o qual jamais daria seu voto.

De maneira geral, a principal contribuição dos eleitores dos diversos segmentos em Coroaci (AP) parece ser a identificação de características próprias dos partidos, apesar do cenário de *aliança plena* entre PT e PSDB. Mesmo que de maneira vaga, a grande maioria dos participantes foi capaz de estabelecer diferenças entre os partidos, associando o PSDB aos interesses das classes mais altas e o PT a programas e projetos sociais para os pobres, além da luta de expansão por direitos. Todavia, como já foi ressaltado, não há um caráter obrigatoriamente positivo ou negativo em tais atribuições. Além disso, observou-se, ainda, uma forte rejeição ao PT, sobretudo por seus programas sociais e seu envolvimento em escândalos de corrupção. Resumidamente, os eleitores de Coroaci (AP), ao refletirem sobre as agremiações no nível local, parecem não ser capazes de estabelecer diferenças entre elas,

apenas uma divisão de grupos que competem pelo poder. No entanto, quando pensam nos partidos em nível nacional, identificaram diferenças claras, que, certamente, estão associadas à campanha presidencial de 2014.

5.2.2.2 Piraúba, cenário de polarização alta

Em Piraúba (PA), o debate sobre os partidos políticos brasileiros foi mais reduzido, sobretudo no grupo de neutros, em que os participantes não se envolveram com as questões colocadas e, a todo o momento, transferiram a conversa para o nível local. Contudo, eles se manifestaram no mesmo sentido do que os eleitores de Coroaci (AP), vislumbrando diferenças entre as agremiações partidárias como um todo. Para um membro do grupo, a distinção era resultado de áreas diversificadas privilegiadas pelas siglas na elaboração de políticas. Entretanto, outro integrante discordou, afirmando:

Não é nem questão de área, entendeu? [...] A questão é a seguinte: priorizar a pessoa, entendeu? [...] Terminou a política e foi eleito determinado prefeito. Se você for, durante os primeiros seis meses ou durante o primeiro ano, na prefeitura, se você não botou a cara pra bater, se você não balançou a bandeira, se você não colocou a bandeira na sua casa, se você não participou dos comícios, se você não participou das carreatas com ele, se você foi no outro – porque tem olheiro nos dois – você não vai ser tão bem vista quanto se você tivesse participado de tudo aquilo que eu tô te falando aqui. Você não chega lá e não tem as mesmas portas abertas da mesma forma que o outro. Passou desse um ano, a normalidade passa ser mais... acalma. Aí, quando acalma, começa a disputa pra Presidência e Governo do Estado. Volta, não com tamanha força de que é o governo do município, mas a força vem (NEUTRO, Piraúba, PA, 2014).

A efetiva diferença entre as legendas, para o participante, estaria, assim, não nos programas que realiza ou nas ideias que possui, mas no grupo de pessoas que apoiou um ou outro partido e que serão priorizadas no acesso a bens e serviços depois da eleição. É importante salientar que a fala faz referência clara à arena municipal, indicando a significativa clivagem entre os grupos, mesmo depois das eleições, e a coerção das elites sobre o eleitorado para que se mobilizem e participem da competição. Esse ambiente, inclusive, se reproduziria nas demais disputas, estadual e federal, ainda que com menor intensidade, como aponta o fragmento acima. No entanto, independentemente da esfera em questão, outro membro do grupo não vislumbrou diferenças entre as agremiações, o que, na visão dele, agregaria um elemento negativo. Em suas palavras, *“Pra mim é tudo igual. Porque política é assim: não*

existe candidato nenhum que faz aquilo que promete. Se todos que entrassem lá fizessem tudo, a gente tava feito. Se eles prometer 500, eles capaz de não fazer 50” (NEUTRO, Piraúba, PA, 2014).

Mesmo privilegiando o nível local, os participantes foram capazes de elencar distinções entre PT e PSDB através, especificamente, das figuras de Dilma Rousseff e Aécio Neves. Ressaltando os significativos contrastes e os programas de governos apresentados, um integrante declarou:

Os projetos dos dois não tinha pouca diferença entre um e outro. A Dilma prioriza, para tentar colocar a população mais pobre num patamar mais elevado, ela tinha seus projetos. O Aécio também tinha seus projetos de dar acesso à escolaridade, pagando você para poder estudar. Voltando os jovens que não concluíram o segundo grau, recebendo o salário mínimo. Eu acho que os dois deveriam governar pra população, sem direcionar pro pobre ou coisa assim. Porque eu acho que esse direcionamento causa mais preconceito ainda. [...] Eu acho que, nessa questão de dar somente, tá dando só o peixe e não tá ensinando ninguém a pescar (NEUTRO, Piraúba, PA, 2014).

Contudo, mesmo com as discrepâncias programáticas apresentadas, os eleitores não ofereceram certeza de que haveria diferença na condução do governo, caso Aécio Neves tivesse vencido as últimas eleições presidenciais. Um deles argumentou:

Esse negócio de fazer diferença ou não é relativo. Porque você só sabe se uma pessoa vai ter capacidade de fazer ou não, se você der chance pra que ela faça. Então, é essa situação que o povo não quis, quis permanecer com a Dilma pelas vantagens que ela fez (NEUTRO, Piraúba, PA, 2014).

A derrota sofrida por Aécio em 2014, no entanto, constituiria, para um participante, incentivo para que ele se juntasse ao candidato petista na próxima disputa. Ele alegou: *“Política é uma coisa muito safada. [...] Vai nessa que não. Ele pode virar pro lado dela pra não perder a chupeta”* (NEUTRO, Piraúba, PA, 2014). No entanto, os outros membros do grupo discordaram, ao ponderarem que ele não precisaria fazer esse tipo de aliança, já que mantém o seu posto no Senado e, possivelmente, depois do pleito acirrado com Dilma, assumiria papel de destaque na oposição ao governo petista.

Assim como em Coroaci (AP), mas em menor intensidade, as opiniões dos participantes sobre os programas das agremiações também pôde servir de indícios para inferir suas posições pessoais e as que atribuem ao PT e ao PSDB com relação aos temas polêmicos apresentados. No que diz respeito à redução da maioria penal, duas colocações foram apresentadas pelos participantes. A primeira sugere que eles teriam a mesma dificuldade para realizar a mudança e, por isso, não fariam essa proposta. Assim, quando questionado se tanto

o PT quanto o PSDB apoiariam a redução, um eleitor afirmou: *“Eu acho que não. Porque hoje a lei é assim e eles têm medo de mudar a lei. Não muda não”* (NEUTRO, Piraúba, PA, 2014).

O posicionamento atribuído aos partidos pelos eleitores com referência à legalização da maconha seguiu a mesma direção das colocações apresentadas sobre a redução da maioria penal: um participante considerou que ambos seriam contra e outro avaliou que essa proposta não dependeria dos partidos de modo específico. Desse modo, questionado se PT e PSDB seriam a favor da legalização da maconha, o primeiro afirmou: *“Acho que não. Eu acho que se eles liberar, eles podem pensar assim, que vai fazer uma coisa pior, né? E vai ficar muito pior, né? É perigoso pra eles, né?”* (NEUTRO, Piraúba, PA, 2014). O outro acrescentou:

Eu acho assim, que independente deles apoiarem ou não. O Senado vai decidir. Independente disso, eu só acho o seguinte, que tudo que gera dinheiro é igual a questão do jogo de bicho, se o jogo de bicho não favorecesse ninguém lá do alto escalão, ele já teria sido eliminado. A droga eu acho a mesma coisa. [...] Porque o traficante ele tá lá em cima no Senado [...] e o que a gente vê aqui embaixo é só consequência. Enquanto favorecer alguém lá de cima, ela não vai ser legalizada. Independente se for a Dilma ou outro (NEUTRO, Piraúba, PA, 2014).

Assim, além de atribuir a responsabilidade de processos ilegais que perduram no Brasil aos interesses dos políticos, o integrante introduziu a articulação dos poderes como um fator determinante. A partir de tal contribuição é possível inferir que o eleitor dispõe de certo grau de conhecimento do arranjo institucional brasileiro ao identificar o jogo político como um emaranhado de atores, divididos em esferas de poder e dotados de interesses próprios, que tomam, efetivamente, as decisões no país. Com relação ao posicionamento pessoal dos membros do grupo sobre a legalização da maconha, um se colocou inteiramente contra, outro parcialmente a favor, em caso medicinal, e outro a favor.

No que diz respeito ao hipotético projeto de aumento de impostos para melhoria dos serviços, um dos participantes, com a concordância de outro, identificou uma provável diferença de postura entre o PSDB e o PT, afirmando: *“A Dilma eu acho que não ia ser a favor, não. O Aécio poder ser. Porque pra melhorar muitas coisas vai subindo os impostos. Coitado do pobre que trabalha pra ganhar um salário mínimo, não tem condições de pagar impostos altos”* (NEUTRO, Piraúba, PA, 2014). O argumento do eleitor se fundamenta na ideia de que, embora os serviços prestados fossem de melhor qualidade e de maior oferta, o aumento do valor dos impostos constituiria um problema para os mais pobres e, uma vez que, na sua opinião, o PT estaria mais preocupado com a pobreza, o partido seria contra a proposta, bem como todos os membros do grupo, em suas visões pessoais.

No que diz respeito aos quadros distribuídos ao final do grupo, apenas um eleitor declarou preferência por algum partido, indicando o número “16”, que se refere ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU). No entanto, de acordo com dados do TSE, tal agremiação não possui comissão provisória, diretório e nem nenhum filiado no município. Além disso, o candidato do PSTU à Presidência, Zé Maria, obteve apenas três votos em Piraúba (PA), nas eleições de 2014. Com relação à rejeição por algum partido, somente um integrante se manifestou, explicitando que jamais votaria no PT.

A conversa geral com os simpatizantes, por sua vez, se iniciou, coincidentemente, com a mesma analogia elaborada por um eleitor do mesmo segmento em Coroaci (AP), mas através de uma abordagem diferente. Dessa maneira, quando questionados se as legendas se diferenciam entre si, um membro do grupo apontou:

Isso aí tá igual igreja. Tem mil igrejas crentes aí, o fundamento é tudo um só: levar vantagem, no caso. Agora, tá o país com 28 partidos. Não tem como governar com 28 partidos não, gente. Tem que dar um pedaço pro cê, um pedaço pro outro, pro outro e não sobrou nada (SIMPATIZANTE, Piraúba, PA, 2014).

Entretanto, outra comparação foi estabelecida no grupo: *“Eu acho que são duas empresas. A oposição e uma que tá trabalhando”* (SIMPATIZANTE, Piraúba, PA, 2014).

Mas, mesmo com a semelhança de interesses apontados, o PT se diferenciaria no universo dos partidos, especialmente em virtude de suas políticas sociais e da ascensão que seu governo possibilitou aos mais pobres. *“O PT não foi tão ruim porque a classe menorzinha subiu mais, teve mais apoio do governo. Em compensação, o grande... Porque se analisar direitinho, quem manda é o grande. O grande que gera emprego... Ele foi prejudicado”* (SIMPATIZANTE, Piraúba, PA, 2014). Outro participante, por sua vez, introduziu o PSDB no debate, distinguindo-os a partir do segmento da população a que as legendas mais se dedicam. Ele afirmou: *“Eu acho [o PT] diferente sobre o povo médio. Porque eu acho que o PT olha muito a classe média. O outro [o PSDB] não, eles querem ficar mais que acima do médio”* (SIMPATIZANTE, Piraúba, PA, 2014).

Outro fator essencial foi inserido no debate: *“Tem as coligações, né? Compromete muito. Você fica sem condições de botar a sua ideia, porque você deve um compromisso pra eles. Se não funcionar, cai”* (SIMPATIZANTE, Piraúba, PA, 2014). A concepção desse participante, portanto, sugere que o arranjo político é um jogo de interesses complexo que extrapola as siglas em si. Um governo dependeria, assim, de alianças com outros partidos que, por um lado podem garantir a atuação do executivo, mas, por outro, podem constranger a

implementação do programa original de governo. Nesse contexto, os integrantes reconheceram que PT e PSDB se coligam em alguns municípios, o que, para eles, não seria problemático, uma vez que é necessário visar o bem da comunidade, no entanto eles não conseguem imaginar uma aliança entre tais legendas no nível nacional.

Dentre as distinções entre PT e PSDB apontadas pelos membros do grupo, além dos integrantes das agremiações e das coligações compostas por elas, estaria a formulação e o incentivo a políticas para beneficiar os cidadãos mais carentes. No entanto, outro eleitor discordou que o PT incentiva mais as políticas para a população de baixa renda, argumentando:

Isso aí é mentira pra ganhar eleição. Cada um é cada um. Mas as coisas da saúde que foi feita no Brasil, os grandes hospitais, as coisas que tem, nenhuma foi feita com o PT. É tudo na época do militar, uma herança do Arena. Eles não fizeram grandes coisas, não. É mentirinha de cesta básica. O sujeito tem um emprego e trabalha e ganha um salarinho melhorzinho. [...] o povo tá muito bem porque o povo tem crédito e tem dívida. Isso aí, você vai me desculpar, mas 99% desses carros que tá aí na praça é financiado. E quem tem essas casas novas é financiado. Não sou contra isso, não. Acho que é bom. Mas assim, é uma questão de oportunidade. Nosso país era sem inteligência, sem cultura. [...] Hoje o pessoal estuda mais, isso é questão de oportunidade que vai surgindo (SIMPATIZANTE, Piraúba, PA, 2014).

Contudo, com relação à redução da maioria penal, os integrantes não souberam estabelecer diferenças entre possíveis condutas do PT e do PSDB, embora todos eles julgassem necessária a alteração. Já com relação à legalização da maconha, a manifestação foi a de que nenhum dos dois partidos apoiaria, mas, dessa vez, não em função de uma estratégia eleitoral e, sim, de envolvimento com o tráfico. Nesse sentido, um participante afirmou: *“Apoia não. Daqui uns 20 anos, pode ser. Mas eles não apoiam porque eles ganham um bom dinheiro por cima disso, então eles nunca vão liberar”* (SIMPATIZANTE, Piraúba, PA, 2014).

Ao contrário dos grupos com os eleitores neutros e com os simpatizantes de Coroaci (AP), a hipótese de um Projeto de Lei que aumentasse os impostos e garantisse mais e melhores serviços não exaltou os ânimos dos participantes. Inclusive, em sentido oposto, todos os membros do grupo se posicionaram de modo favorável, desde que não houvesse desvios e que o valor arrecadado fosse bem distribuído. Sobre a postura dos partidos, os participantes concordaram que os dois seriam favoráveis, mas que haveria distinções das áreas em que o dinheiro seria aplicado.

Também de modo diferente dos simpatizantes do cenário de *aliança plena*, em Piraúba (PA) os eleitores mantiveram as suas preferências de acordo com as declaradas no momento do recrutamento. No papel oferecido ao final do grupo, dois eleitores elencaram o PSDB

como o partido de sua preferência e o mesmo número com o PT. No entanto, ao indicar um partido no qual jamais votaria, apenas um apontou o PSDB, tendo outros dois não manifestado rejeição por nenhum partido. O outro integrante do grupo não contribui nessa etapa porque precisou sair antes do término da discussão, devido a problemas pessoais.

No que se refere à experiência dos filiados, o debate a respeito dos partidos foi consideravelmente mais curto, em comparação ao mesmo segmento de Coroaci (AP) e quase não mobilizou a participação dos eleitores, que apresentaram significativa dificuldade em estimar o posicionamento e o comportamento das agremiações, bem como estabelecer distinções e aproximações entre elas. Como relatado por um participante, *“o partido não é uma cabeça, são muitas pessoas. Vai abrindo uma dúvida...”* (FILIADO, Piraúba, PA, 2014). Assim, todos concordaram que os partidos são diferentes, mas não conseguiram justificar tal percepção, afirmando apenas que suas disparidades se encontram em seu funcionamento e na maneira de administrar suas ideias e programas.

Quando estimulados a comparar o PT e o PSDB com as demais legendas e também entre si, os filiados mantiveram o grau de envolvimento reduzido, afirmando: *“Cada partido tem sua maneira de se conduzir. O PSDB se conduz de uma maneira, o PT de outra e o outro partido de outra... É muito difícil ter uma coisa assim...”* (FILIADO, Piraúba, PA, 2014). Outro participante acrescentou: *“É uma pergunta estranha. Assim, difícil da gente responder... Pelo seguinte, aqui na cidade, existe muito partidarismo, quem é PT é PT, quem é PSDB é PSDB. Então, pra mim que sou PSDB, o PSDB é melhor”* (FILIADO, Piraúba, PA, 2014). Portanto, os participantes reconheceram as discrepâncias entre as siglas, mas não foram capazes de indicar os componentes dessa diferença. Contudo, o fragmento acima aponta o forte partidarismo existente no município, de forma que se pode pressupor que os contrastes entre PT e PSDB em Piraúba (PA) perpassem as estratégias eleitorais e as articulações das elites políticas, componentes nem sempre identificados pelos eleitores.

No entanto, quando questionados sobre a existência de algum partido que apoiasse mais as políticas direcionadas para os segmentos de baixa renda no Brasil, os participantes, assim como nos outros grupos, indicaram que o PT incentivaria mais programas desse tipo. Porém, um eleitor indicou que se Aécio Neves tivesse sido eleito, os projetos continuariam a se desenvolver. *“É essa continuidade que é interessante, né? No futuro, quando mudar essa política do PT e passar para outro partido aí, eu acredito que vai ter continuidade sim”* (FILIADO, Piraúba, PA, 2014). É importante ressaltar que esse elemento também foi apontado entre os filiados de Coroaci (AP).

Todavia, ainda que os membros do grupo tenham considerado PT e PSDB significativamente diferentes, sinalizaram condutas similares em todas as questões propostas, a começar pela redução da maioria penal, sobre a qual todos concordam que ambos os partidos seriam a favor. Novamente, eles não apresentaram embasamento para tal posicionamento, apenas ponderaram: *“Eu acho que sim. Se a cabeça deles estiver no lugar...”* (FILIADO, Piraúba, PA, 2014). Com relação ao posicionamento do PT e do PSDB, eles, de novo, afirmaram que ambos os partidos teriam a mesma postura: contrária. Um deles apontou: *“A favor de legalizar a maconha? Não, não. Isso aí é todo mundo é contra”* (FILIADO, Piraúba, PA, 2014). Mas, mais uma vez, eles não explicaram a razão de tal percepção.

Com relação ao imaginário Projeto de Lei que visasse aumentar os impostos e reverter a arrecadação em serviços para a população, os eleitores também acreditam que PT e PSDB assumiriam a mesma posição favorável. Um deles argumentou que o aumento dos impostos em determinado momento é inevitável, de maneira que ultrapassaria as diferenças partidárias e sociodemográficas das localidades. Ele justificou: *“Aumentar imposto tem que aumentar. Por causa da saúde, por causa da educação... Tem hora que tem que aumentar, né? Não importa se [o município] é pequeno ou grande, isso aí é claro que tem que aumentar”* (FILIADO, Piraúba, PA, 2014). Conquanto, eles se dividiram a respeito de suas próprias orientações, embora a maioria deles tenha se mostrado favorável ao aumento, desde que fosse revertido efetivamente em melhorias para a população.

No que tange ao vínculo dos integrantes com os partidos, três indicaram preferência pelo PSDB, um pelo PT e os outros dois não se manifestaram. Todos aqueles que declararam maior afeição do PSDB, assinalaram que jamais votariam no PT, o que não ocorreu de modo recíproco, de forma que todos os outros membros não assumiram rejeitar nenhuma sigla do sistema partidário brasileiro. É importante salientar que o grupo foi composto somente por filiados do PT e do PSDB, indicados pelas lideranças locais.

As informações fornecidas pelos participantes, de um modo geral, sugerem pouca disposição ou capacidade dos filiados para tratar de assuntos mais abrangentes relativos ao arranjo político brasileiro. As colocações deles, no que se refere a esse tópico, se mostram relativamente contraditórias, já que eles atribuíram grau significativo de distinção entre o PT e o PSDB, mas indicaram, quando solicitados, que teriam as posturas semelhantes em projetos progressistas e conservadores. Assim, não ficaram claras as diferenças que eles atribuem às agremiações, embora seja possível sustentar a hipótese de que ela esteja nos grupos e nas articulações estratégicas das elites locais.

Ainda é importante destacar que, de maneira oposta a todos os grupos realizados em Coroaci (AP) e em Piraúba (PA), os filiados ao PT se envolveram menos na discussão e não ressaltaram as singularidades positivas do partido. No entanto, é fundamental salientar que a dinâmica possivelmente sofreu influência de relações pessoais estabelecidas entre os integrantes, uma vez que esse foi o grupo em que dois deles possuíam problemas de afinidade relacionados à política e, como foi relatado neste trabalho, demonstraram receio em dividir o mesmo ambiente.

5.2.2.3 Síntese

Os grupos realizados em Coroaci (AP) (Quadro VII) e Piraúba (PA) (Quadro VIII) permitiram captar uma série de informações importantes a respeito do problema investigado. Já no início da discussão, foi possível perceber que, embora os eleitores não sejam capazes, de modo imediato, de explicitar precisamente as diferenças que atribuem aos partidos, a ampla maioria os considera distintos uns dos outros. Fica evidente, em ambos os municípios, que os participantes tendem a aproximá-los no que diz respeito aos modos de governar, às alianças, coalizões e ao pragmatismo que apresentam visando o poder, e distanciamos em relação a ideias e interesses que defendem e priorizam. Casos como os dos filiados em Piraúba (PA) também mostram que, em alguns momentos, os eleitores são capazes de identificar diferenças entre PT e PSDB, porém não sabem justificá-las. É provável que isso ocorra em função da utilização da esfera local como parâmetro, o que evidenciaria não a distinção de pontos de vista programático e ideológico entre os partidos, mas, simplesmente, uma luta de grupos e facções pelo poder.

De maneira geral, o PT foi reconhecido por seus programas sociais, atrelado, de modo recorrente, à melhoria de vida das classes mais baixas. Todavia, nem sempre esse fator foi considerado benéfico, pelo contrário, em casos como os dos neutros e simpatizantes de Coroaci (AP) e os dos simpatizantes e filiados de Piraúba (PA), tais políticas foram consideradas prejudiciais à população. Apesar de identificarem vantagens aparentes e imediatas, o principal argumento é que o PT estaria “dando o peixe, mas não estaria ensinando a pescar”. Por outro lado, o PSDB também foi caracterizado como um partido elitista, mas, na maioria dos casos, isso também não implica numa visão negativa do partido pelos eleitores.

rejeição ao PT, já identificada na seção anterior. Essa perspectiva remete à contribuição de Sigel (1989), através da qual postula que a socialização política é um processo permanente e influenciado pelos eventos históricos, como, por exemplo, escândalos políticos, entre outros. Atentando para o fato de que o PT, em diversos estudos como o de Carreirão (2007), é a organização que suscita maior índice de identidade partidária no Brasil, atingindo valores quatro vezes mais elevados do que o PSDB e o PMDB, que aparecem em seguida, é possível interpretar as intensas críticas recebidas pelo partido como, também, originadas pelo contexto político em que o partido se insere, cujas denúncias de corrupção são recorrentes. Contudo, não se desconsidera particularidades do grau de sofisticação política dos participantes e dos processos de socialização que viveram, embora não os julgue capazes de explicar tal fenômeno uma vez que ele se repetiu com diferentes eleitores em municípios distintos.

Contudo, as discrepâncias elencadas pelos membros dos grupos nem sempre se refletiram na ideologia atribuída aos partidos e na avaliação de um hipotético governo de Aécio Neves, caso tivesse vencido as eleições presidenciais de 2014. Assim, com exceção dos investimentos sociais direcionados às classes mais pobres, que todos asseguraram serem mais elevados nos governos do PT, parcela significativa dos participantes afirmou não ver diferenças entre a conduta das duas siglas com relação à redução da maioria penal, à legalização da maconha e ao aumento dos impostos com vistas a ampliar a quantidade e a qualidade dos serviços prestados. Entretanto, poucos eleitores mostraram disposição e interesse para avaliar tais questões.

Corroborando as considerações já elaboradas neste trabalho, novamente a dimensão *politização* do processo de socialização, descrita por Easton e Dennis (1969), parece contribuir para o debate. Ainda que essa categoria tenha sido delimitada pelos autores com relação à infância, a sua adaptação às outras fases parece ser adequada, visto que, em muitos momentos os participantes demonstraram mais uma sensibilidade difusa à política do que conhecimento do sistema partidário especificamente. Tal apontamento também pode ser associado à contribuição de Singer (1998), não necessariamente para tratar a ideologia, como feito pelo autor, mas para se pensar em sentimentos intuitivos dos eleitores com relação ao universo da política em geral. Nesse sentido, a abordagem econômica do voto parece não ser capaz, exclusivamente, de explicar os vínculos dos integrantes com os partidos, uma vez que muito mais do que autônoma e informada, ela parece ser condicionada pela conjuntura social e institucional.

A principal contribuição dos debates, no entanto, parece consistir no fato de que os participantes de Coroaci (AP) são plenamente capazes de distinguir o PT do PSDB,

especialmente no que se refere a ideias, interesses e programas, apesar de as siglas estarem coligadas desde 2004 no município. As comparações estabelecidas pelos integrantes desse município foram, na maioria das vezes, mais recorrentes e mais acentuadas do que as elaboradas em Piraúba (PA), diferentemente do que era de se esperar, embora não mobilizassem os ânimos dos eleitores. Nesse sentido, parece que a maior polarização entre os partidos em Piraúba (PA) não foi o suficiente para maior mobilização dos eleitores para o reconhecimento de divergências entre os partidos. Como já foi sugerido, esse fator parece estar associado com a vinculação mais intensa dos membros de Piraúba (PA) com grupos locais que disputam o poder, mais do que a programas e ideologia dos partidos.

Ainda é importante notar que, novamente, os eleitores de Piraúba (PA) se atêm mais à arena local do que os de Coroaci (AP). Esses indícios sugerem que a reprodução da polarização nacional em Piraúba (PA) faria com que os eleitores da localidade tivessem como referência a arena mais próxima, inclusive inserindo no debate elementos locais, como a avaliação dos governos de ambos os partidos no município. Em Coroaci (AP), no entanto, a racionalidade da competição local se distinguiria mais fortemente do arranjo nacional, sobretudo pela aliança plena entre PT e PSDB, conduzindo os participantes à arena em que ambas as siglas tivessem maior centralidade na disputa. Assim, o fator contextual parece ter menos importância: apesar de aliados no nível municipal, o que parece contar mais é a posição dos partidos na esfera nacional. Desse modo, parece que a campanha presidencial de 2014 foi eficiente em esclarecer que os partidos estão em lados opostos, o que é corroborado pela percepção dos participantes da pequena possibilidade de uma aliança entre eles no plano nacional.

Por fim, uma consideração a respeito das preferências e rejeições indicadas no instrumento adicional aplicado ao final dos grupos ainda é importante. Além das inconsistências indicadas, a principal contribuição dessa etapa foi mostrar que não há necessariamente uma correlação entre as legendas que os partidos rejeitam e as que preferem. Nesse sentido, se verificou em Piraúba (PA) que, mesmo no caso dos filiados, a preferência pelo PT não implicou na rejeição pelo PSDB, embora essa constituísse a situação mais recorrente. Assim, é possível verificar que as relações entre o eleitorado e o universo da política são demasiadamente complexas, mas acredita-se que o foco no arranjo local possa contribuir para esclarecer os componentes desse processo, como será visto a seguir. Afinal, como sugere um dos participantes, *“Nós entende é da política de Coroaci. Como é? É *Birosca e Bife*. [Risos]”* (NEUTRO, Coroaci, AP, 2014).

6 CONTEXTUALIZANDO A POLARIZAÇÃO ENTRE PT E PSDB: O ARRANJO POLÍTICO LOCAL E SUAS ARTICULAÇÕES

A percepção dos eleitores sobre o arranjo político municipal constitui um dos mais relevantes componentes desta pesquisa, visto que ele permite verificar em que medida a polarização nacional entre PT e PSDB se reproduz no nível local e como estrutura as percepções, opiniões e atitudes dos eleitores em relação à política e aos partidos. Para que esse problema possa ser investigado e compreendido, foram elaboradas perguntas que procuraram explorar, de modo geral, se os partidos importam efetivamente no município, se há e quais seriam os grupos que dominam a política, se as famílias tradicionais influenciam na competição e como se estrutura a mobilização dos eleitores nas campanhas para prefeito. As informações obtidas nos grupos focais serão descritas e analisadas a seguir englobando o padrão de competição estabelecido nos municípios, com destaque para os partidos e para a articulação das elites locais, além do comportamento do eleitorado em Coroaci (AP) e em Piraúba (PA). Assim como no capítulo anterior, as informações serão subdivididas de acordo com os municípios, apresentando uma síntese das considerações elencadas ao final.

É fundamental, ressaltar, no entanto, que esse desmembramento proposto com fins analíticos possui fronteiras permeáveis, de modo que, em inúmeras oportunidades, os temas se entrelaçam. Todavia, antes que se inicie efetivamente as colocações sobre os grupos focais, é essencial elaborar um panorama resumido e enxuto sobre a trajetória dos partidos nos poderes executivos dos municípios estudados, com o objetivo de melhor situar o leitor diante dos arranjos locais de cada localidade (Quadro IX).

Em Coroaci (AP), PT e PSDB se coligaram nas eleições de 2004, 2008 e 2012. No primeiro ano da aliança, o candidato a prefeito pelo PT, Afonso Miguel de Almeida, recebeu 48,37% dos votos válidos, perdendo a disputa para Walter de Almeida, do PFL. Em 2008, a coligação que contava com PT e PSDB elegeu o petista Emerson de Andrade como prefeito, em competição na qual o candidato do PFL tentava reeleição. Em 2012, por sua vez, foi Emerson Andrade, do PT, que não conseguiu seu segundo mandato frente ao executivo municipal, enquanto Walter de Almeida, agora pelo PMDB, conquistava mais um mandato. Em 2000, contudo, não houve aliança entre PT e PSDB. O PSDB lançou Einer Andrade como candidato a prefeito, que perdeu a competição para a candidata do PFL, D. Conceição. O PT não se coligou em nenhuma chapa nessa disputa nem apresentou candidatura própria. Assim, fica evidente a força do antigo PFL no município, que competiu diretamente com o PT no

maior número de vezes. O panorama do poder legislativo no município, no entanto, parece mais variado, de modo que é possível observar a presença de siglas como PSDB, PSDC, PTB, PP, PL, PR, além de outras.

Em Piraúba (PA), com exceção de 2000³⁰, ano em que o PMDB conquistou a prefeitura com Dr. Fernando, vencendo os candidatos do PT e do PSDB, os outros pleitos majoritários foram vencidos pelo PSDB ou pelo PT, consolidando o cenário de *polarização alta* no município. Em 2004, o PSDB elegeu Dr. André. Contudo, o prefeito faleceu ao longo do mandato e Dr. Eli (PSDB), seu vice, assumiu a prefeitura após o primeiro ano de governo. Em 2008, o PT elegeu Dr.^a Cida, que garantiu a reeleição em 2012. O panorama do poder Legislativo também é mais diversificado em Piraúba (PA), contudo se pode verificar a importância de partidos como PMDB, PR e PL.

Quadro IX – Composição partidária dos poderes executivo e legislativo municipal (2000-2012)

Município	Partidos eleitos (nº de cadeiras)							
	2000		2004		2008		2012	
	Exec.*	Legis.**	Exec.	Legis.	Exec.	Legis.	Exec.	Legis.
Coroaci	PFL	PSDB (1) PMDB (2) PTB (3) PSDC (1) PFL (3) PP (1)	PFL	PSDB (1) PMDB (1) PT (1) PTB (2) PV (1) PSC (1) PFL (1) PL(1)	PT	PP (1) PSC (1) PDT (1) PR (3) PT (1) PSDB (1) PTB (1)	PMDB	PPS (3) PSC (1) PP (1) DEM (2) PSDB (1) PT (1)
Piraúba	PMDB	PMDB (2) PSD (1) PFL (3) PSDB (1) PL (3) PDT (1)	PSDB	PPS (1) PFL (2) PL (1) PMDB (2) PSDB (1) PT (1) PSDC (1)	PT	PMDB (3) PR (2) PT (2) PSDB (2)	PT	PMDB (3) PSDB (1) PR (1) PT (3) PV (1)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

* Executivo.

**Legislativo.

Ainda que de maneira sucinta, a proposta do quadro é fornecer informações sobre o arranjo político local que, citados ou não nos grupos, podem ser fundamentais para a interpretação dos leitores. Ademais, a ideia é que ele também possa ser útil para a avaliação de conjuntura dos municípios, quando mencionadas lideranças locais que podem estar relacionadas com disputas passadas. Assim, conhecendo as agremiações que constituem a

³⁰ Nessa eleição, o candidato do PSDB, Dr. André, ficou em segundo lugar, com 43,56% dos votos válidos. Na mesma oportunidade, Sebastião Ferreira, candidato pelo PT, obteve apenas 10,49% dos votos válidos.

elite política local, mesmo que de forma superficial, é possível analisar as contribuições dos participantes dos grupos focais de maneira mais completa e produtiva.

6.1 COROACI, CENÁRIO DE ALIANÇA PLENA

Transpondo o debate sobre os partidos para a arena local, os integrantes foram questionados sobre a importância e a força do PT e do PSDB no município. Em Coroaci (AP), tanto o PT quanto o PSDB seriam partidos relevantes, de acordo com os membros dos grupos, em geral. No entanto, os eleitores neutros atribuíram maior relevância ao PT, uma vez que já possuiu prefeito no município, eleito em 2008, que depois será confirmada pelos demais segmentos. Assim, um dos integrantes argumentou: “*Se ele já foi prefeito ele tem [força], né?*” (NEUTRO, Coroaci, AP, 2014). Contudo, eles afirmaram que os partidos não são referência para o eleitorado do município, mas sim as famílias tradicionais, Xavier, Andrade e Gonçalves. Segundo um dos membros, tais famílias se revezam no poder há mais de quarenta anos. No entanto, outro afirmou que isso se estabeleceu desde o surgimento da cidade. Ele disse:

Desde quando surgiu Coroaci, já são eles. Porque aqui em Coroaci não se olha partido, olha pessoas. Igual o ex-prefeito, que era PT. Se hoje ele resolver ser do PSDB ou PSOL, ou de qualquer outro, pessoal vai acompanhar ele. Eles não vão olhar o partido (NEUTRO, Coroaci, AP, 2014).

Além disso, os participantes apontaram que, em torno de tais famílias, se estabelecem dois grupos, denominados no município de *Bife* e *Birosca*³¹, como já tinha sido apontado anteriormente por outro eleitor. Embora eles não conseguissem, especificamente, explicar a formação dos grupos, um dos integrantes, depois de inserir o PMDB no *Bife*, informou: “*Birosca é do PT*” (NEUTRO, Coroaci, AP, 2014). Nesse grupo também estaria inserido o PSDB, ainda que esse fato não tenha sido mencionado pelos eleitores.

Além das pessoas e das famílias que compõem os grupos, os participantes formularam outras distinções entre eles, mesmo que não os comparassem com relação a ideias e a programas, por exemplo. Um dos eleitores salientou uma diferença, afirmando: “*Não são*

³¹ Ao longo dos grupos, os participantes explicam que o nome *Birosca* teria sido atribuído ao grupo que distribuía *birosca*s, bolas de gude, para as crianças. Rocha (1999), moradora do município que se dedicou a recuperar a história da cidade, explica o apelido do grupo rival: “começou quando os adversários políticos os chamaram de ‘Bifes’, pois adoram apanhar. A Líder afirma: ‘somos Bifes’, porque eles batem, batem e nós continuamos firmes” (ROCHA, 1999, p.134).

parecidos. Eu acho que o grupo do Bife é mais unido” (NEUTRO, Coroaci, AP, 2014). Outro utilizou o comportamento para fundamentar sua comparação: *“Nessa eleição de prefeito agora, o povo do PT estava mais agressivo. Em todos os sentidos, com certeza”* (NEUTRO, Coroaci, AP, 2014). Todavia, há os que destacaram duas similaridades: *“Eu acho que os dois partidos é o seguinte: tem gente que tem dinheiro do lado de cá e do lado de lá também tem”* (NEUTRO, Coroaci, AP, 2014). Outro participante acrescentou: *“A semelhança é que eles querem vencer, todos dois [risos]”* (NEUTRO, Coroaci, AP, 2014).

Mais do que as aproximações e os distanciamentos entre *Bife* e *Birosca* indicados pelos membros, é importante notar que dois deles utilizaram a categoria de partido para se referir aos grupos políticos do município. Assim, um deles mencionou “os dois partidos” e outro o “povo do PT”, como descrito acima. Tais referências podem sugerir que talvez os partidos não possuam importância como conformadores de votos do eleitorado, contudo eles estariam operando, em alguma medida, como um instrumento legítimo de categorização e classificação para alguns eleitores, o que pode demonstrar não somente algum grau de sofisticação política, já que indica certa capacidade de conceituação institucional da política, como apontado por Castro (1994), em um ambiente de polarização entre grupos informais.

Os eleitores neutros ainda acrescentaram que essa intensa clivagem vivida no município não está restrita às eleições para a prefeitura, embora seja muito mais acentuada nessa ocasião: *“Agora, pra presidente eles pedem... Pra deputado, eles pedem... Mas apoiam pessoas diferentes”* (NEUTRO, Coroaci, AP, 2014). Essa mobilização das elites mesmo nos momentos de campanhas estaduais e nacionais pode ser justificada, na fala de outro eleitor, a partir da articulação nas arenas políticas depois de eleitos os representantes. Nas palavras dele, *“Eles passam assim pra gente: se ele apoiar tal deputado, eles vão ter recursos pra buscar pra nossa cidade. O acesso dele vai ser mais fácil”* (NEUTRO, Coroaci, AP, 2014). Assim, esse fragmento demonstra o conhecimento de recursos obtidos para além do executivo municipal. Com relação à disputa de 2014, por exemplo, eles apontaram que o *Bife*, capitaneado pelo PMDB, apoiou Aécio Neves e a *Birosca*, que inclui PT e PSDB, Dilma Rousseff. A candidata petista venceu no primeiro e no segundo turno no município com, respectivamente, 57,68% e 61,17% dos votos válidos. Aécio, por sua vez, alcançou 35,12% no primeiro turno e 38,83%, no segundo.

Já que os integrantes identificaram PT e PSDB dentro do mesmo grupo, a *Birosca*, foi questionado se eles consideraram problemática a união dos partidos na arena local, se nas disputas pela Presidência estão polarizados há 20 anos. Contudo, nenhum deles declarou que tal aliança representasse um impasse. Um dos membros opinou:

Eu acho que não tem nada de mais. Porque, aqui em Coroaci, eu conheço muita gente do PT que apoiou o Aécio. E tem muita gente também que não é do PT e apoiou a Dilma. [...] É justamente porque essa política pra presidente não envolve tanto o povo igual pra prefeito. Eleição pra presidente aqui ela é mais tranquila. Não tem aquela coisa de *Bife* e *Birosca* no sangue (NEUTRO, Coroaci, AP, 2014).

Se eles afirmaram que a clivagem *Bife-Birosca* impacta, ainda que de maneira reduzida, nas eleições estaduais e presidenciais, essas, na concepção deles, não constituiriam referencial para concederem seus votos nos pleitos municipais. Nesse sentido, todos manifestaram que essa polarização nacional não impactou seu voto para prefeito, corroborando o argumento da *racionalidade política contextual*, apresentado por Lima Júnior (1983). Além disso, todos concordaram que dificilmente PT e PSDB se separariam no nível local, dividindo a *Birosca*.

Ademais, os integrantes apontaram que a divisão entre *Bife* e *Birosca* conforma fortemente a preferência e a identidade dos eleitores no município. Num ambiente caracterizado pela alta competitividade e polarização, além de nenhum grupo abrir larga vantagem sobre o outro nas disputas municipais, é inevitável que o eleitorado se posicione diante a clivagem. “*Aqui é muito dividido. Aqui é um ou outro*” (NEUTRO, Coroaci, AP, 2014), afirmou um participante. Assim, de acordo com eles, todos os eleitores, para além dos indivíduos ligados aos partidos, se envolvem efetivamente nas campanhas municipais. Logo, eles apontaram: “*Um fica até com raiva do outro*” (NEUTRO, Coroaci, AP, 2014); “*Envolve a cidade inteira. Um dia é passeata de um, outro dia é de outro e assim vai*” (NEUTRO, Coroaci, AP, 2014).

Contudo, o eleitorado teria instrumentos específicos para manifestar suas preferências. Durante as campanhas, a cidade, segundo eles, é dividida entre bandeiras coloridas sobre as casas, que demonstram os vínculos com um grupo ou outro. “*Até tem uma bandeira amarela e uma bandeira vermelha. A amarela é de um partido e a vermelha é de outro. Amarelo é do partido atual aí [PMDB, Bife] e a vermelha é do PT [Birosca]*” (NEUTRO, Coroaci, AP, 2014). É de fundamental importância observar que os meios de se declarar o voto em Coroaci (AP) não se restringem aos materiais usuais de campanha fornecidos pelos partidos e pelos candidatos, como painéis, faixas, adesivos e até mesmo bandeiras partidárias. Trata-se de um instrumento diferenciado cujo significado é atribuído pela *racionalidade política contextual*, para fazer uso do conceito de Lima Júnior (1983).

Os participantes acrescentaram que essa clivagem opera nas mais variadas dimensões no município, como a territorial. De acordo com eles, haveria uma divisão entre os locais frequentados pelos integrantes do *Bife* e da *Birosca* no período eleitoral. Um dos membros

contou: “*Tem bar que, na época da eleição pra prefeito, só um partido que frequenta*” (NEUTRO, Coroaci, AP, 2014). Outro membro ainda esclareceu: “*Se o dono do bar for de um partido, o pessoal do outro partido não frequenta lá. E quando entra, finge que é do outro partido. [...] É um jogo de Biroasca e Bife, né? [risos]*” (NEUTRO, Coroaci, AP, 2014). Entretanto, esse “fingimento” indicado por ele seria praticamente impossível, já que, como apontou outro participante, “*Se eles falarem que você é birosqueira, você pode falar que votou no Bife, mas eles não vão acreditar*” (NEUTRO, Coroaci, AP, 2014). Todavia, eles relataram que o envolvimento da população é tão acentuado que todos sabem como ela se divide em termos de votos e apoio: “*Não precisa falar [de que lado é], todo mundo sabe pela família da pessoa*” (NEUTRO, Coroaci, AP, 2014). Assim, mais uma vez é possível perceber a importância das tradições familiares no processo de socialização política dos indivíduos, como destacado por Jennings e Niemi (1974) e Almond e Verba (1965).

A partir dessa separação de territórios, portanto, os eleitores afirmaram que as pessoas sofrem constrangimentos no município por pertencerem a um grupo ou a outro. Assim, eles relataram que se um eleitor do *Bife* adentra em um ambiente repleto de partidários da *Birosca*, ou vice-versa, ele não é bem recebido, o que causa, em época de campanha, uma mudança de hábitos da população. Sobre a situação mencionada, o integrante adiantou: “*Você vai se sentir mal*” (NEUTRO, Coroaci, AP, 2014). Outro acrescentou: “*Eles sempre vão mexer com a pessoa. A pessoa vai ficar constrangida*” (NEUTRO, Coroaci, AP, 2014). E isso, eles salientaram, não se estabelece somente por parte de um dos grupos ou de modo desigual entre eles, mas constitui uma prática recorrente tanto do *Bife* quanto da *Birosca*.

No entanto, mesmo com a expressiva polarização entre o eleitorado, os participantes afirmaram que as brigas entre os cidadãos vêm diminuindo: “*Antigamente era feio, hoje tá civilizando mais*” (NEUTRO, Coroaci, AP, 2014); “*Tem só bate boca, né? Não mata mais ninguém não [risos]*” (NEUTRO, Coroaci, AP, 2014). Todavia, ao longo da campanha, os eleitores não permaneceriam somente concentrados em rixas, mas haveria um objetivo, como apontado pelos integrantes, de conquistar adeptos do grupo adversário. Um dos membros elencou os principais meios utilizados para se atingir essa meta: “*De qualquer jeito. Dinheiro conquista mesmo, a conversa*” (NEUTRO, Coroaci, AP, 2014). Quando o resultado for positivo, um participante antecipou: “*é motivo de foguete*” (NEUTRO, Coroaci, AP, 2014).

O debate com os eleitores simpatizantes do PT e do PSDB de Coroaci (AP) confirmou alguns elementos já apresentados no grupo com os neutros, embora os com mais detalhes sobre o arranjo político local. Embora não tenha sido mencionado diretamente pelo segmento

anterior, os integrantes apontaram que no município as referências políticas são pessoais e não partidárias. Nesse sentido, um deles afirmou:

Aqui no Coroaci, por exemplo, nós não votamos nos partido, nós votamos na pessoa. Nós temos uma coisa aqui que é clara e objetiva. O fulano pode candidatar aqui em qualquer partido, eles vão votar no fulano, não no partido, qualquer que seja (SIMPATIZANTE, Coroaci, AP, 2014).

Contudo, outro integrante argumentou que essa não seria somente uma característica do município, mas também de outras localidades brasileiras: “*Eu morei em cinco estados e, todo lugar que eu morei, o partido mesmo o pessoal não liga muito não, mas a pessoa*” (SIMPATIZANTE, Coroaci, AP, 2014). Outro membro do grupo ainda confirmou o ponto de vista dos demais e nomeou as lideranças que seriam mais importantes atualmente no município:

Hoje, ela [*a política*] gira em torno de quatro, cinco, seis pessoas. É o Haroldo Coelho, o Emerson de Andrade, o Walter Almeida, o Homero Xavier, o Fábio, pessoas assim que envolvem, entendeu? Que tão mais na linha de frente, mas tem muitas pessoas que agregam a essas (SIMPATIZANTE, Coroaci, AP, 2014).

As lideranças mencionadas pelos eleitores não estariam associadas, de forma consolidada, a uma agremiação, uma vez que a migração partidária seria elevada no município. Mas, se, por um lado, as lideranças não são reconhecidas pelos eleitores pela agremiação à qual pertencem, elas estão fortemente relacionadas aos grupos já mencionados no município, *Bife* e *Birosca*. Além de associarem os grupos às cores, como também foi feito pelos eleitores neutros, o *Bife* ao amarelo e a *Birosca* ao vermelho, um dos integrantes explicou a origem do nome de uma das alas: “*Os Biroscas davam muita birosca³² pras crianças, aí criou o nome de Biroasca, né? Tanto é que, quando eles falam que é a pessoa é muito fanática, eles falam que é ‘coião’. ‘Coião’ é aquele homem grandão, né?*” (SIMPATIZANTE, Coroaci, AP, 2014). Além disso, os membros asseguraram que os dois grupos representam ideias e posicionamentos distintos. Um eleitor estabeleceu uma comparação entre *Bife* e *Birosca*:

A diferença é que um preocupa sempre com Coroaci e outro tá sempre preocupado em ganhar a política. Mas eu acho que, lamentavelmente, o Bife não tem uma origem, assim, aqui em Coroaci. Então eles não têm essa ligação de terra. [...] Não tem mais história, compromisso e seriedade com o futuro da cidade (SIMPATIZANTE, Coroaci, AP, 2014).

³² Denominação regional para bolas de gude.

Ademais, os simpatizantes salientaram, assim como os eleitores neutros, que eles apoiam candidatos diferentes nas disputas estaduais e nacionais, embora a rivalidade e a união em torno de um mesmo candidato nos grupos se reduza. Portanto, ainda que nem todos os adeptos tenham seguido tal orientação, as elites políticas ligadas ao *Bife* sustentaram a candidatura de Aécio Neves e as associadas à *Birosca*, de Dilma Rousseff. Entretanto, é fundamental observar a completa desarticulação entre as esferas municipal, estadual e nacional, uma vez que, no nível local, o grupo do PMDB apoiou a candidatura do PSDB, mesmo com seu partido compondo a coligação petista na disputa pelo Governo do Estado de Minas e pela Presidência. Por sua vez, o grupo do PSDB, que é unido ao PT em Coroaci (AP), apoiou Dilma, sendo que dispunha de candidatura própria à Presidência, com Aécio. Essa configuração local remete, portanto, como já foi mencionado, à noção de *racionalidade política contextual*, de Lima Júnior (1983). O racional, no contexto local, é definido em função do histórico de disputas no município e da divisão entre as alas.

No entanto, esse descolamento de arranjos entre o nível local e nacional não é ignorado pelos eleitores, mas, ao contrário, é legitimado por eles. De um modo geral, todos eles acreditam não ser problemática tal desarticulação, posicionamento justificado pelo reconhecimento de esferas distintas de competição. Contudo, eles julgaram possível uma separação futura entre as legendas no município, o que para um integrante teria caráter vantajoso: *“Eu gostaria que unisse mais com chefes [lideranças estaduais e nacionais] pra eles conseguirem mais coisas pra nós aqui”* (SIMPATIZANTE, Coroaci, AP, 2014). Assim, se por um lado eles não viram problemas na coligação entre PT e PSDB, os participantes também não negligenciaram que um maior alinhamento poderia facilitar a obtenção de recursos para o município. Apesar disso, todos os membros afirmaram que a divisão entre *Bife* e *Birosca* não influenciou o seu voto para presidente, assim como a escolha presidencial não costuma influenciar sua decisão no pleito municipal.

Todavia, mesmo com a desarticulação com as outras esferas, essa clivagem configura as preferências e as posições dos eleitores no município, como sugeriram os integrantes.

Se você chegar a uma determinada casa. Ah, eu sou candidato a vereador, por exemplo. “Estou me candidatando a vereador e vim aqui pedir um apoio, seu voto. Posso contar com você?” Aí, de cada dez pessoas que você diz isso, oito te fazem a mesma pergunta: “de qual lado, *Bife* ou *Birosca*?” Ou então, “Emerson ou do Waltinho?” (SIMPATIZANTE, Coroaci, AP, 2014).

Logo, duas considerações podem ser feitas a partir do fragmento acima. A primeira atentando para o fato de que se o eleitor não se orienta pelas legendas, há uma construção

local, através de referências pessoais e de grupos que cumpre essa função. A segunda se refere à associação entre os grupos e lideranças locais, que parece sugerir que neste município os líderes contam mais do que o grupo. A própria mudança de partido de Walter de Almeida, do *Bife*, que se candidatou duas vezes pelo antigo PFL e agora é o atual prefeito pelo DEM, corrobora essa ideia. Uma razão talvez seja o atrelamento dos candidatos de Coroaci (AP) a famílias específicas, como Brandão, Ramos e Xavier, ligadas à *Birosca*, e apontadas pelos integrantes como as principais famílias.

Os simpatizantes confirmaram que conflitos e enfrentamentos mais severos não são comuns no município. Para um deles: *“É bem pacífico, são brigas de bate-papo. Nunca houve morte, essas coisas assim”* (SIMPATIZANTE, Coroaci, AP, 2014). Entretanto, eles confirmaram os constrangimentos ao convívio entre eleitores dos dois grupos durante a campanha. Todavia, um membro relatou que a rixa mais acentuada se daria depois do resultado dos pleitos, já que considera que na vitória de qualquer um dos grupos sempre se persegue os eleitores da oposição. Nesse sentido, ele alegou:

O bicho pega mesmo é depois que ganha. Porque os que ganham vão descontar naqueles que não votaram neles. Se eu chego lá e peço um emprego pro meu filho, que ele tá precisando, não arruma de jeito nenhum. Se eu peço um carro pra ir a Valadares fazer tratamento, também não (SIMPATIZANTE, Coroaci, AP, 2014).

Corroborando os apontamentos feitos pelos conterrâneos neutros e simpatizantes, os filiados também indicaram que as agremiações não constituem fator de orientação para o eleitorado local: *“Aqui, as pessoas que importa. O eleitorado não olha muito essas coisas de partido. A não ser os petistas. Os petistas, sim. Fazem questão de ser o PT mesmo* (FILIADO, Coroaci, AP, 2014)”. Apesar de considerar os eleitores do PT como uma exceção que se orientaria ideologicamente, tal membro confirmou que grande parte do eleitorado no município decide o seu voto baseado em atributos pessoais dos candidatos. Contudo, outro integrante salientou que não apenas isso teria influência no processo, acrescentando: *“O que conta aqui, o que tá na cabeça do povo ainda é o Bife e Biroasca. Aqui quem é Bife é Bife, quem é Biroasca é Biroasca, entendeu? Não existe ex-Bife, não existe ex-Birosca”* (FILIADO, Coroaci, AP, 2014).

Embora tal divisão tenha sido mencionada nas composições anteriores, foi no encontro dos filiados que ela foi descrita de modo mais minucioso. Assim como foi apontado pelos neutros e pelos simpatizantes, eles confirmaram que Emerson Andrade e o atual prefeito, Waltinho, são as lideranças associadas com Biroasca e Bife, respectivamente, que representam tradições familiares. No entanto, um dos participantes introduziu um elemento histórico que

auxilia na compreensão da união entre PT e PSDB em Coroaci (AP). Segundo ele, a divisão entre *Bife* e *Birosca* passou por uma reconfiguração, em que o PT tornou-se liderança do segundo grupo. Entretanto, alguns líderes do PSDB reconheceram no novo arranjo uma possibilidade real de vitória e se uniram ao PT, na *Birosca*. Contudo, algumas pessoas, como Emerson Andrade, migrou formalmente para o PT para se candidatar a prefeito. Após a descrição desse processo, um dos integrantes se posiciona:

Eu sempre falava que não era uma opção porque eles eram peessedebistas. Não é que eu seja contra o peessedebista não, você entendeu? Ai discutimos com o grupo e chegamos à conclusão que ele tinha condição de ser eleito e tinha um recurso que poderia ajudar vencer a eleição. Só que foi feito uma combinação que ele assumindo a prefeitura ele tinha que tá administrando conforme a ideologia do PT (FILIAADO, Coroaci, AP, 2014).

O fragmento acima permite compreender de maneira mais profunda a relação entre PT e PSDB no município de aliança plena. Com novos componentes inseridos no debate, é possível elaborar relevantes considerações: (1) as elites políticas locais não negligenciaram as distinções ideológicas e a polarização estabelecida entre PT e PSDB no nível nacional, pelo contrário. No momento de articulação da aliança esses fatores foram considerados, de acordo com a fala anterior, embora tenham sido relevados em nome de mais força e recursos para vencer a candidatura do *Bife*; (2) a filiação do ex-prefeito ao PT parece constituir um fator absolutamente formal e pragmático, uma vez que possui legitimada tradição familiar no PSDB e é identificado pelo modo peessedebista de governar, que teria causado dificuldades na aliança com o PT, como menciona o participante. Nesse sentido, é importante recordar que no grupo dos simpatizantes do município, os membros apresentaram dúvidas em afirmar se Emerson pertencia ou não ao PT, talvez justificada pela contradição entre vínculos partidários formais e informais apresentados; (3) ainda que a fala tenha sido declarada por um filiado ao PT, que faz com que deva ser analisada de modo crítico, ela sugere que se o partido formou uma coligação inconsistente ideologicamente, exigiu-se como pré-requisito para a aliança a manutenção da ideologia do PT e a sua maneira de governar. Mesmo que se apresentem outras versões da história, o relevante é observar que não somente a aliança seria fator suficiente para afirmar que determinado partido estaria negligenciando sua ideologia e seus posicionamentos característicos.

A contribuição do integrante também permite verificar a importância da líder D. Conceição, prefeita por duas vezes no município, que depois seria confirmada pelos demais filiados: “*Mesmo quando ela não era prefeita, ela dominava. O prefeito entrava e era ela que administrava*” (FILIAADO, Coroaci, AP, 2014). Outro membro acrescentou: “*A cidade era*

dela mesmo. Ela mandava e desmandava” (FILIADO, Coroaci, AP, 2014). Mas qual seria a origem de tanta influência de tal líder? Geralda da Conceição Costa Gonçalves era esposa de um dos principais nomes da elite política de Coroaci (AP), José Ramos Gonçalves, que foi prefeito por três mandatos e vereador por outros três. A família Gonçalves, já mencionada nos outros grupos pela sua importância política no município, teria também participado da emancipação política de Coroaci (AP), em 1945, como indica Rocha (1999). Assim, segundo os participantes, D. Conceição não só seria liderança de extrema relevância no município, como teria transmitido a sua referência do *Bife* para Walter de Almeida, atual prefeito, que exerceu as atividades de chefia na secretaria municipal de saúde em seus mandatos.

Os membros, como nos outros encontros, também declararam que a divisão entre *Bife* e *Birosca* opera mais fortemente nas eleições municipais, embora ainda influencie nas competições em outras arenas. Além disso, eles mencionaram, assim como os eleitores das demais composições, o apoio do *Bife* à candidatura de Aécio Neves e a da *Birosca* à de Dilma Rousseff.

A intensa clivagem existente no município, somada às práticas descritas, conformaria um contexto de significativa rivalidade e constrangimento à mobilização do eleitorado. Nesse ambiente, ainda podem ser encontrados vestígios do coronelismo, segundo um participante: *“Ainda tem o curral eleitoral aqui. Fora o uso do poder, roubo, né? Até hoje, aqui no Coroaci tem ameaça. Existe isso. Um dia antes da eleição o cara passa e fala: cuidado, olha lá”* (FILIADO, Coroaci, AP, 2014). Os membros do grupo também mencionaram o grande envolvimento da população com a política. Além dos meios de manifestação de preferência já citados nos outros encontros, como a utilização das bandeiras amarelas e vermelhas, e da extensão da clivagem à esfera territorial, os filiados acrescentaram o impacto da polarização local nas dimensões religiosa e esportiva. Nesse sentido, um integrante afirmou: *“Antigamente era assim: quando passava a eleição todo mundo era amigo do mesmo jeito. Hoje não. Não mistura. É igual óleo e água. Fica os Bife pra lá e os Biroasca pra cá. Até em festas, igrejas... não mistura mais, é pra lá e pra cá”* (FILIADO, Coroaci, AP, 2014). Segundo os filiados, essa fragmentação não se daria apenas em época de eleições, mas já estaria incorporada na rotina do município. Os grupos se dividiriam na torcida de futebol e nas igrejas que frequentam, sendo o *Bife*, em sua maioria, integrante das evangélicas e a *Birosca*, da católica.

6.2 PIRAÚBA, CENÁRIO DE POLARIZAÇÃO ALTA

Diferentemente de Coroaci (AP), os membros dos grupos de Piraúba (PA) relataram que, no município, os partidos importam mais do que as pessoas na estruturação dos votos do eleitorado, embora eles acreditem que a política local já tenha sido mais personalista e, até os dias de hoje, dispõem de seguidores dessa perspectiva, mas em menor grau. No grupo dos eleitores neutros, um deles afirmou: *“Os 45 têm os votos deles certo. Pode ser qualquer pessoa que entrar lá, ele vai votar”* (NEUTRO, Piraúba, PA, 2014). Outro participante atribuiu essa conjuntura a uma importante liderança do PSDB, explicando: *“O falecido André Xavier era um homem muito famoso, toda vida foi. Ele morreu e nome dele ficou. E o pessoal era fanático e continuou, assim, o lado do 45 por causa dele, não por causa do partido”* (NEUTRO, Piraúba, PA, 2014).

Ainda que os integrantes tenham declarado que a política em Piraúba (PA) se concentra, majoritariamente em torno das agremiações, a contribuição acima parece sugerir que o contexto local pode não ser tão partidário quanto se supunha pela fala inicial dos eleitores. Nesse sentido, outro participante apresentou, de modo resumido, como se teria estabelecido a relação do eleitorado com as siglas no município. Assim, ele pontuou:

O vínculo político de Piraúba, ele já tá todo morto. A força política daqui. Então, por essas perdas de pessoas é que deu essa virada. [...] Então a população aqui ela não julga pela pessoa. Por exemplo, eu vou ser candidata. Eles não vão olha pra mim como se eu tivesse mostrando uma boa proposta pro município. Eles veem qual a linha, de onde tá minha raiz, de quais pessoas vinculadas que já faleceu (NEUTRO, Piraúba, PA, 2014).

As falas dos participantes, portanto, parecem indicar que o partidarismo identificado por eles em Piraúba (PA) carrega traços evidentes e relevantes de personalismo em sua origem. Embora os eleitores se posicionem, atualmente, entre as duas alas existentes na cidade, o 45 e o 13, elas, em seu surgimento, se constituíram com a força de nomes importantes no município. A sugestão é a de que, depois da perda das lideranças mais influentes de cada lado, os eleitores e as elites mantiveram a força do grupo baseadas na história e na trajetória de tais líderes, ainda que falecidos. No entanto, isso não conformaria efetivamente política partidária, uma vez que não se restringe aos ideais dos dois partidos, mas a referências locais das legendas e a outras siglas e pessoas, para além do PT e do PSDB, que se agruparam. Talvez, por esses elementos, os cidadãos se refiram a uma polarização entre *alas* e não entre partidos.

Para os membros do grupo, um exemplo de que os eleitores de Piraúba (PA) não utilizam de forma personalista os candidatos para orientar o seu voto é que o perfil das duas lideranças mais importantes da ala do 45 e da ala do 13 que disputaram as últimas eleições para prefeito, são extremamente semelhantes. Nesse sentido, um participante argumentou:

Eu posso falar uma verdade? A Dr.^a Cida [atual prefeita, pelo PT] é uma pessoa igual o Dr. Eli [ex-prefeito e candidato em 2012 pelo PSDB], não tem diferença. Ela é quieta, ela é parada, tranquila, ela não é de dar muita confiança pra ninguém. Pros pobres coitados, não têm muita coisa com ela, de jeito nenhum. Ela não tem aquele carisma com o povo, ela é seca. Ela não é má pessoa, mas é seca (NEUTRO, Piraúba, PA, 2014).

Portanto, por essa concepção, se os dois últimos candidatos possuem significativas similaridades, os eleitores não fariam as suas escolhas de modo personalista, mas levariam em conta, como já foi explicitado, os grupos que eles representam e as lideranças passadas atreladas a eles. Além disso, é importante notar na contribuição acima que, apesar de julgarem, anteriormente, que o PT incentiva mais os programas voltados para as pessoas mais pobres no nível nacional, essa característica parece não se reproduzir no nível local, o que corrobora ainda mais o pressuposto de que as *alas* no município não são necessariamente determinadas e direcionadas pelos partidos de seus candidatos, mas por componentes extrapartidários da conjuntura local.

Todavia, os integrantes do grupo ressaltaram que o padrão de competição no município está se encaminhando para uma direção diferente: “*Continua [baseada] em grupo, mas com menos força. As pessoas que hoje em dia tiveram oportunidade de esclarecimento maior é que tá decidindo a política em Piraúba*” (NEUTRO, Piraúba, PA, 2014). Dessa maneira, as famílias às quais eles atribuíram centralidade no contexto local já não assumem posição de frente nas *alas*, como acrescentou o participante:

Agora, tá mudando. Já teve época que não mudava. As famílias mais importantes que eu consigo denominar em Piraúba são Paula Pires, Xavier, Álvares Vieira. Essas são a determinação. Elas se dividem, já tão nesses polos que fica no bastidor. E tá nos polos que assumem cargos de confiança na prefeitura (NEUTRO, Piraúba, PA, 2014).

Desse modo, eles indicaram que os candidatos não mais pertencem, necessariamente, a uma única família de tradição do município. No entanto, elas não deixam de compor as alas na campanha e, posteriormente, no governo. Todavia, um integrante destacou que a principal função das elites locais, que incluem integrantes do PT e do PSDB, seria atuar nos bastidores, selecionando os candidatos a serem lançados e se dedicando à articulação de estratégias no

período de campanha. Assim, eles não lançariam candidatos ao executivo municipal, mas ingressariam nas *alas* já estabelecidas. Ele exemplificou:

Tem o pessoal do PR. Ele acha que ele tem força, mas, no fundo no fundo, ele não tem força. Mas só que tem é que ele fica por trás, então joga a pessoa pra frente. Igual mesmo o pessoal do PMDB, eles não perderam força, mas não colocam a cara pra bater, empurra. Tem por trás, bastidor. Cara pra bater não (NEUTRO, Piraúba, PA, 2014).

A polarização entre as alas do PT e do PSDB vivida atualmente no município não teria surgido, no entanto, com o aparecimento dos partidos. De acordo com os participantes, clivagens sempre existentes entre as famílias foram se desenvolvendo e cedendo lugar às agremiações, embora tenha permanecido a divisão das elites locais. Nesse sentido, um dos membros relatou o que conhece da origem da polarização no município: *“Pela história que a minha mãe conta, ela tem 70 anos, essa briga já vem de muito tempo atrás. Vem dos pais dos políticos mais velhos. Diz a mãe que tinha um tal de Arena. Ai, um sempre instigava o outro”* (NEUTRO, Piraúba, PA, 2014). Assim, ele remeteu a existência da clivagem desde, pelo menos, a experiência militar vivida no Brasil. Porém, mais relevante é observar que, novamente, a família aparece como um elemento fundamental do processo de socialização política. Ainda que não seja possível identificar preferências e identidades na fala anterior, pode-se verificar que a política era uma temática na experiência familiar do eleitor. Mas, retornando ao surgimento e ao estabelecimento das *alas* 13 e 45 em Piraúba (PA), o mesmo integrante salientou: *“Não ouvia se falar em PT, é recente em Piraúba. Mas vinha de questões políticas antigas. Hoje, se fala 13 e 45, mas isso já vem de antigamente, que não determina esses dois partidos. Mas é uma questão política, que sempre existiu no município”* (NEUTRO, Piraúba, PA, 2014).

Mesmo com a intensa polarização entre os grupos no município, há um membro do grupo que vislumbra a possibilidade de futura união do PT e do PSDB. Para ele, isso estaria associado com o desejo de vitórias nas eleições, o que remete à ideia de *partido cartel* proposta por Katz e Mair (1995), que postula que garantir os recursos do Estado se torna mais importante para as agremiações do que as questões ideológicas e programáticas. Contudo, os outros membros do grupo consideraram impossível tal aliança, uma vez que mais do que representarem ideias distintas, as siglas beneficiam pessoas distintas, o que dificultaria a hipotética coligação.

Tal clivagem entre os grupos e a intensidade com que ela opera sobre o eleitorado seria mais acentuada no período de eleições municipais, embora se mantenha com influência,

mesmo reduzida, nas disputas estaduais e nacionais. Referindo-se às últimas competições mencionadas, um integrante apontou: “*Não tem com tanta força, mas ainda tem [rivalidade]. Tem por causa dos grupos que ficam instigando o tempo inteiro um contra o outro. Aquilo ali não para*” (NEUTRO, Piraúba, PA, 2014). Os grupos aos quais o participante se referiu em sua fala seriam uma espécie de incentivadores dos confrontos entre os eleitores de ambas as alas, como um tipo de “torcida organizada”, em suas palavras.

Assim, os integrantes relataram que há um enfrentamento intenso e constante entre o eleitorado da ala 13 e da ala 45. Eles contaram que, em período eleitoral, é necessário contar com o reforço da polícia para evitar conflitos mais severos: “*Se não tiver polícia, capaz de sair morte*” (NEUTRO, Piraúba, PA, 2014). No entanto, eles relataram que exatamente esse fato ocorreu há tempos atrás motivado pela clivagem política do município. Os grupos, segundo eles, ainda não eram capitaneados pelo PT e pelo PSDB, especificamente, mas, considerando-se que agregam as mesmas elites, o episódio serve para demonstrar o tradicional confronto acirrado no município. O membro do grupo exemplificou

Em Piraúba, também já foi extinta a questão de escola de samba. Era um polo político muito grande. O pessoal do *Gato* pertencia a um partido, o pessoal do *Machão* pertencia a outro e os *Unidos do Morro* pertenciam a outro. Os dois primeiros ficaram com a classe alta. E a unidos com a classe mais baixa. A disputa entre os dois era grande demais, que até saiu morte num desfile de escola de samba (NEUTRO, Piraúba, PA, 2014).

Embora o acontecimento seja mais antigo, ele explicita que a intensa rivalidade da política se estende para outras dimensões do contexto municipal, a exemplo do Carnaval. Mas, ainda é importante notar que esse processo não se daria, necessariamente, de uma maneira passiva, mas que tal rivalidade seria capaz de provocar mudanças nos padrões culturais locais. Contudo, apesar de alguns eleitores se envolverem de modo mais intenso, os membros do grupo afirmaram que a população, em geral, se mobiliza de forma significativa apenas nas eleições, principalmente nas para prefeito.

Assim como em Coroaci (AP), em Piraúba (PA) os eleitores também se manifestam através de bandeiras, inclusive das mesmas cores que no outro município, com a diferença que, neste, em vez de representar o PMDB, a amarela simboliza o apoio à ala do PSDB, enquanto a vermelha se mantém associado ao PT. Em suposição, um participante exemplificou:

Aí eu coloco a bandeira do 13 na minha casa, a outra coloca a do 45 do lado. Daí pra frente, acabou. O vizinho meu pode morrer ou passar um mal lá, mas ele é 45, então eu não vou ajudar. Então, ela [*a rivalidade*] toma essa dimensão muito grande. Mas por quê? Porque ela é estimulada por um grupo de pessoas do município, não é pelos

candidatos. Mas tem um grupo de pessoas que eles formulam essa intriga o tempo inteiro. Esse fogo não acaba (NEUTRO, Piraúba, PA, 2014).

Como pode ser observado o fragmento acima, a polarização existente no município é extremamente intensa entre o eleitorado e, segundo os participantes, ela não se encerra com o fim do período eleitoral, mas se mantém, mesmo que latente, cotidianamente. Ainda sobre a utilização das cores como instrumentos de demarcação de posicionamento político, o membro do grupo acrescentou que ela não está restrita às bandeiras, embora elas sejam os símbolos mais relevantes, mas se amplia para outras esferas, tornando, até mesmo, o vestuário como um meio de manifestação – e de preocupação, no seu caso – do voto.

Além das cores, outros instrumentos singulares do contexto local teriam espaço na disputa política. É importante ressaltar que o que se destaca são construções dos grupos próprios de Piraúba (PA), que ultrapassam os materiais usuais de campanhas eleitorais, e constituem objetos particulares do município. Nesse sentido, os integrantes narraram que as duas alas possuem carros alegóricos que desfilam no período eleitoral, com o animal representante de cada lado. O do PSDB, o tucano, segue o símbolo nacional da legenda, no entanto, o do PT é um galo, justificado pelo animal correspondente ao número 13 no jogo do bicho. Tais objetos também seriam alvos dos enfrentamentos entre os grupos políticos locais. *“Aí tinha um galão bonito, eles juntaram lá em cima e quebraram o bicho todo. [...] Aqui o trem pega, a política é pesada demais”* (NEUTRO, Piraúba, PA, 2014).

Como já foi mencionado, os integrantes consideram que a rivalidade não acaba com o fim das eleições, mas, para um deles, ela já começa a se reduzir com o término dos comícios eleitorais. Nas palavras do integrante,

Cessa um bocado [*a rivalidade*] quando acaba os comícios. Já lançou o prefeito, só põe lá, tem o lugar certo de por o cartaz dele lá pedindo voto, não tem negócio de ficar andando nem em casa. É querer que acaba com isso. Ai acaba um bocado essa briga. Porque roupa provoca o outro, bandeira provoca o outro [*risos*] (NEUTRO, Piraúba, PA, 2014).

Os confrontos mencionados pelos integrantes estariam, para um deles, associados à renda do eleitorado, uma vez que, na concepção dele, seria um indicador de vulnerabilidade do eleitorado à manipulação das elites. Ele argumentou: *“Isso só acontece com a população carente, entendeu? Quanto mais carente, mais fascinado é e mais fácil de manipular”* (NEUTRO, Piraúba, PA, 2014). Todavia, outro participante apontou que, por serem mais dependentes dos serviços públicos, os cidadãos mais pobres, como ele, teriam um constrangimento à maior mobilização política. Logo, ele justificou: *“Porque a gente é pobre e*

a gente precisa de todos que vai pra ficar lá, entendeu? Eu sou sincera a falar” (NEUTRO, Piraúba, PA, 2014). Contudo, como já foi explicitado, o contexto local exige, segundo os participantes, que a população em geral se posicione de forma que, segundo eles, todos no município assumiriam as suas posições.

Todos os apontamentos elencados já foram suficientes para demonstrar o ambiente tenso e opressivo conformado, mas também conformador, do arranjo político de Piraúba (PA). Entretanto, os participantes do grupo consideraram prejudicial a polarização extrema no município. Um deles declarou: *“Tem que parar, isso é perigoso”* (NEUTRO, Piraúba, PA, 2014).

No que se refere ao debate com os simpatizantes, alguns elementos diferentes dos abordados pelos neutros apareceram, a começar pela importância da referência personalista no arranjo político local, que não surgiu no grupo anterior. Se os eleitores neutros não reconheciam vínculo personalista direto, mas partidário, os simpatizantes, por sua vez, afirmaram que em Piraúba (PA) não se vota pela agremiação: *“A gente nem vota em partido, a gente vota pela pessoa”* (SIMPATIZANTE, Piraúba, PA, 2014). Outro participante confirmou: *“O partido mesmo não manda, são pessoas. Aí, como a cidade é pequena, eu malho o dali e o de lá malha o de cá. Aí fica aquela briga”* (SIMPATIZANTE, Piraúba, PA, 2014). Nesse sentido, eles acreditam que os partidos possuem integrantes distintos e, se são as lideranças que formam as legendas, logo elas possuiriam suas discrepâncias.

No contexto atual, os membros identificaram, bem como os neutros, dois grupos principais na cidade: o 13 e o 45, que teriam como principais líderes a atual prefeita, Dr.^a Cida, e o ex-prefeito, Dr. Eli, respectivamente. Contudo, eles ressaltaram que os candidatos não mais estão – porque já estiveram – necessariamente, vinculados a nenhuma família tradicional do município, como em Coroaci (AP), por exemplo. Então, eles pontuam: *“O Dr. Eli não é de família tradicional”* (SIMPATIZANTE, Piraúba, PA, 2014); *“A Dr.^a Cida nem tem descendência nenhuma aqui”* (SIMPATIZANTE, Piraúba, PA, 2014). Tais colocações confirmam os apontamentos dos neutros, que alegaram que os candidatos a prefeito em si não seguem tradição familiar do município. Também entre os simpatizantes há a clara percepção de que a polarização remonta a um passado longínquo, muito anterior à clivagem entre PT e PSDB estabelecida em nível nacional.

Além disso, eles acrescentaram, confirmando as exposições dos neutros, que toda a população do município se envolve com a política, de maneira que seria inevitável qualquer cidadão se omitir em tempos de campanha eleitoral. Mesmo que a mobilização e a rivalidade sejam mais expressivas nas disputas locais, os participantes alegaram que elas se mantêm nas

demais eleições. Nesse sentido, um deles relatou um recente episódio, ocorrido no pleito de 2014, que exemplifica tal colocação: *“Pra você ter uma ideia, o vendedor de Ubá veio com uma camisa vermelha aqui e eles comeram ele na pedra. Quer dizer, o cara não tinha nada a ver com a política”* (SIMPATIZANTE, Piraúba, PA, 2014). Os demais participantes acrescentaram que, nessa mesma disputa, tiveram carreatas, carros de som e elevada movimentação eleitoral de um modo geral. Um deles argumentou: *“Mais calmo nada, não teve só é comício. [...] Se puder é festa todo dia”* (SIMPATIZANTE, Piraúba, PA, 2014).

Assim como em Coroaci (AP), a clivagem entre as elites e o eleitorado também se estende para a dimensão territorial, uma vez que os membros dos grupos relataram lugares específicos que tradicionalmente os adeptos de cada ala frequentam. Eles descreveram: *“Nessa rua aqui, por exemplo, em frente o Bradesco, é o canto do 13. Toda a vida foi. Política queima ali, dia e noite”* (SIMPATIZANTE, Piraúba, PA, 2014); *“Na última eleição, foi o [bairro] Piraubinha o forte do 45. Inflamado foi lá”* (SIMPATIZANTE, Piraúba, PA, 2014). Depois de citarem o já relatado episódio do *galo*, eles especificaram a prática de comícios na cidade:

Aqui, todo domingo tem um comício na época de eleição. Aí, na hora de sair, os 45 faz uma festa nos Ferreira, os 13 faz no Toledo. Não pode ser no mesmo setor porque não pode passar na mesma estrada. Então, a turma do 13 vai pros Toledos, sai da praça. Os 45 sai de lá, no início do Piraubinha. Senão o bicho pega. Um domingo quando você vem da roça, o 13 faz festa aqui na praça. No outro domingo é o 45. Pra não falar que tá prejudicando aqui (SIMPATIZANTE, Piraúba, PA, 2014).

A rivalidade, de acordo com os integrantes, atinge toda a população e constrange os eleitores de um grupo a não frequentarem lugares demarcados pelo outro e vice-versa: *“Se tiver manifestação, não precisa nem passar no meio não que não passa”* (SIMPATIZANTE, Piraúba, PA, 2014), adverte um participante. No entanto, bem como os simpatizantes de Coroaci (AP) salientaram, o conflito se agrava depois que o representante é eleito. Assim, um deles reconheceu: *“Mas, na verdade, a partida continua no mandato de quem ganhar, viu? Por exemplo, o 45 ganha a eleição, o outro cara não mistura. Se você tá sentada aqui e eu votei do outro lado, você não me atende igual quem votou pra você”* (SIMPATIZANTE, Piraúba, PA, 2014). Todavia, essa constituiria uma prática de qualquer uma das alas que se eleja, seja ela do PSDB ou do PT: *“O que ganha sempre tem uma discriminação. É pra bairro, é pra área de saúde, uma máquina, um carro, qualquer coisa”* (SIMPATIZANTE, Piraúba, PA, 2014). Outro integrante justificou a perseguição indicada, relacionando-a com o “compromisso” de privilegiar aqueles que compuseram a ala da vitória: *“Porque aqui é um*

lugar pequeno, aí não tem projeto de governo não, entendeu? Você foca no grupo mesmo e acabou” (SIMPATIZANTE, Piraúba, PA, 2014).

Apesar da acirrada competição entre os adeptos dos grupos, tanto do eleitorado quanto da elite local, os participantes consideraram concebível uma futura aliança entre PT e PSDB no município: *“Se for bom pra Piraúba, pode ser qualquer um”* (SIMPATIZANTE, Piraúba, PA, 2014). Outro corroborou tal posicionamento: *“Eu não tenho problema nenhum”* (SIMPATIZANTE, Piraúba, PA, 2014). Ademais, o elemento já apresentado em outras composições, de que não se pode duvidar de nada do universo da política, também foi retomado nesse grupo, através do qual um eleitor concluiu: *“As coisas mudam, tudo pode acontecer”* (SIMPATIZANTE, Piraúba, PA, 2014). Nesse sentido, não haveria polarização no nível do eleitorado, que apenas reagiria a incentivos oferecidos pelas elites locais. Assim, o que parece estar em questão não é um conflito entre ideias, interesses, programas e projetos distintos propriamente e, sim, uma competição pelo poder. É possível imaginar que se as elites se comportassem de forma diferente, o eleitorado também mudaria seu comportamento.

O debate com os filiados, por sua vez, foi consideravelmente mais limitado, reforçando apenas alguns elementos já indicados pelos outros grupos, como a clivagem entre as alas 13 e 14 no município. Nesse sentido, um dos filiados declarou: *“Não se mistura. É igual água com azeite”* (FILIADO, Piraúba, PA, 2014). Eles corroboraram que essa divisão se originou e já esteve atrelada a famílias tradicionais de Piraúba (PA), mas que, com a morte dos líderes, adquiriram certa autonomia de tal dimensão. As famílias mais influentes na política teriam sido, segundo eles, a Paula Pires Xavier, associada ao PSDB, e a do Sebastião Pires, vinculada à UDN.

Os filiados também confirmaram que todos os moradores, independentemente de vínculos partidários formais ou diretos, se envolvem de maneira excessiva na política, não só, mas principalmente local. Entretanto, a mobilização também permaneceria, de modo mais reduzido, mas eleições estaduais e nacionais. Eles inseriram, no entanto, um componente específico da campanha que seria responsável pelos conflitos mais intensos entre os eleitores: *“Eu acho que nem era pra ter o tal desses comícios. Acho que tinha que ter uma lei pra proibir isso. Tem que pedir o voto em casa. Já chegou confusão pesada aqui por causa dessa bobica”* (FILIADO, Piraúba, PA, 2014).

Assim como já havia sido explicitado pelos outros integrantes das composições do município, a polarização é extremamente acentuada: *“A separação é gritante”* (FILIADO, Piraúba, PA, 2014). Eles acrescentaram que a principal dimensão atingida pela segregação seria a territorial, tendo, inclusive, bares só frequentados pelo PT, como o da Zezé, e pelo

PSDB, como o do Teixeira ou o do Vandinho. Além disso, eles salientaram que tais fronteiras são relativamente rígidas, uma vez que, ultrapassadas, geraria constrangimentos ao indivíduo. Como afirmou um participante, em caso de inserção em lugar alheio, “*você vai ser bem recebida, mas vai ouvir o que não precisa*” (FILIADO, Piraúba, PA, 2014).

Devido à acentuada rivalidade existente no município, os membros do grupo consideraram pouco provável uma aliança entre PT e PSDB no nível local. Todavia, eles ressaltaram que isso acarretaria em perdas para ambos os partidos, pontuando: “*Eu conheço gente que fala que, se algum dia eles se juntarem, não vota mais no PSDB, se algum dia eles se juntarem, não vota mais no PT*” (FILIADO, Piraúba, PA, 2014). Assim, foi somente no grupo dos filiados que o eleitorado foi apontado como um constrangimento à hipotética aliança entre PT e PSDB, visto que nos outros grupos, além de tal fator não ser mencionado, a suposta coligação não foi considerada problemática.

6.3 SÍNTESE

As contribuições dos eleitores neutros, simpatizantes e filiados de ambos os municípios estudados elencaram uma série de componentes de relevância na competição local. Primeiramente, é importante verificar a polarização existente tanto em Coroaci (Quadro X), cenário de *aliança plena*, quanto em Piraúba (Quadro XI), caso de *polarização alta*. Diferentemente do que se poderia imaginar, a não reprodução da polarização entre PT e PSDB no município não garante que não exista outra clivagem, como pode ser visto. Nesse sentido, em todos os debates foi destacada a rivalidade entre os grupos que organizam a competição em Coroaci (AP), *Bife* e *Birosca*, e seus eleitores, de forma que o município dispõe de um ambiente de significativo envolvimento e rivalidade entre o eleitorado, mesmo que em proporção diferente da verificada em Piraúba (PA). Lá, a clivagem entre os grupos *Bife* e *Birosca* se estende aos campos religiosos, esportivos e territoriais, estruturando as religiões, os times e os bares que os indivíduos frequentam.

Contudo, essa já era uma tendência indicada por Duverger (1980), de que a competição majoritária de turno único conformaria um arranjo político de dualismo partidário. Aproximando a constatação do autor com o conceito de Lima Júnior (1983), é possível propor que no município em questão, talvez como em muitos outros espalhados pelo país, se opere a *polarização contextualizada*, em que a clivagem nacional abre espaço para

eleitoral anterior. Desse modo, a literatura ajuda a compreender o surgimento da polarização entre PT e PSDB em Piraúba (PA), como parece ter acontecido, sem que a clivagem existente anteriormente no município fosse eliminada.

Pode-se observar ainda que os membros das duas alas tomam partido na eleição nacional, mobilizando os eleitores. Entretanto, a polarização nacional não parece ser decisiva para intensificar uma rivalidade que já existe há mais tempo e que diz respeito, sobretudo, aos jogos locais. Afinal, o envolvimento e a rivalidade mais acentuada se referem às eleições para prefeito, embora também estejam presentes em menor grau nas demais disputas. De qualquer maneira, é nítido na fala dos participantes como o conflito entre os grupos ultrapassa as fronteiras da política e se estende para dimensões geográficas ou territoriais, culturais, dentre outras. Conseqüentemente, o ambiente local seria alterado em função de tais influências, determinando os lugares que as pessoas frequentam, as roupas que elas vestem e as cores de seus materiais de trabalho, por exemplo.

Ainda é importante salientar que, se, até o momento, grande parte dos eleitores dos dois municípios se referiram claramente a uma associação entre PT e a população mais pobre e entre PSDB e elites, isso parece não se confirmar quando se trata da arena local. Os participantes sugerem que tanto em Coroaci (AP) quanto em Piraúba (PA), o conflito entre os grupos não está estruturado em torno das dimensões de classe e, sim, a partir de lealdades que foram se estabelecendo ao longo do tempo em torno de famílias e de pessoas.

No que se refere aos segmentos do eleitorado, as diferenças de envolvimento, interesse e conhecimento se diluíram de maneira significativa, sugerindo que o grau de sofisticação política está relacionado com as diferentes esferas políticas. Assim, parece que os eleitores, de forma generalizada, não se distinguiram nesse sentido, em comparação ao debate anterior, que exigiu esforços de se pensar os partidos políticos em geral, seus projetos, ideologia numa arena “distante” da realidade do eleitorado. Contudo, todos foram capazes de relatar, a seu modo, um arranjo político local polarizado, competitivo e estratégico, onde os partidos políticos são seriam instituições suficientes para canalizar as demandas da sociedade e formatar preferências e identidades dos indivíduos, sendo perpassados por lealdades familiares e de grupo.

De modo resumido, as contribuições dos participantes permitem dizer que não é a reprodução da clivagem nacional entre PT e PSDB que determina a existência ou não de polarização no município. No entanto, esse alinhamento pode ser pensado como um fator de influência na medida em que a rivalidade se estabelece e na dimensão que ela alcança, de modo que é possível perceber em Piraúba (PA) um ambiente de mais conflitos entre os

eleitores, onde a política tem força inclusive fora de períodos eleitorais, enquanto em Coroaci (AP) não haveria tensão entre PT e PSDB, mas a rivalidade existente entre *Bife* e *Birosca* seria mais reduzida e restrita, principalmente, às eleições municipais. É como se, em Piraúba (PA), se somasse duas polarizações, a nacional e a local, que fortaleceria a rixa entre as alas, ao passo que em Coroaci (AP) essa divisão se daria entre PT e PSDB, de um lado, contra o PMDB, de outro. De toda forma, qualquer que seja a clivagem, ela é fator determinante na conformação das preferências, percepções e atitudes dos eleitores em relação aos partidos e aos grupos políticos atuantes no município.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo se propôs a investigar se e em que medida a polarização entre PT e PSDB existente desde 1994 nas eleições presidenciais conforma e estrutura as percepções dos eleitores no nível local. Para isso, foram coletados dados sobre as eleições municipais em Minas Gerais, de 2000 até 2012, a fim de categorizar os municípios de acordo com as seguintes variáveis: coligação e lançamento de candidatura própria nas disputas majoritárias, desempenho eleitoral, organização partidária local e número de filiados. Assim, foi possível identificar um município de *aliança plena* entre os partidos, Coroaci, e outro de *polarização alta*, Piraúba. O primeiro caso se caracteriza pela coligação entre PT e PSDB para o executivo municipal desde 2004, com candidato entre os dois mais votados em todos os pleitos, além de comissão como órgão partidário local e número de filiados abaixo da média do estado. No segundo cenário, PT e PSDB disputaram a prefeitura com candidatura própria e as duas mais votadas desde 2004. Nesse caso, a presença dos partidos no município se deu através de diretórios e o número de filiados se encontrava acima da média do estado.

A hipótese era a de que a polarização nacional entre PT e PSDB não se reproduziria de maneira automática e nem com a mesma intensidade nos municípios, sendo afetada por características do arranjo político-partidário local, como já havia apontado Lima Júnior na década de 1980. No entanto, o diferencial deste estudo é verificar se e de que maneira a clivagem se manifesta entre os eleitores. Nesse sentido, esperava-se maior polarização entre os eleitores quando o cenário político do município reproduzia e reforçava, através dos componentes analisados, a clivagem nacional, e menor polarização entre os eleitores quando o arranjo local apresentava aliança entre os partidos, atenuando a rivalidade entre PT e PSDB vista nas eleições presidenciais dos últimos 20 anos. Contudo, os grupos focais realizados com eleitores neutros, simpatizantes e filiados de cada município permitiram confirmar apenas parcialmente a hipótese elaborada.

De fato, os dados apontam que a polarização entre PT e PSDB no nível do eleitorado é efetivamente mais intensa em Piraúba, município de *polarização alta*. Entretanto, isso não implica que em Coroaci, cenário de *aliança plena*, os eleitores não sejam capazes de distinguir os dois partidos no que se refere a ideias, programas e interesses. Ao contrário, é nesse município que tais distinções ganham mais espaço. Todavia, elas não mobilizam os ânimos do eleitorado como em Piraúba (PA). Em Coroaci (AP), por exemplo, os participantes dos grupos atribuem críticas e elogios a ambos os partidos, enquanto no outro município, eles

parecem defender, em alguns momentos, as alas que apoiam, sobretudo quando se trata dos filiados.

Por outro lado, do fato de o PT e o PSDB protagonizarem a clivagem existente em Piraúba (PA) não se pode concluir que se opere uma mera reprodução da polarização nacional no município. Nota-se que a rivalidade local entre os partidos antecede a polarização das eleições presidenciais iniciada em 1994. Nesse sentido, sugere-se que quaisquer outros partidos poderiam ter liderado a polarização no município, caso as escolhas das elites políticas não tivessem coincidido e encontrado reforço na clivagem nacional. Entretanto, é clara a interpenetração entre famílias, grupos e partidos políticos em Piraúba (PA), indicando que a rixa existente não deve ser reduzida a partidarismo, mas que se origina de uma rivalidade entre famílias que, ao longo do tempo, foi agregando novas elites políticas locais e agremiações partidárias.

Se essa polarização entre PT e PSDB não se estende ao eleitorado de Coroaci (AP), não significa que não haja nenhuma outra fragmentação política operando no município, uma vez que os membros dos grupos destacaram a clivagem acentuada e conformadora de posicionamentos no município entre *Bife* e *Birosca*. O primeiro grupo seria liderado atualmente pelo PMDB e no outro estariam, aliados, PT e PSDB. No entanto, assim como em Piraúba (PA), a composição dos grupos se originou em torno de famílias tradicionais do município. Assim, mesmo em uma localidade com aliança plena entre PT e PSDB, haveria outra rivalidade política, que envolve e mobiliza o eleitorado de maneira intensa, delimitando suas religiões, suas preferências esportivas e os territórios que frequentam.

Todavia, tal tendência já havia sido indicada por Duverger (1980), ao postular que competições majoritárias de único turno conformariam dualismo partidário. Acrescentando o conceito de *racionalidade política contextual* de Lima Júnior (1983) nessa perspectiva, sugere-se pensar em tal clivagem a partir da ideia de *polarização contextualizada*, que identifica a polarização existente no município, mas originada de fragmentações outras. Nesse sentido, como já foi apontado, os apoios concedidos pelos grupos de Coroaci (AP) nas eleições presidenciais de 2014 parecem ser sintomáticos. PT e PSDB, aliados na *Birosca*, apoiaram Dilma Rousseff, enquanto o *Bife*, atualmente liderado pelo PMDB, apoiou o candidato Aécio Neves, confirmando tal argumento.

Essa diferença entre os arranjos locais dos municípios estudados parece estar também associada à principal arena presente no discurso dos participantes da pesquisa. Como pôde ser verificado, os eleitores de Coroaci (AP) apresentaram mais elementos das arenas nacional e estadual, enquanto os integrantes de Piraúba (PA) tenderam a aproximar os temas abordados à

esfera local. Em outras palavras, é como se PT e PSDB não exercessem, simultaneamente, papéis centrais no município de *aliança plena* e que, por isso, os eleitores recorressem a arenas em que ambos os partidos dispõem de maior visibilidade. Já no cenário de *polarização alta*, com os arranjos nacional e local alinhados, os eleitores destacariam, inicialmente, o nível local, uma vez que seria a conjuntura da qual se sentem mais próximos. Contudo, também é preciso considerar que a proximidade das eleições presidenciais de 2014 com a realização dos grupos focais, sobretudo em Coroaci (AP), possivelmente influenciou as colocações dos participantes.

Ainda que com as suas particularidades, é possível verificar que, nos dois municípios, as clivagens existentes no nível local orientam fortemente os posicionamentos dos eleitores, embora não os impeça de identificar elementos das arenas estadual e nacional, como já foi demonstrado. Todavia, tanto em Coroaci (AP) quanto em Piraúba (PA), pode ser verificado um ambiente de elevado envolvimento e mobilização dos eleitores, sobretudo no que se refere às eleições municipais. Possivelmente em função da polarização alinhada à existente nacionalmente, a clivagem parece se estender de forma mais intensa às eleições presidenciais em Piraúba (PA) do que em Coroaci (AP). No entanto, o embate nacional parece não constituir fator decisivo para intensificar a rivalidade já existente no município. De qualquer maneira, em ambas as localidades, a clivagem extrapola as fronteiras da política, estruturando os hábitos da população, especialmente no que diz respeito aos lugares que frequentam em época de campanha eleitoral.

A participação do eleitorado nas campanhas é reconhecida e legitimada pelas experiências de grande parte dos integrantes dos grupos, que identificam na política um vínculo emotivo forte, quase visceral, do qual não se poderia fugir. Assim, é recorrente a associação entre política com algo que está “no sangue”, se relacionando, portanto, também com a natureza familiar. Na verdade, é a família a instituição que parece ter mais influência na constituição de vínculos entre os eleitores e o universo da política. Também parece ser ela a exercer maior impacto sobre as articulações das elites locais, para além dos componentes institucionais, corroborando a perspectiva de Almond e Verba (1965) e de Jennings e Niemi (1974), que já haviam apontado-a como fator determinante da socialização política dos indivíduos. Entretanto, os participantes também indicaram a importância de suas relações religiosas nesse processo.

Além disso, o porte do município parece contribuir, incentivando o engajamento e a maior participação dos eleitores. A impressão é a de que, diante de maior permeabilidade entre as vidas pública e privada nos pequenos municípios, o eleitorado seria constrangido a se

envolver em alguma medida na competição, visto que sua omissão poderia, inclusive, lhe trazer prejuízos. Todavia, esse envolvimento estaria concentrado nas disputas eleitorais e parece ser reativo às opções oferecidas pelas elites políticas. Corroborando a perspectiva de Limongi e Cortez (2010), trata-se de escolhas realizadas a partir de alternativas definidas sem a participação do eleitorado. Dessa maneira, o pressuposto é o de que as elites, encarnada nos discursos como “eles”, tomam as decisões, definem estratégias e oferecem alternativas entre as quais cabe ao eleitor optar. A hipotética união entre PT e PSDB no município de *polarização alta*, encarada sem empecilhos pela grande parte dos participantes, parece confirmar tal argumento, indicando que a clivagem nem sempre é resultado de projetos, ideias e interesses distintos, mas uma reação às articulações das elites locais.

Apesar disso, os eleitores, sobretudo os de Coroaci (AP), são capazes de enxergar a política a partir de sua função social, como um meio de contribuir para o crescimento e desenvolvimento da comunidade. Todavia, os vínculos dos participantes com o universo da política ainda estão restritos, em maior parte, ao período eleitoral, o que parece confirmar o caráter pedagógico das eleições apontado por Baquero e Gonzalez (2011). Assim, ao se referirem ao voto, à campanha, ao próprio processo decisório e demais elementos institucionais, os eleitores permitem atribuir às eleições o processo de internalização de valores democráticos, que incentivariam maior participação do eleitorado.

Contudo, tais informações parecem não se estender aos partidos políticos, visto que os participantes, de modo geral, os consideram diferentes, mas nem sempre são capazes de especificar ou justificar tais distinções. Assim, é evidente que os eleitores tendem a aproximar os partidos a partir de seus elementos pragmáticos, como as alianças e as coalizões que compõem, os modos com que conduzem o governo e a prioridade que atribuem ao poder, que os distanciam de ideias e interesses que defendem. Nesse sentido, os eleitores parecem encarar mais a competição política como uma luta entre grupos e facções pelo poder do que efetivamente um conflito entre programas e ideologias distintas. Tal percepção se relaciona fortemente com o modelo de *partido catch-all*, proposto por Kirchheimer (1966) e com o comportamento *vote-seeking*, descrito por Wolinetz (2002), visto que os elementos apontados pelos eleitores indicam a prevalência de estratégias eleitorais sobre as ideológicas, além de um direcionamento dos discursos dos partidos a classes múltiplas e variadas.

O PSDB esteve atrelado à natureza elitista, embora tal fator não necessariamente tenha sido encarado de forma negativa pelos eleitores. De maneira oposta, o PT foi associado recorrentemente aos interesses das classes mais baixas e a programas sociais específicos. Contudo, da mesma maneira, isso não implicou em uma perspectiva positiva,

necessariamente. Inclusive, notou-se forte rejeição ao partido, justificada a partir da mudança em seu perfil e dos escândalos no quais se envolveu. No entanto, sua origem nas lutas sociais, em geral, era elencada.

Dessa maneira, a perspectiva da rejeição partidária, como apontada por Ribeiro, Carreirão e Borba (2011) parece oferecer mais subsídios para a compreensão da relação entre o PT e os eleitores do que a da identidade e da preferência partidária. No entanto, é importante salientar que rejeição pelo PT não implica em preferência pelo PSDB e vice-versa. Os acontecimentos históricos na trajetória do PT, como a sua origem e também os casos de corrupção com os quais se envolveu, parecem ter impacto direto sobre a percepção do eleitorado, como já havia destacado Sigel (1989). Assim, considerando estudos como o de Carreirão (2007) que apontam índices mais elevados de identidade partidária entre os eleitores com o PT, é possível analisar as críticas recebidas pela agremiação como frutos do contexto político em que o partido se insere.

As distinções entre PT e PSDB apontadas pelos eleitores não se estendeu, porém, à ideologia e à avaliação de um hipotético governo de Aécio Neves, caso tivesse derrotado a candidata petista nas eleições de 2014. Desse modo, apesar de os participantes considerarem que o PT investe mais em programas direcionados às classes mais pobres, é significativa a parcela dos eleitores que não identificou diferenças entre os partidos no que se refere à redução da maioria penal, à legalização da maconha e do aumento de impostos. Todavia, cabe salientar que número reduzido de participantes mostrou disposição e interesse para avaliar as questões sugeridas.

Tais contribuições permitem retomar a dimensão da *politização*, elencada por Easton e Dennis (1969) ao descreverem o processo de socialização política dos indivíduos. Mesmo que a proposta dos autores priorize a infância, ela pode ser útil para se pensar como os adultos demonstram, em muitos momentos, mais uma sensibilidade em relação à política do que conhecimento específico do sistema partidário. Nesse mesmo sentido, parece contribuir Singer (1998) ao afirmar que o eleitorado dispõe de sentimentos intuitivos com relação à ideologia, embora se acredite, neste trabalho, que tal perspectiva pode ser ampliada ao universo da política em geral. Desse modo, a abordagem econômica do voto, por sua vez, parece não ser suficiente para explicar os vínculos dos eleitores com os partidos, já que além de racional e informada, ela parece ser condicionada pela conjuntura social e institucional.

Ainda é importante ressaltar que a polarização entre PT e PSDB estabelecidas pelos eleitores não se reproduz, necessariamente, no nível local, sobretudo em Coroaci (AP). Possivelmente, tal percepção esteja atrelada ao arranjo político municipal, no qual os partidos

seriam aliados, mas também manteriam vínculos com famílias locais. Logo, os candidatos não se diferenciam pelos partidos aos quais pertencem, mas pelo grupo e pela família que representam. Embora em medida reduzida, esse fator pode ser considerado também para Piraúba (PA), mesmo com as diferenças locais identificadas entre as alas 13 e 45. Além disso, nota-se que a distinção de classe, associada ao PT e ao PSDB pelos eleitores quando se trava da arena nacional, parece se diluir no município. Nas duas localidades, a rivalidade entre os grupos não se estruturaria a partir de dimensões de classe, mas a partir de laços de lealdade estabelecidos em torno dos grupos, das famílias e das lideranças locais.

Entretanto, a capacidade de os eleitores traçarem diferenças entre os partidos e delimitarem características e projetos próprios de cada um deles parece estar diretamente associada aos segmentos do eleitorado selecionados. Assim, é possível perceber que as diferenças de conhecimento e informação políticos entre eles diminuam conforme se aproximava a discussão da arena local. Desse modo, quando o assunto se referia diretamente ao arranjo político dos municípios, tantos os neutros quanto os simpatizantes e os filiados, não apresentavam dificuldades em expressar suas percepções, de maneira que não há distinção visível e acentuada entre as informações oferecidas por cada grupo. Contudo, no que diz respeito à arena nacional e, especialmente, aos partidos políticos em específico, os neutros parecem menos predispostos a fornecer referências pessoais, programáticas, ideológicas e estratégicas dos partidos.

Contudo, é fundamental salientar que não seria o fato de se declarar neutro, exclusivamente, que implica que o eleitor seja mais afastado e disponha de menos conhecimento sobre o arranjo político, já que interesse e envolvimento são diferentes de simpatias e preferência por alguma sigla. Portanto, é possível haver envolvimento sem que haja simpatia. Ser filiado, por sua vez, também pode não implicar, necessariamente, em maior engajamento efetivo, mesmo que, em tese, possa significar maior mobilização, simpatia e inserção a uma agremiação específica. Logo, embora não seja um padrão nos grupos analisados, a filiação pode estar relacionada a fatores pragmáticos e estratégicos.

Mesmo que não seja objetivo central desta pesquisa, os dados permitem apontar a natureza clientelista que ainda vigora nas competições municipais. Tanto em Coroaci (AP) quanto em Piraúba (PA), foi feita menção à distribuição de benefícios aos eleitores dos prefeitos eleitos e o pequeno acesso aos recursos públicos dos oponentes e derrotados. Tais apontamentos parecem convergir com a literatura que, apesar de diferentes abordagens, conceitua o clientelismo como uma relação de oferta de benefícios condicionados ao voto, em

que o eleitor teria consciência de que o seu voto implicará em acesso a recursos e bens públicos.

As colocações dos eleitores também permitem refletir sobre um sistema partidário local pouco institucionalizado, se a análise se fundamenta na articulação da competição nas diferentes arenas, com significativo espaço para os componentes locais, como havia sido apontado, em alguma medida, por Lamounier (1992), Kinzo (1993) e Carreirão (2014). Contudo, a escassa institucionalização e estabilidade do sistema partidário estaria diretamente associada ao estabelecimento de vínculos entre o eleitorado e os partidos políticos, como indicado por Mair (1997). Nessa perspectiva, maior estabilidade do sistema implicaria em maior constituição de preferências pelos eleitores, uma vez que se haveria uma referência partidária concreta.

Além disso, a relação com o eleitorado seria impactada, como já foi visto, pelas transformações que caracterizam os partidos políticos. Mesmo com todas as particularidades de seus modelos, Michels (1982), Kirchheimer (1966) e Katz e Mair (1995) já haviam apontado, de alguma maneira, a perda do caráter ideológico das agremiações e novas estratégias de organização que as afastariam de suas bases. Bardi e Mair (2010) acrescentaram que tais mudanças dariam mais espaço aos órgãos subnacionais, que poderiam estabelecer cenários desarticulados de disputa. Assim, haveria maior diversidade de arranjos locais espalhados pelo país. Mais do que confirmar tais apontamentos, este trabalho parece indicar a dificuldade dos partidos políticos para se afirmarem como principais elementos estruturadores da disputa política local, sobretudo no que tange a seus vínculos com o eleitorado, visto que as referências utilizadas por eles extrapolam as legendas, perpassando grupos, famílias e lideranças locais.

Mesmo que este estudo apresente limitações, especialmente no que se refere ao restrito número de participantes nos grupos focais, imposto pela dificuldade de acesso às pessoas em ambas as localidades, ele traz contribuições relevantes. A principal delas, como já foi mencionado, consiste em apresentar novos elementos para se compreender a articulação entre arenas competitivas e nas relações entre elas e os diferentes atores políticos: elites, partidos e eleitorado. Parece evidente que não se confirma a tese da *nacionalização da competição*, apontada por autores como Sandes-Freitas (2012). Como já apontado, mesmo no município de *polarização alta*, em que PT e PSDB assumem posições adversárias, responsáveis pelas duas principais candidaturas a prefeito ao longo do período estudado, o cenário não se configura como uma disputa partidária, articulada em diferentes níveis de disputas, mas em uma competição de grupos e famílias locais. A localidade de *aliança plena*, em que nem se

estabelece alinhamento com a disputa presidencial referente à formação de coligações e também ao lançamento de candidatos ao executivo, corrobora o achado de que, ao contrário da nacionalização, o que opera no nível local são articulações particulares, em que as lideranças e os partidos assumem papéis e posições distintos.

Contudo, se, por um lado, se verificou que os jogos locais são uma arena complexa, em que a *racionalidade política contextual*, descrita por Lima Júnior (1983), parece dispor de maior força, por outro, foi demonstrado que isso não exige que os eleitores sejam alheios a tais desalinhamentos. Ao contrário, foi possível perceber que eles são plenamente capazes de distinguir os partidos e se posicionar nas diferentes esferas de competição. Apesar das contribuições, o comportamento eleitoral e os arranjos políticos locais continuam constituindo campos promissores de descobertas, desafiando a Ciência Política a elaborar novas questões e a desenvolver um novo olhar, mais próximo e profundo, para enfrentá-los.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados**, Rio de Janeiro, v.31, n.1, p.5-34, 1988.

ALDRICH, John H. **Why parties?** The origin and transformation of political parties in America. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

ALMEIDA, Alberto et al. (Orgs.). ESEB: Estudo Eleitoral Brasileiro, 1998-2002 (Banco de dados). Rio de Janeiro/Campinas: UFF/UNICAMP. In: **Consórcio de Informações Sociais**, 20014. Disponível em: <<http://www.cis.org.br>>. Acesso em 21/12/2014.

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. **The civic culture**: political attitudes and democracy in five nations. Boston: Little, Brown & Co, 1965.

AMARAL, Oswaldo E. do. Ainda conectado: o PT e seus vínculos com a sociedade. **Opinião Pública**, Campinas, v.17, n.1, p.1-44, 2011.

_____. O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: Uma avaliação de 100 anos de literatura. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.7, n.2, p.11-32, 2013.

ANASTASIA, Fátima; NUNES, Felipe; MEIRA, João Francisco. A margem do meio da política: as coligações entre PT e PSDB em eleições majoritárias. In: KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe (Orgs.). **Coligações partidárias na nova democracia brasileira**: perfis e tendências. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

BAQUERO, Marcello; GONZALEZ, Rodrigo Stumpf. Eleições, estabilidade democrática e socialização política no Brasil: análise longitudinal da persistência de valores nas eleições presidenciais de 2002 a 2010. **Opinião Pública**, Campinas, v.17, n.2, p.369-399, 2011.

BARDI, Luciano; MAIR, Peter. Os parâmetros dos sistemas partidários. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n.4, p.227-253, 2010.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa. Eleições e democracia no Brasil: a caminho de partidos e de sistema partidário institucionalizados. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n.4, p.43-73, 2010.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa; RODRIGUES-SILVEIRA, Rodrigo. Organización, territorio y sistema partidario: difusión territorial de la organización de los partidos y sus potenciales impactos sobre la estructura del sistema partidario en Brasil. **América Latina Hoy**, v.62, p.15-45, 2012.

BRASIL. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. Disponível em <<http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/lei-das-eleicoes/lei-das-eleicoes-lei-nb0-9.504-de-30-de-setembro-de-1997>>. Acesso em 26/02/2014.

BRYCE, James. *Modern Democracies*. New York: Macmillan, 1921 apud AMARAL, Oswaldo E. do. O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: Uma avaliação de 100 anos de literatura. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.7, n.2, p.11-32, 2013.

CAMPBELL, Angus et al. **The American voter**. New York: Wiley, 1960.

CARREIRÃO, Yan de Souza. Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006. **Opinião Pública**, Campinas, v.13, n.2, 2007.

_____. Opiniões políticas e sentimentos partidários dos eleitores brasileiros. **Opinião Pública**, Campinas, v.14, n.2, p.319-351, 2008.

_____. O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n.14, p.255-295, 2014.

CASTRO, Mônica Mata Machado de. Sujeito e estrutura no comportamento eleitoral. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n.20, 1992.

_____. **Determinantes do comportamento eleitoral: a centralidade da sofisticação política**. 1994. Tese (Doutorado em Ciência Política) – IUPERJ, Rio de Janeiro, 1994.

CONVERSE, Philip. Public opinion and voting behavior. In: GREENSTEIN, Fred I.; POLSLCY, Nelson W. **Handbook of political science**, v.4. Princeton: Addison-Wesley Publishing Company, 1975.

CORTEZ, Rafael. **Eleições majoritárias e entrada estratégica no sistema partidário-eleitoral brasileiro**. 2009. Tese (Doutorado em Ciência Política) – São Paulo, USP, 2009.

DALTON, Russel. The decline of party identifications. In: DALTON, Russel; WATTENBERG, Martin. **Parties without partisans: political change in advanced industrial democracies**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

DALTON, Russell; FARRELL, David; McALLISTER, Ian. **Political Parties and Democratic Linkage: How Parties Organize Democracy**. Oxford: OUP, 2011.

DANTAS, Humberto. Eleições municipais 2012 e o padrão de coligações entre os partidos para disputa de prefeituras. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, v.XIV, n.2, p.127-145, 2013.

DOWNS, Anthony. **An economic theory of democracy**. New York: Harper, 1957.

DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1980.

EASTON, David; DENNIS, Jack. **Children in political system**: origins of political legitimacy. New York: McGraw-Hill, 1969.

ECHEGARAY, Fabian. Eleições no Brasil: a caminho de um sistema político moderno. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v.10, p.13-24, 2007.

EPSTEIN, Leon D. **Political parties in western democracies**. New Brunswick: Transaction Books, 1982.

ESEB: Estudo Eleitoral Brasileiro, 2006 (Banco de dados). In: **Consórcio de Informações Sociais**, 2010. Disponível em: <<http://www.cis.org.br>>. Acesso em 21/12/2014.

ESEB: Estudo Eleitoral Brasileiro, 2010 (Banco de dados). In: **Consórcio de Informações Sociais**, 2010. Disponível em: <<http://www.cis.org.br>>. Acesso em 21/12/2014.

FIGUEIREDO, Marcus. A Lei de Ferro da Competição Eleitoral: A Aritmética Eleitoral ou Eleições Casadas, Resultados Solteiros e o Dilema dos Partidos. **Cadernos de Conjuntura**, Rio de Janeiro, n.50, 1994.

FILIADO. Participação em grupo focal realizado por Nara Oliveira Salles e Leonardo Francisco de Azevedo em 07 de novembro de 2014, em Coroaci/MG.

_____. Participação em grupo focal realizado por Nara Oliveira Salles e Leonardo Francisco de Azevedo em 18 de dezembro de 2014, em Piraúba/MG.

FIORINA, Moris. **Retrospective Voting in American National Elections**. New Haven: Yale University Press, 1981.

GUARNIERI, Fernando. A Força dos Partidos “Fracos”. **Dados**, Rio de Janeiro, v.54, n.1, p.235-258, 2011.

GUIOT, André Pereira. **Um “Moderno Príncipe” para a burguesia brasileira**: o PSDB (1988-2002). 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Niterói, UFF, 2006.

JAGUARIBE, Hélio. Sociedade, Estado e partidos na atualidade brasileira: sucinta aproximação preliminar. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis. **Modernização Política e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1990.

JENNINGS, M. Kent; NIEMI, Richard G. **The political character of adolescence**: the influence of families and schools. Princeton: Princeton University Press, 1974.

- KATZ, Richard e MAIR, Peter. Changing Models of Party Organization and Party Democracy: The Emergency of the Cartel Party. **Party Politics**, London, v.1, n.1, p.5-28, 1995.
- KECK, Margareth E. **PT – a lógica da diferença**: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira. São Paulo: Ática, 1991.
- KEY, Valdimer Orlando. **Politics, Parties and Pressure Groups**. New York: Crowell, 1964.
- KERBAUY, Maria Teresa Miceli. As eleições municipais de 2008: federações partidárias ou partidos nacionais. **Perspectivas**, São Paulo, v.35, p.15-33, 2009.
- _____. Padrões regionais de votação nas eleições municipais brasileiras. In: ROCHA, Marta Mendes da; KERBAUY, Maria Teresa Miceli (Orgs.). **Eleições, partidos e representação política nos municípios brasileiros**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2014.
- KINZO, Maria D’Alva Gil. **A Radiografia do Quadro Partidário Brasileiro**. São Paulo: Konrad Adenauer Foundation, 1993.
- _____. Os Partidos no Eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.20, n.57, p.65-81, 2005.
- KIRCHHEIMER, Otto. The Transformation of the Western European Party Systems. In: LAPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron (Ed.). **Political Parties and Political Development**. Princeton: PUP, 1966.
- LAMOUNIER, Bolívar. Estrutura institucional e governabilidade na década de 1990. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis (Org.). **O Brasil e as reformas políticas**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.
- LAVAREDA, Antonio. Principais marcas das eleições municipais brasileiras de 2008. In: LAVAREDA, Antonio; TELLES, Helcimara de Souza (Orgs.). **Como o eleitor escolhe o seu prefeito: campanha e voto nas eleições municipais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.
- LAZARFELD, Paul; BERELSON, Bernard; GAIDET, Hazel. **The people’s choice**: how the voter makes up his mind in a presidential campaign. New York: Columbia University Press, 1965.
- LEAL, Paulo Roberto Figueira. O PT sucumbiu à oligarquização. **Revista Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, v.59, n.11, p.82, 2005.
- LIMA JR., Olavo Brasil de. **Os partidos políticos brasileiros**: a experiência federal e regional (1945-1964). Rio de Janeiro: Graal, 1983.

_____. **O sistema partidário brasileiro**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.

LIMONGI, Fernando. A democracia no Brasil. **Novos Estudos**, v.76, p.17-41, 2006.

LIMONGI, Fernando; CORTEZ, Rafael. As eleições de 2010 e o quadro partidário. **Novos Estudos**, v.88, p.21-37, 2010.

LIPSET, Seymour Martin. **O homem político**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MACHADO, Mario Brockmann. Ideologia, socialização política e dominação. **Dados**, Rio de Janeiro, v.23, n.2, 1980.

MAINWARING, Scott. **Rethinking party systems in the third wave of democratization: the case of Brazil**. Stanford: Stanford University Press, 1999.

MAINWARING, Scott; TORCAL, Mariano. Party System Institutionalization and party system theory after the Third Wave of Democratization. In: KATZ, R.; CROTY, W. (Eds.). **Handbook of Political Parties**. London: Sage Publications, 2006.

MAIR, Peter. **Party system: approaches and interpretations**. Oxford: Oxford University Press, 1997.

_____. Os partidos políticos e a democracia. **Análise Social**, Lisboa, v.38, n.167, p.277-293, 2003.

MELO, Carlos Ranulfo Felix de. Reforma Política em Perspectiva Comparada na América do Sul. In: AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima (Orgs.). **Reforma Política no Brasil**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

_____. Eleições presidenciais, jogos aninhados e sistema partidário no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n.4, p.13-41, 2010.

MELO, Carlos Ranulfo Felix de; CÂMARA, Rafael. Estrutura da competição pela presidência e consolidação do sistema partidário no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v.55, n.1, p.71-117, 2012.

MENEGUELLO, Rachel. **PT: A formação de um partido, 1979-1982**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

MENEGUELLO, Rachel; AMARAL, Oswaldo E. do. Ainda novidade: uma revisão das transformações do Partido dos Trabalhadores no Brasil. **BSP Occasional Papers**, Oxford, n.2, 2008.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Brasília: UnB, 1982.

MIGUEL, Luis Felipe. Os partidos brasileiros e o eixo “esquerda-direita”. In: KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe (Orgs.). **Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências**. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

MIGUEL, Luis Felipe; MACHADO, Carlos. De partido de esquerda a partido do governo. O PT e suas coligações para prefeito (2000 a 2008). In: KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe (Orgs.). **Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências**. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

NEUMANN, W. Russel. **The paradox of mass politics**: knowledge and opinion in the American electorate. Cambridge: Harvard University Press, 1986.

NEUTRO. Participação em grupo focal realizado por Nara Oliveira Salles e Leonardo Francisco de Azevedo em 06 de novembro de 2014, em Coroaci/MG.

_____. Participação em grupo focal realizado por Nara Oliveira Salles e Leonardo Francisco de Azevedo em 11 de novembro de 2014, em Piraúba/MG.

PAIVA, Denise; BRAGA, Maria do Socorro Sousa; PIMENTEL JR., Jairo Tadeu Pires. Eleitorado e partidos políticos no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v.13, n.2, p.388-408, 2007.

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de partido**: organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PEIXOTO, Vitor de Moraes. Coligações eleitorais nos municípios brasileiros: competição e estratégia. In: KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe (Orgs.). **Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências**. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

PERCHERON, Annick. La formation politique de l’individu. In: PARODI, Jean-Luc. **La Politique**. Paris: Hachette, 1971.

REIS, Fábio Wanderley. Identidade, política e a teoria da escolha racional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.3, n.6, p.26-38, 1988.

RIBEIRO, Pedro Floriano. **Dos sindicatos ao governo**: a organização nacional do PT entre 1980 e 2005. São Carlos: EdUFSCar, 2010.

_____. **Changing for victory (and government)**: understanding the transformation of the workers’ party via an organizational approach. Trabalho apresentado no workshop The PT from Lula to Dilma: explaining change in the Brazilian Workers’ Party. Oxford, 27 de jan. 2012.

_____. Organização e poder nos partidos brasileiros: uma análise dos estatutos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n.10, p.225-265, 2013.

RIBEIRO, Ednaldo; CARREIRÃO, Yan; BORBA, Julian. Sentimentos partidários e atitudes políticas entre os brasileiros. **Opinião Pública**, Campinas, v.17, n.2, p.333-368, 2011.

ROCHA, Ângela. **Coroaci** – ontem e hoje. Governador Valadares: [s.n.], 1999.

ROMA, Celso Ricardo. **A social democracia no Brasil: organização, participação no governo e desempenho eleitoral do PSDB, 1988-1999**. 1999. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – USP, São Paulo, 1999.

_____. A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.17, n.49, p.71-92, 2002.

_____. Pragmatismo e ideologia: analisando as decisões das lideranças do PSDB. In: TELLES, Helcimara de Souza; LUCAS, João Ignacio Pires (Orgs.). **Das ruas às urnas: partidos e eleições no Brasil contemporâneo**. Caxias do Sul: Educs, 2003.

ROSE, Richard; MACKIE, Thomas T. Do parties persist or fail? The big trade-off facing organizations. In: LAWSON, Kay; MERKI, Peter (Eds.). **When Parties Fail**. Princeton: Princeton University Press, 1982.

SAMUELS, David; SHUGART, Matthew. **Presidents, Parties and Primes Ministers: How the Separation of Powers Affects Party Organization and Behavior**. Cambridge: CUP, 2010.

SANDES-FREITAS, Vítor Eduardo Veras de. Nacionalização da competição eleitoral no novo contexto democrático brasileiro: uma análise à luz das categorias analíticas e do neoinstitucionalismo. **Teoria & Pesquisa**, São Carlos, v.21, n.2, p.48-60, 2012.

_____. Alianças contextuais ou nacionalizadas? Análise das coligações nas eleições para prefeito em 2012. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, v.XIV, n.2, p.147-165, 2013.

SANDES-FREITAS, Vítor Eduardo Veras de; ALMEIDA, Maria Vitória de. As coligações para prefeito nas Eleições de 2012 e a presidencialização da competição eleitoral nos municípios. In: ROCHA, Marta Mendes da; KERBAUY, Maria Teresa Miceli (Orgs.). **Eleições, partidos e representação política nos municípios brasileiros**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2014.

SANTOS, Fabiano. As eleições municipais e seu lugar. **Valor Econômico**, São Paulo, 3 mar. 2012.

SCHMITTER, Philippe. Parties Are Not What They Once Were. In: DIAMOND, Larry; GUNTHER, Richard (Eds.). **Political parties and democracy**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2001.

SIGEL, Roberta S. (Ed.). **Political Learning in adulthood**: a sourcebook of theory and research. Chicago: The University of Chicago Press, 1989.

SIMPATIZANTE. Participação em grupo focal realizado por Nara Oliveira Salles e Leonardo Francisco de Azevedo em 06 de novembro de 2014, em Coroaci/MG.

_____. Participação em grupo focal realizado por Nara Oliveira Salles e Leonardo Francisco de Azevedo em 11 de novembro de 2014, em Piraúba/MG.

SINGER, André Vitor. Identificação ideológica e voto no Brasil: caso das eleições presidenciais de 1989 e 1994. 1998. Tese (Doutorado em Ciência Política) – USP, São Paulo, 1998.

SOUZA, Cláudio André. O novo tempo do PT: notas sobre as transformações de uma estrela. **Em Debate**, Belo Horizonte, v.2, n.12, p.6-10, 2010.

SOUZA, Maria do Carmo Campello. **Estado e partidos políticos no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

SOARES, Gláucio Dillon. Alianças e coligações eleitorais: notas para uma teoria. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n.17, p.95-124, 1964.

SOARES, Samuel Alves. **Controles e autonomia**: as Forças Armadas e o sistema político brasileiro (1974-1999). São Paulo: Editora UNESP, 2006.

TAROUCO, Gabriela da Silva. Institucionalização partidária no Brasil (1982-2006). **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n.4, p.169-186, 2010.

VEIGA, Luciana. Os partidos brasileiros na perspectiva dos eleitores: mudanças e continuidades na identificação partidária e na avaliação das principais legendas após 2002. **Opinião Pública**, Campinas, v.13, n.2, p.340-365, 2007.

VEIGA, Luciana; GONDIM, Sônia Maria Guedes. A Utilização de Métodos Qualitativos na Ciência Política e no Marketing Político. **Opinião Pública**, Campinas, v. VIII, n.1, p.1-15, 2001.

WOLINETZ, Steven. Beyond the Catch-All Party: Approaches to the Study of Parties and Party Organization in Contemporary Democracies. In: GUNTHER, Richard; MONTERO, Jose; LINZ, Juan. **Political Parties**: Old Concepts, New Challenges. Oxford: OUP, 2002.

APÊNDICES

APÊNDICE A. QUESTIONÁRIO DE RECRUTAMENTO



Universidade Federal de Juiz de Fora
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

**Questionário de recrutamento para grupo focal**

Projeto: *Identidade e polarização partidária: competição e alianças entre PT e PSDB em Minas Gerais*

Pesquisadora responsável: Nara Oliveira Salles

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marta Mendes da Rocha

Abordagem: *Bom dia/boa tarde, meu nome é _____. Estou fazendo uma pesquisa de mestrado da Universidade Federal de Juiz de Fora sobre a dinâmica política aqui do município, poderia fazer algumas perguntas rápidas para o(a) Sr.(a)? Não é uma pesquisa eleitoral, é uma pesquisa acadêmica da UFJF mesmo. É bem rápido o nosso questionário. O(a) Sr.(a) topa?*

[1] Como o Sr.(a) se chama?

[2] Sexo (NÃO PERGUNTAR):

() Feminino () Masculino

[3] Quantos anos o(a) senhor(a) tem?

[4] O(a) senhor(a) nasceu no município?

() Sim
() Não. Há quanto tempo reside no município?

[5] O(a) senhor(a) é adepto de alguma religião?

() Sim. Qual? _____
() Não

[6] Qual é o grau de escolaridade do(a) Sr.(a)?

- () Nenhum
() Ensino fundamental incompleto
() Ensino fundamental completo
() Ensino médio incompleto
() Ensino médio completo
() Ensino superior incompleto
() Ensino superior completo
() Pós-graduação

[7] Qual a profissão do(a) Sr.(a)?

[8] Em relação à sua cor, como o(a) senhor(a) se classifica:

- () Branco(a)
() Negro(a)
() Pardo(a)
() Amarelo(a)
() Indígena

[9] O(a) senhor(a) é filiado a algum partido político?

() Sim. Qual? _____
Há quanto tempo? _____
() Não

[10] Existe algum partido com o qual o(a) senhor(a) mais se identifica ou tem simpatia?

() Sim. Qual? _____
() Não

[11] O(a) senhor(a) trabalhou nesta campanha eleitoral para a Presidência?

() Sim, como voluntário/militante. Para qual partido/candidato? _____
() Sim, como contratado. Para qual partido/candidato? _____
() Não.

[12] E nas eleições municipais de 2012, o Sr.(a) trabalhou na campanha aqui no município?

- () Sim, como voluntário/militante. Para qual partido/candidato? _____
 () Sim, como contratado. Para qual partido/candidato? _____
 () Não.

[13] O(a) Sr.(a) participa ou já participou de movimento social, associação ou grupo aqui no município?

- () Já participou, mas não participa mais. Qual/De que tipo? _____
 () Participa atualmente. Qual/De que tipo? _____
 () Não.

[14] O(a) Sr.(a) tem algum familiar que se dedicou ou se dedica atualmente à política?

- () Sim, já tive.
 Qual o grau de parentesco? _____
 E cargo ocupado? _____
 () Sim, tenho.
 Qual o grau de parentesco? _____
 E o cargo ocupado? _____
 () Não.

[15] Para finalizar, o(a) Sr.(a) poderia me indicar em qual das categorias a seguir incluiria sua renda mensal atual?

- () De 1 a 3 salários mínimos (De R\$724 a R\$2.172)
 () De 3 a 5 salários mínimos (De R\$2.172 a R\$3.620)
 () De 5 a 10 salários mínimos (De R\$3.620 a R\$7.240)
 () De 10 a 15 salários mínimos (De R\$7.240 a R\$10.860)
 () Mais de 15 salários mínimos (Mais de R\$10.860)

[16] Esta pesquisa vai organizar um grupo focal, que é um grupo de discussão em que os participantes contam suas vivências e suas opiniões sobre o tema estudado. Nesta ocasião, vamos investigar a dinâmica política dos municípios de Minas. O(a) Sr.(a) teria disponibilidade para participar do grupo?

- () Sim. Qual seria o melhor dia?
 () 10/11 () 11/11
 E o melhor horário? _____

[17] O(a) Sr.(a) poderia me passar seu telefone? (PEDIR FIXO E CELULAR. ANOTAR TODOS OS NÚMEROS POSSÍVEIS.)

[18] E o seu endereço?

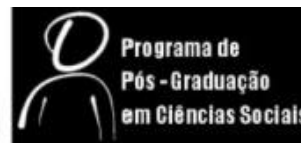
Despedida: Obrigada por participar da pesquisa. Entraremos em contato com o(a) Sr.(a) para combinarmos a sua participação no grupo focal, indicando o horário e o local. Vou deixar uma **CARTA CONVITE** com (a) o Sr.(a) para que possa conhecer melhor a pesquisa. Qualquer dúvida, o(a) pode entrar em contato através de qualquer um dos números que está aí. Mais uma vez, obrigada!

ANOTAÇÕES

APÊNDICE B. CARTA CONVITE



Universidade Federal de Juiz de Fora
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais



CARTA CONVITE

Prezado(a) senhor(a),

Caso o Sr.(a) se encaixe no perfil da pesquisa, iremos convidá-lo(a) para participar de um grupo focal da pesquisa *Identidade e polarização partidária*, do curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora. Devido à falta de estudos sobre as dinâmicas políticas municipais, principalmente nas cidades de pequeno porte, a pesquisa tem como objetivo compreender o comportamento dos eleitores e das eleitoras nestas localidades.

É imprescindível ressaltar que este trabalho NÃO constitui uma pesquisa eleitoral, mas acadêmica, e está atrelado ao projeto de pesquisa registrado no CNPq e coordenado pela Prof.^a Dr.^a Marta Mendes da Rocha, que também orienta este trabalho, *Representação política no nível municipal no Brasil*.

A participação do Sr.(a) é fundamental porque através das suas opiniões, vivências e percepções poderemos avançar no estudo proposto e contribuir para o fortalecimento da democracia no Brasil. É importante esclarecer que a participação é voluntária. Na ocasião, serão fornecidos aos participantes: lanche no início ou no final da atividade e brindes como forma de agradecimento.

Desta forma, gostaríamos de convidá-lo(a) a participar de um encontro a ser realizado entre os dias ____ e ____ de novembro, em horário e local a serem agendados previamente via contato telefônico. Destacamos a importância da sua participação para o sucesso da pesquisa e contamos com sua presença no dia e local determinados.

Por fim, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos pelos contatos abaixo disponibilizados ou pelo telefone (32) 2102-3113 e e-mail <ppgcs@ufjf.edu.br>, ambos referentes ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFJF, coordenado pelo Prof. Dr. Dmitri Cerboncini Fernandes.

Despedimo-nos, agradecendo e contando com a sua importante colaboração.

Cordialmente,

Nara Oliveira Salles
Pesquisadora responsável
Telefone
Email

Prof.^a Dr.^a Marta Mendes da Rocha
Orientadora da pesquisa
Telefone
Email

Leonardo Francisco de Azevedo
Pesquisador colaborador
Telefone
Email

APÊNDICE C. ROTEIRO DOS GRUPOS FOCAIS



Universidade Federal de Juiz de Fora
 Instituto de Ciências Humanas
 Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais



Roteiro para a moderação do grupo focal

Projeto: *Identidade e polarização partidária: competição e alianças entre PT e PSDB em Minas Gerais*

Pesquisadora responsável: Nara Oliveira Salles

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marta Mendes da Rocha

APRESENTAÇÃO

- Objetivos da pesquisa
- Confidencialidade

INSTRUÇÕES

- Assinatura do TCLE
- Sentir-se à vontade
- Falar um de cada vez
- Não há certo e errado

AQUECIMENTO

- Nome
- Profissão
- Há quanto tempo mora no município?
- Gosta e se envolve com a política na cidade?

PERGUNTAS

- 1) Vamos falar sobre alguns partidos políticos. Fale a primeira coisa que vem na cabeça de vocês quando falamos do:
 - PMDB
 - PSDB
 - PT
 - *O que mais?
 - *Como assim?
- 2) Quando eu falo do PMDB vocês se lembram de alguma pessoa?
 - Vocês se lembram de quê? (Ideias)
 - Vocês se lembram de alguma política, programa ou projeto específico?
- 3) Quando eu falo do PSDB vocês se lembram de alguma pessoa?

- Vocês se lembram de quê? (Ideias)
 - Vocês se lembram de alguma política, programa ou projeto específico?
- 4) Quando eu falo do PT vocês se lembram de alguma pessoa?
- Vocês se lembram de quê? (Ideias)
 - Vocês se lembram de alguma política, programa ou projeto específico?
- 5) E aqui na cidade, quem vocês associam com o PMDB?
- E com o PT?
 - E com o PSDB?
- *Como assim?
- 6) Vocês acham que os partidos são todos iguais ou acham que alguns são diferentes?
- *Quais?
- *Por quê?
- *Em que eles se parecem?
- *Em que eles se diferenciam?
- 7) O PT, por exemplo: vocês acham que ele é igual a todos ou é diferente? Por quê?
- 8) E o PSDB? É igual a todos? Ou é diferente?
- 9) Por exemplo: comparando PT e PSDB – vocês acham que eles são mais parecidos ou mais diferentes? Por quê? Dê um exemplo.
- 10) E aqui na cidade? O PT é importante?
- O PSDB é importante?
 - Quais outros partidos são importantes?
- 11) Aqui na cidade, vocês acham que o PT e o PSDB são mais parecidos ou mais diferentes?
- 12) Vamos pensar em um Projeto de Lei para aumentar os impostos e aumentar os serviços sociais como saúde, educação, etc. Vocês acham que eles iriam se posicionar da mesma forma ou diferente? Como?
- 13) E com relação à legalização da maconha? Vocês acham que PT e PSDB teriam posicionamentos diferentes ou não?
- 14) Com relação à redução da maioria penal?
- 15) Vocês acham que os dois partidos apoiam igualmente políticas para beneficiar pobres?
- 16) Mas vocês acham que partido realmente importa ou a política aqui gira em torno das pessoas?

- De quais pessoas?
 - De qual partido elas são? Vocês sabem?
- 17) Aqui na cidade tem vários grupos políticos? Ou tem um que domina a política?
- Quais são eles?
 - Esses grupos estão associados a algum partido? Quais?
- 18) Aqui na cidade tem grupos familiares na política?
- Tem um que domina a política ou têm vários?
 - Quais são eles?
 - Esses grupos estão associados a algum partido? Quais?
- 19) As pessoas aqui na cidade se envolvem nas eleições?
- O envolvimento é maior na eleição do município, na eleição geral ou é a mesma coisa?
- 20) Vocês acham que há muitos conflitos, brigas, o clima esquentado ou não é assim, é tranquilo?
- 21) Quem se envolve mais, as pessoas comuns ou quem é de partido e já está na política?
- 22) Essa coisa de política e partido causa mesmo conflito aqui?
- As pessoas sentem pressão para votar em um ou outro partido?
 - Têm vergonha de assumir?
- 23) Vamos falar um pouco da rivalidade entre PT e PSDB na política brasileira. Vocês acham bom? Acham ruim? Acham que realmente eles representam duas ideias diferentes, dois projetos diferentes?
- 24) Vocês acham que se o Aécio tivesse vencido as eleições faria diferença? O governo dele seria diferente do da Dilma? Em que medida?
- 25) E aqui na cidade? PT e PSDB são aliados ou adversários? Como começou isso?
- 26) **(SOMENTE PARA COROACI)** O que vocês acham do PT e do PSDB serem aliados aqui e rivais no nível nacional? Vocês acham isso estranho? Acham que tem algum problema?
- 27) Vocês acham no futuro próximo, em 2018, por exemplo, PT e PSDB podem se aliar para apresentar um único candidato a presidente? Por quê?
- 28) E aqui na cidade, nas eleições municipais de 2016? Vocês acham que eles podem **ser aliados/se separar (VERIFICAR CENÁRIO DO MUNICÍPIO)**? Por quê?
- 29) Retomando aquele de debate trás, vocês são a favor ou contra de:

- Reduzir a maioria penal
- Aumentar impostos e o Estado oferecer mais programas e serviços sociais
- Legalizar a maconha
 - *Por quê?

30) Como vocês avaliam o prefeito? Por quê?

QUADRO ADICIONAL

Para finalizar, vou entregar um papel para vocês e, caso tenha algum partido que gostem mais ou algum no qual jamais votariam, peço que escrevam no local indicado. Não precisa colocar o nome.

Escreva aqui	
Partido que prefere	Partido no qual não votaria de jeito nenhum

AGRADECIMENTO

- Importância da participação
- Distribuição dos brindes
- Convite para o lanche

APÊNDICE D. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



Universidade Federal de Juiz de Fora
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa intitulada *Identidade e polarização partidária*, conduzida pela pesquisadora Nara Oliveira Salles e orientada pela Prof.^a Dr.^a Marta Mendes da Rocha. Este estudo tem por objetivo compreender as dinâmicas políticas dos municípios de pequeno porte em Minas Gerais.

Você foi selecionado(a) por participar das eleições no município desde, pelo menos, o ano de 2000. Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará prejuízo.

O Sr.(a) está sendo convidado(a) para participar de um grupo focal. Essa técnica de pesquisa consiste em um grupo de discussão em que os(as) participantes compartilham suas opiniões, percepções e vivências acerca dos temas levantados, de modo que esta experiência está sujeita à dinâmica das relações interpessoais, que também possibilitam significativo crescimento pessoal e intelectual, além da construção e do fortalecimento de laços de convivência. Sua participação não é remunerada nem implicará em gastos, embora sejam oferecidos lanche e brindes como forma de retribuição.

Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão gravados em áudio, mas são absolutamente confidenciais. É importante ressaltar que as identidades dos participantes jamais serão reveladas.

A pesquisadora responsável se compromete a tornar públicos nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos de forma consolidada sem qualquer identificação de indivíduos.

Caso você concorde em participar desta pesquisa, assine ao final deste documento, que possui duas vias, sendo uma delas sua, e a outra, da pesquisadora responsável.

Você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sobre a sua participação com a orientadora da pesquisa, Prof.^a Dr.^a Marta Mendes da Rocha, através do telefone (número) ou do email (endereço) e com o coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFJF, Prof. Dr. Dmitri Cerboncini Fernandes, através do telefone (32) 2102-3113

ou do email <ppgcs@ufjf.edu.br>. Além disso, os pesquisadores aqui presentes também estão disponíveis para quaisquer esclarecimentos feitos pessoalmente ou através dos contatos abaixo disponibilizados.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa, e que concordo em participar.

_____, _____ de novembro de 2014.

Assinatura do participante

Identidade: _____

Nara Oliveira Salles - Pesquisadora responsável

Identidade

Telefone

Email

Leonardo Francisco de Azevedo - Pesquisador colaborador

Identidade

Telefone

Email